

ISBN: 978-65-80474-00-4



**ANAIS DO V SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SIDER**



**II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA – SIDETEG**

SESSÃO TEMÁTICA 3 - CULTURA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO

ISBN: 978-65-80474-00-4

Local: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus Toledo-PR*

Data: 17, 18 e 19 de outubro de 2018



PROMOÇÃO



APOIO





**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CAPES

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Weimar Freire da Rocha Jr.
Alain Hernández Santoyo
Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues
Josineide Aquino da Silva Amaral
Roseli Immig Lotte

ORGANIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE/Toledo, Paraná.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - UEMS/Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UnC/ Canoinhas, Santa Catarina.

Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento e Governança Pública - UTFPR/Curitiba, Paraná.

Programa de Pós-Graduação Tecnologia e Sociedade - UTFPR/Curitiba, Paraná.

Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Desenvolvimento Regional – UNITAU, Taubaté, São Paulo.

Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional – UNITAU, Taubaté – SP.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UTFPR, Pato Branco, Paraná.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UFT, Palmas, Tocantins.

PROMOÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE/Toledo, Paraná.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UnC/Canoinhas, Santa Catarina.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - UEMS/Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

APOIO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Fundação Araucária (Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná).



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



COMISSÃO CIENTÍFICA

Alain Hernández Santoyo (Universidad de Pinar del Río – Cuba)
Alexandre Assis Tomporoski (UnC/Canoinhas/SC – PGDR)
Ana Cecília Kreter (Hochschule Rhein, Waal, Alemanha)
Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR/Curitiba/PR/PGPGP)
Argos Gumbosvski (UnC/Canoinhas – PGDR)
Carlos Alberto Gonçalves Jr (UNIOESTE/Toledo/PR – PGE)
Carlos Alberto Piacenti (UNIOESTE / Toledo/PR – PGDRA)
Carlos Otávio Zamberlan (UEMS P. Porã/MS – PGDRSP)
Christian Luiz da Silva (UTFPR/Curitiba/PR – PGTS/PGPGP)
Crislaine Colla (UNIOESTE/Toledo/PR – PGDRA/PGE)
Edson Aparecido Oliveira (UNITAU/SP – PGMGDR)
Flavio Braga de Almeida Gabriel (UNIOESTE /Toledo/PR – PGE)
Gilson Batista de Oliveira (UNILA/Foz do Iguaçu/PR P – GPPD)
Gilson Ditzel Santos (UTFPT/P. Branco/PR – PGDR)
Guadalupe Manzano Garcia (UniRioja Logroño /Espanha)
Jandir Ferrera de Lima (UNIOESTE/Toledo /PR– PGDRA/PGE)
Jefferson A. R. Staduto (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA/PGE)
Juan Carlos Ayala Calvo (UniRioja Logroño /Espanha)
Julio José Plaza Tabasco (Universidad Castilla-La Mancha/Espanha)
Lucir Reinaldo Alves (UNIOESTE/ Toledo/PR – PGDRA)
Maria Raquel Davide Pereira Ventura Lucas (Universidade de Évora/Portugal)
Mirian Beatriz Schneider (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA)
Moacir Piffer (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA)
Moacir Santos (UNITAU/Taubaté/SP – PGMGDR)
Pery Francisco Assis Shikida(UNIOESTE /Toledo/PR – PPGDRA/PGE)
Ricardo Rippel (UNIOESTE /Toledo/PR – PPGDRA)
Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC/ Santa Cruz do Sul /RS – PPGDR)
Rui Manoel de Souza Fragoso (Universidade de Évora/ Portugal)
Sérgio Luiz Allebrandt (UNIJUI-Ijuí/RS – PGDR)
Silvio Cezar Arend (UNISC/ Santa Cruz do Sul /RS – PPGDR)
Valdir Roque Dallabrida (UnC/Canoinhas/SC – PGDR)
Waldecy Rodrigues (UFT/Palmas/ TO – PGDR)
Weimar Freire da Rocha Jr. (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA)
Zelimar Soares Bidarra (UNIOESTE /Toledo/PR –PGDRA)



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



COMISSÃO ORGANIZADORA

Weimar Freire da Rocha Jr. (UNIOESTE /Toledo/PR – PGDRA)
Carlos Otávio Zamberlan (UEMS P. Porã/MS – PGDRSP)
Valdir Roque Dallabrida (UnC/Canoinhas/SC – PGDR)
Waldecy Rodrigues (UFT/Palmas/ TO – PGDR)
Christian Luiz da Silva (UTFPR/Curitiba/PR – PGTS/PGPGP)
Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR/Curitiba/PR/PGPGP)
Gilson Ditzel Santos (UTFPR/P. Branco/PR – PGDR)
Edson Aparecido Oliveira (UNITAU/Taubaté/SP – PGMGDR)

CORPO DE AVALIADORES

Adriano Renzi (UEMS/MS)
Alain Hernández Santoyo (UPR/UNIOESTE)
Aldo Shimoya (Pesagro/RJ)
Alexandre Assis Tomporoski (UnC/SC)
Alexandre Chapoval Neto (SETREM/ RS)
Ana Paula Myszczyk (UTFPR)
Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda (UCAM/ RJ)
Anderson Catapan (UTFPR)
André Ricardo Bechlin (UNESPAR/PR)
Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Antonio Pasqualetto (PUC/GO)
Argos Gumbowsky (UnC/SC)
Bernardo Both (URI/RS)
Carla Maria Schmidt (UNIOESTE/PR)
Carlos Otávio Senff (UnC/SC)
Carlos Otávio Zamberlan (UEMS)
Caroline Andressa Welter (UNIOESTE/PR)
Catia Raquel Felden (FHOR/RS)
César Benites Mário Zidora (ISPG/Distrito de Lionde – Gaza, Moçambique)
Christian Luiz da Silva (UTFPR/PR)
Crislaine Colla (UNIOESTE/PR)
Cristiane Maria Tonetto Godoy (UTFPR/PR)
Cristiano Stamm (UNIOESTE/PR)
Daniel Amorim Souza Centurião (UNIOESTE/PR)
Daniela Pedrassani (UnC/SC)
Décio Estevão do Nascimento (UTFPR/PR)
Deusa Maria Rodrigues Boaventura (PUC/GO)
Diogo Lopes Cavalcante (UNIOESTE/PR)
Eilamaria Libardoni Vieira (UNIJUÍ/RS)
Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues (UNIOESTE/PR)
Eliane Spacil de Mello (UNIJUÍ/RS)
Fabrício Antonio Deffacci (UEMS)
Fernando Camara Rieger (UNIJUÍ/RS)



Flávio Braga De Almeida Gabriel (UNIOESTE/PR)
Flávio de Matos Rocha (FPTI/PR)
Gabriela Cappellari (UNIPAMPA/RS)
Gilson Ditzel Santos (UTFPR/PR)
Giovanna Pezarico (UTFPR/PR)
Guilherme Augusto Asai (UNIOESTE/PR)
Hilda Alberton de Carvalho (UTFPR/PR)
Inácio Andruski Guimarães (UTFPR/PR)
Isaura Alberton de Lima (UTFPR/PR)
Ivan Carlos Vicentin (UTFPR/PR)
Jairo Marchesan (UnC/SC)
Jales Teixeira Chaves Filho (PUC/GO)
Jandir Ferrera de Lima (UNIOESTE/PR)
Jefferson Andronio Ramundo Staduto (UNIOESTE/PR)
Jesildo Moura de Lima (SETREM/RS)
Jonas da Silva Henrique (CEDEPLAR)
José Paulo Medeiros da Silva (UNIJUÍ/RS)
Jose Ricardo da Rocha Campos (UTFPR/PR)
José Valdemir Muenchen (UNIJUÍ/RS)
Josiane Carine Wedig (UTFPR/PR)
Josiane Dilor Brugnera Ghidorsi (UNIJUÍ/RS)
Josineide Aquino da Silva Amaral (UNIOESTE/PR)
Juliana Da Fonseca Capssa Lima Sausen (UNIJUÍ/RS)
Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues (UNIOESTE/PR)
Leonardo Guerade Rezende Guedes (PUC/GO)
Lia Hasenclever (UFRJ/RJ)
Lisiane Caroline Rodrigues Hermes (FEAC/RS)
Luciana Moro de Souza (UNIJUÍ/RS)
Luciana Scherer (UNIJUÍ/RS)
Luciane Ribeiro Viana Martins (UNIJUÍ/RS)
Luciano Vieira (UNIJUÍ/RS)
Lucir Reinaldo Alves (UNIOESTE/PR)
Ludmila Gonçalves da Matta (UCAM/RJ)
Luiz Alberto Cypriano (UNIOESTE/PR)
Luiz Raul Sartori (UNIJUÍ/RS)
Marcel Augusto Colling (UNIOESTE)
Marcilio Lima de Oliveira (UNIOESTE/PR)
Márcio Alberto Goebel (UNIOESTE/PR)
Marcio Gazolla (UTFPR/PR)
Marcos Junior Marini (UTFPR/PR)
Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza (UTFPR/PR)
Maria Luiza Milani (UnC/SC)
Marlize Rubin-Oliveira (UTFPR/PR)
Marlon Cristiano Ribeiro (UNIOESTE/PR)
Martin Ledermann (UNIJUÍ/RS)
Maurício Galeazzi Medeiros de Farias (UNIJUÍ/RS)



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CAPES

Miguel Angelo Perondi (UTFPR/PR)
Mirian Beatriz Schneider (UNIOESTE)
Nelinho Davi Graef (UNIOESTE/DINTER-PTI)
Norma Kiyota (IAPAR/PR)
Omar Jorge Sabbag (UEMS/MS)
Patricia Estanislau (UNIOESTE/PR)
Patricia Harter Sampaio Stasiak (URI/RS)
Paulo César da Silva Ilha (ISEPE/PR)
Paulo Henrique de Oliveira (UTFPR/PR)
Pedro Araújo Pietrafesa (PUC/GO)
Pery Francisco Assis Shikida (UNIOESTE/PR)
Reneo Pedro Prediger (UFFS/PR)
Ricardo Lobato Torres (UTFPR/PR)
Ricardo Rippel (UNIOESTE/PR)
Rogério Allon Duenhas (UTFPR/PR)
Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC/RS)
Rosele Marques Vieira (UEMS)
Roseli Fistarol Krüger (UNIJUÍ/RS)
Silvio Cezar Arend (UNISC/RS)
Simone Aparecida Polli (UTFPR/PR)
Taciana Angélica Moraes Ribas (UNIJUÍ/RS)
Tatiane Dinca (UNIOESTE/PR)
Valderice Cecilia Limberger Rippel (ISEPE/PR)
Valdir Antonio Galante (UNIOESTE/PR)
Valdir Júnio dos Santos (UERJ/RJ)
Valdir Roque Dallabrida (UnC/SC)
Vanessa Ishikawa Rasoto (UTFPR/PR)
Vanilson Viana Cardoso (UNIJUÍ/RS)
Vilmar Nogueira Duarte (UNIOESTE/PR)
Weimar Freire da Rocha Jr. (UNIOESTE/PR)
Ycarim Melgaço Barbosa (PUC/GO)
Zelimar Soares Bidarra (UNIOESTE/PR)



PALESTRANTES CONVIDADOS

Prof. Mario César Costenaro: Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná; Especialização em Administração Empresarial e em Gestão da Construção pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Arquiteto na Costenaro Arquitetura e Urbanismo Ltda. Presidente CACIOPAR – (2012/2014). Vice-presidente para Desenvolvimento Regional da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná – FACIAP (2017/2018). Membro do Conselho fiscal do Sinduscon Oeste do Paraná (2017/2018). Presidente da Associação Coercial de Toledo – ACIT 2004/2005. Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Toledo – 1990.

Prof. Mestre. Jonhey Nazario Lucizani: Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Gerente da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil (FPTI-BR). Pesquisador nas áreas: Desenvolvimento Territorial; Economia Regional; Matriz Insumo-Produto e Cadeias Produtivas.

Professor Knut Ingar, Ph.D: Professor de Economia na Universidade de Nord na Noruega desde 2001. Mestre em Economia pela Universidade de Oslo e Doutor em Ciência Regional pela Universidade de Minnesota/NTNU (Trondheim). Leciona na Universidade de Nord as disciplinas: Gestão do Conhecimento, Conhecimento e Competitividade e Economia Pública. Na Associação Europeia de Programas de Doutorado em Administração – EDAMBA leciona Administração de Empresas e Filosofia da Ciência. É professor visitante da UNIOESTE, Brasil, e da Universidade de Wisconsin. Tem diversas publicações de livros e artigos científicos que tratam de vários aspectos relacionados ao setor público, desenvolvimento regional e economia do conhecimento.

Prof. Dr. José Ronaldo de Castro Souza Jr: Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea-RJ). Trabalha como economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e como professor do IBMEC (Rio de Janeiro). Possui mestrado e doutorado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência em pesquisa econômica, com ênfase em crescimento/desenvolvimento econômico, e em docência de macroeconomia.

Prof. Dr. Alain Hernández Santoyo - Universidad de Pinar del Río – UPR/Cuba: Graduação em Economia pela Universidad de Pinar del Río (2005), Mestrado em Administração de Empresas Agropecuárias pelo Centro de Estudos sobre Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário da Universidad de Pinar del Río (2007), Doutor em Ciências Econômicas pela Universidad de Alicante, Espanha (2012), Pós-doutor pela Universidad Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR) 2014; 2015, Pós-doutorando do PGDRA da Universidad Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* Toledo (2016 - atual) e Professor Titular do Ministério de Educação Superior de Cuba (MES).



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CAPES

Prof. Dr^a Diana Oya Sawyer: Professora Émerita da Universidade Federal de Minas Gerais desde outubro de 2010. Graduada com especialização em Sanitarista e mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo USP. Na Harvard University, Estados Unidos, obteve os graus de Master e Doctor - in Sciences in Population Sciences. Pesquisadora do Centro Internacional de Políticas com Crescimento Inclusivo, PNUD. Foi Professora Assistente do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo.

Prof. Dr. Eduardo Shimoda: Mestrado e doutorado em Produção Animal pela UENF. Coordenou o curso de mestrado em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional na UCAM-Campos, onde leciona e orienta na graduação e nos mestrados de Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional e Engenharia de Produção e no mestrado e doutorado em Planejamento Regional/Gestão da Cidade.

Prof. Dr. Adriano Rogério Goedert: Doutorado e Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. CEO da GRG Consultoria e Assessoria / Consultor Técnico da STEINBEIS UNIVERSITY BERLIN SIBE DO BRASIL. Professor da Faculdade de Vitória (Pós-Graduação) e da Faculdade de Telêmaco Borba (FATEB) - Professor de Graduação e Pós-Graduação.

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet: Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutorado sanduíche na Università Ca Foscari de Veneza e Pós-Doutorado no Politecnico e Università de Turim- Itália. Foi professor visitante no Politécnico e Università di Torino, na Universidad Nacional de Colômbia (Bogotá) e na Universidad Distrital Jose Francisco de Caldas (Bogotá) e no El Colegio de Tlaxcala e na Universidad Autónoma de Chapingo (México). Atualmente é professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde atua nos cursos de graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (Mestrado e Doutorado). Também é professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICENTRO (Doutorado).

Prof. Dr. Arilson Favareto: Mestre em Sociologia (UNICAMP). Doutor em Ciência Ambiental (Universidade de São Paulo). Realizou estágio de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris (França). Foi professor visitante da Flacso - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Equador) e da Universidade de Caldas (Colômbia). Atualmente é Professor na Universidade Federal do ABC, onde é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território.



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida: Pesquisador do CNPq, possui graduação em Geografia, especialização em Economia, mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional, com Pós-Doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Portugal. Atuou como Pesquisador Convidado na Universidade de Lisboa. Atualmente é professor pesquisador no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) de Canoinhas - SC. Já atuou no Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI e em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES. É Coordenador Geral da Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança.

Dr. Joaquim Farinós Dasí: Doctor en Geografía. Catedrático de Análisis Geográfico Regional. Especialización: Planificación y evaluación territorial. Líneas de investigación: Gobernanza Territorial y Urbana Ordenación del Territorio Planificación Integral del Desarrollo Territorial Sostenible Geografía Política Regional Diseño y Evaluación de Políticas Públicas desde les escalas de proximidad.



PROGRAMAÇÃO DO V SIDER E II SIDETEG – 2018

Local: Salas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - PPGDRA

Data: 17, 18 e 19 de outubro de 2018.

Dia 17/10/2018 (quarta-feira)

- 08:00 – 12:00 Credenciamento dos participantes
- 13:30 – 15:00 **Cerimônia de abertura do V SIDER e II SIDETEG**
Professores Doutores: Remi Schorn, Ricardo Rippel, Weimar Freire da Rocha Jr, Carlos Otávio Zamberlan, Valdir Roque Dallabrida
- 15:00 – 15:30 Intervalo para o café
- 15:30 – 17:00 **Apresentação de trabalhos**
ST1 - Processos sócio históricos na evolução dos territórios
ST2 - Tecnologia, inovação e sistemas produtivos
ST3 - Cultura, identidade e educação
ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões
- 19:15 – 20:15 **Mesa redonda 1 - Estrutura de Governança Territorial: Oeste em Desenvolvimento**
Moderador: Professor Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.
Palestrantes: Mario César Costenaro, Jonhey Nazario Lucizani
- 20:15 – 20:45 Intervalo para o café
- 20:45 – 21:30 **Palestra 1: *How to support regional development by innovations***
Professor Knut Ingar, Ph.D. - Nord-Trondelag University College, Noruega
- 21:30 – 22:30 **Palestra 2: Cenários Macroeconômicos e Desenvolvimento Regional**
Dr. José Ronaldo de Castro Souza Jr. - Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea -RJ)



Dia 18/10/2018 (quinta-feira)

Apresentação de trabalhos

- 08:30 – 11:45 ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia
10:00 – 10:30 Intervalo para o café
08:30 – 11:45 ST5 - Políticas públicas e planejamento do território
13:30 – 15:00 **Palestra 3: Economia circular: desafios e oportunidades para o Brasil**
Dr. Alain Hernández Santoyo - Universidad de Pinar del Río – UPR/Cuba
15:00 – 15:30 Intervalo para o café
15:30 – 18:00 ST1 - Processos sócio históricos na evolução dos territórios
ST2 - Tecnologia, inovação e sistemas produtivos
ST3 - Cultura, identidade e educação
ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões
19:30 – 20:30 **Palestra 4: Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano, Regional e Demografia: passado, presente e futuro**
Dr^a Diana Oya Sawyer, Dr. Rainer Randolph e Dr. Eduardo Shimoda
20:30 – 21:30 **Palestra 5: O papel da governança na sustentabilidade de uma região**
Dr. Adriano Rogério Goedert
21:30 Confraternização: Porco no rolete e cerveja artesanal (por adesão)

Dia 19/10/2018 (sexta-feira)

- 08:30 – 10:00 **Mesa redonda 2 - O foco no território, a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento**
Participantes:
Dr. Marcos Aurélio Saquet – UNIOESTE – Francisco Beltrão
Dr. Arilson Favareto - Universidade Federal do ABC – SP
Mediador: Dr. Rogério Silveira – UNISC
10:00 – 10:30 Intervalo para o café
10:30 – 12:30 **Mesa Redonda 3 - A governança (territorial, regional, local ou multinível) e suas possibilidades de orientar a ação coletiva nos processos de intervenção nos territórios**
Participantes:
Dr. Valdir Roque Dallabrida – Mestrado em Desenvolvimento Regional – Santa Catarina – SC
Dr. Joaquim Farinós Dasí - Departamento de Geografía e Instituto Interuniversitario de Desarrollo Local - Universitat de València
Mediadora: Dr^a Adriana Rossetto - UFSC
13:30 – 15:30 **Apresentação de trabalhos**
14:30 – 15:30 **Assembleia Geral da REDETEG**
15:30 Encerramento



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



CRONOGRAMA DOS TRABALHOS APRESENTADOS

Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala 36 b, tarde
ST1- Processos sócio históricos na evolução dos territórios

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO: CRESCIMENTO POPULACIONAL E CAPITAL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA/SP	Moacir José dos Santos; Edson Trajano Vieira; Divina Fátima dos Santos.	UNITAU
15:45 – 16:00	NOVA MUTÚM PARANÁ: A HEURÍSTICA DO MEDO E CRISE SOCIOAMBIENTAL EM UM ASSENTAMENTO FORÇADO	Jacira Lima da Graça; Flávio de São Pedro Filho; Jackson Sales Miranda Júnior.	FURB
16:00 – 16:15	O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE RAFAELA (SANTA FE-ARGENTINA): UMA ANÁLISE A PARTIR DA HISTÓRIA ECONÔMICA NACIONAL	Luciano Martin Espinosa; Thiago José Arruda de Oliveira; Waldecy Rodrigues.	UNIVERSIDAD NACIONAL DE RÍO CUARTO
16:15 – 16:30	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA UEMOA, ÁFRICA, ENTRE 2000 E 2016	Marcelino Armindo Monteiro; Lucir Reinaldo Alves; Moacir Piffer.	UNIOESTE - TOLEDO
16:30 – 16:45	ANÁLISE DIFERENCIAL E ESTRUTURAL PARA TERRA ROXA ENTRE 1990 A 2016: O APL COMO DINAMIZADOR DA SOCIOECONOMIA LOCAL	Daiane Franciele Staback; Priscila Laís Blanck; Ednilse Maria Willers.	UNIOESTE - TOLEDO
16:45 – 17:00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, ECONOMIA E DESIGUALDADES SOCIAIS: IDH-M E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PARANÁ	Cinthia Oliveira dos Anjos; Marília de Souza; Décio Estevão do Nascimento.	UTFPR
17:00 – 17:15	QUEIJO COLONIAL DO SUDOESTE PARANAENSE: CAMINHOS PARA A VALORIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	Diego Ghedini Gheller; Hieda Maria Pagliosa Corona.	MAPA

Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala Ronald Coase, térreo, tarde
ST2 - Tecnologia, inovação e sistemas produtivos

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	PCTI NO BRASIL: A RELAÇÃO INOVAÇÃO E SISTEMA PRODUTIVO NA ATUAL ESTRATÉGIA NACIONAL	Antônio Carlos Mazzetti Marcos Junior Marini; Márcio Gazolla.	UTFPR
15:45 – 16:00	A INDÚSTRIA E A SOCIEDADE DE CONSUMO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	Cristiane Pizzolatto; Edilson Pontarolo.	UTFPR
16:00 – 16:15	A DINÂMICA EVOLUTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A ECONOMIA SUSTENTÁVEL: UMA REFLEXÃO ANCORADA A PARTIR DAS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DA INCUBADORA DE DIREITOS INSTITUCIONAIS E ORGANIZAÇÕES SOLIDÁRIAS (INDIOS)	Hayrton Francis Ximenes de Andrade; Amarildo Jorge da Silva; José Carlos Rolin de Moura.	UNIOESTE- FOZ
16:15 – 16:30	A ESPECIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DO SETOR SECUNDÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL (2000-2015)	Rafael Gonçalves Moreno; Rosele Marques Vieira.	UEMS
16:30 – 16:45	SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO: DISCUSSÕES SOBRE A CORRELAÇÃO ENTRE CONFIANÇA E COMUNICAÇÃO	Maria de Lourdes Alves Figueiredo; Andressa Rando Favorito; Silvestre Labiak Junior.	UTFPR
16:45 – 17:00	INFLUÊNCIA DO AUMENTO DO PREÇO DA TERRA SOBRE O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	Guilherme Asai; Alexandre de Souza Corrêa; Carlos Alberto Piacenti	UNIOESTE -TOLEDO
17:00 – 17:15	A INFLUÊNCIA DOS CLUSTERS DA INDÚSTRIA TÊXTIL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM TERRITÓRIO: uma análise bibliométrica	Andressa Rando Favorito; Maria de Lourdes Alves Figueiredo; Silvestre Labiak Jr.	UTFPR
17:15 – 17:30	SINTA NA PELE: IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CUIDADOS À PESSOA COM LESÃO DE PELE EM UM CENTRO ESPECIALIZADO NO VALE DO PARANHANA (RS)	Samanta Andresa Richter; Edemilson Pichek dos Santos; Daniel Luciano Gevehr.	FACCAT
17:30 – 17:45	AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVAS AGRÍCOLAS SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO: UMA ANÁLISE NA PRODUÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO-PR	Leandro Pereira dos Santos; Carla Maria Schmidt; Dagmar Mithöfer	UNIOESTE/ TOLEDO
17:45 – 18:00	AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	Ariana Cericatto da Silva; Pedro Henrique Evangelista Duarte.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala Otto Hirschmann, térreo, tarde
ST3 - Cultura, identidade e educação

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	A EDUCAÇÃO BÁSICA E A FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO OESTE DO PARANÁ	Josineide Aquino da Silva Amaral; Luciana Virginia Mario Bernardo; Ricardo Rippel.	UNIOESTE - TOLEDO
15:45 – 16:00	POR UM BRASIL COOPERATIVO E SOLIDÁRIO	Alcidir Mazutti Zanco; Adilson Francelino Alves	UNIOESTE - MCR
16:00 – 16:15	MATO GROSSO DO SUL E SEU POTENCIAL CRIATIVO	Estevão Domingo Copérnico Satti; Cláudia Maria Sonaglio.	UEMS
16:15 – 16:30	AS MULHERES, SEUS SABERES, FAZERES E AFAZERES: NARRATIVAS VISUAIS SOBRE O GÊNERO FEMININO NOS MUSEUS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ	Daniel Luciano Gevehr; Samanta Andresa Richter; Edemilson Pichek dos Santos.	FACCAT
16:30 – 16:45	AS TECNOLOGIAS DO EU: DO NÍVEL INDIVIDUAL ÀS RESISTÊNCIAS COLETIVAS DOS CAMPONESES NA CONTEMPORANEIDADE	Andréia Belusso; Edilson Pontarolo; Josiane Carine Wedig.	UTFPR
16:45 – 17:00	ANÁLISE ESPACIAL DA DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS EM RELAÇÃO À QUALIDADE DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO	Kacianni Moretto Santos; Moacir José dos Santos; Monica Franchi Carniello.	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
17:00 – 17:15	PARA UMA ARQUEOLOGIA DAS IDEIAS DE DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS EM TORNO DA RECEPÇÃO E CIRCULAÇÃO DO EVOLUCIONISMO NO BRASIL OITOCENTISTA	Aruanã Antonio dos Passos; Carolina Rodrigues da Silva.	UTFPR
17:15 – 17:30	A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS SITUADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS	Antônio Pasqualetto; Aline Tereza Borghi Leite; Juliano de Castro Silvestre.	PUC - GO
17:30 – 17:45	O PATRIMÔNIO AGRÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE AUTÔNOMA DE CASTILLA-LA MANCHA (ESPANHA) E SUA APLICABILIDADE À MICRORREGIÃO DE CANOINHAS (SANTA CATARINA, BRASIL)	Alexandre Assis Tomporosk	UNC

Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala 37, segundo piso, tarde
ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	COMPLEXIDADE AMBIENTAL: O DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA EXTRAÇÃO DO AZEITE DE OLIVA PORTUGUÊS	Reinaldo Knorek; Rui Pedro Julião	UNC
15:45 – 16:00	AGROTÓXICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O OESTE DO PARANÁ SOB OS OLHARES DA SAÚDE PÚBLICA	Juliane Vanderlinde Hort; Alvorí Ahlert	UNIOESTE - MCR
16:00 – 16:15	INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR AGROTÓXICOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA – 2007 A 2013	Luciana Virginia Mario Bernardo; Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha; Clandio Favarini Ruviano	UNIOESTE - TOLEDO
16:15 – 16:30	CIDADE INTELIGENTE: AS MUDANÇAS ESTRATÉGICAS PROMOVIDAS NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS ESTÃO INSERIDAS NESTE CONTEXTO?	Gabriela Cappellari; Alexandre Chapoval Neto; Jorge Oneide Sausen	UNIJUÍ
16:30 – 16:45	ANÁLISE DO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE PANAMBI/RS: UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	Janeque, Ricardina António; Rosani Marisa Spanevello; ANDREATTA, Tanice Andreatta	UFMS
16:45 – 17:00	O MANEJO SUSTENTÁVEL DOS REMANESCENTES DA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO PROSPECTIVO NO PLANALTO NORTE CATARINENSE	Alexandre Assis Tomporoski; Valdir Roque Dallabrida; Jairo Marchesan.	UNC
17:00 – 17:15	IMPACTOS E ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS: UMA PERSPECTIVA DAS AÇÕES SUSTENTÁVEIS REALIZADAS POR UMA EMPRESA DO RAMO DE AGRONEGÓCIO	Cristiane Ivete Bugs Vione; Patrícia Kischner, Sandra Beatriz Vicenci Fernandes.	UNIOESTE - FOZ
17:15 – 17:30	APONTAMENTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	Adriano Renzi ; Jandir Ferrera de Lima.	UFGD
17:30 – 17:45	A IMPORTÂNCIA DO IDESE NA GESTÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO PARANHANA/RS	Dilani Silveira Bassan; Alvaro Aloisio Bourscheidt; João Carlos Bugs.	FACCAT
17:45 - 18:00	A REVITALIZAÇÃO COMO CATALISADOR DE TRANSFORMAÇÃO - UM CONCEITO APLICADO A ESPAÇOS DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR	Raiana Ralita Ruaro Tavares; Gilson Ditzel Santos.	UTFPR



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 17/10/2018, quarta-feira, Sala Alfred Marshall, térreo, tarde
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território**

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	A UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES E INDICADORES NA EFETIVIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA BRASILEIRA	Bruna Marcelli Claudino Buher Kureke; Márcia de Andrade Pereira Bernardinis.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
15:45 – 16:00	POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL: 1935 – 2017	Josineide Aquino da Silva Amaral; Zelimar Soares Bidarra	UNIOESTE - TOLEDO
16:00 – 16:15	DETERMINANTES DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO DA REGIÃO SUL	Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor; Eduardo de Pintor; Carlos Alberto Piacenti.	UNIOESTE - TOLEDO
16:15 – 16:30	ANÁLISE DO PERFIL DA SAÚDE PÚBLICA EM MATO GROSSO DO SUL: UM ESTUDO DA MICRORREGIÃO DE DOURADOS	Aline Matoso dos Santos; Rafael Martins Noriller; Alexandre de Souza Corrêa.	UNIOESTE - TOLEDO
16:30 – 16:45	AVANÇOS E DESAFIOS NO PLANEJAMENTO EM MINAS GERAIS: DO II PLANOROESTE (1978) AO PDVJ (2017)	Emília Pereira Fernandes da Silva; Yara Janaína Pinto Gusmão; Eduardo Magalhães Ribeiro.	UFMG
16:45 – 17:00	O TURISMO EM CORUMBÁ/MS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA	Eliana Lambert; Jorceli de Barros Chaparro.	UFRGS
17:00 – 17:15	POLÍTICA PÚBLICA PARA O PLANEJAMENTO URBANO TERRITORIAL A PARTIR DA ECONOMIA CIRCULAR: REFLEXÕES E ALINHAMENTOS PROPOSITIVOS PARA AS CIDADES BRASILEIRAS	Christian Luiz da Silva.	UTFPR
17:15 – 17:30	DESGUALDADE SALARIAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL EM 2015: UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DO MERCADO DE TRABALHO	Carolina Freitas; Natália Guzella Perin; Mirian Beatriz Schneider.	UNIOESTE - TOLEDO
17:30 – 17:45	RESTAURANTES POPULARES COMO FERRAMENTA PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Elaine de Oliveira Zanini; Tânia Maria Smanioto Silveira; Mirian Beatriz Schneider.	UNIOESTE - TOLEDO
17:45 – 18:00	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO NO SUDOESTE DO PARANÁ	Cleverson Malagi; Marcos Junior Marini.	UTFPR

**Dia 17/10/2018, quarta-feira, Mini Auditório PPGDRA, terceiro piso, tarde
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões**

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	Egon Bianchini Calderari; Maria Lucia de Gomes Meza	UTFPR
15:45 – 16:00	A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NOS CERRADOS PIAUIENSES NA DINÂMICA DA REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL	Tiago Fernandes Rufo; Orimar Souza Santana Sobrinho; Fernando Araújo Sobrinho	UNB
16:00 – 16:15	O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NAS REGIÕES BRASILEIRAS (2000-2016)	Rita de Cássia Bacik; Mirian Beatriz Schneider; Alain Hernández Santoyo	UNIOESTE - TOLEDO
16:15 – 16:30	PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UM ENSAIO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL	Alessandra de Sant'Anna; Exzolvildres Queiroz Neto; Jamur Johnas Marchi	UNILA
16:30 – 16:45	CONSULTA POPULAR NO COREDE MISSÕES: IDENTIFICAÇÃO DE DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PERÍODO 2005-2013	Luis Cláudio Villani Ortiz; Lucélia Ivonete Juliani	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
16:45 – 17:00	CONSULTA POPULAR E ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL: UM ESTUDO RELACIONAL PARA O NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE 2006 A 2016	Luis Cláudio Villani Ortiz; Vilmar Antonio Boff; Ronaldo Leão de Miranda	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E MISSÕES
17:00 – 17:15	A MATRIZ COLONIAL EUROPEIA E AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA	Taís Wengenovicz; Maria Aparecida Lucca Caovilla	UNOCHAPECÓ
17:15 – 17:30	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: O AGIR DO ESTADO PARA ALÉM DA FUNÇÃO ADMINISTRAR	Gerson Luiz Pontarolli; Antônio Gonçalves de Oliveira	UTFPR
17:30 – 17:45	UM ESTUDO DA GOVERNANÇA LOCAL DO APL DE MÓVEIS DO SUDOESTE DO PARANÁ	Marcos Junior Marini; Gilcindo de Castro Corrêa Neto	UTFPR



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Ronald Coase, térreo, tarde
ST2 - Tecnologia, inovação e sistemas produtivos**

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	CAPITAL SOCIAL DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ	Augusto Faber Flôres; Marcos Junior Marini.	UTFPR
15:45 – 16:00	CLUSTERS AS AN ALTERNATIVE OF COMPETITIVENESS: A CASE STUDY OF PARANA	Isabela Romanha de Alcantara; Lucir Reinaldo Alves.	UNIOESTE - TOLEDO
16:00 – 16:15	AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE UM SISTEMA FOTOVOLTAICO PARA UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO PARANÁ	João Vitor Cassoli; Tatiane Dinca; Carlos Alberto Gonçalves Junior.	UNIOESTE - TOLEDO
16:15 – 16:30	BARREIRAS SANITÁRIAS E SEGURANÇA ALIMENTAR: O MARCO REGULATÓRIO	Márcio Alberto Goebel; Mirian Beatriz Schneider	UNIOESTE - TOLEDO
16:30 – 16:45	PERFIL DE INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA: O QUE NOS DIZ O DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ?	Ximena Novais de Moraes; Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza	UTFPR
16:45 – 17:00	INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR	Rafael Lucas Alves Ferreira; Eder Cordeiro; Adilson Francelino Alves	UNIOESTE - MCR
17:00 – 17:15	ERRADICACION DE LA POBREZA EXTREMA: UNA PROPUESTA DE SEGURIDAD ALIMENTARIA A TRAVES DE LA AGRICULTURA URBANA VERTICAL	Cristian Orlando Avila Quiñones; Zulma Lorena Duran; Waldecy Rodrigues	UNIVERSIDAD NACIONAL ABIERTA Y A DISTANCIA
17:15 – 17:30	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INDÚSTRIAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL – 1995 E 2010	Daiane M. Gotardo; Jefferson A. R. Staduto Carlos Dalberto	UNIOESTE - TOLEDO

**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Otto Hirschmann, térreo, tarde
ST3 - Cultura, identidade e educação**

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROGRAMA DE ESTUDANTES - CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO: CARACTERIZAÇÕES PRELIMINARES	Camila Kroetz; Giovanna Pezarico; Franciele Clara Peloso	UTFPR
15:45 – 16:00	DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Romildo Camargo Martins; Cláudia Mária Sonáglia	UEMS
16:00 – 16:15	EDUCAÇÃO, CULTURA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL	Beatriz Dutra dos Santos; Carlos Otávio Zamberlan	UEMS
16:15 – 16:30	EDUCAÇÃO AMOROSA: POSSIBILIDADES E DELIMITAÇÕES	Amarildo Jorge da Silva; José Carlos Rolim de Moura; Sandra Regina da Silva Pinela	UNIOESTE - FOZ
16:30 – 16:45	ESTADO DEL ARTE Y NORMATIVO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR INTERCULTURAL EN COLOMBIA	Adrian Camilo Cabrera Solarte	UNILA
16:45 – 17:00	O PAPEL DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA LOCAL	Vivian Letícia Aguero Godoy; Carlos Otávio Zamberlan	UEMS



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala 37, segundo piso, manhã
ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia**

8:30 – 8:45	ADAPTAÇÃO INTERNACIONAL DO MODELO HAZUS-MH PARA ESTIMATIVA DE PERDAS POR INUNDAÇÕES EM CURITIBA-PR	Edilberto Nunes de Moura; Jesse Ryan Rozelle	PUCPR / FEMA
8:45 – 9:00	EPISTEMOLOGIA EM SUSTENTABILIDADE: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	Jacira Lima da Graça; Flávio de São Pedro Filho; Jackson Sales Miranda Júnior	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
9:00 – 9:15	INOVAÇÃO SOCIAL EM UMA COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS	Jackson Sales Miranda Júnior; Guillermo Javier Diaz Villavicencio; Yudi Lorena Gomez Bravo	UNILA
9:15 – 9:30	TRANSFORMAÇÕES INDUSTRIAIS RECENTES NO MATO GROSSO DO SUL: Análise de medidas de localização da indústria no período de 1985-2014	Bruna Maria Oliveira Benites Ferreira; Claudia Maria Sonaglio	UEMS
9:30 – 9:45	A CRISE HÍDRICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2014-2015) E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Luana dos Santos Pereira; Daniel Firmo Kazay; Exzolvildres Queiroz Neto	UNILA
9:45 – 10:00	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: DO CRESCIMENTO A PROSPERIDADE	Adriano Renzi; Aline Patrícia Henz; Ricardo Rippele	UNIOESTE - TOLEDO
10:00 – 10:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
10:30 – 10:45	POPULAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO DO SUDOESTE PARANAENSE DE 2004 A 2014	Natália Guzella Perin; Jandir Ferrera de Lima	UNIOESTE - TOLEDO
10:30 – 10:45	DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS INDUSTRIAIS DO PARANÁ	Mateus Antunes de Lima; Augusta Pelinski Raiher	UEPG
10:45 – 11:00	USO DA ANÁLISE FATORIAL PARA CRIAÇÃO DE INDICADOR DE EFICIÊNCIA URBANA APLICADO AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	Tiago Machado Faria de Souza; Cibele Runichi Fonseca; Claudia Sonaglio	UEMS
11:00 -11:15	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS INDIVÍDUOS PARANAENSES QUE NÃO POSSUEM O REGISTRO DE NASCIMENTO	Juliana Cristina da Silva Laufer; Edicléia Lopes da Cruz Souza; Edinéia Lopes da Cruz Souza	UNIOESTE - TOLEDO



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala 37, segundo piso, tarde
ST4 - Meio ambiente, desenvolvimento regional e demografia**

15:00 – 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	O ESPAÇO URBANO E A CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ZOOLOGICO DE GOIANIA	Antônio Pasqualetto, Cibelle de Moura Guimarães Alexandre Thomáz Magalhães	PUC - GO
15:45 – 16:00	AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ NO CONTEXTO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO	Vanuza Aparecida Hoffmann Biz; Edicléia Lopes da Cruz Souza; Edinéia Lopes da Cruz Souza	UNIOESTE - TOLEDO
16:00 – 16:15	CARACTERIZAÇÃO MORFOMÉTRICA E AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VITORINO PR: INTERFACE SOLO E ÁGUA	Marciano Vottri; Julio Caetano Tomazoni; Cristiane Maria Tonetto Godoy	UTFPR
16:15 – 16:30	OCORRÊNCIAS DE AGRESSÃO À VIDA NA CIDADE DE CASCAVEL: UMA ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL DOS ANOS 2005 A 2015	Cássia Giroto; Mateus Piovesan Montagner; Rafaela Maria Graciano Carnevale	UNIOESTE - CASCAVEL
16:30 – 16:45	POSSIBILIDADES PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS UNIVERSITÁRIOS DE APOIO À AGRICULTURA URBANA DA CIDADE DE MONTES CLAROS	Tiago Rocha Santos; Lucas Rocha Santos; Hélder dos Anjos Augusto	UFMG
16:45 – 17:00	DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR	Tatiani Sobrinho Del Bianco; Ricardo Rippel; Nathalia Vitoria Lima Morejon	UNIOESTE - TOLEDO
17:00 – 17:15	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: ESTUDO COMPARATIVO EM CIDADES DO MATOPIBA NOS ESTADOS DE TOCANTINS E BAHIA	Orimar Souza Santana Sobrinho; Tiago Fernandes Rufo; Fernando Luiz Araújo Sobrinho	UNB
17:15 – 17:30	DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM INDICADOR SINTÉTICO	Daniel Massen Frainer; Daniel Amorim Souza Centurião; Caroline Andressa Welter	UEMS
17:30 – 17:45	A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR	Eliziane Raquel Rauch Ceratti; Cristiane Tonezer; Hieda Maria Pagliosa Corona	UNOCHAPECÓ
17:45 -18:00	LOCALIZACIÓN Y ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA: EL CASO DE LAS TRECE CIUDADES PRINCIPALES EN COLOMBIA	María Martinez Cohen; Cristian Orlando Avila, Nilton Marques de Oliveira	UFT - UNAD



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Alfred Marshall, térreo, manhã
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território

8:30 – 8:45	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA: UM ESTUDO DAS EXPECTATIVAS DOS EMPRESÁRIOS E DO INVESTIMENTO (2003-2017)	Laudelina Alves Ribeiro; Cristiano Stamm	UNIOESTE - TOLEDO
8:45 – 9:00	POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA: O CASO DO FLORIANÓPOLIS VILLAGE GOLF RESORT	Juliana Carioni Di Bernardi; Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes; Adriana Marques Rossetto	UFSC
9:00 – 9:15	PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS NOS PROCESOS DE DISCUSSÃO NO CONTROLE SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO COREDE MISSÕES E SEUS COMUDES	Sérgio Luís Allebrandt; Taciana Angélica Moraes Ribas; Roseli Fistarol Krüger	UNIJUÍ
9:15 – 9:30	PLANEJAMENTO TERRITORIAL EM CIDADES GÊMEAS	Aline Robles Brito; Fabricio José Missio	UFMG
9:30 – 9:45	VIOLÊNCIA E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: UMA LEITURA DESDE O “LOTEAMENTO EXPOENTE” EM CHAPECÓ-SC	Clarete Trzcinski; Augusto Jobim do Amaral	UFRGS
9:45 – 10:00	POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: REPENSANDO A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS DE CURITIBA	Gabriel Massao Fugii; Camille Bolson; Christian Luiz da Silva	UTFPR
10:00– 10:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
10:30 – 10:45	IMPORTÂNCIA DO SETOR AGROPECUÁRIO NA RECEITA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR	Rafael Schimanski Gwadera; Mariângela Alice Pieruccini Souza; Jovir Vicentini Esser	UNIOESTE - CASCAVEL
10:45 – 11:00	A COOPERAÇÃO COMO INSTRUMENTO: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Reneo Pedro Prediger; Sérgio Luís Allebrand; José Dalmo de Souza	UFFS
11:00 – 11:15	POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE UNIVERSAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE 2015 A 2018	Mariel Mayer Pilarski ; Ana Paula Myszczyk	UTFPR
11:15 -11:30	O ESTADO E SEUS INVESTIMENTOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO EM FLORIANÓPOLIS/SC	Adriana Marques Rossetto; Anicoli Romanini	UFSC
11:30 – 11:45	DISTRITOS INDUSTRIAIS DO COREDE NOROESTE COLONIAL: VISÃO, AÇÃO E DIFICULDADES DO PODER PÚBLICO	Sérgio Luís Allebrandt; Roseli Fistarol Krüger; Taciana Angélica Moraes Ribas	UNIJUÍ

Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Alfred Marshall, térreo, tarde
ST5 - Políticas públicas e planejamento do território

15:00– 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	QUEBRA DE CONTRATO SOCIAL E DESCONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL	Alexandra Patricia Albareda; Ricardo Lobato Torres	UTFPR
15:45 – 16:00	SUBORDINAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS À POLÍTICA ECONÔMICA: REPERCUSSÃO NO TERRITÓRIO E SEUS EFEITOS REGIONAIS	Maristela Dumas; Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza	UTFPR
16:00 – 16:15	AMBIENTE INCLUSIVO: O CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Leonardo Guerra de Rezende Guedes; Léia Soares Bueno; Elielda Aparecida Carvalho Bueno	PUC - GO



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Sala Alfred Marshall, térreo, tarde
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões**

16:15 – 16:30	AMAZÔNIA BRASILEIRA: NÍVEIS E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL	Mário Sérgio Pedroza Lobão; Jefferson Andronio Ramundo Staduto	UNIOESTE - TOLEDO
16:30 – 16:45	NOTAS SOBRE A ECONOMIA RURAL DA REGIÃO NORTE BRASILEIRA	Mário Sérgio Pedroza Lobão	IFAC
16:45 – 17:00	O DESENVOLVIMENTO E A SAÚDE NO OESTE DO PARANÁ	Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues; Camila de Almeida Luca; Ricardo Rippel	UNIOESTE - TOLEDO
17:00 – 17:15	CIDADES DE COMANDO REGIONAL PIAUIENSES: VOCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO E/OU DESENVOLVIMENTO REGIONAL?	Juscelino Gomes Lima; Rogério Leandro Lima da Silveira; Grazielle Betina Brandt	UNISC
17:15 – 17:30	AS IMPLICAÇÕES DA GOVERNANÇA NO DESENVOLVIMENTO DO APL DE VESTUÁRIO DE MURIAÉ-MG	Cecília Alves da Silva Antero; Magnus Luiz Emmendoerfer; Valdir Roque Dallabrida	UFV
17:30 – 17:45	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E VULNERABILIDADE SOCIAL NOS ESTADOS DO NORTE, BRASIL	Josineide Aquino da Silva Amaral; Roselaine Navarro Barrinha	UNIOESTE - TOLEDO
17:45 - 18:00	MUDANÇA ESTRATÉGICA EM UM HOSPITAL FILANTRÓPICO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: gestão social ou gestão estratégica?	Vanilson Viana Cardoso; Jorge Oneide Sausen; Airtton Adelar Mueller	UNIJUÍ

**Dia 18/10/2018, quinta-feira, Mini Auditório PPGDRA, terceiro piso, tarde
ST6 - Desenvolvimento e governança nos territórios e regiões**

15:00– 15:30	INTERVALO PARA O CAFÉ		
15:30 – 15:45	DETERMINANTES DO RENDIMENTO DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> POR UF BRASILEIRA, 2010	Márcio Luiz Ribeiro Alberth Martins Batista; Jefferson Andronio Ramundo Staduto	UNIOESTE -TOLEDO
15:45 – 16:00	CADEIA GLOBAL DE VALOR: UM ESTUDO DA INSERÇÃO VIA COMÉRCIO INTERNACIONAL, DOS MUNICÍPIOS DOS COREDES MISSÕES, NOROESTE COLONIAL, FRONTEIRA NOROESTE E CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL	Bernardo Both; Nelson José Thesing; Dilson Trennepohl	UNIJUÍ
16:00 – 16:15	A COMPARATIVE ANALYSIS OF FEDERAL UNIVERSITY EFFICIENCY ACROSS BRAZILIAN REGIONS (2010-2016)	Ariel Gustavo Letti; Luis E. Vila; Mauricio Vaz Lobo Bittencourt	UFPR
16:15 – 16:30	INTEGRAÇÃO REGIONAL: BUSCANDO NOVAS INSTITUCIONALIDADES PARA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE PESQUISA TRANSFRONTEIRIÇA	Claudio Machado Maia; Mario Riedl	UFRGS
16:30 – 16:45	SOCIEDADES DE GARANTIA DE CRÉDITO (SGC) E AS MPME DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, OESTE DO ESTADO DO PARANÁ	Wilson Danilo da Silva Pedro; Ednise Maria Willers; Lucir Reinaldo Alves	UNIOESTE -TOLEDO
16:45 – 17:00	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DO PARQUE TECNOLÓGICO DE ITAIPU COMO UM SISTEMA TERRITORIAL DE INOVAÇÃO	Andrea Pavei Schmoeller; Emanuelle Carvalho Moreira; Guillermo Javier Díaz-Villavicencio	UNILA
17:00 – 17:15	A HETEROGENEIDADE SUBSTANTIVA DOS TERRITÓRIOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO - NOTAS CRÍTICAS SOBRE OS DESAFIOS POSTOS ÀS PRÁTICAS E ÀS TEORIAS DO PLANEJAMENTO	Carolina Galvanese; Arilson Favareto	UFABC
17:15 – 17:30	AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA Y CADENAS CORTAS AGROALIMENTARIAS: LA FERIA MUNICIPAL DE YUTY – CAAZAPÁ (PARAGUAY)	Francisca Danaides Carreras Rios; Valdemar João Wesz Junior	UNILA
17:30 – 17:45	A DINÂMICA ECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PARA OS ANOS DE 2005 E 2015	Vilmar Nogueira Duarte; Patricia Estanislau; Moacir Piffer	UNIOESTE -TOLEDO
17:45 - 18:00	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – CAMPUS CERRO LARGO: A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA E DA COMUNIDADE EXTERNA APÓS CINCO ANOS DE SUA IMPLANTAÇÃO	Claudio Machado Maia; Taíz Viviane Dos Santos	UNOCHAPECÓ



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



SESSÃO TEMÁTICA 3 - CULTURA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO

Clique sobre o título para acessar o artigo

Título	Páginas
A educação básica e a formação de capital humano para o desenvolvimento do Oeste do Paraná	502-522
Por um Brasil cooperativo e solidário	523-543
Análise espacial da distribuição das escolas em relação à qualidade de ensino no município de Porto Velho-RO	544-558
Educação, cultura e a construção de uma identidade territorial	559-580
A contribuição dos Institutos Federais situados na Região Metropolitana de Goiânia no desenvolvimento regional do Estado de Goiás	581-602
O patrimônio agrário como estratégia de desenvolvimento da comunidade autônoma de Castilla- La Mancha (Espanha) e sua aplicabilidade à Microrregião de Canoinhas (Santa Catarina, Brasil)	603-622
As tecnologias do eu: do nível individual às resistências coletivas dos camponeses na contemporaneidade	623-634
A internacionalização da educação superior e o programa de estudantes - convênio de pós-graduação: caracterizações preliminares	635-654
Dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares e o desenvolvimento regional	655-677
Para uma arqueologia das ideias de desenvolvimento e evolução: alguns apontamentos em torno da recepção e circulação do evolucionismo no Brasil oitocentista	678-697
Educação amorosa: possibilidades e delimitações	698-711
Estado del arte y normativo de la educación superior intercultural en Colombia	712-730
O papel das escolas do município de Ponta Porã na construção identitária local	731-747



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**A EDUCAÇÃO BÁSICA E A FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO PARA O
DESENVOLVIMENTO DO OESTE DO PARANÁ**

**BASIC EDUCATION AND HUMAN CAPITAL TRAINING FOR THE DEVELOPMENT OF
THE WEST OF PARANÁ**

Josineide Aquino da Silva Amaral¹

Luciana Virginia Mario Bernado²

Ricardo Rippel³

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: O objetivo deste trabalho é criar e analisar o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE) da região Oeste do Paraná nos anos de 2000 e 2010. A metodologia utilizada foi a análise Fatorial Exploratória (AFE) e análise de clusters. Os resultados mostraram que as variáveis utilizadas na análise formaram dois fatores, que juntos explicam 90,42% da variância das variáveis. A análise de cluster mostrou que em 2000 os municípios estavam agrupados em três cluster, sendo divididos em baixo, médio e alto desenvolvimento. Já em 2010 foram formados 2 cluster, com médio e alto desenvolvimento. O município de Diamante do Sul não se agrupou a nenhum cluster por possuir baixo desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconômico. Capital humano. Oeste do Paraná

Abstract: The objective of this work is to create and analyze the Socioeconomic Development Index (IDSE) of the western region of Paraná in the years 2000 and 2010. The methodology used was the Exploratory Factorial Analysis (AFE) and analysis of clusters. The results showed that the variables used in the analysis formed two factors, which together explain 90.42% of the variance of the variables. The cluster analysis showed that in 2000 the municipalities were grouped in three clusters, being divided into low, medium and high development. Already in 2010 were formed two cluster, with medium and high development. The municipality of Diamante do Sul was not grouped in any cluster because it had low development.

Keywords: Socioeconomic development. Human capital. West of Paraná.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, email: jasaeconomia@hotmail.com

² Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, email: lucianamario@yahoo.com.br

³ Doutor em Demografia, professor e pesquisador da Unioeste e diretor do CCSA, campus Toledo, email: ricardorippel@yahoo.com.br



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



INTRODUÇÃO

A partir da globalização, muitas alterações ocorreram no cotidiano dos indivíduos, desde a facilitação na comunicação em tempo real para grandes distâncias, até a forma como pode ocorrer a transmissão de informação e conhecimento, criando novas demandas e comportamentos (SQUIRRA, 2010). Estas alterações implicam para as organizações na necessidade de manterem-se competitivas diante destes desafios do mercado (FAYARD, 2006; MEIHAME; MEIHAME, 2014). Neste sentido, a qualidade dos recursos humanos presentes em uma localidade e a capacidade de inovação oriunda destes profissionais, é um dos principais diferenciais, que podem implicar em maior ou menor competitividade das organizações (MARIANA, 2015).

Tendo em vista o atual modelo de desenvolvimento, o capital humano é imprescindível para o adequado andamento de negociações, seja em âmbito público ou privado, que é resultado da qualificação profissional, principalmente da quantidade de anos de estudo, por meio da educação formal (COSTA; COCHIA, 2013; BECKER, 1993). Assim, há um consenso global de que a educação é responsável por mudanças econômicas e sociais tanto para os indivíduos como para as nações, tendo em vista que existe uma tendência de que quanto maior o número de anos de educação formal, ou acesso a cursos e treinamentos profissionais, maior será a produtividade dos profissionais, bem como, o acesso a melhores condições de trabalho e oportunidades laborais (SACHS, 2015). Além disso, o investimento em educação direciona, conseqüentemente, para melhorias nos âmbitos de desenvolvimento da localidade, uma vez que a qualificação de mão de obra resulta em melhores salários e maior acesso à serviços básicos, que denotam a qualidade de vida do indivíduo.

Por outro lado, a educação por muitos anos foi compreendida como um dilema de escolhas exclusivas, ou seja, os conteúdos de cada disciplina escolar eram restritivos, não havendo inteiração. Contudo, percebeu-se a necessidade da transmissão do conhecimento a partir da perspectiva interdisciplinar para a solução de problemas sociais (RUSTIADI, 2015). Desta forma, o capital humano, constituído ao longo dos anos escolares, requer a formação de habilidades e competências que prepare o indivíduo para tomar decisões que tragam soluções para estes problemas.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Neste contexto, o objetivo da pesquisa é identificar o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – IDES dos 50 municípios que formam a Região Oeste do Estado do Paraná, agrupados em três microrregiões: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Para tanto, foram utilizados dados do Índice de Desenvolvimento Social e Econômico (IDSE) de 2000 e 2010, com a seleção de dez variáveis.

CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico são distintos. As nações, durante muito tempo, na busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico, deixaram em segundo plano o bem-estar da população. Neste sentido, compreender e diferenciar os conceitos de desenvolvimento e crescimento é imprescindível para planejar o desenvolvimento das regiões. O desenvolvimento deve ser visto como um processo de transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Ele requer além do crescimento econômico, mudanças na vida social das pessoas, como melhoria na educação, saúde, lazer, transportes, ou seja, um fortalecimento estrutural e social (OLIVEIRA, 2002).

As regiões são heterogêneas em relação ao desenvolvimento, ou seja, uma pode se desenvolver mais que as outras, mesmo estando próximas geograficamente. Contudo, para haver o desenvolvimento é necessário que o crescimento econômico, em dado período. Este crescimento é localizado, não é disseminado no espaço, ele surge em pontos ou polos distintos e propaga-se pelo conjunto da economia (PERROUX, 1962). Além disso, um polo de crescimento surgir a partir de uma indústria motriz, essa por sua vez caracteriza-se como aquela que consegue realizar com antecedência a separação dos fatores de produção, a concentração de capitais e uso de técnicas apropriadas, obtendo como resultado um sistema de mecanização eficiente (PERROUX, 1955).

O polo de crescimento vai se modernizando e criando uma série de fatores que leva ao desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento é um desdobramento do processo do polo de crescimento. Contudo, o desenvolvimento implica na combinação de mudanças sociais e mentais de uma população, fazendo com que seu produto real global cresça com durabilidade (PERROUX, 1955). Além disso, o desenvolvimento não depende apenas de combinações ótimas



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



de recursos e fatores de produção, mas também de levantamento e utilização dos recursos e das habilidades que se encontram esparsos, ocultos ou mal utilizados (HIRCHMAN, 1983).

Para Hirschman (1961), o desenvolvimento é desequilibrado, isto porque os investimentos em educação são desiguais para as diferentes regiões. Quando uma região se desenvolve antes das outras, em um mesmo país, acabam por provocar uma série de perdas de recursos disponíveis nas regiões não desenvolvidas, ocasionando os desequilíbrios. Desse modo, a solução para as disparidades entre as regiões seriam os investimentos que produzam efeitos positivos ao crescimento econômico. Neste contexto, observa-se que o desenvolvimento é, na sua essência, um processo de crescimento econômico acompanhado pela melhoria das condições de vida da população em relação a saúde, alimentação, habitação e educação da população (KUZNETS, 1983).

Rostow (1978) argumenta que existem cinco etapas para se alcançar o desenvolvimento. A primeira etapa é a (i) sociedade tradicional, onde predomina a agricultura, com pouca tecnologia e baixo rendimento per capita. Seguida das (ii) pré-condições para o arranco, em que ocorre o aumento da taxa de acumulação de capital físico e transformações que afetam e alteram a estrutura social. O (iii) arranco surge como a terceira etapa, ao qual há o aumento dos investimentos, progresso industrial e condições favoráveis ao desenvolvimento sustentado. Na (iv) maturidade ocorre a difusão da tecnologia que possibilita a economia produzir qualquer mercadoria e finalmente (v) para a era do consumo em massa, aumento da renda, da qualificação da mão de obra e consumo de bens duráveis e semiduráveis.

Desta forma, é perceptível que o desenvolvimento não ocorre de forma igual para todas as regiões. É um processo irregular e desigual no espaço, fortalecendo regiões mais dinâmicas. Algumas regiões necessitam da influência dos atores locais para alcançar o desenvolvimento, assim, as universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associação comerciais e industriais, entre outros, são importantes para o desenvolvimento das regiões (SOUSA, 2005). Nesta perspectiva endógena, considerando os fatores internos à região capazes transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento, Oliveira e Lima (2003, p. 31), consideram que “pensar em desenvolvimento regional é, antes de



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

A teoria do capital humano surgiu há pouco tempo, e atua sobre a demanda da educação, corroborando os aspectos de investimento que cercam essa decisão. As pessoas escolhem por gastar em educação comparando o valor presente dos custos deste investimento com o valor dos benefícios que surgirão no futuro. A economia não cresce apenas com capital e produtividade, mas necessita da presença do homem para executar suas atividades, e esse por sua vez, precisa da educação para adquirir conhecimento (AMORIM, 2008). Cada trabalhador traz para o mercado de trabalho um conjunto singular de habilidades e qualificações adquiridas ou capital humano. A educação está associada com taxas mais baixas de desemprego e ganhos mais altos, assim, trabalhadores com maior nível de escolaridade ganham mais que trabalhadores com menos tempo de estudo.

Os estudos sobre capital humano e desenvolvimento econômico ganham destaque no meio acadêmico nos anos recentes. Os trabalhos de Nakabashi e Figueiredo (2008), Viana e Lima (2010), Mayer e Rodrigues (2013), Faria et al. (2016), entre outros, mostraram como o capital humano (educação) influenciou no desenvolvimento das regiões. Destacam também que o investimento em educação em algumas regiões foi de fundamental importância para o seu desenvolvimento.

Nakabashi e Figueiredo (2008) avaliaram os diferentes canais pelo qual o capital humano afeta o nível e a taxa de crescimento da renda por trabalhador através do uso de uma variável que incorpora aspectos quantitativos e qualitativos deste fator. Os resultados obtidos mostram que em alguns países a renda do trabalhador não é afetada pelo capital humano. Isso porque em alguns países que acumularam capital humano, o fizeram apenas quantitativamente, ou seja, não beneficiou as práticas laborais dos indivíduos.

Viana e Lima (2010) fizeram uma revisão da literatura e analisaram os principais elementos da teoria do capital humano, principalmente sua influência no desenvolvimento econômico de uma região. Os autores concluíram que o investimento em capital humano, principalmente educação, traz maiores ganhos e bem-estar para as pessoas. As regiões com maiores investimentos em educação, saúde e acesso a alimentação tendem a ser mais



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



desenvolvidas, por isso, para diminuir as desigualdades econômicas entre as regiões, é necessário que os investimentos nessas áreas sejam equilibrados.

O capital humano tem o fator endógeno, que diferente das teorias neoclássicas, abordam a qualificação dos indivíduos como influência no desenvolvimento das regiões, já que o processo de novos avanços tecnológico precisa de pessoas qualificadas para gerenciar o uso das tecnologias (VIANA; LIMA, 2010).

O desenvolvimento econômico ocorre de um processo histórico do crescimento sustentado da renda, levando a melhoria da qualidade de vida da sociedade de um país, sendo fruto da sistemática acumulação de capital e incorporação do conhecimento técnico. Como está relacionado ao bem-estar social, o desenvolvimento também se relaciona com a educação. Nesse sentido, o investimento em educação interage com o crescimento econômico porque o mesmo aufere níveis de produtividade, desenvolvimento técnico, uma população mais instruída e capacitada para o mercado de trabalho (MAYER; RODRIGUES, 2013).

Mayer e Rodrigues (2013) analisaram se o estoque do capital humano (educação) é capaz de proporcionar em menos tempo, aumento da renda e bem-estar da população, levando assim ao desenvolvimento econômico. Concluíram que a educação torna os indivíduos mais qualificados para o mercado de trabalho e as pessoas mais instruídas exercem melhor os seus direitos. O investimento na qualificação dos indivíduos é fundamental para que elas acumulem mais capital humano, tornando-as mais produtivas. Pessoas mais qualificadas têm melhores empregos e salários, conseqüentemente maior bem-estar, o que influencia no desenvolvimento do país e no exercício de práticas democráticas.

De acordo com Queirós (2014), o capital humano é identificado como um dos principais determinantes do crescimento econômico, sendo consensuais os seus efeitos positivos, assumindo também um papel muito importante no progresso tecnológico de uma nação. Queirós (2014) analisou um conjunto de países da OCDE para verificar o impacto do capital humano no desenvolvimento. O estudo analisou o viés da oferta e da demanda no período de 1960 a 2011. Os resultados mostraram que o capital humano tem grande importância no desenvolvimento econômico, considerando a especialização produtiva dos países, quando considerados individualmente. É demonstrado que o impacto do capital humano no crescimento econômico é



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



tão mais intenso quanto maior for a especialização dos países em atividades de elevado conteúdo de conhecimento e tecnologia.

Ainda segundo Queirós (2014), o capital humano é descrito como o conjunto de recursos intangíveis inerentes ao trabalho, que melhora a produtividade do indivíduo. Esses recursos são adquiridos pelo indivíduo ao longo de sua vida com a educação formal, experiências e cuidados com a saúde. O capital humano tem um efeito direto no desenvolvimento econômico, pois o incremento na escolaridade faz com que os indivíduos sejam mais produtivos e inovadores. “O capital humano na sua dimensão de escolaridade/educação poderá ter efeitos indiretos no desempenho econômico” (QUEIRÓS, 2014, p. 4).

A contribuição do capital humano para o desenvolvimento de um país é tanto maior quanto mais especializada for a economia, sendo assim, indústrias que requerem mão de obra mais qualificada elevam a especialização dos trabalhadores (QUEIRÓS, 2014). Nesta perspectiva, o desenvolvimento econômico deverá passar não apenas pelo investimento em capital humano, mas também pelo investimento em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, que geram valor agregado para a economia.

O capital humano carrega consigo aptidões, tais como o conhecimento e a habilidade a serem obtidos pela mão de obra, que permitem aumentar o desenvolvimento individual, social e a prosperidade econômica, alcançado por meio da educação e da aprendizagem ao longo da vida. Porém, quanto mais tempo o indivíduo permanece estudando, maiores serão os custos individuais e sociais, por isso, deve haver uma melhora no emprego durante a educação, a fim de desenvolver o capital humano e reduzir os custos (ATALAY, 2015).

Os retornos obtidos com capital humano vão além dos ganhos monetários, destaca-se também a influencia nas decisões de consumo e investimento, na vida mais saudável e mais longa, no aumento da taxa de alfabetização, no desenvolvimento da cidadania e na consciência da democracia, na formação de um ambiente mais adequado ao crescimento econômico, nas menores taxas de criminalidade, no aumento das publicações e atividades culturais, no melhor funcionamento da economia e dos mercados e o desenvolvimento das liberdades (ATALAY, 2015).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Pelinescu (2015) discutiu papel da educação e da inovação no desenvolvimento da Romênia e em outros países da União Europeia, usando dados em painel. A autora mostra que existe uma relação positiva, estatisticamente significativa entre o PIB per capita e a capacidade inovadora de capital humano (evidenciada pelo número de patentes) e a qualificação dos funcionários (ensino secundário), conforme esperado de acordo com a teoria econômica. O estudo demonstrou ainda a existência negativa entre gasto com a educação no PIB e o PIB per capita, o que pode ser explicado pela heterogeneidade dos países analisados.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



METODOLOGIA

Foram selecionadas dez variáveis para análise, conforme apresenta o Quadro 1:

Quadro 1: Variáveis analisadas nos anos 2000 e 2010

Variável	Descrição
X1. Índice de Gini (Gini)	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
X2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Dimensão Educação (IDHM-E)	É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3.
X4. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Dimensão Renda (IDHM-R)	É obtido a partir do indicador Renda per capita, através da fórmula: Em que os valores mínimo e máximo são R\$ 8,00 e R\$ 4.033,00 (a preços de agosto de 2010).
X6. Proporção de pobres (PMPOB)	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
X7. Proporção de vulneráveis à pobreza (PPOB)	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
X8. Renda per capita média (RDPC)	Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 1º agosto de 2010.
X9. Taxa de analfabetismo da população de 18 a 24 anos de idade (T-ANALF18A24)	Percentual da população de 18 a 24 anos de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples.
X10. Taxa de analfabetismo da população de 25 a 29 anos de idade (T-ANALF25A29)	Percentual da população de 25 a 29 anos de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples.
X12. Taxa de frequência bruta à pré-escola (T-FBPRE)	Percentual de crianças de até 5 anos de idade frequentando a pré-escola. As pessoas de 6 anos ou mais frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do Ensino Fundamental.
X13. Taxa de frequência bruta ao ensino superior (T-FBSUPER)	Razão entre o número total de pessoas de qualquer idade frequentando o ensino superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado) e a população na faixa etária de 18 a 24 anos multiplicado por 100.

Fonte: IPEA, 2010.

Além disso, foram utilizados os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, para o ano de 2007 e 2015, no qual a diferença dos resultados entre os anos foi identificada para cada município da região Oeste do Paraná e expresso em mapas temáticos de símbolos proporcionais.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Método

A análise fatorial é uma técnica da estatística multivariada que objetiva redução e sumarização de dados em um número inferior de variáveis (fatores) em relação a quantidade de variáveis originais com a mínima perda de informação do fenômeno estudado. Neste estudo foi utilizada a Análise Fatorial Exploratória

O método de análise fatorial consiste na tentativa de determinar as relações quantitativas entre as variáveis, de modo a associar, aquelas com padrão semelhante, o efeito de um fator causal subjacente e específico. Neste estudo foi utilizada a Análise Fatorial Exploratória (AFE).

A AFE procura explorar a relação entre um conjunto de variáveis, identificando padrões de correlação. Além disso, a AFE pode ser utilizada para criar variáveis independentes ou dependentes que podem ser utilizadas posteriormente em modelos de regressão (FIGUEIRO; SILVA, 2010).

O modelo de análise fatorial pode ser representado algebricamente da seguinte forma:

$$X = \alpha F + e, \quad (1)$$

em que X é um vetor de variáveis dependente padronizadas com média zero e variância unitária; α é uma constante (cargas fatoriais); F corresponde a um vetor de fatores comuns não correlacionados, por fim, e corresponde ao termo de erro que capta a variância específica de X .

O fator constitui-se como a parte da variação total dos dados que pode ser explicada pelo conjunto das variáveis que o compõem. É expressa na expressão:

$$X_i = \alpha_{i1}F_1 + \alpha_{i2}F_2 + \alpha_{i3}F_3 + \dots + \alpha_{in}F_n + \epsilon_i \quad (2)$$

Em que: X_i são as variáveis padronizadas, $\alpha_{i1}, \alpha_{i2}, \alpha_{i3} \dots \alpha_{in}$ são cargas fatoriais, $F_1, F_2, F_3 \dots F_n$ são os fatores comuns, e é a magnitude de variação da variável i que não é explicada pelo fator nem por outra variável do conjunto analisado.

Para testar a adequabilidade do modelo de análise fatorial, geralmente utiliza-se a estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de Bartlett. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) varia entre 0 e 1. Quanto mais perto de 1, tanto melhor. Hair et al. (2006) sugerem a seguinte escala para interpretar o valor da estatística KMO: entre 0,90 e 1 excelente; entre 0,80 e 0,89 bom; entre 0,70 e 0,79 mediano; entre 0,60 e 0,69 medíocre; entre 0,50 e 0,59 ruim e entre 0



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



e 0,49 inadequado. o teste de esfericidade de Bartlett serve para testar a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade. Se esta hipótese for rejeitada a análise pode ser realizada.

A rotação de fatores tem como objetivo a transformação dos coeficientes dos fatores retidos numa estrutura simplificada. Esta estrutura simplificada torna mais compreensível a identificação e interpretação de cada fator, a partir dos pesos das variáveis que o compõem (PORTELA, 2012). A rotação ortogonal considera que os fatores são independentes entre si, ou seja, não existe correlação entre os fatores. Optou-se pelo método de rotação varimax que procura obter uma estrutura fatorial onde apenas uma das variáveis originais esteja fortemente associada com um único fator (PORTELA, 2012).

Análise de Agrupamento

A análise de agrupamentos, também conhecida como análise de conglomerados, classificação ou *cluster*, tem objetivo dividir os elementos da amostra. A partir das semelhanças ou pelas diferenças características da mesma (HAIR JR., 2005), sendo que os elementos que compõem o grupo devem ser o mais semelhante possível entre si, e as diferenças entre os grupos deve ser a maior possível. A distância euclidiana ou o coeficiente de correlação é usualmente utilizado para determinar a distância entre os pontos.

A distância de um elemento i para outro elemento j é calculada pela expressão:

$$D_{ij} = \sqrt{[(X_i - X_j)(X_i - X_j)]} \quad (3)$$

Este cálculo pode ser generalizado para todos os elementos do estudo, sendo ainda as distâncias representadas na matriz de proximidade e a anotação ij . A posição nessa matriz indica a distância entre o elemento i e o elemento j . Visando evitar coeficientes negativos que prejudiquem a formação do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Oeste do Paraná - IDSE, é conveniente inserir todos os valores das componentes principais no primeiro quadrante, a partir de:

$$F_{ij} = \frac{(F_{ij} - F_i^{min})}{F_i^{max} - F_i^{min}} \quad (4)$$



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Em que CP_{min} e CP_{max} são os valores máximos e mínimos observados para o j -ésimo escore do componente principal associado ao i -ésimo dos municípios do Oeste do Paraná. Na construção do $IDSE_i$, associado ao i -ésimo município, definiu-se a equação:

$$IDSE = \frac{\lambda_i}{\sum_{i=1}^n \lambda_i} F_{ij} \quad (5)$$

Em que o $IDSE$ é o índice do i -ésimo município ij a j -ésimo raiz característica, n é o número de fatores utilizados na análise, j_i CP^* o j -ésimo escore do componente do i -ésimo município e $\sum \lambda_i$ é o somatório das raízes características referentes aos n fatores extraídos. Para melhor compreensão dos resultados os índices foram multiplicados por 100 (cem).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise fatorial exploratória (AFE)

Ao analisar a aplicação fatorial verificou-se que o teste KMO para adequabilidade da amostra apresentou valor 0,873, acima do valor crítico. Da mesma forma o teste de esfericidade de Bartlett foi estatisticamente significativo ($P < 0,000$), indicando que a amostra pode ser analisada pelo método de análise fatorial. A análise foi feita para os períodos de 2000 e 2010.

Na Tabela 1 são apresentados 2 fatores com raízes características maior que 1. Conjuntamente, esses fatores explicam 90,42% da variância total das variáveis analisadas. Os resultados mostraram que o fator 1 explica 71,83% da variância da variável após a rotação Varimax. No fator 2, 18,59% da variância.

Tabela 1: Variância explicada e acumulada pelos fatores com raízes características normais e rotacionadas.

Fator	Raiz	Variância %	Variância Acumulada	Rotação Varimax		
				Raiz	Variância %	Variância Acumulada %
1	7,12	79,05	79,05	6,46	71,83	71,83
2	1,02	11,37	90,42	1,67	18,59	90,42

Fonte: resultado da pesquisa.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Na Tabela 2, mostra-se que antes e após a rotação varimax, a variável GINI mostrou-se altamente correlacionada como fator 2. As demais variáveis se correlacionam com o fator 1, o que corrobora com a análise feita na Tabela 1, ao qual, o primeiro fator explica 71,83% da variância das variáveis, ou seja, existe uma concentração de relações entre as variáveis no fator 1.

Em relação as comunalidades, observa-se que estas, são quantidades de variâncias, ou seja, as correlações de cada variável explicada pelos fatores. Quanto maior a comunalidade maior será o poder de explicação de uma variável. As comunalidades expressas na Tabela 3, indicam que os fatores extraídos para as variáveis apresentam alto nível de variância em comum, revelando que os indicadores têm sua variabilidade captada e representada pelos dois fatores identificados. O fator 1 pode ser classificado como fator de capital humano e desenvolvimento econômico. O fator 2 pode ser denominado de reprodução da pobreza

Tabela 2: Cargas fatoriais antes e depois da Rotação Varimax e Comunalidade para os municípios do Oeste do Paraná para os anos de 2000 e 2010

Variáveis	Cargas fatoriais antes da Rotação Varimax		Cargas Fatoriais após a Rotação Varimax		Comunalidade
	1	2	1	2	
X7_PPOB	-0,96	0,22	-0,98	-0,01	0,91
X4_IDHM_R	0,94	0,28	-0,96	0,04	0,86
X10_TANALF25M	-0,93	0,06	0,92	0,03	0,96
X6_PMPOB	-0,92	0,27	-0,92	-0,16	0,93
X8_RDPC	0,92	0,31	0,85	0,50	0,96
X2_IDHM_E	0,91	-0,19	0,83	0,27	0,95
X12_TFBSUPER	0,87	0,07	0,82	0,52	0,66
X13_TSUPER25M	0,74	0,40	-0,79	0,19	0,88
X9_TANALF18A24M	-0,72	0,38	0,62	0,56	0,76
GINI	0,05	0,95	-0,18	0,94	0,70

Fonte: resultado da pesquisa

Observa-se na Tabela 2 que as variáveis X7_PPOB, X4_IDHM_R, X6_PMPOB, X13_TSUPER25M estão relacionadas ao fator 1 e possuem sinal negativo após a rotação. Isso significa que quando uma dessas variáveis diminui, o desenvolvimento econômico da região deve aumentar e vice-versa, ou seja, estão inversamente relacionadas. Em relação a pobreza, observa-se que esta pode ser plural e complexa, influenciada por diferentes dimensões além das questões econômicas, como saúde e educação. Este conjunto de variáveis influenciam o bem-estar das pessoas em uma sociedade (SEN, 2010). No entanto, a variável que relaciona desenvolvimento



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA

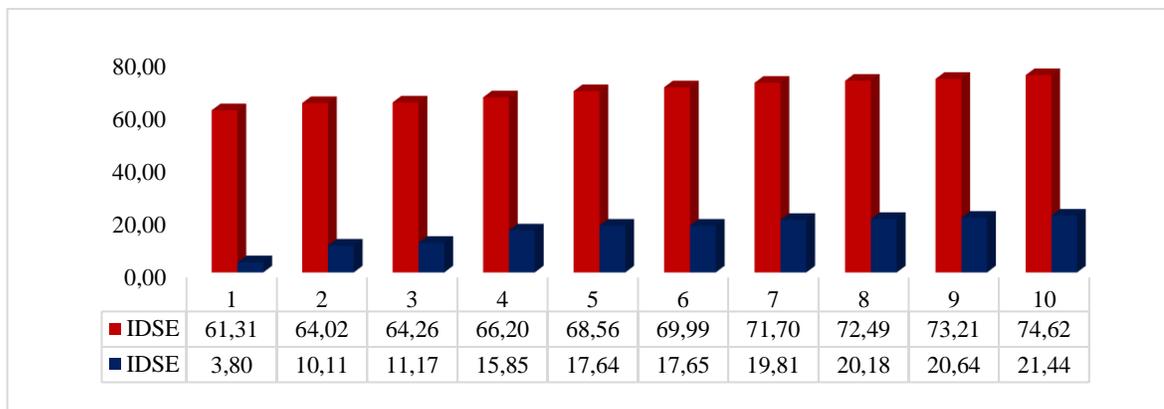


com a frequência ao ensino superior também foi negativa (sinal não esperado). Acredita-se que quanto maior o acesso dos indivíduos ao ensino superior, maior é grau de desenvolvimento da região, mas isso não foi identificado.

A explicação para esta situação pode estar na dispersão da mão de obra formada da região para outras localidades, devido a falta de vagas no mercado de trabalho ou a baixa remuneração. Além disso, Oliveira (2017) considera que a configuração da atividade econômica de uma região pode influenciar nas escolhas de preferências por características da mão de obra empregada. Em relação a Região Oeste do Paraná, no período de 2000 a 2015, não há uma relação direta nos municípios em relação a população e o emprego, tendo em vista que municípios com redução populacional tiveram aumento no número de empregos oferecidos. Além disso, setores como a Agropecuária, Indústrias de Baixa Tecnologia e Serviços Pouco Intensivos em Conhecimento são relevantes para a maioria dos municípios que compõe a região (RODRIGUES; ALVES, 2017).

A Figura 2 indica o ranking dos 10 municípios com menor (em azul) e maior (em vermelho) IDSE, no ano de 2000.

Figura 2. Ranking dos 10 municípios com maior e menor IDSE do Oeste do Paraná em 2000



Fonte: Resultado da pesquisa, IPEA, 2010.

Observação:

Municípios com maiores IDSE: 1-Pato Bragado, 2-Foz do Iguaçu, 3-Toledo, 4-São Miguel do Iguaçu, 5-Serranópolis do Iguaçu, 6-Entre Rios do Oeste, 7-Cascavel, 8-Marechal Cândido Rondon, 9- Assis Chateaubriand, 10-Palotina.

Municípios com menores IDSE: 1-Ramilândia, 2- Campo Bonito, 3-Iracema do Oeste, 4-São José das Palmeiras, 5-Braganey, 6-Iguatu, 7-São Pedro do Iguaçu, 8-Diamante do Sul, 9-Diamante D'Oeste, 10-Lindoeste.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Observa-se que o município com maior IDSE em 2000 foi Palotina, seguido de Assis Chateaubriand e Marechal Cândido Rondon. O município de Palotina possui índices de desenvolvimento significativos, tendo em vista que a taxa de analfabetismo em 2000 era de apenas 1,38% para a faixa etária entre 18 e 24 anos (IPEA, 2010). Este pode ser um indicativo da preocupação por parte do município em relação a educação. Na análise dos municípios com menores índices, o menor desempenho é Ramilândia, com apenas 3,8% de desenvolvimento. Observando os índices deste município é possível notar que o mesmo possui em baixo índice de desenvolvimento educacional e uma baixa renda per capita por residentes no domicílio. A taxa de analfabetismo entre os jovens de 18 a 24 é de 6,99% e entre os acima de 25 anos de 30%.

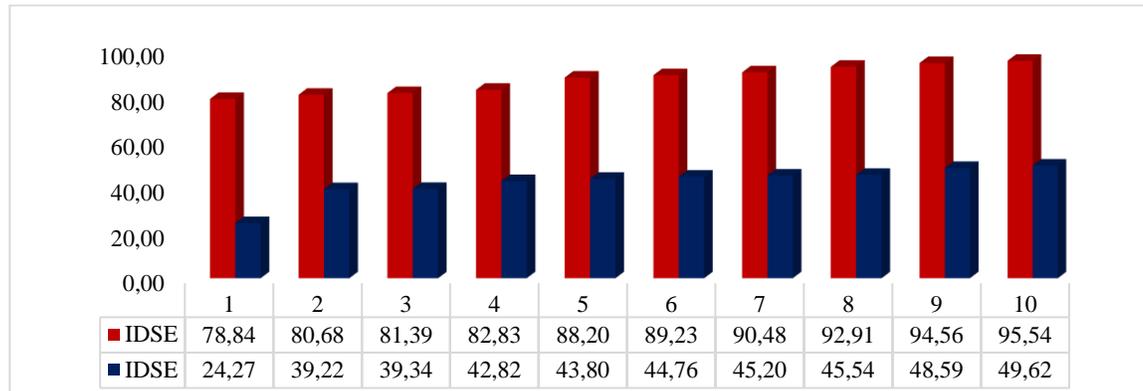
Continuando a análise sobre os municípios, a Figura 3 mostra a relação dos 10 municípios mais desenvolvidos e os 10 menos desenvolvidos em 2010. Observa-se que houve uma melhora no IDSE dos municípios com baixa taxa de desenvolvimento. É o caso de Ramilândia, que em 2000 tinha um índice de apenas 3,80% e chegou a 39,22% em 2010. Na lista dos mais desenvolvidos houve um substancial melhora no IDSE em 2010, principalmente para os municípios de Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes e Serranópolis do Iguaçu. Observa-se que Assis Chateaubriand, que em 2000 estava entre os dez melhores no IDSE, perdeu sua posição, não se enquadrando no Ranking. Já a posição de Itaipulândia pode ser explicada pela elevada renda per capita do município em virtude dos *royalties* que recebe da Usina Itaipu Binacional. Também possui um elevado índice de indivíduos com nível superior e baixa taxa de analfabetismo.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 3. Ranking dos 10 municípios com maior e menor IDSE do Oeste do Paraná em 2010.



Fonte: resultado da pesquisa, dados do IPEA, 2010.

Observação:

Municípios com IDSE maiores: 1-Toledo, 2-Foz do Iguaçu, 3- Palotina, 4- Medianeira, 5- Entre Rios do Oeste, 6- Cascavel, 7- Serranópolis do Iguaçu, 8- Quatro Pontes, 9- Marechal Cândido Rondon, 10-Itaipulândia.

Municípios com IDSE menores: 1- Diamante do Sul, 2- Ramilândia, 3- Diamante D'Oeste, 4- Iracema do Oeste, 5- Ibema, 6- Boa Vista da Aparecida, 7- Anahy, 8- Lindoeste, 9- Santa Lúcia, 10- Iguatu.

Perroux (1962) considerou as regiões heterogêneas em relação ao desenvolvimento, desta forma, uma região pode ser mais desenvolvida que outra, mesmo que estejam próximas geograficamente. Da mesma forma, ocorre com o desenvolvimento dos municípios da região Oeste do Paraná, porém, a melhora no índice entre os anos de 2000 e 2010 é um bom indicativo para a região, apontando melhorias, principalmente onde o índice de desenvolvimento foi menor em 2000.

Análise de Clusters

A análise de cluster identificou as semelhanças entre os municípios do Oeste do Paraná levando em consideração as variáveis estudadas, nos anos de 2000 e 2010 (Figura 4). Para o ano de 2000, os municípios foram agrupados em três clusters de acordo com suas semelhanças. O Cluster 1 agrupou 13 municípios com menor grau de desenvolvimento econômico (Anahy, Braganey, Campo Bonito, Diamante D'Oeste, Diamante do Sul, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Lindoeste, Ouro Verde, Ramilândia, São José das Palmeiras e São Pedro do Iguaçu). O Cluster 2 agrupou seis municípios com o maior grau desenvolvimento da região Oeste do Paraná (Assis Chateaubriand, Cascavel, Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido do Rondon, Foz do Iguaçu e



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Palotina). Por fim, o Cluster 3 agrupou os municípios com grau de desenvolvimento médio, no total de 31 municípios. Observa-se ainda, que os municípios do Cluster 1, em sua maioria, estão concentrados geograficamente em dois grupos, um ao Oeste da região e o outro na extremidade Leste da mesma. Ainda se percebe que a maioria destes municípios fazem fronteira com municípios do Cluster 3. O Cluster 2, com melhor desenvolvimento da região, tem a localização de seus municípios não concentrada.

Os cluster dos municípios para ao ano de 2010, demonstra alguns comportamentos distintos, quando comparados ao ano de 2000. O agrupamento dos clusters foi realizado em duas categorias. Ao contrário do agrupamento percebido nos anos 2000, em 2010, um município não foi incorporado a nenhum cluster, sendo este, o município Diamante D'Oeste. Acredita-se que esta situação pode ser explicada pelo baixo índice de desenvolvimento do município (24,27%), o qual não tem semelhança com nenhum dos clusters formados. O agrupamento dos clusters seguem uma relação diferente da apresentada no ano 2000. O Cluster 1 agrupou 43 municípios, ao qual, considera-se que tenha ocorrido um desenvolvimento médio, já o Cluster 2 agrupou seis municípios (Cascavel, Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Marechal Cândido do Rondon, Quatro Pontes e Serranópolis do Iguaçu), considerados aqueles com maior desenvolvimento econômico da região.

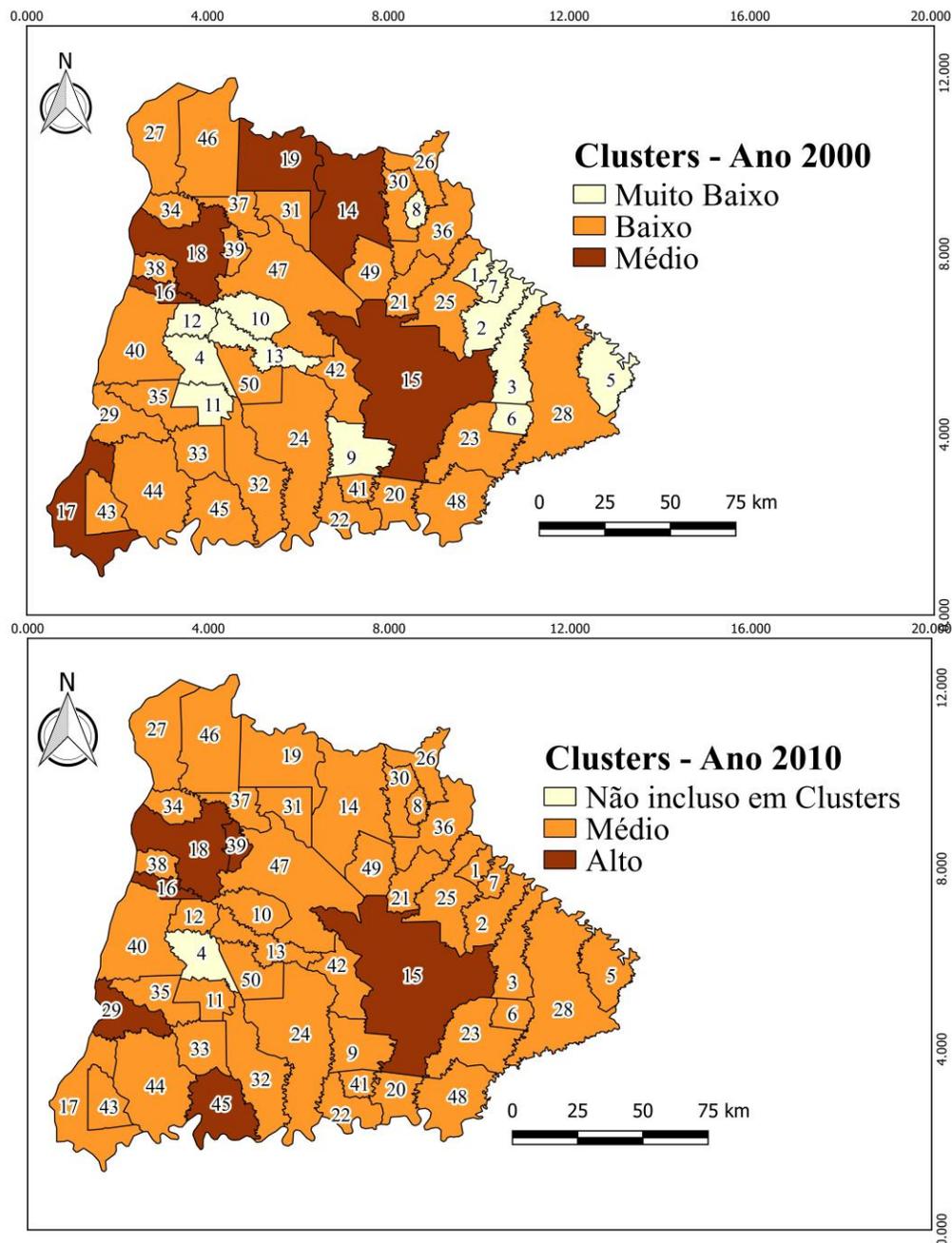
Indica-se que o Cluster 2, de 2010, tem a mesma quantidade de municípios que refletem o melhor desenvolvimento da região Oeste do Paraná que o Cluster 2 do ano de 2000. Contudo, os municípios que o compõem o cluster em 2010 são distintos, se comparados ao ano de 2000. Os municípios que permaneceram em 2000 e 2010 na formação dos clusters com melhor desenvolvimento econômico são: (i) Cascavel, (ii) Entre Rios do Oeste e (iii) Marechal Cândido do Rondon. Além disso, observa-se que estes municípios conseguiram em alguma medida aumento no IDEB nos anos avaliados. Lembra-se que a formação de capital humano e do desenvolvimento econômico possuem relação, ao qual, o primeiro pode influenciar o segundo (NAKABASHI; FIGUEIREDO, 2008; VIANA; LIMA, 2010; MAYER; RODRIGUES, 2013; FARIA et al., 2016).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 4. Clusters de Desenvolvimento Econômico dos municípios do Oeste do Paraná em 2000 e 2010.



Fonte: resultado da pesquisa



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se que a região Oeste do Paraná foi a última região paranaense a ser colonizada. Com aptidões naturais para o desenvolvimento agropecuário, devido aos seus recursos naturais, e com a colonização a partir da atração de colonos oriundos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, região Nordeste do país e estrangeiros europeus, tornou-se com o passar dos anos uma referência de produção agropecuária e cultural do Brasil. No decorrer do texto, percebe-se que a região tem apresentado melhoras na qualidade de educação ofertada no Ensino Fundamental, a partir dos resultados do IDEB, e no desenvolvimento econômico dos municípios, a partir das variáveis analisadas.

Em alguns casos, como o município de Cascavel, pode ser identificado na atualidade a diversificação de atividades econômicas. Uma localidade com esta característica é independente do desempenho de um determinado setor produtivo, e pode oferecer diferentes produtos e serviços produzidos em seu próprio espaço para seus habitantes e a região em que está localizada. Isto significa o encurtamento da cadeia produtiva e a geração de benefícios à população que consome estes bens e serviços, com baixo deslocamento e redução de custos. Contudo, isto ainda não é a realidade de todos os municípios da região, indicando há necessidades de desenvolvimento para melhorar o bem-estar dos indivíduos residentes na região Oeste do Paraná.

A combinação da ampliação da formação de capital humano e de empregos que necessitem de mão de obra com maior qualificação, pode contribuir com o desenvolvimento da região, principalmente a partir da ampliação do uso de tecnologias e do desenvolvimento de inovações. Para tanto, é necessário que haja diversificação das atividades econômicas em um número maior de municípios da região. Esta ampliação de atividades pode gerar empregos em setores com maiores exigências educacionais e melhores remunerações.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. A.; NASCIMENTO, H. A. S. Evasão escolar no meio rural: estudo de caso na escola família agrícola de Chapadinha. **Revista Eixo**, v. 6, n. 2, p. 32 – 39, 2017.

AMORIM, L. J. **O Capital Humano no Contexto da Sociedade e do Conhecimento**. Dissertação de Mestrado (Economia da Educação). Universidade de La Empresa (UDE), 2008.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



ATALAY, R. The education and the human capital to get rid of the middle-income trap and to provide the economic development. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, 174, p. 969 – 976, 2015.

BECKER, G. S. **Human Capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, p. 390, 1993.

COSTA, C. J.; COCHIA, C. B. R. A expansão do ensino superior no Brasil e a Educação à Distância: instituições públicas e privadas. **Revista Teoria e Prática da Educação**, 16(1), p. 21 – 32, 2013.

FARIA, H. J.; MONTESINOS-YUFA, H. M.; MORALES, D. R.; NAVARRO, C. E. Unbundling the roles of human capital and institutions in economic development. **European Journal of Political Economy**, 45, 108–128, 2016.

FAYARD, P. M. Gerenciar pela criação do conhecimento. O caminho japonês para a sociedade do conhecimento. *Comunicação & Sociedade*, São Paulo, 27(5), p. 23 – 39, 2006.

HAIR, Jr; BLACK, W. C; BABIN, B. J; ANDERSON, R. E; TATHAM, R. L. Multivariate Data Analysis. 6ª edição. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2006.

HIRSCHMAN, A. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, A. Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 13, Rio de Janeiro, p. 1 – 38, 1983.

IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada: **Índice de Vulnerabilidade Social**, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2018.

MARIANA, I. Consequences of the investment in education as regards human capital. **Procedia – Economics and finance**, 23, p. 362 – 370, 2015.

MAYER, F. G.; RODRIGUES, W. A influência do capital humano sobre o desenvolvimento econômico: um olhar sobre a educação. **Revista de Administração do UNISAL**, 3(3), p. 1-16, Jan/Abr 2013.

MEIHAME, B.; MEIHAME, H. Knowledge management a way to gain a competitive advantage in firms (Evidence of Manufacturing Companies). *International Letters of Social and Humanistic Sciences*, p. 80-91, 2014.

NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. de. Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento. **Economia Aplicada**, 12(1), p. 151-71, jan/mar 2008.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



OLIVEIRA, A. A influência do território no comportamento do mercado de trabalho: notas sobre a experiência brasileira. **EURE (SANTIAGO)**, 43(128), 2017.

PELINESCU, E. The impact of human capital on economic growth. **Procedia Economics and Finance**, 22, Bucharest, Romania, p. 184-190, 2015v

PERROUX, F. Notes sur la conception des pôles de la croissance. **Économie Appliquée**, Paris, n° 01-02, p. 309-320, 1962.

PORTELA, D. M. P. Contributo das Técnicas de Análise Fatorial para o Estudo do Programa “Ocupação Científica de Jovens nas Férias”. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em Estatística, Matemática e Computação). Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

QUEIRÓS, A. S. S. Crescimento econômico, capital humano e especialização produtiva: uma análise empírica. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/ANABELA_QUEIROS.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

RODRIGUES, C. P. B.; ALVES, L. R. Análise espacial da distribuição das atividades econômicas no Oeste do Paraná após 2000. **Anais... VIII Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional**, 2017.

SACHS, J. D. **The age of sustainable development**. New York: Columbia University Press, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade**. Companhia das Letras. 2010.

SOUSA, N. J. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, 11(2), p. 137-148, jul./dez. 2010.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



POR UM BRASIL COOPERATIVO E SOLIDÁRIO

FOR A COOPERATIVE AND SOLIDAR BRAZIL

Alcidir Mazutti Zanco⁴
Adilson Francelino Alves⁵

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: O cooperativismo brasileiro possui duas frentes organizativas, a tradicional e a solidária. O cooperativismo tradicional é representado pela OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) constituída em 1970 e referendada pela Lei Geral do Cooperativismo nº 5.764 aprovada em 1971 que detalha a classificação, constituição e o funcionamento das Sociedades Cooperativas, determinando para a OCB a unicidade do papel de representação. O Cooperativismo Solidário é representado pela União Nacional das organizações do Cooperativismo Solidário (UNICOPAS) constituída em 2014 e referendada pelo substitutivo da Lei 5.764, PL 519/2015 que aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados. Essas duas organizações manifestam e defendem projetos de desenvolvimento fundamentados em parâmetros diferentes de organização econômica e social. Neste artigo, a partir da análise do Lançamento da Plataforma – “Por um Brasil Cooperativo e Solidário”, realizamos um estudo sobre os passos que marcaram o surgimento da UNICOPAS, organização nacional que representa as cooperativas da Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Empresas Recuperadas, Catadores de produtos recicláveis e movimentos de Economia Solidária, verificando sua importância para construção de alternativas de inclusão, participação e desenvolvimento solidário das populações menos desenvolvidas, presentes nas diversas regiões do Brasil, verificando sua interface com a cultura, identidade e educação.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Inclusão; Participação; Solidariedade.

⁴ Doutorando PPDRS, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. alcidirmz@yahoo.com.br

⁵ Professor PPDRS, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. adilsonfalves@gmail.com



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: Brazilian cooperativism has two organizational fronts, the traditional and the solidarity. The traditional cooperativism is represented by the OCB - Organization of Brazilian Cooperatives (OCB) constituted in 1970 and endorsed by the General Cooperative Law No. 5,764, approved in 1971, which details the classification, constitution and functioning of Cooperative Societies, determining for OCB the uniqueness of role of representation. Solidarity Cooperativism is represented by the National Union of Solidarity Cooperative Organizations (UNICOPAS) constituted in 2014 and endorsed by the substitute of Law 5.764, PL 519/2015, which was approved in the Senate and is being processed by the Chamber of Deputies. These two organizations manifest and advocate development projects based on different parameters of economic and social organization. In this article, based on the analysis of the Launching of the Platform - "For a Cooperative and Solidarity Brazil", we conducted a study on the steps that marked the emergence of UNICOPAS, a national organization that represents the Cooperatives of Family Agriculture, Agrarian Reform, Recyclable product collectors and solidarity economy movements, verifying their importance for the construction of alternatives for inclusion, participation and solidarity development of the less developed populations present in the different regions of Brazil, verifying their interface with culture, identity and education.

Keywords: Development; Inclusion; Participation; Solidarity.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento e valorização dos diferentes formatos organizacionais presentes na sociedade é fundamental para construção diversificada das iniciativas de organização local. Um dos formatos organizacionais presentes na atualidade é o Cooperativismo – “sociedade autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (ACI, 1995). Essa associação de pessoas se fundamenta na participação social, na cooperação e aprendizagem coletiva e se fortalece por promover o desenvolvimento *socioeconômico* sustentável e inclusivo, gerando o bem-estar social com participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

As pessoas de uma sociedade cooperativista se aceitam reciprocamente a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro. Essa adesão tem gerado prosperidade ao segmento. No Brasil, encontramos iniciativas cooperativistas em diversos ramos de atividade econômica, como eletrificação, telefonia, indústria, saúde, consumo, transporte, turismo, educação, habitação, mineração e



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



crédito, produção, trabalho, dentre outros. Essas cooperativas são registradas na OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras ou na UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias.

Este artigo se concentrará na descrição e análise dos diferenciais organizativos presentes no Cooperativismo Solidário vinculado ao Sistema UNICOPAS, considerado um instrumento fundamental para enfrentamento da pobreza, do abandono e da falta de políticas de apoio ao desenvolvimento rural sustentável, um mecanismo para combinar o desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural dos participantes, favorecendo o empoderamento das pessoas com acesso cultura, serviços, crédito, produção e consumo (UNICOPAS, 2018).

O Cooperativismo em sua concepção fundacional é um segmento socioeconômico resultante das consequências da Revolução Industrial e do Liberalismo Econômico do século XVIII, fundado como estratégia para construção de formas alternativas de desenvolvimento, estruturado a partir de princípios organizacionais diferentes dos já existentes no Sistema Capitalista, gerado em razão dos confrontos entre Capitalismo e Socialismo. O segmento defende a socialização dos meios de produção como estratégia para o desenvolvimento - máxima socialista, mas necessita usar da eficácia econômica - máxima societária.

No século XVIII a Revolução Industrial concentrou o capital e a economia, diminuindo a importância da massa popular na construção do desenvolvimento. Este cenário fortaleceu a articulação e surgimento de movimentos de organização popular revolucionários. Na década de 1840, com o surgimento de inúmeras Cooperativas de Produção e Consumo foram amenizados os prejuízos sociais gerados pela Revolução Industrial na Inglaterra. Esse movimento se expandiu rapidamente pelo mundo.

No Brasil os registros oficiais reconhecem formalmente como primeira Cooperativa do Brasil, a *Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos*, fundada no município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais em 1889. Esse processo também se multiplicou pelo Brasil, mas as organizações controladoras do cooperativismo brasileiro se mantiveram distantes das lutas pela redemocratização política do país e das discussões sobre os impactos negativos gerados pela adoção do modelo agrícola baseado na “Revolução



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Verde”. Além de se transformarem em meros entrepostos comerciais, as cooperativas tradicionais programaram medidas de seleção dos associados, priorizando a criação de sistemas produtivos voltados à exportação e a instalação de sistemas de integração que viabilizavam a formação de complexos agroindustriais de médio e grande porte, reafirmando um modelo de exploração predatório com consequências ambientais (ZANCO, 2017).

O gigantismo das cooperativas de cunho empresarial era reforçado pela adoção de uma lógica financeira, em que havia pouco espaço para a defesa do associativismo de base, para a promoção da educação cooperativista, participação e solidariedade com os associados de menor poder aquisitivo. A situação começou a se alterar após a Constituição de 1988, embora por muitos anos, o país tivesse ainda que conviver sob o predomínio das políticas neoliberais e da visão do “estado mínimo”, o que ratificava as antigas preferências dos gestores públicos pelo modelo do cooperativismo empresarial (ZANCO, 2016).

Ao longo da década de 1990, a falta de recursos oficiais se aliou a diminuição ingerência dos governos na gestão das cooperativas. Por outro lado, a estabilidade monetária e ampliação, da visão associativa como meio de transformação econômico-social da população volta a expandir o cooperativismo no Brasil, sendo que boa parte desse processo ocorre de forma espontânea e sem seguir estratégias unificadas nacionalmente. Milhares de novas cooperativas se constituíram nas mais diferentes áreas, levando a formação dos ramos cooperativos reconhecidos atualmente. Nos últimos anos do século XXI, o movimento cooperativista brasileiro sofreu uma bifurcação, apresentando-se hoje sob duas formas ideologicamente diferentes de organização e de representação das forças sociais presentes no campo: o cooperativismo “empresarial/tradicional” e o cooperativismo “popular/de resistência” reconhecido no Projeto de Lei 519/2015 como “Cooperativismo Solidário”.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



REVISÃO DE LITERATURA

A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA UNICOPAS

A partir da década de 1990, ao lado das cooperativas empresárias e de processos isolados, surgem alguns movimentos articulados de constituição de cooperativas com base expressiva na Agricultura Familiar com fundamentação no princípio da Economia Solidária. Por se formarem fora dos esquemas tradicionais do cooperativismo, na época, essas organizações ficaram mais conhecidas pelos adjetivos “alternativas, populares e/ou participativas”, pelo forte vínculo social. São cooperativas que atuavam especialmente no ramo do crédito, produção agropecuária, trabalho e serviços. O termo “solidário”, que grande parte dessas cooperativas passou a se auto adjetivar posteriormente, além demarcar um campo político próprio de articulação que emergiu dentro do cooperativismo brasileiro, pretendeu sinalizar um conjunto de procedimentos que norteavam o funcionamento dessas organizações e que futuramente geraria uma organização de representação nacional (UNICOPAS, 2018).

Com advento dos movimentos de luta pela democratização do Estado Brasileiro, há uma retomada dos movimentos sindicais e ressurgem a ideia do cooperativismo como instrumento de democratização econômica dos trabalhadores e do país. Em meados de 1990, o cooperativismo desponta como a estratégia das organizações e movimentos sociais para retomar o ideário democrático. Este cooperativismo que renasce das bases dos movimentos sociais urbanos e rurais, têm uma intenção muito semelhante ao movimento cooperativo de vertente socialista que nasceu na Europa amparado pela finalidade de inclusão econômica e social.

O movimento do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária foi construído e gestado durante períodos de recessão econômica e restrição das políticas de desenvolvimentos. Este contexto gerou um movimento de resistência política, social e econômica. A união, luta e resistência das pessoas marginalizadas pelo processo de desenvolvimento estabelecido no País, pós vários processos de amadurecimento cultural e institucional, gera a constituição de organizações de porte setorial, no Cooperativismo da Reforma Agrária – CONCRAB; no cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Solidária – UNICAFES; nas iniciativas de empresas recuperadas e empreendimentos de Economia Solidária – UNISOL e nos catadores e catadoras de material reciclável – UNICATADORES (ZANCO, 2017).

Tabela 1: Organizações representativas

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)	Constituída no ano de 1992 aglutinando 4 cooperativas centrais, singulares, associações de agricultores assentados da reforma agrária dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, inerentes ao processo organizativo do MST.
A União e Solidariedade das Cooperativas de Economia Social do Brasil (UNISOL)	Constituída no ano de 2004 com 82 empreendimentos cooperativos vinculados ao setor urbano, apoiada por empreendimentos, pela CUT, sindicatos, organizações não governamentais.
A União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)	Organização articulada no ano de 2004, a partir da Constituição da Associação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL, gerando debate com os demais ramos e constituição da UNICAFES em 2005 com participação de 680 cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
União Nacional de Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS)	Constituída em 2014 com união da UNICAFES, CONCRAB e UNISOL, com a missão de fortalecer a unidade do Cooperativismo Solidário, fortalecendo a revisão da Lei Geral das Cooperativas 5.764, descentralizando a representação no Cooperativismo, com aprovação no Senado e tramitação do projeto de <i>Lei n° 519/2015</i> .
União Nacional de Catadores (as) de Material Reciclável (UNICATADORES)	Constituída em 2017 através da articulação do Movimento de Catadores, a representa 230 cooperativas. O Movimento conta com 732 cooperativas e empreendimentos em todo o país, a maioria ainda em processo de formalização. Esse grupo também ser filiou a UNICOPAS no ano de 2017.

Fonte: Desenvolvimento próprio, 2018.

Esse processo organizativo claramente não encontra eco dentro da estrutura organizativa e de representação nacional, vários processos de incidência foram realizados por estas organizações entre os anos 2002 – 2014 para alavancar programas e Leis de fomento e fortalecimento da Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Economia Solidária, com alguns avanços em políticas de bem-estar social, mas sem conquistas de reformas estruturantes.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Em 2014 estas organizações decidem articular-se constituindo ação em redes, para que pudessem fortalecer-se enquanto um movimento de unidade do Cooperativismo Solidário Brasileiro. Nesta unidade em 2015 é fundada a UNICOPAS com a missão de articular, integrar e representar as organizações do cooperativismo solidário no Brasil, a fim de tornar o cooperativismo solidário um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável e solidário (UNICOPAS, 2018).

A MISSÃO DA UNICOPAS

A UNICOPAS representa em 2018 aproximadamente 3.300 cooperativas solidárias nos mais diferentes setores da economia e engloba um público de aproximadamente um milhão de associados. A organização tem a missão de tornar o cooperativismo solidário um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável e solidário, com o objetivo de desenvolver ações para a aproximação e o entrosamento das entidades associadas; promover a educação cooperativista e o desenvolvimento da economia solidária (UNICOPAS, 2015).

A UNICOPAS representa um esforço político das organizações econômicas dos trabalhadores buscando avançar para um novo marco legal para o cooperativismo no Brasil e na formulação e qualificação políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria de vida do campo e da cidade. O Brasil possui o maior movimento de economia solidária do mundo, em que se articulam milhares de cooperativas da agricultura familiar, iniciativas agroecológicas, empresas recuperadas por trabalhadores, coleta e reciclagem de matérias, bancos comunitários, fundos rotativos, feira e centrais de comércio justo e solidário, sistemas de certificação participativos de produtos orgânicos, quilombolas, grupos de consumo responsável, indígenas, ribeirinhos, usuários da saúde mental, empreendimentos coletivos de artesanato, educação, confecção, alimentação, turismo, cultura, e outros campos da atividade humana, mas esse movimento necessita fortalecer sua unicidade local e nacional para maior fortaleza em seus processos representativos.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



FINALIDADES DA UNICOPAS

Conforme Ata da Assembléia geral de fundação da união nacional das organizações cooperativistas solidárias – UNICAFES, a organização foi fundada aos dia vinte e nove do mês de janeiro de 2014, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, no Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, aprovando o Estatuto Social descrevendo em seu Art. 1º que a UNICOPAS, é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada na forma de associação, com fins não econômicos, duração indeterminada, na forma e nos termos do presente Estatuto Social, com o objetivo de congregar e representar nacionalmente organizações do cooperativismo de economia solidária, tendo como finalidades básicas:

“Articular, integrar e representar as organizações gerais do cooperativismo solidário no Brasil, desde que associadas; Desenvolver ações para a aproximação e o entrosamento das entidades associadas; promover a educação cooperativista e o desenvolvimento da economia solidária; Promover intercâmbio com entidades afins e apoiar ações para o desenvolvimento econômico e social, geração de trabalho e renda e combate às desigualdades sociais; Promover a integração e o intercâmbio econômico, político e cultural entre as associadas e suas cooperativas do campo e da cidade, com ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais; promover atividades e finalidades de relevância pública e social” (UNICOPAS, 2015).

A organização é extremamente jovem e vive o início do seu segundo triênio fundacional, com o desafio de defender o Cooperativismo Solidário num momento de contradições políticas e diante da crise econômica estabelecida no Brasil. Nos seus primeiros congressos realizados entre os anos 2014 – 2017 a organização abordou um pauta reforçando os avanços alcançados pela Constituição Cidadã, buscando maior reconhecimento e a concretização de políticas e programas que provocassem mudanças estruturantes no Brasil, principalmente no campo da organização social, organização produtiva, garantia de direitos e promoção do desenvolvimento inclusivo.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



PAUTA REPRESENTATIVA DA UNICOPAS

A pauta política da UNICOPAS representa a síntese de demandas e proposições dos trabalhadores do campo e da cidade que, organizados em cooperativas buscam a inserção nos processos de desenvolvimento local com geração de renda e trabalho de forma justa e solidária, promovendo a democratização das oportunidades na busca de qualidade de vida para todos e todas, destacando-se:

“Qualificação do Programa de Reforma Agrária com mudanças profundas na estrutura agrária do país transformando territórios e dinamizando as economias locais promovendo justiça social e a democratização do acesso aos meios de produção. Implantação de programa de desenvolvimento cooperativista, inclusive constituindo secretaria específica do cooperativismo, alterando conceitos até agora existentes junto ao Governo, promovendo a constituição de suas próprias redes e não ficar na dependência e subordinação as estruturas do capital” (UNICOPAS, 2018).

O aperfeiçoamento do mecanismo de crédito também é uma pauta importante para a UNICOPAS. A organização reconhece a evolução do montante de recursos disponibilizados ao crédito, porém são notórias as dificuldades de acesso e descentralização dos mesmos. Outra preocupação é a redução do número de contratos e a reconcentração dos recursos na região Sul do Brasil devido ao elevado grau de endividamento e incapacidade de pagamento decorrente da baixa rentabilidade da Agricultura Familiar, sendo ainda necessário o fortalecimento da pesquisa e tecnologia com produção do conhecimento apropriado para a Agricultura Familiar, com valorização das culturas e das diversidades locais.

Para a UNICOPAS o fortalecimento da comercialização com avanços em políticas públicas e programas de criação de mercados para os produtos da agricultura familiar com a evolução para a constituição de redes de comercialização solidárias, com acesso mais consistente aos mercados, com avanços na lei da inspeção sanitária, fiscal e tributária.

DIFERENCIAIS NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO – UNICOPAS

No referente a Lei Geral das Cooperativas - PL 519/2015 - Projeto que substitui à antiga e anacrônica Lei Geral das cooperativas, de 1971 – 5.764 que trata da natureza da sociedade, constituição, funcionamento, obrigações e representação, a UNICOPAS trabalha



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



pela aprovação do Projeto sem alterações e rejeição do PL 595/2015 (que trata de mecanismos autoritários de imposição de filiação, os quais, além de ser inconstitucionais, descaracterizam o ambiente democrático para a expansão do cooperativismo). Destacam-se algumas mudanças importantes para a construção democrática e participativa do Cooperativismo Solidário:

Da Natureza e Características da Cooperativa

Lei destaca que a cooperativa é sociedade de pessoas, possui forma e natureza jurídica próprias, constituída para a prestação de serviços aos seus cooperados reunidos sob contrato societário em cuja relação se obrigam a contribuir reciprocamente com bens e serviços, para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro, não sujeita a falência, distinguindo-se das demais sociedades.

§ 1º A palavra cooperativa é de uso obrigatório na denominação das sociedades constituídas sob o regime jurídico desta Lei, sendo esta e suas variações e abreviações de uso exclusivo deste tipo de sociedade. § 2º São reconhecidas como cooperativas de ajuda mútua e de viés solidário as que atuam em segmentos sociais economicamente frágeis ou vinculadas a iniciativas de superação da pobreza, conforme definido em regulamento. § 3º As cooperativas de ajuda mútua e viés solidário, de que trata este artigo, poderão receber prioridade ou facilidades no acesso a recursos públicos e, também, tratamento tributário e fiscal diferenciado, desde que assim reconhecidas pelo órgão público correspondente. § 4º Para serem reconhecidas como de ajuda mútua e de viés solidário, as cooperativas deverão aplicar todo seu superávit líquido ou sobras na consecução das suas finalidades (PL 595/2015).

A representação do Sistema Cooperativista Nacional cabe às entidades nacionais de representação do sistema cooperativista, estruturadas de acordo com o disposto nesta Lei, competindo a cada uma precipuamente: zelar pela observância desta Lei; integrar todas as cooperativas a elas filiadas; propor aos poderes constituídos programas que contribuam para a solução de problemas econômicos e sociais; desenvolver atividades destinadas à difusão e ao fortalecimento do cooperativismo; representar e defender os interesses das cooperativas.

§ 1º É livre a filiação ou não a entidades nacionais de representação do sistema cooperativista nacional, sem prejuízo do registro obrigatório de que trata o art. 8º.
§ 2º São entidades nacionais de representação do sistema cooperativista: I – a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na Capital Federal; e II – a União Nacional das organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS) (PL 595/2015).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



O avanço no marco legal embora ainda em tramitação na Câmara dos Deputados é fundamental para construção social, cultural, identidade e educação dos associados e comunidades próximas ao Cooperativismo Solidário Brasileiro, sendo reconhecidas como cooperativas de ajuda mútua e de viés solidário as que atuam em segmentos sociais economicamente frágeis ou vinculadas a iniciativas de superação da pobreza, conforme definido em regulamento.

PLATAFORMA POR UM BRASIL SOLIDÁRIO

Na abertura do ato de lançamento da plataforma Por um Brasil Cooperativo e Solidário os diretores da UNICOPAS afirmaram estar determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza fortalecendo o cooperativismo solidário como instrumento de promoção do desenvolvimento com inclusão social apresentando as seguintes pautas.

CENÁRIO DE REGRESSOS NO BRASIL

A agenda de direitos econômicos e sociais, conquistada na Constituição de 1988, no Brasil, está sendo desmontada a partir de um golpe político, midiático e jurídico, desferido contra o regime democrático em 2016 por forças retrógradas e conservadoras, em benefício do grande capital nacional e internacional, contra os interesses legítimos do povo brasileiro.

Com a soberania popular expressa no voto, aviltada por um governo ilegítimo, estão sendo impostas reformas e políticas de austeridade, que não são austeras em relação às isenções fiscais e incentivos públicos para o grande capital, e que expressam e implantam o desmonte das principais conquistas sociais e econômicas do povo trabalhador, atingem os direitos fundamentais do povo brasileiro e comprometem também a soberania nacional.

Neste sentido, no atual contexto e como consequência do golpe na democracia, o governo brasileiro rompe também compromissos internacionais que havia assumido com o



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e com o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – o “Protocolo de San Salvador”, os quais estabelecem a dinâmica de progressividade dos direitos econômicos e sociais, tendo por base o princípio de não regressividade de direitos, especialmente das populações e segmentos mais vulneráveis, com destaque especial para as mulheres e jovens pobres e negros.

No cenário atual, o Brasil precisa virar a página da ilegitimidade e das políticas econômicas que só favorecem uma pequena parcela da população, com altas taxas de concentração de renda. O Brasil chegou a situação de que os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os 95% da população.

Na agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que geram emprego e renda no campo e produzem alimento de qualidade, tiveram mais de 40% do orçamento reduzido, e muitos agricultores perderão seus investimentos feitos na produção. Os programas de assistência técnica rural para a agricultura familiar e reforma agrária, como ATER e ATES, também tiveram a redução de mais 70% de orçamento, retirando o direito dos agricultores e agricultoras em ter assistência para melhor organizar sua produção de alimentos na agroecologia.

Na educação para a agricultura familiar, o PRONERA (programa criado para levar filhos e filhas de camponeses para a universidade), teve um corte de mais de 60%, o que vai reduzir drasticamente as vagas nas universidades para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. O crédito rural foi direcionado quase que exclusivamente para o grande agronegócio e os pequenos agricultores vão sendo asfixiados em suas tentativas de manter a produção de alimentos e sua autonomia familiar.

Medidas vinculadas a uma reforma fundiária, tanto no âmbito agrário como urbano, acabam por privilegiar as grandes propriedades e o grande capital, atingindo brutalmente direitos dos camponeses, dos quilombolas, das comunidades nas periferias urbanas e dos indígenas. Num país que é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, as tentativas de desenvolver iniciativas agroecológicas são inviabilizadas pela expansão do grande cultivo, o que é agravado pela apropriação privada da água e do solo, com desmatamentos crescentes e



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



uma política que foca apenas em commodities de exportação e não na disponibilidade de alimentação saudável.

Perdem força as iniciativas de promoção de catadores e catadoras de material reciclável pela apropriação dos materiais por empresas, incentivadas e respaldadas por políticas municipais e do Distrito Federal, criando dificuldades para as organizações de catadores e catadoras e violando os princípios essenciais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

A UNICOPAS, que reúne a CONCRAB, UNICAFES, UNICATADORES e UNISOL Brasil, tendo em suas bases mais de 1 milhão de trabalhadores e trabalhadoras associados, afirma que o que está em jogo no Brasil atualmente é a recuperação ou o retrocesso de um Estado promotor de direitos sociais e econômicos, expressos no art.3º da Constituição de 1988: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil”.

Para isso, a UNICOPAS propõe como instrumento central o Cooperativismo com viés social e solidário, tendo entre suas principais marcas a autogestão, que assume concretude em um conjunto de práticas democráticas nas decisões estratégicas e cotidianas das cooperativas, a emancipação e autonomia da atividade produtiva e do trabalho, ao tornar cada pessoa associada consciente e corresponsável pelos interesses que são assumidos coletivamente.

A difusão e o fortalecimento do cooperativismo, desde que de viés solidário e de ajuda mútua, na realidade brasileira, é uma estratégia que produz efeitos igualitários diretos sobre a distribuição da renda e cumprimento da função social da propriedade na economia, o que estimula o crescimento econômico e diminui os níveis de desigualdade social, e possui potencial para contribuir na superação das discriminações raciais, de gênero e geração.

As cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, ampliam a democracia participativa eliminando inclusive a separação entre a democracia política e a econômica, promovendo consciência política nas pessoas e viabilizando propostas de mudança social que, isoladamente as pessoas dificilmente implementariam.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



MEDIDAS EMERGENCIAIS

Na constituição de um Estado democrático, que cumpra os direitos previstos na Constituição de 1988, se faz necessário aprofundar os processos de participação popular, chamar o verdadeiro detentor do poder, o povo brasileiro, para contribuir na construção e execução das políticas públicas e no planejamento estratégico e, para isso, é necessário fortalecer os Conselhos e ampliar os processos de consultas públicas, plebiscitos e referendos.

Para a UNICOPAS são também necessárias medidas para dinamização da economia nacional, com a recuperação da credibilidade política e econômica internacional, a retomada da agenda de incentivo à indústria nacional e a recuperação da capacidade de consumo, o que requer a retomada de investimentos em infraestrutura, a ampliação dos gastos sociais, a geração de emprego com aumentos reais na base salarial, a valorização do cooperativismo com ênfase na economia solidária.

Torna-se essencial para o momento vivido pelo Brasil a conquista, através da oitiva da população, de avanços em reformas essenciais para o país, revogando ou alterando, no todo ou em parte, a recente Reforma Trabalhista (que violou inúmeros direitos dos trabalhadores), a Emenda Constitucional nº 95 (que sequestrou os recursos de diversos serviços públicos essenciais para a apropriação pelo capital, nacional e internacional), a Lei nº 13.365/2016 (que entrega a exploração de reservas nacionais a empresas internacionais de petróleo), a Lei nº 13.429/2017 (que exclui direitos dos trabalhadores), e a Lei nº 13.465/2017, que possibilita vender terras públicas, inclusive as ocupadas pelos programas de Reforma Agrária.

É urgente e necessário avançar em reformas que beneficiemos mais pobres trabalhadoras e trabalhadores que tem os direitos violados, como, por exemplo, uma reforma tributária que possa levar à superação das desigualdades sociais e regionais e mantenha os serviços essenciais para a população, uma reforma previdenciária que exclua efetivamente os privilégios dos detentores de poderes na República, bem como do agronegócio.

Para que as políticas de austeridade não violem os direitos econômicos e sociais do povo brasileiro, torna-se estratégica também a criação de um Comitê Nacional de Emergência



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



sobre os Impactos das Políticas de Austeridade, com poder público e sociedade civil, visando monitorar, tornar visível publicamente e orientar a intervenção pública em situações nas quais comunidades têm suas condições de sobrevivência comprometidas.

MEDIDAS INSTITUCIONAIS DE IMEDIATO ENCAMINHAMENTO

Para a UNICOPAS é fundamental a implementação da Política Nacional de Economia Solidária, do Programa Nacional Apoio ao Cooperativismo Social e do Programa Nacional de Cooperativas de Trabalho, com suas ações e orçamentos específicos. Assim como avanço nos Marcos Regulatórios do Cooperativismo, ampliando as possibilidades de constituição e funcionamento das cooperativas e com o reconhecimento da diferenciação dos campos específicos de atuação com compromisso social na superação das desigualdades e da pobreza no país. Em especial:

Aprovação de projetos de lei que fortaleçam o cooperativismo: Lei Geral de Cooperativas - PL 519/2015; Economia Solidária - PLC 137/2017; Cooperativas de Trabalho nº12.690/2012; Cooperativas Sociais Lei nº 9.867/1999; Modificação da Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Implementação efetiva da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006); Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto nº 7.794/2012); e do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) (UNICOPAS, 2018).

Para essa reconstrução também é fundamental a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário com fortalecimento de políticas de crédito, comercialização e agroindustrialização na Agricultura Familiar e a retomada das políticas do BNDES para apoio e financiamento para estruturação e fortalecimento das cooperativas, especialmente as solidárias de Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários.

ANÁLISE DO LANÇAMENTO DA PLATAFORMA

Participaram do Lançamento da Plataforma “Por um Brasil Cooperativo e Solidário” 250 lideranças do Cooperativismo Solidário e organizações da sociedade civil e governamental como CARITAS, FBES, MARISTAS, CONTAG, FETRAF, CUT, UNISOL, CONCRAB, CENTRAL CATADORES, UNICAFES, além de Secretárias de Governo como SENAES/MTE, SAF/SEAF, SMC/MAPA e vários deputados Federais e Senadores (as).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Destacam-se uma síntese das exposições para facilitar análise do lançamento desta plataforma diante do contexto político presente no Brasil. Para os Deputados e Senadores a construção da Economia Solidária acontece no Brasil diante de divergências e convergências na construção do programa e de Leis para este segmento organizativo, verificando-se que dois pontos limitam as forças e o crescimento das organizações de Economia Solidária.

Sistema Financeiro – Este sistema é totalmente centralizado em 5 Sistemas Bancários (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal...) O Brasil segue taxa mais altas de juro com aproximadamente 45%, sendo amplamente complicado o crescimento do terceiro setor. 50% do orçamento da União fica retido no Sistema Bancário; O segundo tema é a Questão agroalimentar - que segue o mesmo caminho dos bancos, com alta concentração, investimentos altos na produção de commodities.

No campo financeiro verifica-se muito dificuldade para a Economia Solidária ser sustentável neste contexto. No campo da produção de alimentos também existe um movimento difícil de distribuição fundiária, produção de alimentos, sendo fundamental fortalecer os movimentos de resistência, destacando que a ideia de Economia Solidária surge depois da Constituição de 1988, com a criação de fundos solidários, com cédulas solidárias, com aval solidário, gerando a construção de cooperativas de crédito rural com interação solidária – CRESOL, no momento mais agudo do liberalismo brasileiro, como forma de resistência de contraposição à hegemonia do Sistema Brasileiro.

Esse processo gerou a eleição de um Governo Popular, gerando um fórum nacional que promovesse um arranjo institucional para construção de força nos movimentos sociais, no entanto, só foi gerado o Banco Popular do Brasil que não atendeu as demandas dos empreendimentos e os movimentos não foram chamados para esta construção, sendo importante refletir para pensar uma nova agenda.

Na Agricultura Familiar aconteceram alguns avanços, mais na SENAES do que no MDA, mas com poucos avanços, sendo fundamental refletir o que será o Brasil pós 2018. Acontecerá um novo arranjo da direita para continuar no Governo, poderá acontecer um movimento de centro esquerda? Um Governo Neoliberal é um governo de produção de pobreza em nome da concentração, sendo fundamental definir qual será a agenda da



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Economia Solidária num projeto de direita, definir a estratégia para não repetir erros e construção uma estratégia que não cabe no campo da concentração financeira e alimentar.

Posição UNISOL BRASIL

Leonardo Pinho – Diretor da UNISOL Brasil, destaca que com a força da Agricultura Familiar, dos trabalhadores das empresas recuperadas, dos catadores de produtos recicláveis que se fortalece a defesa da Economia Solidária no Brasil, sendo fundamental que se fortaleça a pauta por avanços na Lei de Economia Solidária e na Lei Geral das Cooperativas. O lançamento da plataforma “Por um Brasil Cooperativo e Solidário” acontece num momento de preparação eleitoral, sendo fundamental caracterizar o momento em que vivemos.

A regressividade econômica e social viola os avanços da Constituição de 1988, sendo fundamental ampliar a interatividade do campo e da cidade para disputar a agenda de todos os candidatos, com uma agenda de unidade com o movimento sindical, da classe trabalhadores, dos Agricultores Familiares. A unidade do movimento com Central Única dos Trabalhadores – CUT, com a CONTAG – Confederação nacional de Trabalhadores da Agricultores, mostra possibilidade de avanços nesta pauta.

Posição CONCRAB

Para Francisco Squiavon – Diretor Presidente da CONCRAB, a história brasileira mostra que as primeiras cooperativas forma organizadas no Brasil por volta de 1600 para organização dos pobres brasileiros, esse movimento sempre foi mais forte na área rural e a UNICOPAS ajuda a fortalecer a interlocução com o movimento urbano, com união de quem produz alimentos com quem produz na cidade e manter a unidade neste processo é o principal potencial deste movimento.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Posição UNICAFES

Para Aparecido Alves – Secretário Geral da UNICAFES NACIONAL o ato mostra os desafios existentes e destaca que a UNICOPAS necessita ser símbolo de resistência, sendo fundamental fortalecer cada vez mais o Cooperativismo Solidário para enfrentar o grande desafio do contexto atual. Verifica-se queda nas políticas públicas de crédito, comercialização e ATER, sendo fundamental nos organizar para desenvolver iniciativas próprias, sendo fundamental fortalecer a nossa rede, com intercooperação entre UNICAFES – Agricultura Familiar; CONCRAB – Reforma Agrária – UNISOL, UNICATADORES, aumentando circuitos de comercialização interna, podendo com intercooperação fortalecer os atos de resistência no Cooperativismo Brasileiro.

Posição UNICAFES

Para Aline de Souza – Diretora da UNICATADORES o fortalecimento do cooperativismo no País vem da unificação das classes e a união de mulheres e homens que vivem nas rural, na Agricultura Familiar e nas empresas recuperadas é fundamental para conter os avanços do capitalismo na nossa estrutura de Governo, romper os retrocessos é fundamental “não podemos cuspir no prato, pois não defender o governo popular significa analfabetismo político”. Crescer com transparência e inclusão é fundamental.

Posição CÁRITAS

Para Fernando Zambam – Diretor da CÁRITAS a construção da Economia Solidária no Brasil é feita principalmente por mulheres e esse reconhecimento é fundamental. Esse registro é real pois a solidariedade da mulher ajudar a construção de sociedades mais justas. “A melhor forma de defender a Economia Solidária é viver a Economia Solidária, sonhar e praticar esse sonho e utopia de participação e inclusão social”. A Economia Solidária afronta o capitalismo ressaltando a dimensão do trabalho que é da Economia Solidária, por isso todos



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



os avanços na Legislação precisam ser valorizados. A construção e aprovação da Lei da Economia Solidária são fundamentais para que a organização popular continue acontecendo.

Posição CONTAG

Para Alberto Broch – Diretor da CONTAG, destaque para necessidade de intercooperação entre Sindicalismo e Cooperativismo para defender as pautas dos movimentos sociais. Um modelo de crescimento com distribuição de renda, que foi aceitado no primeiro período de Governo até 2012, somado a este fato soma-se a reconstrução do Mercosul, UNASUL, CELAC, BRICS que passaram a articular novos modelos de articulação internacional e com a descoberta do Pré-Sal o Brasil estava se tornando um País crescente, mas essa afronta gerou mexeu com as nações fortes.

O Governo Popular foi construído por uma rede de proteção social, que buscou promover a inclusão social, a participação popular, diminuindo a fome, o êxodo rural, a criminalidade e produziu maior dignidade social. Esses avanços estão destruídos pela PEC 95 – PEC da Morte gerando retrocessos importantes para o Brasil. O golpe foi trabalhado com perfeição com a mídia buscando eliminar a capacidade de resistência social. No entanto, percebe-se que a educação e cultura do povo foram trabalhadas e existe sim a possibilidade de reconstrução de projetos de desenvolvimento sustentáveis.

CONCLUSÃO

Diante desse quadro apresentado, é possível concluir que foi três grandes conquistas obtidas e uma limitação inadequada para o cooperativismo solidário constante no Projeto de Lei aprovado no Senado Federal 519/2015. O reconhecimento no artigo 2º do cooperativismo de vertente solidária foi extremamente positivo, fruto de muita luta por parte dos novos atores do cooperativismo solidário, fortalecendo a importância a luta e do protagonismo social para conquista dos direitos da liberdade de organização e representação.

Também o artigo 2º acertadamente estabeleceu a necessidade de se adotar “tratamento tributário e fiscal diferenciado” para as cooperativas solidárias. O terceiro foi o



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



fim do monopólio da representação. O cooperativismo da vertente solidária terá sua própria representação gerando maior abertura para liberdade de representação com a inclusão da UNICOPAS, artigo 77, *gerando a oportunidade de escolha representativa às cooperativas constituídas nas diversas regiões do Brasil.*

Esses avanços encontraram limites no encarceramento a que foi submetido as cooperativas solidárias, ao fixar seu campo de atuação para os grupos “economicamente frágeis” e que deverá também se dedicar as “iniciativas de superação de pobreza”, artigo 2º. O benefício da capacidade contributiva ficou restrito às cooperativas caracterizadas com esta classificação, quando poderia ser estendido a outras cooperativas sem expressão na Receita Bruta, mas o processo representativo é conquistado com a organização social e o processo inicial de reconhecimento da UNICOPAS pode ser considerado com um ato vitorioso.

A implementação das medidas propostas no Lançamento da Plataforma precisará ser acompanhada por mecanismos de participação social, e terão de estar, necessariamente, articuladas e comprometidas com o desenvolvimento sustentável e com equidade racial, gênero e de geração, e alinhadas com a Agenda 2030 da ONU. Caberá à UNICOPAS a iniciativa da promoção do debate político com outras organizações da sociedade civil para acompanhamento das propostas apresentadas para que as mesmas atinjam seus objetivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 06 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Câmara dos deputados para assuntos do PL 519/2015.
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=953932>. Acesso em 23 abr. 2018.

NAMORADO, R. Cooperativismo. In. CATTANI, A. D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu de Abramo, 2002.

UNICAFES - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Documento Base IV Congresso**, Brasília. 2014. Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 15 Set. 2017.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



_____. **Documento Base V Congresso**, Brasília. 2017. Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 18 maio. 2018.

UNICOPAS. **Por um Brasil Cooperativo Solidário**, Brasília, 2018. <<http://unicopas.org.br>>. Por-um-Brasil-Cooperativo-e-Solidário_UNICOPAS.pdf. Acesso em: 18 maio. 2018.

ZANCO, A, M. A contribuição do PECSOL para aprendizagem dos diretores como multiplicadores do conhecimento no cooperativismo. Francisco Beltrão, 2016. Disponível: <<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3033/5/Alcidir%20M.%20Zanco2017.pdf>>.

_____. **Ética e bioética do desenvolvimento sustentável: A ética e a bioética na produção, organização e consumo de alimentos: desafios para a segurança alimentar**. Editora CRV, Curitiba, 2018



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**ANÁLISE ESPACIAL DA DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS EM RELAÇÃO À
QUALIDADE DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO**

**SPACE ANALYSIS OF THE DISTRIBUTION OF SCHOOLS IN RELATION TO THE
QUALITY OF EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF PORTO VELHO-RO**

Kacianni Moretto Santos⁶
Moacir José dos Santos⁷
Monica Franchi Carniello⁸

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: A educação é uma das variáveis que incidem sobre os processos de desenvolvimento de uma região. Esta pesquisa, realizada no município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, parte da hipótese que existe relação entre a localização intramunicipal e o desempenho das escolas municipais e estaduais localizadas dentro do perímetro urbano de Porto Velho. O objetivo do artigo é verificar a relação existente entre localização intraurbana das escolas e qualidade do ensino. Quanto ao método, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de abordagem exploratória, com delineamento documental. Foram produzidos mapas para situar as escolas do município, bem como o resultado de avaliações oficiais da educação no município. Verificou-se que, independentemente de onde a escola esteja implantada, foram encontrados resultados positivos e negativos. Conclui-se que a escola pode ser um vetor de desenvolvimento mesmo em localidades com baixos indicadores socioeconômicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Educação, População Carente e Desigualdade Social.

⁶ Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. E-mail: kacianni@gmail.com

⁷ Doutor em História (UNESP). Docente do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté e do Centro Universitário Módulo. E-mail: professormoacirsantos@gmail.com

⁸ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC SP). Docente do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté e da Fatec Pindamonhangaba. E-mail: monicafcarniello@gmail.com



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: Education is one of the variables that affect the processes of region development. This research, carried out in the city of Porto Velho, capital of the Rondônia State, starts from the hypothesis that there is a relationship between the intramunicipal location and the performance of the municipal and state schools located within the urban perimeter of Porto Velho. The objective of the article is to verify the relationship between intraurban location of schools and quality of education. As for the method, the research is characterized as qualitative, with an exploratory approach, and a documentary design. A Map was produced to locate the municipal schools, as well as the result of official education assessments in the municipality. It was found that, regardless of where the school is located, positive and negative results were found. It is concluded that the school can be a vector of development even in places with low socioeconomic indicators.

Keywords: Seminar. International. Integration. Development. Regional

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento ganhou novas dimensões na segunda metade do século XX, quando superou a associação direta e única com crescimento econômico e incluiu as dimensões social e ambiental em sua constituição (VIEIRA, SANTOS, 2012).

O Produto Interno Bruto (PIB) deixou de ser o indicador principal para se medir o desenvolvimento de um país ou região, dando espaço ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, apesar de ainda limitado (GUIMARÃES, JANUZZI, 2005), inseriu definitivamente aspectos sociais como variáveis diretamente incidentes sobre o processo de desenvolvimento.

Sen (2000), ao aproximar o conceito de desenvolvimento à liberdade de escolha dos indivíduos, esta viabilizada pela ampliação de suas capacidades, teoria conhecida como *capabilities approach*, identifica como o acesso a educação como uma das condicionalidades para capacitar o indivíduo para suas escolhas. O IDH, concebido a partir dessa premissa, possui em sua composição o acesso à educação, ao considerar o tempo médio em anos de estudo da população.

Além do desafio do acesso e permanência, outra barreira a ser vencida pelas políticas públicas de educação é a qualidade de ensino. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (1996) permite um cenário formado pela presença de instituições públicas e privadas em todas as



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



fases do ensino. O acesso às escolas reproduz a desigualdade social historicamente construída, representada pelo índice de GINI de 0,549, em 2017 (IBGE, 2018), que posiciona o Brasil na lista dos países com maior desigualdade em escala global. Guzzo e Euzebios Filho (2005, p. 1) afirmam que “[...] a Educação se consolidou como um dos pilares da estrutura social vigente e, assim, forjou-se como um elemento de sustentação da desigualdade social”. Tal condição se reflete no acesso às escolas públicas e privadas, que se dá de maneira desigual e norteadas pelas relações produzidas pelo capitalismo, que foram absorvidas pelo sistema educacional.

Este artigo busca verificar se a desigualdade no acesso a uma educação de qualidade se dá também no âmbito das escolas públicas, ao verificar se existe relação entre localização geográfica das escolas e qualidade da educação. O objetivo geral do artigo é verificar a relação existente entre localização intraurbana das escolas e qualidade do ensino. Parte-se do pressuposto que o território urbano também reproduz as assimetrias sociais que se refletem nas mais diversas instâncias da sociedade. A proposta de realizar uma análise espacial da distribuição e localização geográfica das escolas públicas, municipais e estaduais, situadas dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho, Rondônia, visa encontrar a relação que a localização de implantação de cada escola tem de impacto na qualidade dos estudos, com base nos resultados oficiais da Prova Brasil 2015.

Desenvolvimento, qualidade da educação e desigualdade no Brasil

A relação entre educação e desenvolvimento regional é inequívoca. Sedlacek (2013) destaca que as universidades têm uma influência fundamental na sociedade de duas maneiras: elas treinam e educam as pessoas e elas participam da governança nos níveis nacional e regional. Estende-se essa relação para todos os níveis de ensino. Dourado, Oliveira e Santos (2007, p.3) afirmam que, para muitos, a educação se resume às etapas de escolarização, “[...] porém ela deve ser entendida como espaço múltiplo, que compreende diferentes atores, espaços e dinâmicas formativas, efetivado por meio de processos sistemáticos e assistemáticos [...]”.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Na visão de Leal e Werlang (1990), a questão da educação está ligada a renda das pessoas. Parte-se do pressuposto de que o indivíduo necessita de tempo para se dedicar aos estudos, e para estudar ele consome o tempo em que poderia estar se dedicando a uma atividade remunerada. Na maioria das vezes, o abandono escolar se dá porque a pessoa tem a necessidade de trabalhar para atender às necessidades do momento, mesmo sabendo que a educação traria melhores condições financeiras no futuro.

Dubet (2004) apresenta questionamento do que seria para uma escola justa perante uma sociedade marcada pelas desigualdades socioeconômicas.

A priori, o desejo de justiça escolar é indiscutível, mas a definição do que seria uma escola justa é das mais complexas, ou mesmo das mais ambíguas, pois podemos definir justiça de diferentes maneiras. Por exemplo, a escola justa deve:

- Ser puramente meritocrática, com uma competição escolar justa entre alunos social e individualmente desiguais?
- Compensar as desigualdades sociais, dando mais aos que têm menos, rompendo assim com o que seria uma rígida igualdade?
- Garantir a todos os alunos um mínimo de conhecimentos e competências?
- Preocupar-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação?
- Tentar fazer com que as desigualdades escolares não tenham demasiadas consequências sobre as desigualdades sociais?
- Permitir que cada um desenvolva seus talentos específicos, independentemente de seu desempenho escolar? (DUBET, 2004, p.02)

Para Dubet (2004), a igualdade de oportunidades deveria ser sem limites, mas a desigualdade do país está capilarizada na cultura o no modo de vida, estabelecendo parâmetros de onde a elite e as minorias podem chegar. Da Gama Torres, et al. (2008, p.02), em seus estudos, identificaram relação entre a localização das escolas e o desempenho escolar.

[...] o indivíduo que mora na área periférica – com alta proporção de pobres – tem menor probabilidade de concluir o atual Ensino Médio que outros indivíduos igualmente pobres e oriundos de famílias de baixa escolaridade, porém moradores de áreas mais centrais da cidade. Nesse sentido, o elemento espacial teria uma incidência no desempenho escolar desses indivíduos. Por que isso acontece? Quais são os mecanismos que explicariam o fato de um aluno pobre que mora em uma área com um alto número de pobres tenha um resultado individual inferior àqueles igualmente pobres, mas que moram em áreas mais socialmente heterogêneas? Em que medida essa pior performance escolar estaria relacionada a escolas de pior qualidade? Sabemos que muitas das escolas de periferia estão superlotadas – operando, por exemplo, em regime de quatro turnos e com um número de alunos por classe muito acima da média – e têm professores estressados e desestimulados, com elevados níveis de falta ao trabalho, licenças médicas e pedidos de transferência. Na



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



maioria das vezes, seus estudantes são oriundos de famílias com baixa escolaridade. Boa parte deles não teve a oportunidade de frequentar a pré-escola, etapa onde se dá a ambientação da criança ao mundo escolar, o que tem conseqüências importantes para a progressão escolar no futuro. (DA GAMA TORRES, *et al*, 2008, p.02)

Para Sen (2000), a restrição a uma educação de qualidade é uma barreira para o desenvolvimento. O autor apresenta uma abordagem conceitual de desenvolvimento associando-o com liberdade. Em sua concepção, é mais desenvolvida a sociedade que ampliar o alargamento das liberdades dos indivíduos. O autor pontua que o acesso a uma educação de qualidade é uma das capacidades necessárias para o indivíduo exercer suas escolhas.

Oliveira e Araújo (2005) sistematizam as fases pelas quais a educação no Brasil passou, identificando a lógica da eficiência produtiva. Após a ideia da democratização na educação e a busca por igualdade, é que os autores consideram que se destaca o discurso efetivo de qualidade. Fernandes e Gremaud (2009, p.2) destacam as formas de se aferir a qualidade da educação, por meio da avaliação, indicadores e metas, dando ênfase especial “[...] pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que expandiram o papel da avaliação em larga escala para além de seu objetivo tradicional de diagnóstico dos sistemas educacionais e colocaram-na como um dos pilares da política educacional do Ministério da Educação”.

Na visão de Fernandes e Gremaud (2009) com o intuito de diagnosticar a qualidade da educação nacional em larga escala, colocada como necessária pela nova política educacional, compreendem - se três inovações: a adição de objetivos; a criação de indicadores; a identificação de metas. Sendo assim,

Atualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) divulga resultados de avaliações por redes e escolas, sendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) o principal indicador utilizado para monitorar a qualidade da educação básica. O IDEB, que combina as notas da Prova Brasil/Saeb com as taxas de aprovação, visa coibir tanto a reprovação indiscriminada como a prática de aprovar alunos que nada aprenderam. O IDEB foi, também, utilizado para estabelecer as metas para redes e escolas e, assim, propiciar uma movimentação nacional para que, até 2021, o Brasil atinja o estágio educacional atual dos países desenvolvidos. (FERNANDES E GREMAUD, 2009, p.02)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Neste trabalho serão considerados como indicador de qualidade da educação os resultados da Prova Brasil, ainda que existam outras métricas de avaliação da qualidade de ensino. A metodologia adotada para a Prova Brasil tem por base uma matriz de referência elaborada por meio de consultas nacionais às secretarias de educação estaduais, bem como aos professores regentes das disciplinas de Português e Matemática, exame a livros didáticos e a construção de descritores e habilidades a serem abordados no conteúdo. A prova é aplicada a um percentual de estudantes por amostragem (BRASIL, 2009). A seção a seguir apresenta o método delineado para a pesquisa.

MÉTODO

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de abordagem exploratória, com delineamento documental. Na visão de Creswell (2007) as pesquisas qualitativas são capazes de trabalhar questões éticas de modo mais substancial, reivindicatória, participadora e emancipadora.

Primeiramente realizou-se um levantamento das Escolas Municipais e Estaduais, localizadas dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho - RO, que haviam passado pelo processo de avaliação da qualidade do ensino, denominado Prova Brasil. Para garantir a fidelidade das informações, os dados sobre as escolas municipais, foram levantados diretamente da Divisão de Educação Básica – DIEB, da Secretária Municipal de Educação de Porto Velho – SEMED e para levantar as informações referentes às escolas estaduais, foram utilizados os dados da Coordenadoria Regional de Educação – CRE, vinculada ao estado pela Secretária de Estado da Educação - SEDUC.

Na sequência identificou-se, dentre a totalidade de escolas, quais escolas estaduais e municipais haviam sido avaliadas pela Prova Brasil. Para localizar espacialmente as escolas, foi elaborado um mapa que abrangeu todas as unidades do município, identificando as escolas avaliadas e não avaliadas, para demonstrar o universo da pesquisa. Segundo Fritsche e Oliveira (2012) no município de Porto Velho há um total 418 escolas de todos os tipos, sendo que 115 (cento e quinze) destas escolas participaram das avaliações da Prova Brasil. O Estudo



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



limitou-se apenas às escolas localizadas dentro do perímetro urbano de Porto Velho, totalizando 85 (oitenta e cinco) escolas estaduais, das quais somente 59 participaram da avaliação, e um total de 81 escolas municipais, das quais somente 44 participaram da Prova Brasil do ano de 2015.

No mesmo mapa foram indicadas as áreas da cidade com condições socioeconômicas mais favoráveis (denominada Região 01) e mais frágeis (denominada Região 02). Para delimitar tais áreas intraurbanas, foi realizada observação *in loco* e adotados como parâmetros os seguintes aspectos: casas pequenas de baixo custo, sem acabamento, sem calçadas, falta de infraestrutura básica, itens facilmente observados. Tal procedimento metodológico tornou-se necessário pela dificuldade de acesso ou inexistência de índices em escala intramunicipal, setorizados por bairros ou regiões do município. Os mapas foram elaborados com o uso do software AutoCad e imagens de satélite de acesso aberto geradas pelo Google Maps.

Na etapa posterior, foram identificadas as escolas com melhor e pior desempenho na Prova Brasil na Proficiência em Português. Foi escolhido este índice pela representatividade da disciplina, pois o domínio do idioma é requisito para capacidade de leitura, interpretação e análise de quaisquer outros conteúdos disciplinares.

Os resultados da Prova Brasil do ano de 2015 (última avaliação feita) foram agrupados em gráficos, segmentados por região. Ressalta-se a abordagem qualitativa da pesquisa, que buscou explorar possível relação entre localização das escolas e desempenho na avaliação oficial das unidades escolares.

Foi possível analisar se nos bairros mais pobres os resultados apresentaram disparidades quanto aos bairros que apresentam melhores condições socioeconômicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Porto Velho é a capital do Estado de Rondônia, pertencente à macrorregião Norte do Brasil. Foi fundada a partir da permanência dos trabalhadores após a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Geograficamente, está situada na área denominada Amazônia legal, além de estar ligada diretamente a diversas bacias hidrográficas importantes para o país (PORTO VELHO, 2017).



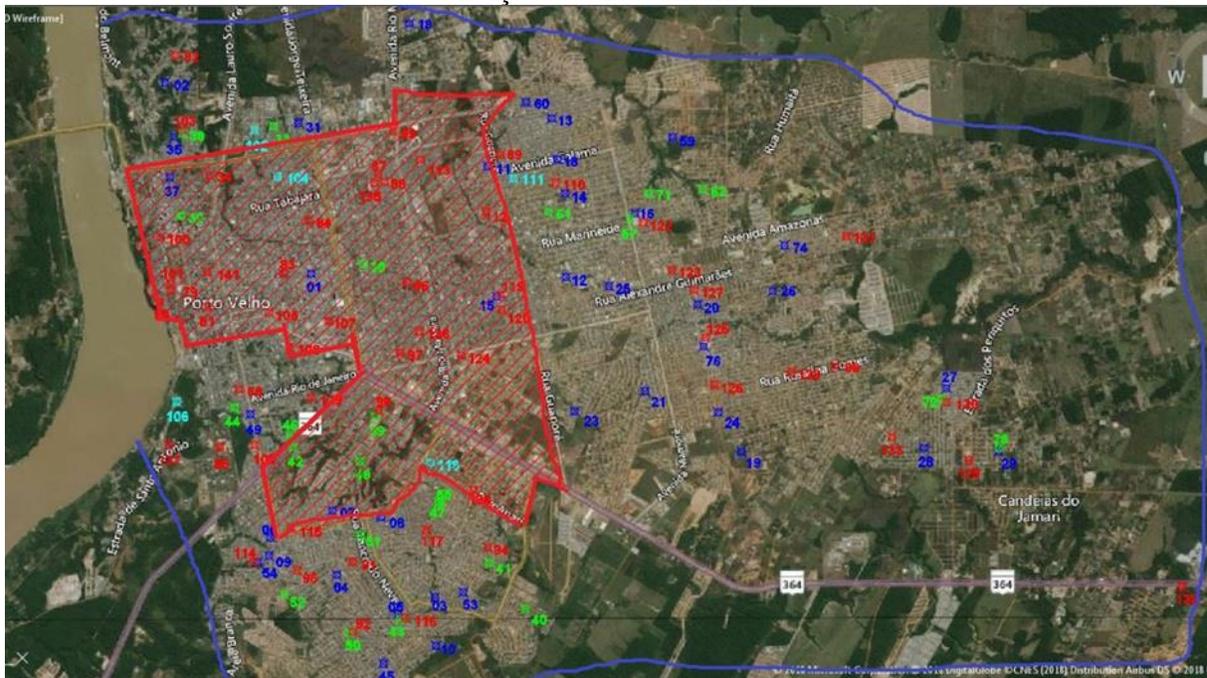
V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



O município é caracterizado pela desigualdade social. Em 2010 apresentou índice de GINI de 0,5745 (DATASUS, 2018), reproduzindo a desigualdade que caracteriza a população brasileira em escala intramunicipal.

A Figura 1 apresenta mapa que identifica as regiões com melhores e piores condições socioeconômicas do município e a presença de unidades escolares públicas.

Figura 1: Distribuição intramunicipal das escolas nas regiões com melhores e piores condições socioeconômicas.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

O polígono vermelho mais ao centro do mapa define a região considerada para este estudo como área nobre. A área da Região 02, delimitada pelo polígono azul, foi considerada para este estudo como região periférica e com piores condições socioeconômicas do município, a partir de observação *in loco*.

É importante ressaltar que tanto na região 01 ou na região 02 há edificações de todos os tipos, no entanto o que configura que região 01 apresente melhores condições socioeconômicas é o alto número de edificações de boa qualidade, área comercial bem estruturada, maior infraestrutura e serviços. Na região 02, existem algumas casas boa



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA

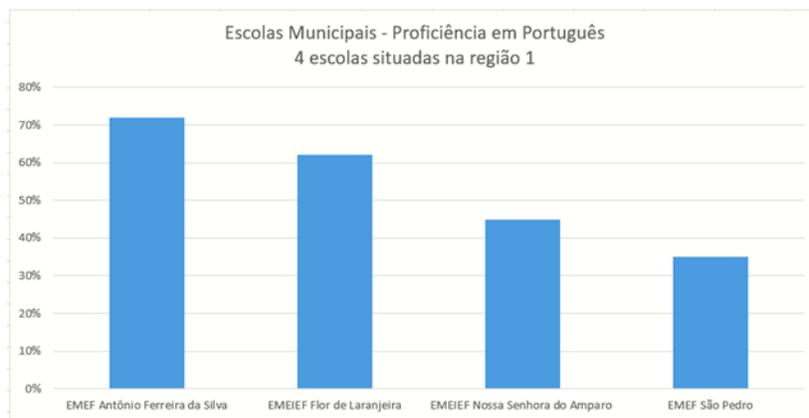


qualidade e atividade comercial, no entanto com edificações menos estruturadas e com ausência de infraestrutura.

Em relação às 59 unidades escolares estaduais presentes nas regiões 01 e 02 e avaliadas pela Prova Brasil, 16 são de ensino fundamental e médio, 18 só oferecem ensino fundamental e 25 oferecem só o ensino médio. Das 44 escolas municipais avaliadas, somente duas oferecem ensino médio.

Os Gráficos 1 a 4, apresentados de forma subsequente, apresentam a média de acerto de cada escola dada em porcentagem, para a prova de proficiência de português. Em concordância com INEP (2015), a Prova Brasil tem como meta chegar a média de 60% de aprendizado para os alunos de forma geral.

Gráfico 1 – Escolas municipais - Região 01

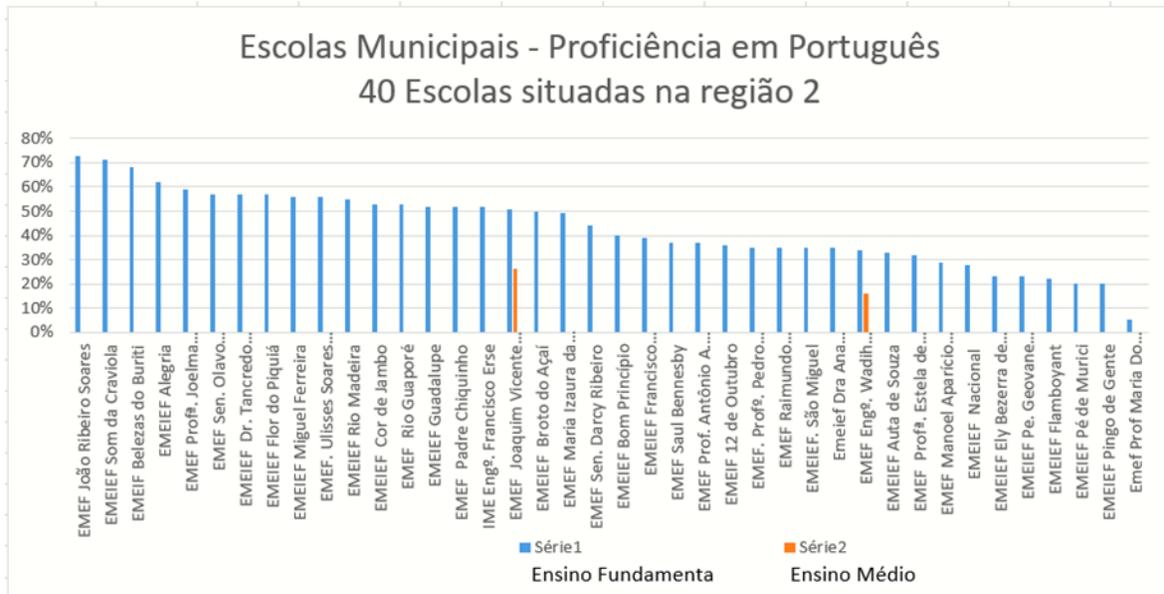


Fonte: elaborado pelos autores a partir de INEP, 2016.

Gráfico 2 – Escolas municipais - Região 02

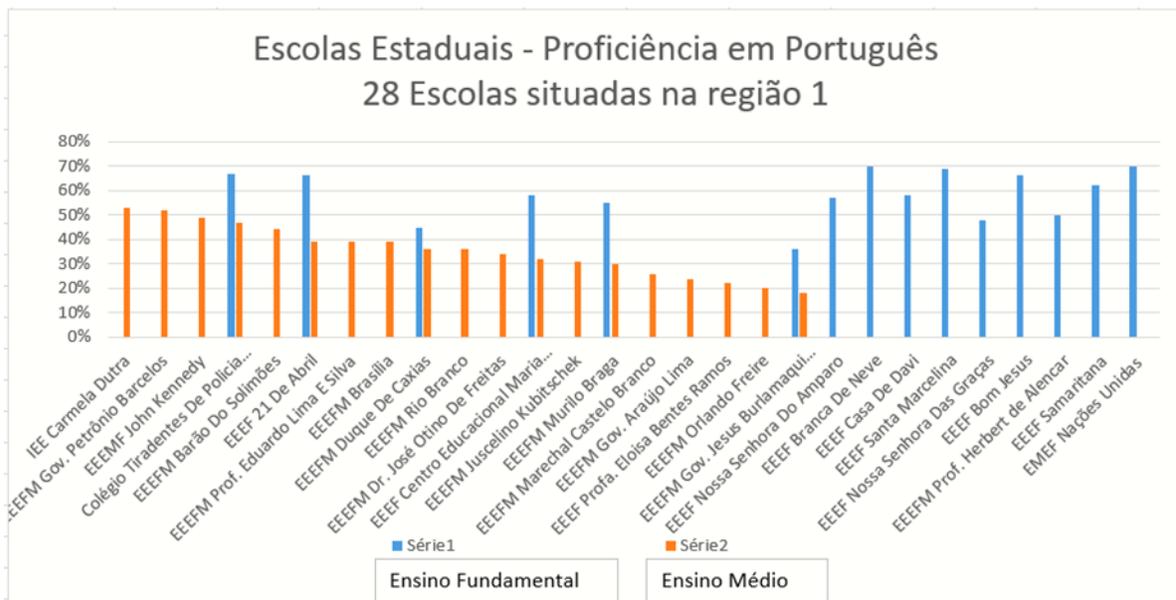


V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



Fonte: elaborado pelos autores a partir de INEP, 2016.

Gráfico 3 – Escolas estaduais - Região 01



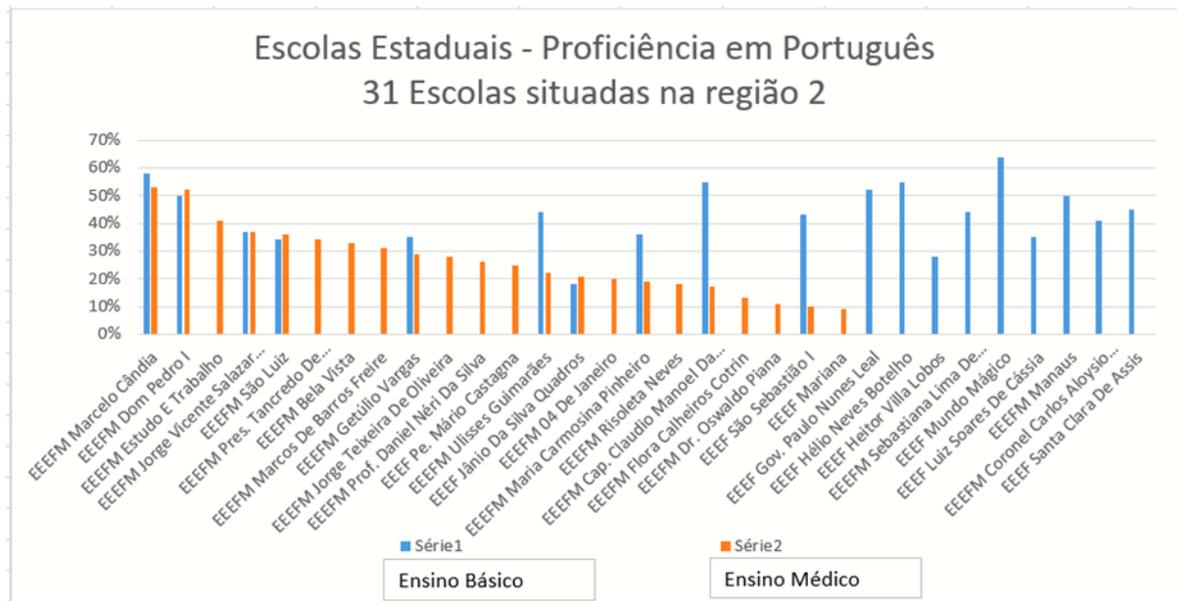
Fonte: elaborado pelos autores a partir de INEP, 2016.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Gráfico 3 – Escolas estaduais - Região 02



Fonte: elaborado pelos autores a partir de INEP, 2016.

Pode-se observar uma variação muito grande de desempenho para escolas na mesma região. O Gráfico 01 revela que duas escolas ficaram com aproveitamento acima da média e duas abaixo de 50% de aproveitamento.

No Gráfico 2, é possível observar que somente quatro escolas do ensino fundamental passaram da média de 60% de aproveitamento e as outras 17 escolas ficaram com um aproveitamento entre 50% e 40%. As demais escolas e as duas escolas de ensino médio ficaram abaixo de 35% de aproveitamento, o que é considerado muito baixo. Apesar disso não observam diferenças relevantes das escolas localizadas na Região 01 para as que estão na Região 02, tendo em vista que tanto na região 01 como na região 02 exibiram resultados bons, medianos e ruins.

Quanto a localização, observa-se uma quantidade menor de unidades escolares municipais na Região 01. Infere-se que parte da demanda é suprida por escolas privadas, que são destinadas a um público de renda mais elevada, e que não aparecem neste estudo em função da delimitação da pesquisa. Caso essa hipótese seja verdadeira, valida o pensamento de Guzzo e Euzebios Filho (2005), ao afirmarem que a educação forjou-se como um



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



elemento de sustentação da desigualdade social, visto que o acesso às escolas reproduz as relações produzidas pelo capitalismo e seguem a lógica do mercado.

No Gráfico 03, referente à Região 01, verificou-se que, das escolas de ensino fundamental, sete alcançaram desempenho acima dos 60% de aproveitamento, quatro escolas do ensino fundamental alcançaram resultados acima de 50% de aproveitamento, duas escolas do ensino fundamental e as 13 do ensino médio encontram-se com aproveitamento inferior a 50%, o que demonstra fragilidades quanto a qualidade do ensino.

O Gráfico 4, referente à região 02, demonstra a situação das trinta e uma escolas estaduais. Fica visível a maior fragilidade das unidades quanto à qualidade, posto que 60% das escolas ficaram com nível baixo de aproveitamento. Em uma perspectiva exploratória, pode-se inferir que as condições socioeconômicas da região podem ser influentes no baixo desempenho das escolas, mas há que se admitir que outras variáveis incidem fortemente sobre o resultado, tais quais modelo de gestão, recursos humanos e financeiros disponíveis, entre outros.

Nota-se, também, ao observar os Gráficos 3 e 4, que o desempenho nas escolas de Ensino Médio é ruim, independente da região na qual está localizada, visto que nenhuma das escolas de ensino médio conseguiu alcançar a média de 60% de aproveitamento. No Gráfico 03, oito escolas do ensino médio ficaram com notas abaixo de 30% e no Gráfico 04, 16 escolas do ensino médio ficaram com notas abaixo de 30%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo verificar a relação existente entre localização intraurbana das escolas e qualidade do ensino no município de Porto Velho – RO.

Em uma perspectiva exploratória, os resultados permitem formular algumas considerações. Em primeiro, verificou-se que, quantitativamente, há menos unidades escolares na região 01, que apresenta melhores condições socioeconômicas. Além deste fato refletir a desigualdade econômica, visto que uma menor parte da população possui maior renda, portanto demanda menos escolar, proporcionalmente, infere-se que parte da demanda



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



dessa população seja atendida pelo setor privado. Sugere-se que em estudos posteriores as escolas privadas sejam consideradas, para verificar como se apresentam na relação oferta, demanda e qualidade da educação para população de alta renda.

Em segundo, verificou-se que quanto mais se avança nos anos escolares, pior o desempenho nos indicadores de qualidade. Nenhuma escola de ensino médio, independente da região em que se localiza, obteve resultados satisfatórios de qualidade.

Por fim, nota-se que há heterogeneidade na qualidade das escolas, independentemente da região que estão situadas. Outras variáveis, tais como gestão, recursos e métodos de ensino incidem sobre o processo em uma equação complexa. Pode-se fazer uma dupla leitura desse resultado: por um lado, as condições socioeconômicas de uma região podem ser uma das variáveis que contribui para o baixo desempenho escolar. Por outro, a existência de escolas que atingem índices satisfatórios de qualidade em ambas regiões indicam que é possível atingir bons resultados mesmo em regiões carentes, posicionando a escola como uma possível superação das limitações impostas pelas baixas condições socioeconômicas. Sugere-se um estudo com as unidades escolares com melhor desempenho para identificar a combinação de variáveis que as levaram a atender os quesitos de qualidade de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Inep/Mec. A qualidade da Educação: conceitos e definições. Brasília-DF, 2007.

_____. Inep/Mec. Prova Brasil Metodologia, Estratégias e Resultados Matrizes, Itens, Escala e Materiais. 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9276-prova-brasil-metodologia-estrategia-resultado-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. Ed. Porto alegre: Artmed, 2007.

DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Rondônia**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/giniro.def>> Acesso em: 08 jul. 2018.

DA GAMA TORRES, Haroldo et al. Educação na Periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais? **A cidade contra a escola? Segregação urbana e**



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina, p. 59
citation_lastpage= 90, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília, DF: Inep, 2007.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, p. 539-555, 2004

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, v. 1, p. 213-238, 2009.

FRITSCHÉ, Ricardo; OLIVEIRA, Alexandre. Informações estatísticas referente a Prova Brasil 2015. Fundação Lemann, 2012. Disponível em <http://www.qedu.org.br/busca/122-rondonia/4498-porto-velho> Acesso em 20 de janeiro de 2018

GUIMARÃES, J. R.S.; JANUZZI, P de M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Disponível em: <http://www.anipes.org.br/cursos/pdf/fontes_indicadores/ind_idh_pot_limites.pdf> Acesso em: 15 jun. 2018.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZÉBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. Escritos educ., Ibitiré, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jul. 2018.

IBGE. **PNAD Contínua**: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. Agência IBGE Notícias. 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html>> Acesso em: 08 jul. 2018.

IBGE. **Censo Municipal 2012**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012>. Acesso em: 27 de dezembro de 2017.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. Educação e distribuição de renda. 1990.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, 2005

PORTO VELHO. Lei Complementar nº 311, de 30 de junho de 2008. **Plano Diretor de Porto Velho**. Disponível em <http://www.portovelho.ro.gov.br>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

_____. **A cidade**. Disponível em <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/17800/a-cidade> Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

_____. **Lista de escolas Estaduais**. Coordenadoria Regional de Educação – CRE, vinculada ao estado pela Secretária de Estado da Educação – SEDUC. Porto Velho: Porto Velho, 2018.

_____. **Lista de escolas Municipais**. Divisão de Educação Básica – DIEB, da Secretária Municipal de Educação de Porto Velho – SEMED. Porto Velho: Porto Velho, 2018.

SEDLACEK, Sabine. The role of universities in fostering sustainable development at the regional level. *Journal of Cleaner Production*. n. 48, 2013 pp. 74 – 84.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VIEIRA, Edson Trajano; DOS SANTOS, Moacir José. Desenvolvimento econômico regional–uma revisão histórica e teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 2, 2012.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



EDUCAÇÃO, CULTURA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE TERRITORIAL

EDUCATION, CULTURE AND THE CONSTRUCTION OF A TERRITORIAL IDENTITY

Beatriz Dutra dos Santos⁹
Carlos Otávio Zamberlan¹⁰

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: A educação e a cultura são elementos essenciais ao desenvolvimento de uma região, neste sentido o artigo objetiva correlacionar a relação existente entre a educação e a cultura e a construção da identidade territorial, junto ao CEINF Prof^o Mário Ocaris Rosa, administrado pela rede pública do Município de Ponta Porã-Ms. O estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa, quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é caracterizada como sendo um estudo de caso, os dados primários foram coletados através da pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário semiestruturado contendo 04 (quatro) perguntas fechadas e 06 (seis) perguntas abertas, direcionados a 16 (dezesesseis) professoras. O procedimento de interpretação dos dados está referenciado na análise de discurso. Os resultados indicam que a literatura aponta que a educação é o elemento facilitador da cultura, e que a relação entre essas duas grandes áreas do saber podem sim contribuir para a construção da identidade territorial.

Palavras-chave: Educação. Cultura. Identidade Territorial.

Abstract: Education and culture are essential elements for the development of a region. In this sense, the article aims to correlate the relationship between education and culture and the construction of territorial identity, with CEINF Prof. Mário Ocaris Rosa, administered by the public network of the Municipality of Ponta Porã-Ms. The study is characterized by being an exploratory descriptive research, with a qualitative approach, regarding the technical procedures the research is characterized as being a case study, the primary data were collected through field research, with the application of a semi-structured questionnaire containing 04 (four) closed questions and 06 (six) open questions, addressed to 16 (sixteen) teachers. The procedure of interpretation of the data is referenced in discourse analysis. The results indicate that the literature points out that education is the facilitating element of culture, and that the relationship between these two great areas of knowledge can contribute to the construction of territorial identity.

⁹ Administradora, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - PPGDRS/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Brasil. E-mail: biappms@hotmail.com.

¹⁰ Doutor em Economia, Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – PPGDRS/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Brasil. E-mail: carlos.otavio@uems.br



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Keywords: Education. Culture. Territorial Identity.

INTRODUÇÃO

A educação e a cultura são elementos essenciais ao desenvolvimento de uma região, dada a sua importância e contribuições para a formação da identidade territorial. Hall (2015) argumenta que a identidade é construída historicamente por meio da atuação dos diversos atores que compõem a localidade – escolas, universidades, fundações, associações, etc.

Neste sentido o entendimento do processo de construção da identidade, corroborado por Castells (2018), nos diz que a identidade é construída, e que para isso deve-se considerar elementos essenciais à sua compreensão – como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece.

A identidade sob essa perspectiva é definida como “[...] o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”, podendo haver “múltiplas identidades para determinado indivíduo ou ator coletivo” (CASTELLS, 2018, p. 54).

Assim sendo, a identidade territorial representa fonte de significados para os próprios atores, que por eles foram criadas e construídas, por meio de um processo de identificação, as quais poderão se constituir como fonte de mudanças, traduzindo-se em anseios, lutas, novas rotas, outros rumos e conseqüentemente em desenvolvimento.

Ao pensarmos o desenvolvimento regional, precisamente se considerarmos a educação e a cultura como agentes fomentadores, torna-se imprescindível compreender a relação existente entre a educação e a cultura local, bem como saber quais os reflexos incidentes sobre a população em idade escolar, e isto requer estudos multidisciplinares, que abarquem conteúdos capazes de contribuir para o melhor entendimento. Nas palavras de Castells (2018, p. 55), “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais[...]”



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



A identidade territorial vem recebendo atenção de diversos estudiosos de áreas como a geografia (RAFFESTIN, 1993; GRASSO, 1998 *apud* POLLICE, 2010), sociologia (CASTELLS, 2018; HALL, 2015), antropologia (CUCHE, 2012). Neste sentido Silva(2015) argumenta que a identidade territorial se constrói no tempo, nutrindo-se de elementos sócio culturais, políticos e históricos e a educação, elementos necessários para alicerçar e fortalecer um sentimento de pertencimento capaz de identificar e diferenciar a sociedade local dos demais territórios, vale ressaltar ainda, que a formação ou construção da identidade territorial está enraizada no contexto social, cultural, coletivo e histórico de cada indivíduo em cada território.

No cerne deste cenário, observa-se o município de Ponta Porã e sua relação heterogênea com a cidade de Pedro Juan Caballero, duas culturas que se tornam uma só por serem cidades conturbadas. Desta maneira, observa-se a necessidade em saber a resposta para a seguinte inquietação: Como a educação e a cultura podem contribuir para a construção da identidade territorial?

E para contribuir com o debate acerca do tema, apresenta-se como objetivo para este artigo, correlacionar a relação existente entre a educação e a cultura e a construção da identidade territorial, junto ao CEINF Prof^o Mário Ocaris Rosa no município de Ponta Porã - Ms.

E para o alcance do objetivo proposto têm-se os seguintes objetivos específicos: ii) Demonstrar a educação e a cultura como instrumentos facilitadores e promotores da identidade territorial; ii) Descrever as principais atividades educacionais e culturais que reforçam a identidade territorial no CEINF Prof^o Mário Ocaris Rosa; iii) Encontrar alternativas de organização, que consubstancie ao fortalecimento da identidade territorial. A motivação para este artigo vem da necessidade de se ter uma “identificação”, senso de pertencimento, aliada à possibilidade de crescimento educacional, cultural das pessoas e da comunidade local. Tratar-se de uma pesquisa descritiva, de natureza exploratória, onde os dados coletados, através da pesquisa de campo, foram analisados em caráter qualitativo, quanto ao procedimento de interpretação dos dados está referencia-se na análise de discurso.

Os resultados indicam que a literatura aponta que a educação é o elemento facilitador da cultura, e que a relação entre essas duas grandes áreas do saber podem sim contribuir para a construção da identidade territorial.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Além desta introdução, o artigo está estruturado em sete seções. Na próxima apresenta-se o referencial sobre educação sob as perspectivas de Jean Piaget, Henry Wallon, Lev Semenovitch Vygostsky, Rudolf Stainer; na seção de número três, apresenta-se os conceitos relacionados à cultura; a seção quatro trata da identidade territorial e a seção cinco traz os materiais e métodos utilizados que auxiliaram a compor os resultados do estudo e por fim na seção seis e sete onde são apresentados os resultados e as conclusões, respectivamente.

REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo desenvolvem-se os assuntos fundamentais para a abordagem do tema escolhido.

A educação sob a perspectiva de: *Jean Piaget, Henry Wallon, Lev Semenovitch Vygostsky, Rudolf Stainer*

O processo educacional tem um significado relevante para o desenvolvimento das pessoas em todos os tempos – presente, passado e futuro. A educação possibilita ao ser humano avanços significativos no sentido de garantir um futuro de maneira mais abrangente.

Sob a ótica da pedagogia, o processo educacional não se dá puramente no ambiente escolar. Neste sentido Brandão (1981) afirma que a educação está presente no cotidiano de todos e que a mesma se manifesta de várias maneiras: em casa, na rua, na igreja, etc. Ainda segundo Brandão, não há um modelo único de educação, uma única forma, um único lugar onde ela acontece.

Pode-se dizer então que a educação têm uma extensão muito maior do que se possa imaginar, neste sentido representa tudo aquilo que o saber pode proporcionar ao indivíduo e não se esgota com o que está disposto na legislação.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Na perspectiva construtivista de Piaget¹¹, o conhecimento, o saber do indivíduo é construído a partir da interação entre indivíduo *versus* meio e indivíduo *versus* objeto, ou seja, o conhecimento é construído nas trocas promovidas com o objeto, é um ciclo de equilíbrio e reequilíbrio, entre assimilação e acomodação, ou seja, entre os indivíduos e os objetos do mundo.

Flavell (1996) ressalta que para Piaget, a educação deve possibilitar à criança um desenvolvimento amplo e ativo, defende que a construção de cada ser humano é um processo que acontece ao longo do desenvolvimento da criança. O processo divide-se em quatro fases:

- Sensório-motor (0 – 2 anos) – esta fase representa a conquista através da percepção e dos movimentos, a organização inicial dos estímulos ambientais.
- Pré-operatório (2 – 7 anos) - nesta etapa a criança evolui de um ser sensório-motor para um funcionamento conceitual, nesta fase surgem: o jogo simbólico, o desenho e a linguagem falada.
- Operatório-concreto (8 – 11 anos) – o início da vida escolar é marcado por relevantes aquisições intelectuais, a criança não está mais limitada à percepção, a criança operacional concreta pode assumir o ponto de vista do outro e sua linguagem é comunicativa.
- Operatório-formal (a partir dos 12 anos até aos 16 anos) – o raciocínio da criança nas operações formais atinge o pensar sobre o passado, presente e futuro e com situações hipotéticas, o pensamento livra-se da relação com o concreto, o pensamento lida tanto com o real como com o possível.

Para Flavell (1996) o entendimento de Piaget a respeito da aprendizagem, obteve destaque na educação brasileira e se estabeleceu na década de 60, com ênfase para a participação ativa da criança no processo de desenvolvimento, ou seja, a aprendizagem é construída em processos de troca, por isso a sua teoria é também chamada de Construtivista.

¹¹ Jean Piaget – conhecido como psicólogo do desenvolvimento, mas também como filósofo, lógico e educador, nasceu em 9 de Agosto de 1896 em Neuchâtel, Suíça. (FLAVELL, 1996)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



O desenvolvimento da criança sob o enfoque das teorias de Henry Wallon¹², propõe um estudo contextualizado do comportamento infantil, para melhor entender cada etapa do seu desenvolvimento, bem como as relações estabelecidas entre a criança e o seu ambiente (GALVÃO, 1995).

Ainda segundo Galvão (1995), Wallon destaca que as trocas relacionais da criança com os demais são consideradas essenciais para o desenvolvimento da pessoa, assim pode-se dizer que, as crianças nascem imersas em um mundo “cultural e simbólico”, ao qual permanecerão envolvidas em um sistema social por pelo menos três anos.

Galvão (1995) argumenta que assim como Piaget, Wallon propõe um estágio de desenvolvimento, em 05 (cinco) estágios a saber:

- Estágio 1 - Impulsivo (0 a 3 meses) Emocional (3 meses a 1 ano) - o primeiro ano de vida da criança é predominantemente afetivo e é por meio da afetividade que a criança estabelece suas primeiras relações sociais e com o ambiente;
- Estágio 2 - Sensório-motor (12 a 18 meses) Projetivo (3 anos) – se estende até por volta dos 3 anos de idade e tem predomínio das relações exteriores e da inteligência. Destacam-se os aspectos discursivos que, por meio da imitação favorece a aquisição da linguagem;
- Estágio 3 - Personalismo (3 a 6 anos) Crise de Oposição (3 a 4 anos) Idade da graça (4 a 5 anos) Imitação (5 a 6 anos) – têm-se refletido a característica oscilantes do desenvolvimento, há predomínio da afetividade. Estendendo-se até aos seis anos de idade, forma-se a personalidade e autoconsciência do indivíduo;
- Estágio 4 - Categorical (6 a 11 anos) – predomínio da inteligência e a exterioridade, que se estende até por volta dos onze anos de idade, a criança passa a pensar conceitualmente, avançando para o pensamento abstrato e raciocínio simbólico, favorecendo funções como a memória voluntária, a atenção e o raciocínio associativo;
- Estágio 5 - Adolescência (a partir dos 11 anos) - as transformações físicas e psicológicas da

¹² Henri Wallon nasceu na França, em 1879, viveu toda a sua vida em Paris, onde morreu em 1962. Antes de chegar à psicologia passou pela filosofia e medicina, numa trajetória que trouxe marcas para a formulação de sua teoria. Ao longo de sua carreira foi cada vez mais explícita a aproximação com a educação. (GALVÃO, 1995, p.15)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



adolescência acentuam o caráter afetivo desse estágio. Conflitos internos e externos fazem o indivíduo voltar-se a si mesmo, para auto afirmar-se e poder lidar com as transformações de sua sexualidade.

No entanto, o autor não vê o crescimento da criança de modo linear, entende que o desenvolvimento humano tem momentos de crises, isto quer dizer que as pessoas, neste caso as crianças, não são capazes de se desenvolverem sem seus conflitos internos, deste modo, entende-se que para cada estágio deve ser estabelecido uma forma de interação com o outro.

Wallon é, portanto, um teórico que amplia e reconstrói a compreensão sobre o desenvolvimento da criança por erigir um modelo de investigação e interpretação que rompe com visões lineares e positivistas. (GRATIOT, 2010, p.40)

Gratiot (2010) argumenta que Wallon está entre os diversos teóricos que no início do século XX incentivaram importantes mudanças na educação a partir de suas contribuições de cunho teórico inovadoras, fato esse que se deve a amplitude de sua formação, seu envolvimento político, o que tornaram seu pensamento abrangente e muito bem embasado.

Outro autor, pesquisador, muito utilizado para o estudo do desenvolvimento da criança, amplamente utilizado pela área de educação é Vygotsky¹³ o autor trabalha conceitos ligados ao histórico e social.

Rego(1995), entende que para Vygotsky a criança nasce inserida em um meio social, que é a família, e é com esse convívio familiar que se estabelecem as primeiras relações na interação com a linguagem com os outros indivíduos e o meio, ou seja, no mínimo duas pessoas devem estar envolvidas ativamente trocando experiência e ideias.

A interação entre os indivíduos possibilita a geração de novas experiências e conhecimento. Neste sentido pode-se dizer que a aprendizagem segundo Vygosky é uma experiência social, mediada [...] o processo de mediação, por meio de instrumentos e signos¹⁴, é

¹³ Lev Semenovich Vygosttsky (1896-1934), russo, estudioso na área de história, literatura, filosofia e psicologia, dedicou-se à docência de 1920 a 1934 (REGO, 1995)

¹⁴Signos são elementos que lembram ou simbolizam algo e, portanto, podem ser usados para significar alguma coisa que foi criada culturalmente. (DEMENECH, 2012, p.5)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo (OLIVEIRA, 1997, p.33).

Para que ocorra a aprendizagem Oliveira (1997) lembra-nos que na visão de Vygotsky, a interação social deve ocorrer dentro da chamada Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)– que seria a distância existente entre aquilo que a pessoa já sabe, ou seja, seu conhecimento real.

Vygotsky desenvolveu o conceito de zona de desenvolvimento proximal para discutir e explicar a relação existente entre desenvolvimento e aprendizagem. Para o autor, as situações de aprendizagem vividas pelo sujeito (crianças) e mediadas por sujeitos (professores) mais experientes geram mudanças qualitativas e impulsionam o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Deste modo cabe ao professor, fazer a mediação da aprendizagem utilizando técnicas que levem a criança a tornar-se independente e deste modo estimule o conhecimento potencial, de modo a criar uma nova Zona de Desenvolvimento Proximal com frequência.

Cabe destacar que o professor poderá estimular a criança com trabalhos em grupos, utilizar técnicas para motivar, facilitar a aprendizagem e diminuir a sensação de solidão da criança/indivíduo, também deve estar atento para permitir que este aluno construa seu conhecimento em grupo com participação ativa e a cooperação de todos os envolvidos, sua orientação deve possibilitar a criação de ambientes de participação/interação, colaboração e constantes desafios.

A Pedagogia Waldorf, criada por Rudolf Steiner¹⁵, “é a aplicação da Antroposofia¹⁶ e seus princípios na educação de crianças e jovens (ROMANELLI, 2008, p.146)”. Deste modo a

¹⁵ Rudolf Steiner nasceu em 27 de fevereiro de 1861-1925, em Kraljevec (atual Iugoslávia), filho de um funcionário ferroviário subalterno

¹⁶ A Antroposofia considera o ser humano como portador de quatro entidades ou corpos. Essa descrição coincide com saberes tradicionais e antigos pelos quais o homem não é visto apenas como um ser terreno. O primeiro deles é o corpo físico, composto das substâncias existentes no mundo mineral e sujeito às leis que o regem. Como segunda entidade, o homem possui o corpo etérico ou vital, portador do princípio que atua nos seres vivos: plantas, animais e



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



educação deve ser totalmente dedicada às necessidades do desenvolvimento da criança. Fala-se neste caso, da antropologia evolutiva, que para Steiner (1988), é o caminho evolutivo do homem e acontece à medida que ele se desenvolve cognitivamente, o aprendizado cognitivo-intelectual não deveria ser predominante em relação às matérias artísticas, criativas e artesanais. Sendo assim a pedagogia Waldorf, abre bastante espaço para as artes em vez de basear-se apenas no clássico estudo sobre os diferentes temas.

A criança, crescendo, vai aprender a compreender qual será o seu papel no mundo sem qualquer imposição dos pais, das escolas e da sociedade em geral. Deste modo Veiga (1994, p.22) argumenta que “a pedagogia que prepara para o mercado priva o jovem de ser ele mesmo.”

Os ensinamentos práticos da educação Waldorf estão ligados principalmente ao desempenho das tarefas manuais. As crianças, por exemplo, são incentivadas a participarem de oficinas criativas, onde a importância da educação artística é dada através do ensino de atividades práticas, tais como o tricô.

Steiner argumenta que as crianças precisam dos contos de fadas, ressalta a importância de contar às crianças, contos populares, locais e do resto do mundo, porque os contos não apenas representam um patrimônio cultural inestimável, mas também porque representam um instrumento essencial para o crescimento das crianças, com suas histórias de obstáculos e provações que desenham as etapas da viagem que a criança terá de enfrentar na vida. Os contos de fadas dão conforto às crianças e contribuem para o desenvolvimento da imaginação e da compreensão das suas emoções.

Desta forma, as crianças podem associar às bonecas, as emoções e expressões que elas preferirem. Para Waldorf as bonecas também são consideradas uma ferramenta importante para facilitar a criança no diálogo consigo mesma.

seres humanos. Esse princípio é responsável, de acordo com a Antroposofia, pelos fenômenos do crescimento, reprodução e demais funções metabólicas do ser humano. A terceira entidade é chamada de corpo astral ou das sensações, que aparece apenas nos animais e no homem, sendo veículo da vida de sentimentos e de sua expressão. A quarta entidade é chamada de EU, portadora da individualidade, da consciência humana. (ROMANELLI, 2008).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



As bonecas Waldorf são feitas à mão, são macias e ajudam a criança a desenvolver a imaginação. A sua principal característica é a má definição de seus detalhes faciais pois a boneca precisa deixar espaço para a imaginação da criança. As crianças aprendem por imitação, quando imitam as atividades de seus pais, e através da experimentação.

Deste modo entende-se que a educação escolar deve fornecer à criança subsídios essenciais para sua formação que considerem todas as suas dimensões e competências humanas.

Cultura

Essa definição foi criada por Edward Tylor no século XIX e apesar de sua atualidade, gerações e gerações de antropólogos procuraram aprofundá-la para melhor compreender o comportamento social. *“La cultura es algo vivo, compuesta tanto por elementos heredados del pasado como por influencias exteriores adoptadas y novedades inventadas localmente. La cultura tiene funciones sociales. Una de ellas es proporcionar una estimación de sí mismo, condición indispensable para cualquier desarrollo, sea este personal o colectivo”*. (Verhelst, 1994, p. 42) apud (Molano, 2007, p.72).

Analisando a relação entre educação e cultura, pode-se dizer que não há educação que não esteja mergulhada na cultura da humanidade e, conseqüentemente, do momento histórico em que se situa. Neste sentido, diz Forquin corrobora afirmando que:

A cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificativa última: a educação não é nada fora da cultura e sem ela. Mas, reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação, através do trabalho paciente e continuamente recomeçado de uma “tradição docente” que a cultura se transmite e se perpetua: a educação “realiza” a cultura como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçada, fio precário e promessa necessária da continuidade humana. Isto significa que, neste primeiro nível muito geral e global de determinação, educação e cultura aparecem como as duas faces, rigorosamente recíprocas e complementares, de uma mesma realidade: uma não pode ser pensada sem a outra e toda reflexão sobre uma desemboca imediatamente na consideração da outra”. (1993, p. 15).

Para Vygotsky, a cultura tem uma dimensão mais ampla e significativa, independente da potencialidade inata do indivíduo, mas se adquire e desenvolve nas relações e no meio em que está inserido.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



[...] a cultura não é pensada por Vygotsky como um sistema estático ao qual o indivíduo se submete, mas como uma espécie de “palco de negociações” em que seus membros estão em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados. Ao tomar posse do material cultural, o indivíduo o torna seu, passando a utilizá-lo como instrumento pessoal de pensamento e ação no mundo[...] (OLIVEIRA, 1997, p. 38)

Na concepção de Simon (2015) sob uma perspectiva mais ampla, a cultura envolve o meio natural, no qual o homem vive e se relaciona com os demais, envolve o saber fazer, condição básica à existência e perpetuação do homem; e os bens culturais, feitos a partir das ações humanas.

Envolve o trabalho e o seu resultado da criação, invenção, da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, do ato reflexivo do homem, as manifestações como o teatro, cinema, música, dança, circo, fotografia, pintura e as oriundas do pensamento como as letras de um modo geral, a poesia, os contos conforme (CHAUÍ, 2006).

Nessa perspectiva, entende-se que a escola precisa levar em conta o contexto social e cultural que os indivíduos se inserem e que, não se pode conceber uma experiência pedagógica “desculturizada”.

Identidade territorial

Segundo Raffestin (1993), espaço e território não são equivalentes, seus conceitos é que foram utilizados sem critérios, causando grandes confusões em análises, ao mesmo tempo em que, justamente por isso, se privaram de distinções úteis e necessárias.

Região pode ser definida como o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, ou seja, um subespaço do espaço nacional total. (SANTOS, 1997a). Santos e Silveira (2006), definem território como uma extensão do espaço apropriada e usada, ou, no sentido mais restrito da palavra, o nome político para o espaço de um país ou região.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Segundo Raffestin (1993) os atores sociais ao se apropriarem concreta ou abstratamente de porções do espaço, delimitam territórios, mesmo que seja através de representações. Ao se produzir um valor, uma representação, um controle sobre o espaço, os homens erigem territórios que se articulam num campo relacional de poder. Flores (2006) conclui que:

Em outras palavras, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social (FLORES, 2006, p. 4).

Neste sentido, Silva (2015) argumenta que identidade territorial se constrói no tempo, nutrindo-se de elementos sócio culturais, políticos e históricos necessários para alicerçar e fortalecer um sentimento de pertencimento capaz de identificar e diferenciar a sociedade regional dos demais territórios, dados ou construídos. Para Albagli (2004), o sentimento de pertencimento é um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico.

A identidade é dinâmica, muda no tempo à semelhança de todos os outros componentes territoriais e do território no seu complexo. A identidade apresenta uma variabilidade elevada em termos tanto temporais, quanto espaciais; antes, tal variabilidade tende a ser maior na dimensão temporal do que aquela espacial (POLLICE, 2010, p.11).

É importante destacar que a formação da identidade territorial está enraizada no contexto social, coletivo e histórico de cada território, e quando valorizada pode contribuir ao desenvolvimento e a implementação de processos inovadores em escala local.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



MATERIAIS E MÉTODOS

A seção apresenta os elementos metodológicos que norteiam a execução da pesquisa. Deste modo, o método é entendido por Lakatos e Marconi (2011, p. 46) como “o conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Os métodos empregados na pesquisa, incluem em um primeiro momento a leitura de materiais, os quais subsidiaram a i) pesquisa bibliográfica com o propósito de levantar o acervo de autores e obras já publicadas referente ao tema estudado - por meio impresso e digital. A consecução desta etapa viabilizou o contato direto com o material escrito acerca do tema estudado, o que auxiliou em seguida a organização e a interpretação das informações coletadas (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Quanto aos objetivos o estudo caracteriza-se como sendo uma pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2010) os estudos feitos de forma combinadas tem por finalidade descrever completamente um fenômeno. Quanto à natureza ou finalidade desta pesquisa, trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que pretende-se que com os resultados incitar, propor novas discussões e por que não servir como instrumento de reflexão sobre políticas públicas voltadas para o tema de pesquisa (GIL, 2008).

A coleta de dados primários, ocorreu na última semana de novembro/2017, construiu-se um questionário semiestruturado, composto por (05 questões fechadas) que buscam caracterizar as entrevistadas, onde foram verificadas as variáveis : sexo; idade; estado civil; grau de escolaridade; e se o na percepção da entrevistada o CEINF trabalha aspectos relacionados à Cultura local e 05 (questões abertas) que foram direcionadas para dados específicos e verificou-se características temporais da servidora como:) tempo de trabalho na Educação Infantil; no Centro de Educação Infantil; o que pensa sobre Educação; de que forma os aspectos relacionados à Cultura local são trabalhado, bem como os recursos pedagógicos são utilizados. O questionário foi



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



entregue às 16 professoras, após duas outras tentativas de coletar os dados por meio da entrevista, e através de questionário online (Google-drive), tentou-se mais uma vez por meio de formulário impresso, possibilitando atingir os objetivos deste artigo que consiste em correlacionar a relação existente entre a educação, a cultura e a construção da identidade territorial, junto ao CEIF Professor Mário Ocaris Rosa. A amostragem compreendeu a totalidade (16) das professoras, no entanto somente 11 questionários foram validados.

Após a realização da pesquisa de campo, os dados obtidos foram tabulados e analisados de maneira qualitativa. Estes por sua vez, foram apresentados em forma de resultados e discussões, juntamente com as principais inferências que se possibilitaram estabelecer em função da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Centro de Educação Infantil, está localizado a Rua Paulo Afonso, nº 237, Bairro Jardim Botânico, no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, cuja mantenedora é a Prefeitura Municipal de Ponta Porã, foi criado através do decreto nº 4.386 de 23 de maio de 2001.

No que compreende a situação física do CEINF, sua localização se encontra no perímetro Urbano Periférico, construído sob dois terrenos, no qual um está inscrito em nome do município de Ponta Porã e o outro inscrito atualmente para associação dos Moradores do bairro, totalizando uma área total de 460m² com uma área construída de 205,52 m², dispostas em 06 salas de atividades, 01 cozinha, 01 depósito, 01 lavanderia, 01 banheiro para funcionários administrativos, 01 sala para os professores com banheiro, 01 despensa, 01 sala administrativa, 04 banheiros infantis construídos em alvenaria, um parque infantil e 01 caixa de areia.

O Centro de Educação Infantil Professor Mário Ocaris Rosa, tem como patrono o professor Mário Ocaris da Rosa, homenageado por sua luta e dedicação aos jovens. Nasceu em 01/01/1947, sendo bela-vistense por nascimento e pontaporanense por opção. Em sua trajetória de vida, uma semente selecionada e plantada em solo fértil no momento ideal respirava o oxigênio do magistério desde a mais tenra idade. Faleceu em sua querida Ponta Porã em 19/03/2001.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Atualmente esta Unidade Escolar funciona nos períodos: matutino, vespertino e integral. Oferecendo a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica para 170 crianças até quatro anos de idade. Trabalham nesta instituição 16 professores, 24 estagiários e 13 funcionários administrativos. Tem como Diretora a Professora Angela Maria Cremonese Ruppenthal, como Coordenadora Pedagógica a professora Angela Maria Cremonese Ruppenthal e como Secretária Lisméia Franco Pinheiro.

Para a caracterização dos sujeitos da pesquisa, utilizou-se de questões fechadas. Segundo Gil (2008), “[...] para que escolham uma alternativa dentre as que são apresentadas numa lista. São as mais simples de serem utilizadas, porque conferem maior uniformidade às respostas e podem ser facilmente processadas [...]”. Estas questões referem-se a dados concretos como sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, tempo de trabalho na Educação Infantil, tempo de trabalho no objeto de pesquisa (CEINF).

Dentre os 11 questionários respondidos, todas as respondentes são do sexo feminino, com idades entre 28 e 57 anos, 06 (seis) casadas, 02 (duas) divorciadas, 02 (duas) em regime de união estável e 01 (uma) viúva. Quando questionadas sobre a formação acadêmica, 09 (nove) possuem pós graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais, 01 (uma) possui pós graduação em Educação Especial, e 01 (uma) Ensino Superior Completo.

Em relação ao tempo de trabalho na Educação Infantil, identificou-se que 05 professoras tem de 01 a 09 anos, 06 professoras tem de 10 a 17 anos. Sobre o tempo de trabalho no Centro de Educação Infantil estudado, 02 professoras trabalham de 06 a 08 meses, 06 professoras 01 a 8 anos e 03 de 11 a 16 anos.

Ao questionar as professoras sobre Educação, com a intenção de levá-las a refletir criticamente a respeito do seu papel enquanto educadoras, as respostas foram as seguintes conforme o quadro 01:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quadro 01 - O que você pensa sobre Educação?

1 - Precisa ser valorizada.
2 - É um ato de educar, instruir, e o meio que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de geração para a geração seguinte.
3 - É a base de qualquer sociedade, necessita investimentos e mudanças.
4 - Engloba os processos de ensino e aprendizagem, conhecimento e observação dos costumes da vida social aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano.
5 - A educação é um meio de socialização dos indivíduos, onde o mesmo adquire e assimila conhecimento. A educação favorece a formação cidadã do indivíduo, onde ele adquire hábitos que levará consigo para toda sua vida.
6 - Que deve ser mais rígida em questão de conteúdo nos níveis fundamental I e II e na educação infantil procurar atender às necessidades de desenvolvimento motor e não ser pré requisito para alfabetização
7 - É a base de tudo.
8 - Fundamental na vida de cada criança, hábitos, costumes e valores de uma comunidade que são transferido de geração para geração, em várias situações presenciadas, vividas por cada indivíduo ao longo da sua
9 - Vários pontos deveriam ser revistos, valorização dos professores, número de alunos por sala, recursos, formação acadêmica, cursos com qualidade, formação continuada.
10 - É a base total do ser humano. É onde o ser se encontra com o meio e o seu saber, onde aprendemos a socializar e se sentir mais.
11 - É uma parte em especial que precisa com urgência ser reavaliada, replanejada. Iniciando pela formação acadêmica e pessoal. A formação continuada de qualidade também é um quesito a ser repensado. Em suma, a educação precisa "estudar" e modernizar-se.

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Em relação ao quadro 1, esperava-se identificar uma nova visão a respeito da educação e sobre a postura do educador enquanto mediador das relações com as crianças, no entanto o que se pode perceber são indicativos quanto a necessidade de melhorias, tanto para a formação acadêmica, quanto a sua modernização. Esta postura dos educadores, com um olhar diferenciado, nos conduz a questioná-los sobre o que pensam sobre a Educação, quais perspectivas de desenvolvimento, a educação traz para sociedade local.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quadro 2 – Na sua visão o CEINF trabalha aspectos relacionados à Cultura local?

1	Artes, música, dança, folclores
2	Artes, música, dança, literatura, folclores, festas
3	Artes, música, dança
4	Artes, música, dança, literatura, folclores, festas
5	Artes, música, dança, literatura, folclores, festas
6	Artes, música, dança, culinária, literatura, folclores, festas
7	Artes, música, dança, culinária, literatura, folclores, festas
8	Música, dança, culinária, literatura, folclore
9	Artes, música, dança, folclores, festas
10	Música, dança, culinária, literatura, folclore
11	Festas

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Em relação aos aspectos ligados a cultura observados no quadro 2, percebe-se que o elemento artes, se repete por 08 vezes, no entanto nenhum elemento relacionado ao mesmo pode ser identificado ou relacionado no formulário, o item música foi repetido por 08 vezes, mas nenhuma música foi identificada, quanto ao termo dança, este se repetiu por 09 vezes, e da mesma forma não foi lembrado pelas pesquisados, o item literatura foi mencionado por 07 vezes e o esquecimento se repetiu, o elemento folclores foi repetido por 08 vezes, festas 07 vezes e ambos não foram representados.

Chauí(2006) argumenta que tais elementos são manifestações, que dependem do trabalho exercido pelos profissionais da área, os quais podem e devem utilizar-se de muita criatividade para externalizar, os sentimentos, desenvolver a criatividade das crianças.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quadro 3 – De que forma são trabalhados com as crianças

1 - De forma lúdica
2 - E trabalhado em artes a utilização de recursos com erva de tereré para a confecção de trabalhos, a música em espanhol que é da fronteira e por algumas crianças falarem o idioma paraguaio em apresentações artísticas
3 - Através de atividades propostas na ementa curricular da educação infantil municipal
4 - Atividades em papel, na conversa em sala
5 - Através de atividades diferenciadas
6 - Em atividades diferenciadas, projetos e através da ementa curricular
7 - Através de atividades diferenciadas e ementa curricular
8 - Através de projeto que faz com as crianças em sala de aula, com várias atividades que o professor trabalha com, os pequenos, votada a cultura local e demais região.
9 – Projetos
10 - É trabalhado as músicas do folclore não cultura local. É preciso incentivar mais esse aspecto.
11 - Apresentações com música e dança das datas comemorativas

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Em relação ao quadro 03 foi possível verificar, que as atividades são desenvolvidas de forma lúdica, no entanto o que se segue são as propostas das ementas curriculares municipais, através dos projetos, por meio de atividades diferenciadas, no entanto algo de diferente foi percebido em relação aos trabalhos de artes com a utilização de erva-mate.

Neste sentido Steiner contribui com sua literatura que traz para a criança a importância dos contos de fadas, das histórias, do simples ato de brincar, pois neste ato as crianças aprendem pela imitação, e isto reforça a promoção e valorização da cultura local.

Quando perguntado sobre os recursos pedagógicos utilizados pelas professoras em suas atividades de sala, foi possível identificar uma diversidade de materiais, dentre os quais, materiais recicláveis, a erva-mate, livros, observados no Quadro 4 logo abaixo.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quadro 4 – Recursos pedagógicos utilizados

1 - DVD, sucatas, internet, e materiais recicláveis
2 - A erva mate de tereré, Cds e DVDs, livros
3 - Brinquedos, DVDs, livros, tintas, giz de cera, etc
4 - Histórias, DVDs, contato com diferentes tipos de objetos
5 - Livros, materiais pedagógicos, fantoches, tinta
6 - Na disciplina de educação física: com bolas, arcos, colchão, túnel, corda, cama elástica, dentre outros
7 - Livros, Dvds, instrumentos musicais
8 - Vários, através de pesquisa na internet, com atividades xerocadas, roda de conversa, e outros materiais, livros, Cds, etc.
9 - Visual, áudio visual, material alternativo
10 - Cds, filme, livros, painéis
11 - Visuais, audiovisuais

Fonte: dados da pesquisa (2017)

Os recursos utilizados pelas professoras, pela sua diversidade reforçam a interação entre as crianças e isso possibilita a geração de novas experiências e conhecimento. Neste sentido pode-se dizer que a aprendizagem segundo Vygotsky é uma experiência social, mediada pelo professor e os recursos podem contribuir nesse sentido.

CONCLUSÃO

Quanto ao objetivo da pesquisa que foi correlacionar a relação existente entre a educação e a cultura e a construção da identidade territorial, junto aos CEINF Prof^o Mário Ocaris da Rosa no município de Ponta Porã-Ms.

A literatura aponta que a educação é o elemento facilitador da cultura, e que a relação entre essas duas grandes áreas do saber podem sim contribuir para a construção da identidade territorial, no entanto o que foi percebido é que não são trabalhados elementos da cultura regional, o que



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



pode ocasionar no esquecimento, o que contradiz a proposta de Oliveira(1997), mediante ao que diz a literatura sobre educação objetivo inicial da pesquisa foi alcançado.

No que tange aos demais objetivos, pode se dizer que também foram alcançados em forma de conhecimento sobre as teorias de aprendizagem, as quais dão uma amplitude maior para se explorar o conhecimento e aplica-lo em sala de aula, uma vez que o CEINF Prof^o Mário Ocaris da Rosa, trabalha com foco na perspectiva Sociointeracionista de Vygotsky.

Em relação as principais atividades educacionais e culturais que podem reforçar a identidade territorial, percebeu-se que muitas atividades são realizadas pela escola, no entanto não ficaram explícitas – quais são.

Algumas alternativas de organização de espaços de literatura que abarquem o folclore, que retratem a história local, artes como pintura que remetam a região suas paisagens naturais, visitas a pontos históricos, identificação dos elementos que compõem a culinária típica, oficinas para formação e capacitação dos docentes, dentre muitas alternativas, as quais poderão ser discutidas não somente no âmbito escolar, mas também com a participação das famílias.

As principais limitações da pesquisa estão relacionadas ao formato das questões, pois acredita-se que não houve compreensão por parte dos respondentes, deixando algumas lacunas. A outra limitação diz respeito ao fato de a pesquisadora não ter feito as indagações pessoalmente, em virtude da não disponibilidade das respondentes, decorrente de final de ano letivo.

Como sugestão, ampliar a pesquisa para outros CEINFs, para desta forma ter uma amplitude maior, pela possibilidade de comparar os resultados em relação aos aspectos culturais que vem sendo trabalhados pelos demais, bem como as formas utilizadas.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Brasília: SEBRAE, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- CHAUÍ, M. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 2012.
- DEMENECH, Flaviana. Sentidos próprios do ser humano: linguagem e o processo da apropriação da língua escrita. In: **Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM**. Nº 26, maio de 2012. Disponível em: <
<http://eduem.uem.br/laboratorio/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/14198/9190>. Acesso em 03 Jun 2018.
- FLAVELL, John. A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget/John H. Flavell; tradução Maria Helena Souza Patto. São Paulo: Pioneira, 1996.
- FLORES, Murilo (2006). **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte**. Disponível em <
<https://pt.scribd.com/document/135006291/FLORES-M-a-Identidade-Cultural>> Acesso em 03 Jun. 2017.
- FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**/Izabel Galvão. - Petrópolis, RJ ; Vozes, 1995.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010
- GRATIOT-Alfandéry, Hélène. **Henri Wallon / Hélène Gratiot-Alfandéry**; tradução e organização: Patrícia Junqueira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- LAKATOS, E. M. MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2003.
- _____. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2011.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



- MARTINS, Rosilene Maria Sólton Fernandes. **Direito à Educação**: aspectos legais e constitucionais. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
- MOLANO L., Olga Lucía. Identidad cultural un concepto que evoluciona. **Revista Opera**, n. 7, MAY 2007, pp. 69-84 Universidad Externado de Colombia Bogotá, Colombia. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/675/67500705.pdf>> Acesso em 01 DEZ 2017.
- MUNARI, Alberto. **Jean Piaget** / Alberto Munari; tradução e organização: Daniele Saheb. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- OLIVEIRA, Marta Khol de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1997.
- POLLICE, Fabio. **O papel da identidade nos processos de desenvolvimento local**. In: Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 27, p. 7-23, jan./jun. de 2010. Disponível em < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539>> Acesso em 03 Jul. 2017
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ROMANELLI, Rosely A. **Pedagogia Waldorf**: um breve histórico. Revista da Faculdade de Educação Ano VI nº 10 (Jul./Dez. 2008). Disponível em < http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_10/artigo_10/145_169.pdf> Acesso em 24 Jul. 2017.
- SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1997 a.
- _____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Roberto do Nascimento e. **A enogastronomia no processo de formação de identidade territorial do vale dos Vinhedos/RS** - Brasil./Roberto do Nascimento e Silva. – 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em < <http://hdl.handle.net/11624/803>> Acesso em: 24 Set. 2017.
- SIMON, Everton Luiz; ETGES, Virginia Elisabeta; MINASI, Sarah Marroni. In: **CENÁRIO**, Brasília, V.3, n.5 DEZ. 2015. Disponível em:< <http://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/16828/12577>> Acesso em 24 Set 2017.
- STAINER, Rudolf. **A Filosofia da Liberdade**. 2. ed., São Paulo: Antroposófica, 1988.
- VEIGA, Marcelo da. **A obra de Rudolf Steiner**. São Paulo: Antroposófica, 1994.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS SITUADOS NA
REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA NO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS**

THE CONTRIBUTION OF THE FEDERAL INSTITUTES LOCATED IN THE
METROPOLITAN REGION OF GOIÂNIA IN THE REGIONAL DEVELOPMENT OF THE
STATE OF GOIÁS

Oyana Rodrigues dos Santos¹⁷

Aline Tereza Borghi Leite¹⁸

Juliano de Castro Silvestre¹⁹

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: O artigo apresenta a história, a construção e as fases do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, instituição de ensino modelo na oferta de cursos profissionalizantes e superior. Em Goiás têm-se o IFG (Instituto Federal de Goiás) e o IFGoiano (Instituto Federal Goiano) ambos com a mesma estrutura, porém em áreas de atuação diferentes, respeitando as vocações econômicas e regionais do Estado. Em Goiás são 24 (vinte e quatro) câmpus dos dois Institutos espalhados por todas as mesorregiões. Para objeto de estudo definiu-se a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) a ser pesquisada. Foram utilizados índices de desempenho municipal nas variáveis Educação e Trabalho entre os anos de 2014 e 2016, e os resultados apresentados mostraram que em todos os 6 (seis) municípios: Aparecida de Goiânia, Inhumas, Goiânia, Hidrolândia, Senador Canedo e Trindade apresentaram melhorias nos seus

¹⁷ Formada em Geografia, Mestre em Geografia e Doutora em Educação. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG e Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GO. Coordenadora do curso técnico em Controle ambiental do IFG. e.mail: oyana.santos@ifg.edu.br fone: (62) 99977.3196 End: Pontifícia Universidade Católica de Goiás Escola de Gestão e Negócios. 5a Avenida, esquina com Rua 235 N. 722 .Área I, Bloco B Setor Leste Universitário, CEP 74605-010. Goiânia – Goiás.

¹⁸ Formada em Ciências Sociais e Relações Internacionais. Mestre e Doutora em Sociologia Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC Goiás. Coordenadora do curso de graduação de Relações Internacionais da PUC-GO. e.mail: alineborghi1@gmail.com ; fone: (62) 9918.5885 End: Pontifícia Universidade Católica de Goiás Escola de Gestão e Negócios. 5a Avenida, esquina com Rua 235 N. 722 .Área I, Bloco B Setor Leste Universitário, CEP 74605-010. Goiânia – Goiás.

¹⁹ Formado em Administração. Especialista em Marketing e em Docência no Ensino Superior. Professor e Coordenador do Instituto Tecnológico do Estado de Goiás em Artes Basileu França. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC- GO. e-mail: ju.castrosilvestre@gmail.com ; fone: (62) 98451.0138. End: Pontifícia Universidade Católica de Goiás Escola de Gestão e Negócios. 5a Avenida, esquina com Rua 235 N. 722 .Área I, Bloco B Setor Leste Universitário, CEP 74605-010. Goiânia – Goiás. Bolsista Capes.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



indicadores de Trabalho e Educação, excetuando Goiânia que teve redução nos índices de Educação em 2016.

Palavras-chave: Institutos Federais em Goiás. Educação Profissional. Trabalho. Desenvolvimento Regional. Cidades.

Abstract: The article presents the history, construction and phases of the current Federal Institute of Education, Science and Technology, model teaching institution in offering vocational and higher courses. In Goiás we have the IFG (Federal Institute of Goiás) and the IFGoiano (Federal Goiás Institute) both with the same structure, but in different areas of activity, respecting the economic and regional vocations of the State. In Goiás there are 24 (twenty-four) campuses of the two Institutes scattered throughout all mesoregions. For purposes of study, the Metropolitan Region of Goiania (RMG) was defined. Municipal performance indices were used in the variables Education and Work between the years 2014 and 2016, and the results presented showed that in all 6 (six) municipalities: Aparecida de Goiania, Inhumas, Goiania, Hidrolândia, Senador Canedo and Trindade presented improvements in its Job and Education indicators and only Goiania there was a reduction in the Education indices in 2016

Keywords: Federal Institutes in Goiás. Professional education. Job. Development Regional. Cities.

INTRODUÇÃO

Desde o decreto 7566 de 1909 do então Presidente da República Nilo Peçanha, a Educação Profissional surgiu como uma necessidade de qualificação, mais especificamente da classe proletária no início do século XX. Nos dias de hoje é denominada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio conforme a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - nos seus artigos 36 A ao D na qual determina a qualificação para o mercado de trabalho de acordo com as vocações econômicas de cada região ou município.

Os Institutos Federais com mais de 100 anos de atuação têm papel importante na história educacional brasileira e também na inserção de mão de obra qualificada ao mercado de trabalho.

Em Goiás há o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano, que atuam em segmentos diferentes de formação, sendo o primeiro predominantemente voltado à área industrial e o segundo ao segmento de formação agrossilvipastoril.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Muitas destas unidades estão localizadas em Goiânia e entorno. A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) foi criada pela Lei Complementar nº 27 de 30/12/1999, e é composta por 20 municípios: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) a estimativa populacional se aproxima dos 2,5 milhões de habitantes. Ocupa, atualmente a 11ª posição das maiores regiões metropolitanas do Brasil. Dentre as 20 (vinte) cidades encontram-se 6 (seis) com câmpus instalados dos Institutos Federais: Aparecida de Goiânia, Goiânia, Hidrolândia, Inhumas, Trindade e Senador Canedo. Estes municípios representam 2,3 milhões de habitantes totalizando 92% da população desta região.

Portanto objetivou-se analisar neste artigo a origem, a história e a relação de desenvolvimento e crescimento regional nas cidades da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) onde estão instalados os câmpus dos dois Institutos Federais em Goiás (IFG e IF Goiano).

REVISÃO DE LITERATURA

Em Goiás, de acordo com a Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, há dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que integram à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação. Um denominado Instituto Federal de Goiás (IFG) e outro Instituto Federal Goiano (IF Goiano) cujo projeto político-pedagógico é de oferecer ensino público e gratuito na educação básica, técnico e superior, além dos programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Para melhor entendimento da inserção destas Instituições na sociedade goiana e região, se faz necessário o resgate de sua história na localidade. O importante destaque de seu pioneirismo no cenário brasileiro, enquanto fruto de decisões da esfera Federal, contemporâneos a período de preocupação com o fomento ao desenvolvimento industrial e agrícola.

A Educação Profissional e Tecnológica assumiu valor estratégico para o desenvolvimento nacional. Dentre estas localidades estava a antiga capital do Estado de Goiás, marcando trajetória



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



de longos anos, bem-sucedidos de inserção junto à comunidade, com fecunda contribuição no desenvolvimento de jovens profissionais com impacto positivo e significativo no incremento econômico local e regional tanto na esfera industrial quanto agropecuária.

Tal presença no cenário goiano pode ser exemplificada com a própria história do IFG, com seus mais de 100 anos, centenário completo em 2009. O Câmpus Goiânia do IFG é pioneiro, não só na Região Centro-Oeste, como na dinâmica da Instituição, enquanto sede do Instituto Federal de Goiás (IFG).

Sua origem remonta a antiga capital do Estado de Goiás - Vila Boa, quando foi instituída, em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº 7.566 do presidente Nilo Peçanha, a Escola de Aprendizes e Artífices, primeira instituição no Estado, voltada para formação técnica profissional. Em **05 de julho de 1942**, com a mudança da capital do Estado para Goiânia, a escola foi transferida e recebeu novo nome, Escola Técnica de Goiânia, consolidando-se como centro de excelência no ensino técnico profissionalizante. Com a Lei n.º 3.552, em 1959, a instituição alcançou a condição de autarquia federal e em 1965, passou a chamar, Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), com a Lei nº 4.759, de 20 de agosto. Nessa época, a ETFG estava organizada em quatro modalidades de ensino técnico: o Ginásio Industrial; o Colégio Técnico Industrial; Aprendizagem Industrial e os cursos intensivos de preparação de mão de obra industrial.

Aos sabores das decisões governamentais e respectivos entendimentos do que seria a educação profissional e seu papel junto à comunidade, externados em textos tanto de Políticas Públicas de Estado como mesmo Políticas Públicas de governos, foram responsáveis por significativas transformações no perfil dos serviços prestados pelas instituições federais de formação profissional no Brasil, o que pode ser observado no ocorrido com as Instituições no Estado de Goiás. Assim, por meio do decreto s/nº de 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), passando a atuar também no ensino superior.

Pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, os CEFETs foram transformados em Institutos Federais quando, por esta mesma Lei foi criado também, o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), passando o Estado de Goiás a ter dois Institutos: o Instituto Federal Goiano (IF Goiano),



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



originalmente de orientação agropecuária, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), originalmente de orientação industrial.

Com os Institutos, houve maior autonomia administrativa, financeira e pedagógica, equiparando a instituição às universidades federais, contribuindo ainda mais com a sociedade, capacitando profissionalmente os cidadãos e oferecendo ensino de qualidade à população.

O IFG oferece educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional, tecnológica e gratuita em diferentes modalidades de ensino, tendo por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O IFG oferece desde educação integrada ao ensino médio à pós-graduação. Na educação superior, conta com bacharelados, licenciaturas e superiores em tecnologia e na pós-graduação com cursos de mestrado profissional e especialização *lato sensu*. Na educação profissional técnica de nível médio, atua, nas modalidades subsequente e integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com o site do Ministério da Educação (MEC) 2010, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são parceiras na oferta de cursos de extensão, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e cursos de educação à distância (EAD).

O IF Goiano integrou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) de Rio Verde, de Urutaí e sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos, mais a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE) – antigas escolas agrícolas. Com Reitoria instalada em Goiânia, em 2010, a Instituição inaugurou câmpus na cidade de Iporá em 2014, e iniciou as atividades em Campos Belos, Posse e Trindade, além de instalar câmpus avançados, nas cidades de Catalão, Cristalina, Ipameri e Hidrolândia, totalizando 12 (doze) unidades em Goiás (MEC, 2015).

No Instituto Federal Goiano prevalecem os cursos de Tecnologia, especialmente na área de Agropecuária, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IF Goiano atua preferencialmente na forma integrada, atendendo também ao público de



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



jovens e adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (Proeja) (MEC, 2010).

A Instituição também atua na pós-graduação, com a oferta de três cursos de mestrado e, é o primeiro Instituto Federal do país a ofertar curso de doutorado. Mais recentemente o IF Goiano aderiu a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) e passou a ofertar inicialmente, desde 2012, sete Cursos Técnicos na modalidade semipresencial, segundo os pressupostos da Educação a Distância. O IF Goiano oferta cursos em EaD em todas as microrregiões geográficas do Estado de Goiás, atingindo mais de 60 municípios que firmaram parceria para abertura de 55 pólos de EaD, com aproximadamente quase 7.000 estudantes matriculados (MEC, 2010).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Foram realizadas revisões bibliográficas e análise de dados para fundamentação da pesquisa. Por meio do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) do Governo de Goiás, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregos (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego serviram de base para o cruzamento destes dados e conseqüentemente apresentar os resultados oriundos deste artigo. Além de uma revisão literária em leis, decretos e resoluções de criação da Educação Profissional e dos atuais Institutos Federais. O recorte metodológico abrangeu os câmpus instalados nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia e seus respectivos Índices de Desempenho nas variáveis Educação e Trabalho: Aparecida de Goiânia, Inhumas, Goiânia, Hidrolândia, Senador Canedo e Trindade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

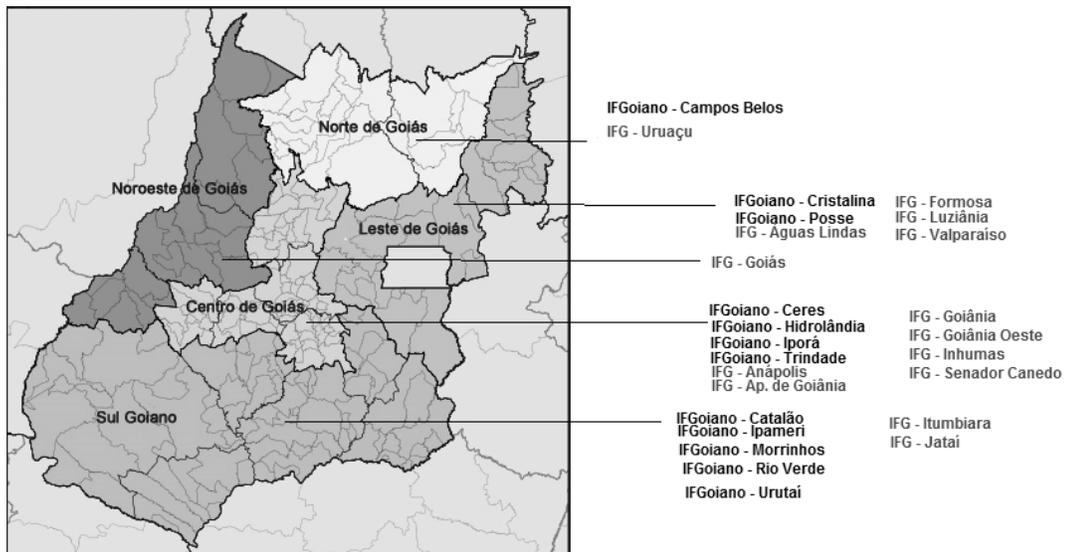
Na figura 1 consta a distribuição dos câmpus dos Institutos Federais no território do Estado de Goiás, de acordo com as mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conforme Resolução da Presidência (PR) nº 11 de 05 de Junho de 1990.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 1 - distribuição dos campus no Estado de Goiás



Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB, 2014). Com adaptações do autor

Neste contexto, interessante destacar o vínculo histórico destas Instituições com a formação de jovens para o exercício profissional e a despeito de todas as transformações ocorridas no período de suas existências, o oferecimento dos cursos objetivando a formação do cidadão trabalhador sempre se fez presente, e em constante ampliação quantitativa e qualitativamente, alcançando cada vez mais municípios no Estado de Goiás, colocando à disposição da comunidade goiana, profissionais com boa formação, cujo exercício da formação obtida pelos egressos, vem contribuindo para os avanços econômicos regionais.

Segundo Jameson (2006) a sociedade pós-moderna adquiriu um novo comportamento em relação ao consumo. Com a tecnologia bem avançada produtos e serviços se tornaram “descartáveis” muito rapidamente ou como prefere o autor “um capitalismo tardio de consumo”. Neste contexto as cidades precisam estar preparadas para esta nova dinâmica social e cultural. Mais do que investir na atração de grandes empresas ou indústrias as cidades devem apoiar negócios empreendedores, que geram renda e emprego para dentro das suas cidades. Mapear

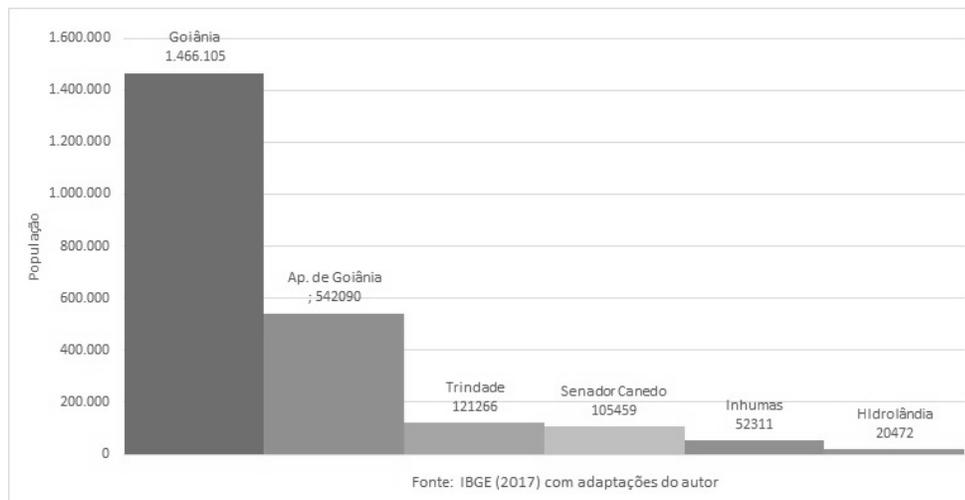


V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



quais são as vocações econômicas e sociais que os moradores têm de habilidades e dar-lhes incentivo financeiro e estrutura para fortalecer a Economia Regional.

Gráfico 1: população estimada (2017) nas cidades da RMG com campus IF



Fonte: adaptado de Instituto Mauro Borges (IMB, 2014).

No gráfico 1 percebe-se a concentração populacional nas cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia, totalizando aproximadamente dois milhões de habitantes, o que corresponde a 80% de toda a população da Região Metropolitana de Goiânia com cerca de 2 milhões e 500 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Trindade, Senador Canedo, Inhumas e Hidrolândia são as outras cidades da RMG (Região Metropolitana de Goiânia) cujas localidades possuem câmpus dos IF's. Destas cidades apenas Senador Canedo teve a sua emancipação no final da década de 1980, mas precisamente em 01 Junho de 1989, com o desmembramento das cidades de Goiânia, Bela Vista de Goiás e Aparecida de Goiânia. Trindade, Inhumas e Hidrolândia, com 97, 86 e 69 anos de fundação, respectivamente, são cidades históricas e com forte apelo religioso, como Trindade, e com a economia baseado na produção agropecuária.

Goiás vive estágio de mudança no perfil da sua economia, de origem nas atividades de agricultura, extrativismo e pecuária, começa a partir do início dos anos de 1990 a se



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



industrializar, influenciado pelas políticas de incentivo fiscal por parte do Governo Estadual (isenção de ICMS) por programas conhecidos como Fomentar/ Produzir²⁰ criado pela Lei n° 9.489 de 19/07/1984, e na abertura da economia nacional através da quebra do protecionismo estatal estimulada pelo Governo Collor (1990-1992), como aduz Santos (2009).

De acordo com o IMB (2017), o estado de Goiás apresentava em 1995 valor nominal do PIB (Produto Interno Bruto) na ordem de R\$ 14 bilhões e participação no PIB nacional de 2,05%. Após 20 anos, o estado tem um PIB com valor aproximado de R\$ 170 bilhões e participação nacional de 2,9%, sendo a 9ª economia do país, conforme tabela 1.

Esse crescimento mudou o perfil socioeconômico do estado. Porém as indústrias instaladas em Goiás tiveram na inserção da mão de obra local o seu maior problema. As empresas precisaram importar de outros estados trabalhadores em razão da baixa qualificação do trabalhador goiano no início da década de 90. Os postos de trabalho com maior remuneração ficaram com o pessoal de “fora” diminuindo as chances de um cidadão local conseguir emprego na sua própria cidade ou região.

Políticas de emprego foram introduzidas tanto pelos Governos Estaduais e Federal na intenção de qualificar a mão de obra local. Por isso os Institutos Federais, o Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT e SENAR) e as escolas profissionalizantes têm papel relevante no aumento da qualificação do trabalhador nas cidades goianas.

²⁰ O FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás) tem o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado. Fonte: IMB. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj22/artigo02.pdf>. Acesso em Mai 2018.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Tabela 1 - participação percentual e ranking do Produto Interno Bruto das unidades da Federação em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil entre 2010-2015

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2010		2012		2013		2014		2015	
	Partic. (%)	Posição Relativa	Partic. (%)	Posição Relativa	Partic. (%)	Posição Relativa	Partic. (%)	Posição Relativa	Partic. (%)	Posição Relativa
São Paulo	33,3	1º	32,4	1º	32,2	1º	32,2	1º	32,4	1º
Rio de Janeiro	11,6	2º	11,9	2º	11,8	2º	11,6	2º	11,0	2º
Minas Gerais	9,0	3º	9,2	3º	9,2	3º	8,9	3º	8,7	3º
Rio Grande do Sul	6,2	4º	6,0	4º	6,2	5º	6,2	4º	6,4	4º
Paraná	5,8	5º	5,9	5º	6,3	4º	6,0	5º	6,3	5º
1ª a 5ª posição	65,9	-	65,4	-	65,6	-	64,9	-	64,7	-
Santa Catarina	4,0	7º	4,0	6º	4,0	6º	4,2	6º	4,2	6º
Bahia	4,0	6º	3,8	7º	3,8	7º	3,9	7º	4,1	7º
Distrito Federal	3,7	8º	3,4	8º	3,3	8º	3,4	8º	3,6	8º
Goiás	2,7	9º	2,9	9º	2,8	9º	2,9	9º	2,9	9º
Pernambuco	2,5	10º	2,7	10º	2,6	10º	2,7	10º	2,6	10º
Pará	2,1	12º	2,2	12º	2,3	11º	2,2	13º	2,2	11º
Ceará	2,0	13º	2,0	13º	2,0	13º	2,2	12º	2,2	12º
Espírito Santo	2,2	11º	2,4	11º	2,2	12º	2,2	11º	2,0	13º
Mato Grosso	1,5	15º	1,7	14º	1,7	14º	1,8	14º	1,8	14º
Amazonas	1,6	14º	1,5	15º	1,6	15º	1,5	15º	1,4	15º
Mato Grosso do Sul	1,2	16º	1,3	16º	1,3	16º	1,4	16º	1,4	16º
Maranhão	1,2	17º	1,3	17º	1,3	17º	1,3	17º	1,3	17º
Rio Grande do Norte	0,9	18º	1,0	18º	1,0	18º	0,9	18º	1,0	18º
Paraíba	0,9	19º	0,9	19º	0,9	19º	0,9	19º	0,9	19º
Alagoas	0,7	20º	0,7	20º	0,7	20º	0,7	20º	0,8	20º
Piauí	0,6	23º	0,6	23º	0,6	22º	0,7	21º	0,7	21º
Sergipe	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º	0,6	22º	0,6	22º
Rondônia	0,6	22º	0,6	22º	0,6	23º	0,6	23º	0,6	23º
Tocantins	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,5	24º	0,5	24º
Amapá	0,2	26º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	26º	0,2	25º
Acre	0,2	25º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	25º	0,2	26º
Roraima	0,2	27º	0,2	27º	0,2	27º	0,2	27º	0,2	27º
6ª a 27ª posição	34,1	-	34,6	-	34,4	-	35,1	-	35,3	-

Fonte: IBGE/ órgãos estaduais de estatística.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Seqplan-GO/ Gerência de Contas Regionais e Indicadores - 2017.

Fonte: adaptado de Instituto Mauro Borges (IMB) e IBGE (2017).

O desafio agora é conseguir colocação a este trabalhador qualificado. Os postos de trabalho, desde 2014, sofreram forte declínio, e muitos trabalhadores estão desempregados ou na informalidade. Uma alternativa é o investimento no Empreendedorismo e na capacidade de gestão profissional.

IDM Educação

De acordo com a Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e as resoluções na área da Educação Profissional permite que este ensino seja ofertado em consonância com o mundo do trabalho. Segundo o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) 436/2001 sobre a autorização dos cursos superiores de tecnologia, em um dos seus objetivos da Educação Profissional e Tecnológica fixa:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA

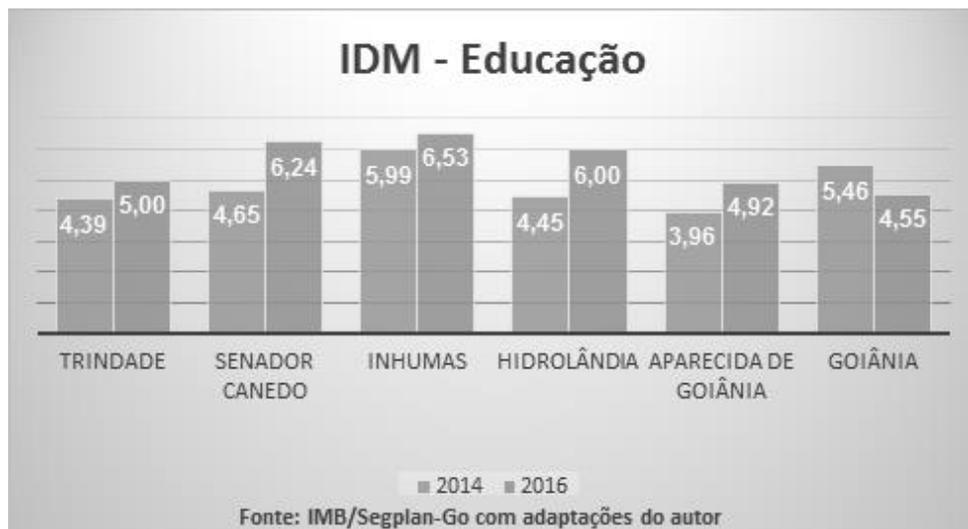


“promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício das atividades produtivas” (BRASIL, Decreto 2208/97).

Quando se delimita os dados econômicos, financeiros e sociais dos municípios envolvidos nesta pesquisa, pode-se constatar aumento no Índice de Desempenho na área da Educação e Trabalho. Excetuando Goiânia, as outras cidades apresentaram melhorias em seus dados educacionais e de trabalho.

O maior salto no índice educação ocorreu na pequena cidade de Hidrolândia (Gráfico 2). De acordo com o IBGE (2017), este município com 20472 habitantes teve aumento de quase 35% no IDM Educação, entre 2014 a 2016. Este índice tem intervalo de 0-10 nas suas análises. A portaria 819 de 13 de Agosto de 2015 autorizou a instalação de polos de inovação nos câmpus avançados de Hidrolândia (IFGoiano), Aparecida de Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas e Senador Canedo (IFG) de acordo com Diário Oficial da União de 17 de Agosto de 2015, nº 156.

Gráfico 2 - Índice de desempenho dos municípios - Educação



Fonte: adaptado de Instituto Mauro Borges e Segplan – GO

No caso de Hidrolândia, cidade baseada praticamente na agricultura como sua principal atividade econômica, os cursos Técnico em Agropecuária e Manutenção e Suporte à Informática



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



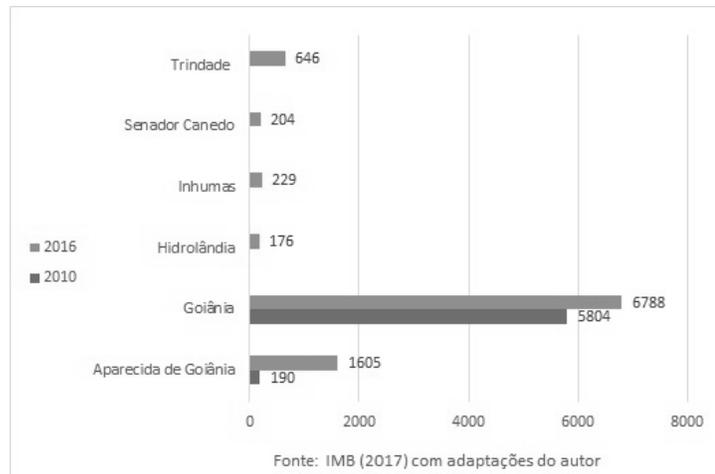
desenvolve no aluno a oportunidade de estudar em tempo integral na Instituição, em cursos voltados para à vocação econômica do município.

Outro município que se destacou no IDM Educação foi Senador Canedo. Cidade que experimentou explosão populacional devido à sua proximidade com Goiânia, a instalação de Distritos Agroindustriais, além do polo petroquímico da Petrobras. Em 2001, Senador Canedo tinha 56614 habitantes, e em 2017 já ultrapassou os 105 mil habitantes (IBGE, 2017).

Em Inhumas, Aparecida de Goiânia e Trindade que já foram consideradas cidades “dormitórios” em razão da sua população procurar todos os tipos de serviços e emprego na cidade de Goiânia, a instalação dos câmpus nestes locais, em 2008, 2012 e 2015, respectivamente, os índices de educação tiveram aumento, possibilitando o incremento destes alunos no próprio mercado de trabalho da região. Aparecida de Goiânia conforme estimativas do IBGE (2017) já ultrapassou Anápolis, consolidando-se como a segunda maior cidade do Estado e a terceira no ranking do PIB dentro do Estado.

No Gráfico 3 apresenta a evolução do número de matrículas somente na Educação Profissional nos municípios envolvidos nesta pesquisa.

Gráfico 3 - Total de matrículas efetuadas na Educação Profissional na rede pública e privada



Fonte: adaptado de Instituto Mauro Borges (IMB, 2017)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Cidades como Trindade, Senador Canedo, Inhumas e Hidrolândia coincidentemente houve o incremento de matrículas na educação profissional depois de 2010, após a instalação de câmpus da Rede Federal de Educação Profissional nestes municípios. A presença dos IF's possibilita que o município seja um polo de atração de empresas em todos os segmentos (Indústria, Comércio e Serviços) em razão de Instituições de Ensino darem o suporte e a *expertise* na formação e qualificação da mão de obra, principalmente entre jovens.

IDM Trabalho

Conforme a definição de Freidson (1996) a profissão, entendida em sua dimensão típico-ideal, pode ser considerada como uma ocupação que utiliza um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, que é reconhecida oficialmente, dentro de um mercado formal, e é fundamentada em conceitos e teorias abstratos. Além disso, a profissão detém jurisdição sobre um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, bem como o controle ocupacional da prática desse corpo de conhecimentos e qualificações no mercado de trabalho, através da reserva de mercado de trabalho.

De acordo com (Freidson, 2001, 1996) o profissionalismo pode ser considerado como uma terceira lógica de organização da divisão do trabalho. Ao contrário do que ocorre na lógica de livre-mercado e na lógica burocrática, sob a lógica do profissionalismo, as profissões estabelecem e controlam sua própria divisão do trabalho.

Ainda sobre profissão, a Educação Profissional tem no mundo do trabalho a sua base, a sua forma e o seu objetivo. Não se pode pensar num mercado de trabalho sem levar em consideração às variáveis emprego, remuneração, tecnologia, inovação, população economicamente ativa, tendências de produtos e serviços, marketing e cliente. Por isso, os Institutos Federais e as Escolas Técnicas Estaduais desempenham o papel de provocar e promover a identidade vocacional de cada região ou município de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas.

No decreto 5.154 de 23 de Julho de 2004, regulamenta os artigos 36 e os 39 a 41 da lei 9.394/96, conhecida como LDB. Neste decreto o governo federal normatizou e identificou os vários níveis de educação profissionalizante e as suas premissas: i) organização, por áreas



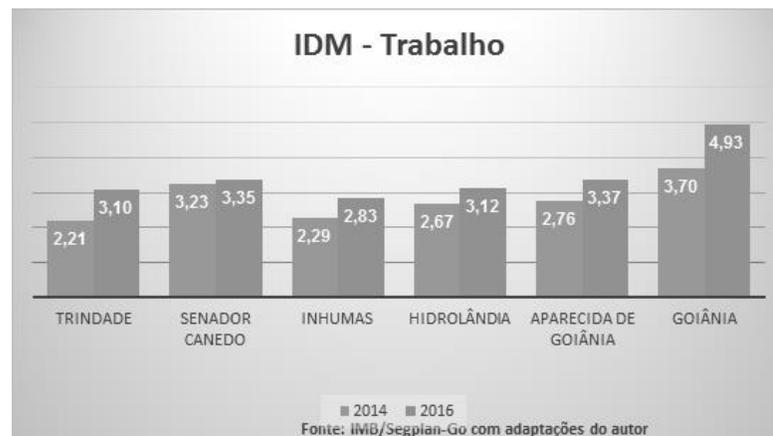
V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; ii) articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; iii) a centralidade do trabalho como princípio educativo; iv) a indissociabilidade entre teoria e prática

O Índice de Desempenho nos Municípios na variável Trabalho revela que nas seis cidades pesquisadas observou-se aumento. A Educação Profissional tem na interação com o mercado de trabalho o seu diferencial em comparação às outras modalidades ou níveis de educação no Brasil (gráfico 4).

Gráfico 4 - Índice de desempenho dos municípios - Trabalho



Fonte: adaptado de Instituto Mauro Borges e Segplan - GO

A missão das instituições de ensino que ofertam a Educação Profissional é conduzir o aluno ao exercício da prática e o estudo da teoria de forma dialogada e cuja construção do currículo do curso possa atender às demandas do mercado profissional. Por isso, em cada câmpus dos IF's há cursos técnicos e tecnológicos voltados à vocação econômica, social e humana das suas regiões ou territórios.

Consultas realizadas no IMB (2017) demonstram a evolução dos índices de trabalho nas cidades pesquisadas. Esse reflexo positivo demonstra a força na só na educação, mas no desenvolvimento humano, cujos municípios têm câmpus instalado na sua região.

Trindade foi à cidade que demonstrou a maior diferença entre os anos de 2014 e 2016. Houve aumento de 40,27% nos seus indicadores de trabalho. Trindade assistiu nos últimos anos



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



incremento nos índices populacionais, graças à sua proximidade com a capital Goiânia e o processo de gentrificação – expulsão de moradores para áreas mais periféricas sendo substituídos por moradores com maior poder aquisitivo.

Outro fator analisado foi o expressivo crescimento no número de empregos gerados a partir de 2010 no município de Senador Canedo. Em razão desse acelerado crescimento em agosto de 2014 o IFG inaugura seu câmpus com objetivo de qualificar estes profissionais para o mercado de trabalho.

O Índice de Desempenho dos municípios na variável trabalho não leva em consideração apenas o saldo de emprego. Pode-se verificar no quadro 1 dentre os municípios estudados nesta pesquisa tiveram saldo negativo nos anos de 2015 e 2016. Reflexo da crise, principalmente nas áreas de serviços e construção civil. É evidente que mais pessoas desempregadas acabam aumentando os empregos informais. Mas, a remuneração do trabalhador, a qualificação profissional e a geração de empregos formais são variáveis que fizeram destes municípios experimentarem aumento no desempenho trabalho.

Esses dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados CAGED (2017) do Ministério do Trabalho e Emprego demonstra que mesmo tendo estes municípios escolas profissionalizantes, elas não ficaram imunes da recessão econômica. Porém em 2017, pode-se observar que todas elas conseguiram atingir novamente saldo positivo dentro do CAGED reafirmando a força da economia regional e local.

Quadro 1 - Série Histórica CAGED (2014-2017)

Municípios	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Goiânia	1590	(12998)	(14029)	1115
Aparecida de Goiânia	(3009)	(8008)	(2082)	3801
Senador Canedo	884	(1183)	(158)	606
Trindade	489	(317)	(299)	254
Inhumas	459	(934)	(53)	339
Hidrolândia	173	(8)	(4)	209
Saldo de Empregos	586	(23448)	(16625)	6424

Fonte: CAGED/MTE (2017) com adaptações do autor



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Fonte: adaptado de Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2017)

Oscilações do CAGED permitem extrair algumas informações: políticas públicas de emprego precisam ser mais eficazes, principalmente em pequenos e médios municípios; a geração de emprego e renda está vinculada à qualificação profissional; trabalhadores que perdem o vínculo formal de emprego se tornam empreendedores ou microempresários; com a retomada do crescimento – estimativa de 0.89% do crescimento do PIB - como aconteceu agora em 2017, as pessoas com maior qualificação e aprimoramento são as primeiras a se realocarem no mercado de trabalho.

RAIS dos municípios pesquisados

Ao analisar os gráficos 5 e 6 através da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) obtêm-se alguns dados interessantes: a cidade de Senador Canedo foi à localidade que teve o maior salto na geração de emprego. Neste município há o polo petroquímico da Petrobras e dois Distritos Industriais. Dados de 2015, do IMB apontam o município de Senador Canedo em 9º no ranking de arrecadação dentre os 246 municípios goianos.

Em outros municípios pesquisados destacam-se a estabilidade na curva de Goiânia e Aparecida de Goiânia – as duas maiores do estado em termos populacionais – e em Inhumas e Trindade. Em Hidrolândia, o menor município com câmpus do IFGoiano houve aumento na geração de emprego a partir de 2012, coincidentemente quando o Instituto Federal Goiano instala um câmpus avançado na cidade.

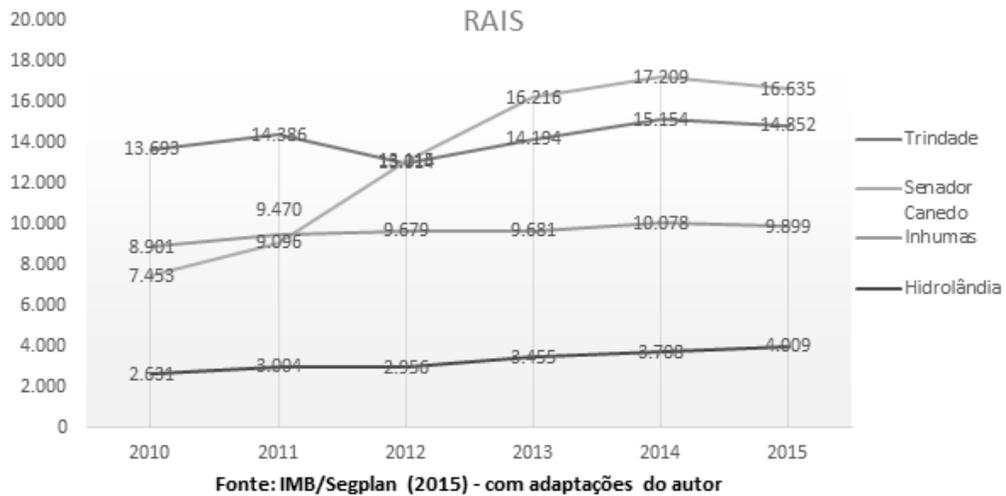
Apesar de toda crise financeira que o Brasil atravessa com cortes de gastos tanto do poder público como da iniciativa privada, demissões e crédito com juros altos no mercado financeiro, é importante salientar que nestes municípios pesquisados não houve redução significativa na geração de empregos.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA

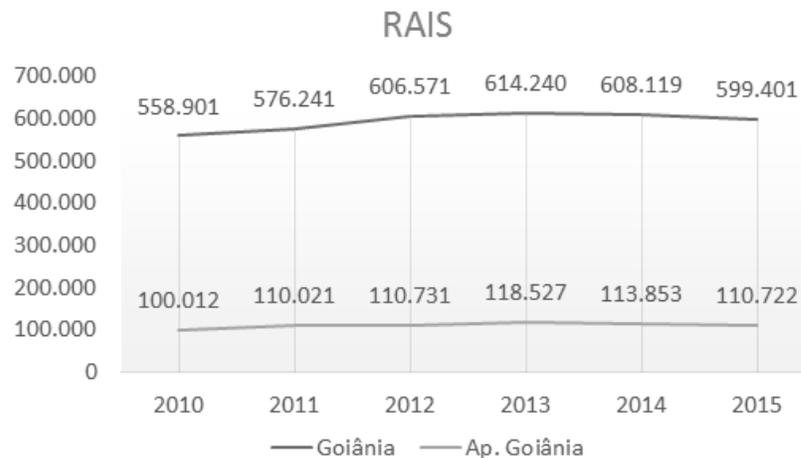


Gráfico 5 - Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2010 -2015)



Fonte: adaptado de Instituto Mauro Borges e Segplan-GO (2015)

Gráfico 6 - Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2010 -2015): Goiânia e Aparecida de Goiânia





V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



No estudo “Educação e Qualificação Profissional” do IBGE (2017) aponta os alunos que fizeram curso técnico na região Centro-Oeste, obteve um aumento salarial de 21,4% em comparação com aqueles não tem este curso. Neste mesmo estudo o IBGE traçou o perfil destes trabalhadores que buscam qualificação. Aproximadamente 40% vivem em regiões metropolitanas e a maioria tem entre 25 a 44 anos e uma renda média familiar de 1 a 2 salários mínimos. Outro dado interessante extraído desta publicação é o fato de 39,1% dos estudantes que frequentaram curso técnico vieram da rede pública de ensino, 13,4% são oriundos do Sistema S, 0,7% são oriundos de instituições filantrópicas ou beneficentes e 46,8% em instituições particulares. Isso demonstra que a Educação Profissional diferentemente do seu surgimento no início do século passado recebe alunos de todas as redes de ensino, democratizando o seu acesso e desmistificando ser um ensino voltado exclusivamente para a classe proletariado.

CONCLUSÃO

A Educação e o Trabalho são duas variáveis indissociáveis, pois não se pode pensar numa educação de qualidade e equânime se não houver mercado para absorver toda a mão de obra qualificada pelo sistema educacional. Castells (1999) afirma que vivemos numa sociedade em rede, na qual todas as pessoas estão conectadas com tudo e com todos. Essa interação digital permitiu que paradigmas tanto na educação como no trabalho fossem revistos. A aproximação do mundo acadêmico com o trabalho estimulou à criação de novas escolas técnicas profissionalizantes em todo o país

Segundo estimativa do IBGE (2017), o Brasil conta com aproximadamente 207,7 milhões de habitantes. E segundo o próprio IBGE, o Brasil fechou o segundo trimestre de 2017 com uma taxa de desocupação estimada em 13%, representando cerca de 12 milhões de pessoas. O desafio para gestores públicos, empresariado e educadores talvez não seja tanto no quesito quantitativo, mas sim na qualidade do ensino ofertado. Trabalhar em parceria com as cidades, as associações comerciais e empresarias no sentido de absorver a mão de obra qualificada pelas instituições de ensino.

Conforme o IBGE (2017) o Brasil tem 5.570 municípios, no entanto 25% apresentaram redução populacional, principalmente em localidades com menos de 20 mil habitantes. Por não



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



possuírem oferta completa de serviços públicos (emprego, transporte público, lazer, saúde e educação) seus habitantes são atraídos para áreas mais populosas gerando explosão populacional nos centros urbanos.

O investimento em educação seja ela nos níveis infantil, fundamental e médio em consonância com a regionalidade econômica, cultural e histórica do território permite melhoria nos indicadores de desempenho. Esse crescimento atrai investimentos, melhora a remuneração dos empregados, estimula obras e serviços, mitigando o fluxo migratório destes cidadãos para regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas.

No desempenho trabalho os municípios avaliados mostraram crescimento nos anos de 2014 e 2016. Porém verificou-se que as políticas públicas de desenvolvimento regional, descentralização de serviços e políticas públicas de emprego são tímidas ou pouca eficaz. Cabe aos governos (federal, estadual e municipal) uma integração maior na aplicabilidade de ferramentas que possibilitem os munícipes a conseguirem colocação no seu próprio território. A interiorização das escolas profissionalizantes foi uma ferramenta pública importante possibilitando que os jovens tivessem uma maior oportunidade de estudos na sua própria localidade.

Portanto neste artigo os autores buscaram mostrar a relevância das escolas profissionalizantes – no caso os atuais Institutos Federais – no contexto histórico do estado e como um grande formador de mão de obra. E com advento da tecnologia da informação e as novas ferramentas de inovação empregadas nos processos de trabalho, o perfil do trabalhador deste novo século mudou. As competências e habilidades técnicas ainda são valorizadas, mas as habilidades cognitivas, ou seja, capacidade de trabalhar em coletivo, cumprir metas, ser proativas são atitudes valorizadas pelo mercado de trabalho. Por isso, a Educação Profissional cabe se adaptar e propor nos seus cursos técnicos habilidades e conhecimentos que servirão para os novos alunos a conhecerem as dinâmicas e novas tecnologias que desafiam e modificam o cenário trabalhista constantemente.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



AGRADECIMENTOS

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Disponível em: <http://www.imb.gov.br/>. Acesso em 10 dez. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 819 de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Diário Oficial da União. Publicado em 17 de Agosto de 2015. Seção 1. Nº 156. P.12

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 14Dez 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 5.154, de 23 de julho de 2014. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm> Acesso em: 10 jan. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf> Acesso em 02 jan. de 2018

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm . Acesso em 02 jan. 2018

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 4.759 de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais**. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4759.htm . Acesso em 30 dez. 2017.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 5154 de 23 de Julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 12 jan. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto s/nº de 22 de março de 1999. **Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.** Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/117820/decreto-99?ref=topic_feed>. Acesso em 22 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm> . Acesso em 20 dez. 2017

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. V.1.

FREIDSON, E. **Professionalism: the third logic.** Cambridge: Polity Press, 2001.

_____. **Para uma análise comparada das profissões:** a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 31, junho de 1996

JAMESON, Fredric. **A virada cultural:** reflexões sobre o pós-modernismo. Trad. Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **idades.** – Disponível em <http://idades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN> . Acesso em mar.2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Educação e qualificação profissional** : 2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro : IBGE, 2017. 104 p.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB) **Goiás em Dados 2014.** Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/viewnot.asp?id_cad=1209&id_not=3> . Acesso em 05 jan.2018

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB) **Índice de desempenho dos municípios.** Disponível em <<http://www.imb.go.gov.br>> . Acesso em 22 jun.2017



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. **Educação à distância. Compromisso é fundamental para obter a especialização.** Disponível em
<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33418>>. Acesso em 14 dez. 2017

SANTOS, Artur Tranzola. **Abertura comercial na década de 1990 e os impactos na indústria automobilística.** Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 8, n. 16, p. 107-129, 2009.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**O PATRIMÔNIO AGRÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA
COMUNIDADE AUTÔNOMA DE CASTILLA-LA MANCHA (ESPANHA) E SUA
APLICABILIDADE À MICRORREGIÃO DE CANOINHAS (SANTA CATARINA,
BRASIL)**

THE AGRARIAN HERITAGE AS A DEVELOPMENT STRATEGY OF THE
AUTONOMOUS COMMUNITY OF CASTILLA-LA MANCHA (SPAIN) AND ITS
APPLICABILITY TO THE MICROREGION OF CANOINHAS (SANTA CATARINA,
BRAZIL)

Alexandre Assis Tomporosk²¹

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em apresentar estudos realizados no território da Comunidade Autônoma de Castilla La Mancha (Espanha), em nível de estágio pós-doutoral, com o intuito de investigar a implementação de estratégias de desenvolvimento pautadas no conceito de patrimônio agrário, e, subsequentemente, prospectar bens agrários eventualmente presentes na microrregião de Canoinhas (Brasil), capazes de proporcionar processos de patrimonialização, com vistas à elaboração de estratégias congêneres de desenvolvimento territorial. A abordagem metodológica considerou o exame dos planos de desenvolvimento da Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha, fundamentou-se em trabalhos de campo realizados em várias províncias daquele território espanhol e amparou-se na revisão de literatura disponível sobre a categoria conceitual de patrimônio agrário. Dentre os principais resultados, destacam-se: obtenção de dados e informações acerca dos bens agrários presentes no território espanhol, em especial, a atividade vinícola e a Rota de Dom Quixote, que vem recebendo importantes esforços de patrimonialização; identificação de um conjunto de bens patrimoniais agrários, materiais e imateriais, existentes na microrregião de Canoinhas que admitem patrimonialização, em especial, a produção da erva mate e o pixirum. Conclui-se que a busca por referenciais ao processo de patrimonialização pode se pautar em estratégias análogas desenvolvidas anteriormente em outros territórios, caso da Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha, na Espanha, e que a viabilização desta estratégia dependerá de um processo constituído por várias etapas, que necessariamente exigirá a mobilização dos atores sociais e políticos da microrregião de Canoinhas.

Palavras-Chave: Patrimônio Agrário. Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha. Microrregião de Canoinhas.

²¹ Doutor em História pela UFSC. Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: The objective of this article is to present studies carried out in the territory of the Autonomous Community of La Mancha (Spain), at the postdoctoral level, in order to investigate the implementation of development strategies based on the concept of agrarian patrimony, and subsequently, to prospect agrarian properties that may be present in the micro-region of Canoinhas (Brazil), capable of providing patrimonialisation processes, with a view to the elaboration of similar territorial development strategies. The methodological approach considered the examination of the development plans of the Autonomous Community of Castilla-La Mancha, based on fieldwork conducted in several provinces of that Spanish territory and relied on the literature review available on the conceptual category of agrarian patrimony. Among the main results, the following stand out: obtaining data and information about the agrarian goods present in the Spanish territory, in particular, the winemaking activity and the Route of Don Quixote, which has been receiving important patrimonialisation efforts; identification of a set of agrarian patrimonial assets existing in the micro-region of Canoinhas, both material and immaterial, which admit patrimonialisation, in particular, the production of mate and pixirum. It is concluded that the search for referentials to the patrimonialisation process can be based on similar strategies previously developed in other territories, such as the Autonomous Community of Castilla-La Mancha, Spain, and that the viability of this strategy will depend on a process consisting of several which will necessarily require the mobilization of social and political actors in the micro-region of Canoinhas.

Keywords: Agrarian Patrimony. Autonomous Community of Castilla-La Mancha. Micro-region of Canoinhas

INTRODUÇÃO

O processo histórico de formação influencia sobremaneira o desenvolvimento de regiões, territórios ou países. Nesse contexto, se insere a microrregião de Canoinhas, que compõe o território do Contestado, o qual se estende pelas regiões norte e centro-oeste do Estado de Santa Catarina.

Em consequência de atividades historicamente relacionadas ao extrativismo de produção e à concentração fundiária, hodiernamente, a microrregião de Canoinhas, comparativamente às vinte microrregiões que constituem o Estado de Santa Catarina, detém o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Diante dessa conjuntura, concebem-se legítimas as propostas que visam proporcionar estratégias alternativas de desenvolvimento.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



É oportuno especificar a noção de desenvolvimento aqui adotada, que segue a orientação conceitual de Dallabrida (2015):

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população (p. 325).

A busca por estratégias alternativas de desenvolvimento perpassa pela análise das potencialidades de um determinado território. Além dos elementos endógenos – considerados aqueles recursos específicos – requer a participação ativa dos atores locais na fomentação do almejado processo de desenvolvimento, por meio da utilização dos elementos patrimoniais existentes no território, que caracterizam sua identidade territorial (Plaza, Cañizares, Ruiz Pulpón, 2017:17). Nos últimos anos, ampliou-se o debate acerca dos processos de patrimonialização, que permitem identificar, reconhecer, valorizar, preservar e difundir certos bens patrimoniais, e, em decorrência dessa abordagem, novas categorias, novos tipos de patrimônio, vêm sendo criados. Neste artigo, pretende-se analisar o patrimônio agrário e suas potencialidades, mediante exame de sua implementação na Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha, Espanha, visando sua aplicação à microrregião de Canoinhas, tendo em vista que seu arcabouço teórico-metodológico se harmoniza com as características de ambos os territórios, quais sejam: a valorização da atividade agrária e dos indivíduos envolvidos nesta atividade, com especial atenção aos elos mais frágeis do segmento: as práticas tradicionais e ambientalmente sustentáveis e seus executores – camponeses, criadores e pequenos proprietários – através de produção em base familiar. Em suma, o patrimônio agrário atende às demandas por desenvolvimento, pois incorpora uma finalidade tutelar distinta, que consiste no aproveitamento produtivo ou acolhimento do patrimônio como fator de desenvolvimento. “Isto permite vincular o patrimônio a estratégias de desenvolvimento ou a atividades produtivas, especialmente no âmbito local” (Ruiz, 2015:57).

Embora o propósito deste artigo consista em apresentar um estudo acerca da categoria conceitual de patrimônio agrário, implementada na Comunidade Autônoma de La Mancha (Espanha), com vistas à sua aplicabilidade à microrregião de Canoinhas (Brasil), convém



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



descrever, inicialmente, os processos históricos concernentes à formação dos territórios sob análise. Subsequentemente, apresentar-se-ão os referenciais teóricos pertinentes à categoria conceitual de patrimônio agrário, os procedimentos metodológicos utilizados e os resultados e discussões atinentes à identificação e reconhecimento do patrimônio agrário na Espanha e, analogamente, as possibilidades latentes presentes na microrregião de Canoinhas (Brasil).

O processo de formação histórico da microrregião de Canoinhas

O território do Contestado, no qual se insere a microrregião de Canoinhas, em seus primórdios, foi ocupado predominantemente por populações indígenas do grupo Xokleng, que não praticavam a agricultura, apenas a caça e a coleta como meio de sobrevivência. A partir das primeiras décadas do século XVIII, ocorreu o início da ocupação não-indígena daquele território. Esse processo se intensificou com a abertura do Caminho de Tropas.

A partir do ano de 1728, um conjunto de estradas que conectava São Paulo ao Rio Grande do Sul – que entrecortava a microrregião de Canoinhas – foi inaugurado. O Caminho de Tropas, como ficou conhecido, permaneceu ativo por quase duzentos anos, o que favoreceu o processo de ocupação e colonização da região sul do Brasil.

Durante as primeiras décadas do século XIX, em decorrência do Caminho de Tropas e da ampliação do comércio de erva mate, as primeiras levas de imigrantes foram assentadas na microrregião de Canoinhas. No ano de 1829, ocorreu a instalação de uma colônia de imigrantes em Rio Negro (atual município de Mafra).

Dentre as características peculiares da microrregião de Canoinhas, sobressai as disputas fundiárias e os conflitos sociais relacionados à posse e uso da terra. No início do século XX, aquele território transformou-se no palco da Guerra do Contestado (1912-1916), um dos maiores movimentos sociais da história brasileira. Aquele conflito suscitou a resistência da população camponesa à destruição do seu modo de vida e à destinação de suas terras para companhias norte-americanas, do setor ferroviário e madeireiro, além de grandes proprietários rurais. No auge dos combates, a população local chegou a enfrentar, à época, mais da metade do efetivo de soldados do exército brasileiro, cerca de sete mil homens, além das polícias locais. A repressão estatal se



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



intensificou com a contratação, pelos latifundiários da região, de um contingente superior a mil homens armados. Ao término do conflito, estima-se que tenham sucumbido dezenas de milhares de pessoas.

Na atualidade, a microrregião de Canoinhas é constituída por doze municípios localizados no planalto norte de Santa Catarina, região sul do Brasil: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Santa Terezinha, Timbó Grande, Três Barras. Esse conjunto de municípios ocupa uma área total de 9.411,12 km², e acolhe uma população de 243.739 habitantes, dos quais aproximadamente oitenta e dois mil (cerca de 1/3 do total) vivem no meio rural, ao passo que, aproximadamente cento e sessenta e dois mil (em torno de 2/3 do total) residem em áreas urbanas (IBGE, 2014).

É razoável delimitar três fatores vigentes na microrregião de Canoinhas que geram entraves à implementação de estratégias de desenvolvimento territorial: **(i)** em decorrência do trauma associado ao conflito social e ao genocídio praticado contra os caboclos, durante a Guerra do Contestado, a população que reside naquele território imbuíu-se de sentimentos de vergonha, que impuseram o silenciamento sobre o movimento e a luta dos camponeses; **(ii)** a expansão fundiária, outrora já vivenciada, que promove a concentração da propriedade da terra, sob controle de latifundiários e de empresas multinacionais; **(iii)** a perpetuação de um modelo econômico que privilegia o extrativismo de base silvícola, destinado à produção de papel e celulose.

O processo de formação histórico da Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha

A Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha, que integra o Reino da Espanha, é constituída por cinco províncias: Albacete, Ciudad Real, Cuenca, Guadalajara e Toledo, e ocupa uma área de 79.462 km² (INE, 2016), o que corresponde a 4,39% da área territorial da Espanha, acolhendo uma população de 2.041.631 habitantes, o que representa 15,70% da população espanhola.

A história de ocupação humana, no território onde se localiza a Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha, remonta a milhares de anos, à época do período Paleolítico, ou seja, anterior



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



a 10.000 anos A.C. Ao longo dos séculos, o território foi habitado por populações autóctones, celtas, ibérios, romanos, muçulmanos, etc., que contribuíram para a formação de sua história, técnicas e produção agrária (Sáez, Sánchez, Colino, González, Díaz y Ruiz, 2014:393).

Na contemporaneidade, especialmente no decorrer do século XX, eventos que determinaram os rumos da sociedade espanhola também reverberaram sobre aquele território. A Guerra Civil (1936-1939), e a instauração de uma ditadura que se estendeu por quase quatro décadas, subjugarão a Espanha. Aquele período caracterizou-se pela repressão a direitos fundamentais e supressão de liberdades individuais, além de um incisivo processo de centralização, que influenciou, inclusive, o ordenamento territorial. O processo de transição democrática, desencadeado no final da década de 1970 e início dos anos 1980, pôs termo ao caráter centralizador do período anterior, desenvolvendo-se um projeto de descentralização autonômica e territorial (López, 2007).

Naquele contexto, em decorrência do processo de transição democrática, reorganização estatal e descentralização territorial, ocorreu o advento da “Espanha regional” ou “Estado das Autonomias”. No ano de 1982, foi instituída a Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha.

Conquanto sua formação política e administrativa relativamente recente, as províncias que constituem a Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha possuem uma história milenar, fato que suscitou dificuldades de integração, devido à ausência de uma consciência regional, exigindo a consubstanciação de uma identidade de caráter regionalista.

O “novo” território de Castilla-La Mancha consistia em “Um espaço de discutível passado em comum, com uma conformação territorial que jamais havia existido (...) despossuído de referentes históricos sobre os quais cimentar-se” (López, 2007: 390).

Diante daquela realidade, a construção de uma nova identidade territorial representou intento peremptório à nova comunidade autônoma. A nova formação territorial, caracterizada pela originalidade e singularidade, exigia a elaboração de novos elos identitários. A consecução dessa árdua tarefa foi favorecida por um fator que contribuiu decisivamente: a riqueza patrimonial castellano-manchega.

A riqueza patrimonial de Castilla-La Mancha decorre de sua história milenar, caracterizada pela diversidade de povos e culturas que habitaram o território. Essa asseveração é corroborada



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



pelo fato da UNESCO ter reconhecido, como Patrimônio da Humanidade, quatro sítios localizados naquele território: a Cidade Histórica de Toledo, a Cidade História de Cuenca, o Parque Mineiro de Almadén e as Pinturas Rupestres. Além dessas quatro referências notórias, é possível citar parques arqueológicos, castelos, museus, e numerosos remanescentes do período romano.

Desde a última década do século XX, esse amplo conjunto patrimonial territorial vem sendo progressivamente valorizado, incrementando significativamente a atividade turística. Convém salientar que acentuada parcela dos turistas que visitam Castilla-La Mancha provêm de regiões vizinhas, especialmente da capital, Madrid. A estrutura turística desenvolve-se em decorrência do aumento da demanda, o que permite inferir uma tendência de expressivo crescimento, haja vista o potencial territorial de La Mancha. Neste âmbito, o patrimônio territorial representa um recurso cultural e econômico (Pillet, 2011:727), fato que proporciona ao setor turístico a capacidade de contribuir como estratégia de desenvolvimento territorial.

REVISÃO DE LITERATURA

A categoria conceitual de patrimônio agrário foi essencialmente desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Universidade Internacional de Andaluzia, em Granada, Espanha, ampliando a capacidade analítica das ferramentas acadêmicas disponíveis, e foi consolidada na Carta de Baeza (2012), segundo a qual: “O Patrimônio Agrário está conformado pelo conjunto de bens naturais e culturais, materiais e imateriais, gerados ou aproveitados pela atividade agrária ao longo da história” (Ruiz, 2015:452).

A definição de patrimônio agrário incorpora um amplo conjunto de bens:

(...) bienes muebles (utensilios, aperos o herramientas utilizados para la labranza, transporte, almacenaje y manufactura de los cultivos y el ganado, documentos y objetos bibliográficos, etc.), bienes inmuebles singulares (elementos constructivos considerados singularmente: cortijos, huertas, centros de transformación agraria, graneros, cercados, eras, etc.), bienes inmuebles de conjunto o lineales (paisajes, asentamientos rurales, sistemas de riego, agroecosistemas singulares, vías pecuarias, caminos, etc.), patrimonio inmaterial (lingüística, creencias, rituales y actos festivos, conocimientos, gastronomía y cultura culinaria, técnicas artesanales, tesoros vivos, etc.) y patrimonio natural y genético (variedades locales de cultivos, razas autóctonas de animales, semillas, suelos, vegetación y animales silvestres asociados, etc.) (Carta de Baeza, 2012).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Não obstante a Carta de Baeza se constituir em documento normativo que permite a difusão internacional do conceito de patrimônio agrário, viabilizando sua aplicação a bens agrários situados em quaisquer países do mundo, seja na comunidade autônoma de Castilla-La Mancha, na Espanha, ou na microrregião de Canoinhas, no Brasil, o conjunto de investigações que estabeleceu os parâmetros considerados pela Carta, denominado de “Projeto PAGO: O patrimônio agrário: a construção cultural do território através da atividade agrária”, fora publicado em obra sob mesmo título (2015). Ao longo do texto, os autores explicam o objetivo do conceito de patrimônio agrário, que consiste em proporcionar uma visão integrada, contemplando bens dotados de valor agrário em seus aspectos inter-relacionais, conjuntamente, evitando-se o reconhecimento fragmentado e descontextualizado dos bens agrários. Os processos de singularização também podem suscitar empecilhos, pois, ao se privilegiar determinados aspectos de um produto em detrimento de outros, se impõe um papel secundário à atividade agrária, subordinando-a e obscurecendo a importância do agrário (Ruiz, 2015:29). Tal é o caso, por exemplo, do vinho, pois ao fixar o interesse no produto em si, desconsidera-se seu cultivo e os processos que o envolvem.

A Carta de Baeza (2012) enfatiza valores agroecológicos e ambientais, em sua contínua disputa – que ocorre em nível global e se manifesta em nível local – contra as práticas agrícolas predatórias, disseminadas pelo agronegócio, que “tantos efeitos destrutivos está tendo sobre o Meio Ambiente, sobre a biodiversidade cultivada, sobre a alimentação humana ou sobre os direitos dos agricultores e dos povos indígenas” (Ruiz, 2015:43).

A identificação, reconhecimento e valorização dos bens patrimoniais agrários, processo comumente denominado por “patrimonialização”, quando efetivado, poderá gerar benefícios a um determinado território. Tal processo de patrimonialização tende a incrementar medidas protetivas, além de medidas de fomento – por meio do aporte de recursos governamentais ou mesmo externos, a título de exemplo, dos países da União Europeia – e difusão dos referidos bens, inclusive, do próprio território, propiciando a obtenção de uma perspectiva abrangente e integrada dos bens agrários, o que possibilita a formação de uma percepção ampla acerca das características e do potencial agrário de determinada sociedade. Este fato, que excede o potencial econômico, promove o reconhecimento e fortalecimento da identidade territorial, seja pelas



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



peças e instituições exteriores ao território, seja pelos próprios indivíduos que ali residem. No caso de trabalhadores envolvidos em atividades agrárias, tende a elevar a autoestima e o sentimento de pertencimento a um determinado lugar e sua respectiva identidade. Em relação aos demais indivíduos, não diretamente envolvidos com a atividade agrária – caso da população urbana do território, onde tais bens foram identificados – suscita uma valorização que desencadeia a conscientização e o respeito, tanto pela atividade agrária, quanto por aqueles que a realizam. Outrossim, o reconhecimento e fortalecimento da identidade territorial, também pode promover a elevação dos níveis de capital social em determinada sociedade, condição *sine qua non* aos processos de desenvolvimento endógeno.

Dentre as exigências que incidem sobre os bens passíveis de patrimonialização, destaca-se a necessidade de existência de uma perspectiva histórica, ou seja, práticas agrárias e bens decorrentes das mesmas precisam possuir valor cultural, tendo percorrido um processo de (res)significação cultural, algo que apenas se manifesta com a passagem do tempo. Isto exclui bens do tempo presente e práticas recentes inseridas em determinado cenário produtivo.

Portanto, os bens que admitem patrimonialização, por intermédio do conceito de patrimônio agrário – conforme exposto anteriormente – precisam possuir vínculos com a função agrária executada diretamente pelo agricultor, além de apresentar um caráter histórico. Naqueles casos em que o valor agrário sofreu significativa depreciação, tal valor será reconhecido a partir de seus atributos históricos, concernente à história da agricultura (Ruiz, 2015:37). Por outro lado, aqueles bens utilizados em práticas agrárias vigentes e produtivas, também poderão obter proteção. Esta característica do conceito possibilita a proteção de agrossistemas vivos, suprimindo a ideia de que a patrimonialização exige um processo de fossilização do bem protegido. Neste caso, os agricultores, adicionalmente, mantêm os processos produtivos e a consequente valoração agrária dos bens.

O processo de patrimonialização de quaisquer tipos de bens tende a atrair a atenção da sociedade no entorno. As propostas de patrimonialização movimentam os atores sociais, políticos e econômicos de determinado território, e promovem a ampliação dos debates e estudos acerca dos bens em consideração. No caso específico do patrimônio agrário, o processo de patrimonialização permite a identificação, reconhecimento e valorização dos bens patrimoniais



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



agrários, que se encontram integrados a outros elementos presentes no território. Assim, a curto prazo, tende a ocorrer uma conscientização da sociedade sobre a importância daquele bem, assim como a valorização da atividade agrária em geral – normalmente percebida como de baixo status socioeconômico – e, em última instância, o reconhecimento e a valorização das pessoas, mulheres e homens, que se dedicam ao trabalho no campo. Portanto, o movimento inicial, executado a partir da proposta de aplicação do patrimônio agrário, contribui para atender a um dos aspectos elencados no conceito, necessário para justificar sua existência e reconhecimento: que a sociedade tome consciência da importância do bem a ser preservado. Esse fato também propiciará, a uma parcela significativa da população envolvida no debate, sua identificação com determinado bem agrário (seja material ou imaterial), permitindo a auto-identificação com aquele bem, com o território, com o grupo social diretamente responsável pelo bem e, no sentido amplo, com a história daquele território. Portanto, tem condições de promover a potencialização dos elementos que compõem a identidade cultural daquele território, propiciando a ampliação do capital social e fomentando os processos de desenvolvimento.

Em decorrência da identificação, reconhecimento, valorização e conservação de um determinado bem, propende o aporte de algum tipo de recurso, inclusive financeiro, e, ao final, este bem – e o território em que está inserido – obtém visibilidade por meio da divulgação do bem. Esse processo apresenta potencial para embasar outras alternativas, inclusive de ordem econômica, tal qual o turismo. Cabe ressaltar que o objetivo do patrimônio agrário não se confunde com a geração de bem ou serviço para atender demanda de consumidores. Seu objetivo consiste na proteção e reconhecimento dos bens utilizados pela atividade agrária, com resultados não mercadológicos, que podem gerar benefícios coletivos significativos.

Portanto, pressupostamente, o patrimônio agrário pode proporcionar uma série de benefícios a um determinado território, inclusive se converter em recurso pragmático de desenvolvimento, haja vista possibilitar a organização social e comunitária no entorno dos elementos patrimoniais agrários capazes de serem valorizados e protegidos, inclusive de forma institucional, a exemplo da UNESCO, fomentando estratégias que visem a melhoria da qualidade de vida da população que ali reside.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada considerou o exame dos planos de desenvolvimento da Comunidade Autónoma de Castilla-La Mancha, fundamentou-se em trabalhos de campo realizados em várias províncias daquele território espanhol e amparou-se na revisão da literatura disponível acerca do conceito de patrimônio agrário. Por conseguinte, avaliou-se a aplicação desta categoria conceitual a bens agrários identificados na microrregião de Canoinhas (Brasil), com vistas à sua possível utilização em estratégias de desenvolvimento congêneres.

No Reino da Espanha, inicialmente analisou-se o Plano Estratégico de Turismo (2015-2019), de Castilha-La Mancha, intitulado "Missão, Visão e Objetivos Estratégicos. Desenvolvimento de Planos e Linhas de Atuação". Além do plano em si, foi consultada literatura especializada e dados disponibilizados pelo *Instituto Nacional de Estadística*, da Espanha. Paralelamente, realizou-se uma ampla revisão da literatura disponível (quase que exclusivamente produzida na Espanha) sobre o conceito de patrimônio agrário.

Posteriormente, visando identificar as características, limites e possibilidades do processo de construção de identidade territorial a partir dos signos distintivos do território de La Mancha, foram avaliadas, por meio de trabalhos de campo, as características presentes naquele território espanhol, objetivando, dentre outros, identificar os monumentos que amparam o turismo artístico; avaliar as condições naturais que fomentam o turismo rural e de aventura; analisar as potencialidades que favorecem o turismo histórico; reconhecer as tradições, culturas e legados intrínsecos ao território de Castilha-La Mancha, capazes de viabilizar estratégias indutoras de desenvolvimento.

Na etapa seguinte, de posse do aparato teórico-metodológico relacionado ao conceito de patrimônio agrário e dos dados coletados, iniciou-se o processo de análise, de caráter qualitativo e exploratório, quanto às possíveis aplicações do conceito de patrimônio agrário à microrregião de Canoinhas (Brasil).

RESULTADOS E DISCUSSÕES



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



A adoção do conceito de patrimônio agrário, além de valorizar práticas agrárias tradicionais, pode fomentar estratégias alternativas de desenvolvimento.

Nesse contexto, convém apresentar os principais aspectos relacionados ao patrimônio agrário verificados na Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha (Espanha) e, posteriormente, aduzir elementos congêneres existentes na microrregião de Canoinhas (Brasil).

O patrimônio agrário da Comunidade Autônoma de Castilha-La Mancha

Este artigo considera preponderantemente os seguintes elementos presentes no território de Castilla-La Mancha, relacionados ao patrimônio agrário: **(i)** as atividades de vitivinicultura; **(ii)** a Rota de Dom Quixote.

A valorização do patrimônio vitivinícola, em seu aspecto de produto turístico cultural e gastronômico, configura uma estratégia inovadora de desenvolvimento territorial. Sob esse enfoque, é razoável considerar que a Carta de Baeza representa a consolidação de uma metodologia voltada à ordenação e classificação de quaisquer atividades produtivas agrárias, inclusive os vinhedos (Plaza, Cañizares y Ruiz Pulpón, 2017:07).

Convém salientar que o conceito de patrimônio agrário admite sua aplicabilidade a bens vinícolas, pois a categoria incorpora qualquer atividade, objeto ou mesmo produto, que seja realizado, criado ou produzido “pelo agricultor como parte do processo produtivo agrário” (Ruiz, 2015:30). Isto sugere que a atividade de cultivo da uva – conquanto o aumento progressivo da mecanização e a implementação sistemática do cultivo em *espaldeira* (que incrementa o uso da mecanização) – é passível de identificação e reconhecimento enquanto bem agrário.

No território de Castilla-La Mancha, o cultivo de uvas consiste em atividade altamente relevante, ocupando uma área de aproximadamente oitenta mil quilômetros quadrados – maior área do continente europeu destinada à produção de uvas, o que representa quase metade de todo o cultivo espanhol (46,1%), cerca de 13% de todo o cultivo europeu e em torno de 6% da área cultivada em nível global (Plaza, Cañizares y Ruiz Pulpón, 2017:04). A atividade vinícola vem recebendo importantes esforços de patrimonialização, objetivando incorporá-la ao circuito turístico.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Os processos de patrimonialização da vitivinicultura relacionam-se, de maneira geral, com a obtenção dos “selos de qualidade”, que, em última instância, permitem viabilizar a agregação de valor a um determinado produto – no caso do vinho – em conformidade com as exigências e demandas dos mercados globais. Entretanto, o processo de homogeneização, tanto cultural quanto de produção, também subjaz ameaças, tendo em vista sua influência para a concentração das atividades agrárias. No caso de Castilla-la Mancha, os vinhedos geram demanda por extensas áreas territoriais, implicando na acentuada redução da população economicamente ativa que trabalha na agricultura, condição que poderá ser agravada, por exemplo, com a adoção de novas técnicas – a exemplo da uva em espaladeira – e pelo avanço da mecanização no processo de cultivo da uva.

La morfología de un viñedo en espaldera es totalmente distinta al de uno en vaso. A la mayor distancia entre las hileras, se le añade la utilización de postes, de alambres y de conducciones de riego por goteo que condicionan la disposición emparrada de los sarmientos, facilitando las labores de mecanización (Ruiz Pulpón:2013:256).

Além de sua patrimonialização, a valorização do produtor e das práticas tradicionais ainda em uso, ligadas ao processo de cultivo da *vendimia* – colheita manual –, possibilita privilegiar a sustentabilidade, pois os vinhedos cultivados diretamente sobre o solo, sem o estaqueamento, mitigam o consumo d’água, contribuindo para o equilíbrio ambiental. Após o produtor realizar a *vendimia* e destinar sua produção à vinícola, se encerra a prática agrária do cultivo da uva e se inicia o processo agroalimentário de produção do vinho, o qual, por sua vez, não integra o rol de bens passíveis de patrimonialização, de acordo com o conceito de patrimônio agrário.

Acerca do patrimônio imaterial de Castilla-La Mancha, a significativa diversidade de bens percebidos como patrimonializáveis, exigiram novas formas de organização e gestão, implicando em discrepâncias interpretativas acerca dos bens culturais considerados “reais” e aqueles “criados artificialmente” (Ruiz, 2015:55). Neste segundo grupo admite-se incluir, por exemplo, as rotas de Quixote.

A Rota de Dom Quixote teve início com a celebração, no ano de 2005, dos quatrocentos anos de publicação da obra de Miguel de Cervantes. A rota atravessa 16% dos municípios da região de La Mancha, totalizando 2500 quilômetros. Apesar dos esforços, ainda não obteve êxito



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



no mercado turístico, fato que influenciou o Plano Estratégico de Turismo (2010-2014), o qual propôs o desenvolvimento de “Cenários de Quixote”, consistindo em “painéis visuais que criem vínculos tangíveis com episódios/cenas da obra” (Pillet, 2011:735).

O Plano Estratégico de Turismo (2015-2019), considera a condição de Castilla-La Mancha como destino turístico, capaz de competir em nível nacional e internacional, utilizando estratégias de marketing como ferramenta para elevar a presença, permanência e gastos dos turistas.

Indubitavelmente, aqueles territórios que buscam alternativas de desenvolvimento econômico, dentre as quais, a atividade turística, adquirem vantagem estratégica. A ampliação do turismo de massa, em decorrência da difusão do acesso à informação, através da mídia em geral, especialmente via internet, aliada à ampliação do alcance e minoração de custos de sistemas de transporte, tendem a favorecer a expansão do setor. Neste contexto, a trajetória de Dom Quixote obtém enorme potencial, transformando-se em produto cultural que agrega altíssimo valor.

Além do aspecto mercadológico, outro fator adquire relevância. A elaboração de uma identidade territorial – uma carência de Castilla-La Mancha em decorrência de seu recente processo de formação política e administrativa – embasada na figura de Dom Quixote e nas referências territoriais presentes na narrativa da magistral obra de Cervantes. Não há como permanecer alheio à influência de uma história com mais de quatro séculos, que mantém uma relação bastante íntima com o território que lhe serviu de cenário. A valorização desse bem cultural permite promover o fortalecimento e a consolidação da identidade territorial de Castilla-La Mancha. Certamente este processo se beneficia do suporte disponibilizado pelos poderes públicos, com exemplos que vão do mais trivial até o mais imponente e sofisticado.

No caso específico da Rota, cabe realçar ações já desenvolvidas para sua conservação e revitalização. Um exemplo consiste nos moinhos localizados nos Campos de Criptana, em Alcázar de San Juan, província de Ciudad Real. Além de representarem uma importante categoria patrimonial, do ponto de vista territorial, uma parcela deles, na condição de componente da Rota do Quixote, se transformou em centros de interpretação territorial, o que agregou enorme valor científico e pedagógico ao roteiro.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



O patrimônio agrário da microrregião de Canoinhas

Com o intuito de propor aplicações do conceito de patrimônio agrário a elementos existentes na microrregião de Canoinhas, este estudo identificou um conjunto de bens agrários, materiais e imateriais, que admitem patrimonialização, selecionando os seguintes representantes: **(i)** a produção da erva mate (patrimônio agrário material); **(ii)** o pixirum (patrimônio agrário imaterial).

Antecedendo a discussão sobre os aspectos inerentes aos bens agrários selecionados, é conveniente discorrer sobre os demais elementos que poderão compor o conjunto patrimonial agrário da região sob enfoque.

No que concerne ao patrimônio agrário material, há a presença de um significativo patrimônio natural, constituído por um ecossistema de relevante valor ambiental, a Floresta Ombrófila Mista (FOM), ecossistema oriundo de uma formação florestal integrante do bioma Mata Atlântica, também conhecida como mata de pinhais ou floresta de araucária. Em relação ao conjunto patrimonial imaterial diretamente ligado à atividade agrária, que agrega relevante valor sociocultural, podem-se citar os seguintes elementos: (a) prática religiosa denominada naquela região por fandango, ou dança de São Gonçalo; (b) a tradição de São João Maria, santo popular que foi, na realidade, um peregrino italiano que atravessou aquela região durante o século XIX; (c) patrimônio gastronômico, com variedades de pratos à base de pinhão, o fruto do pinheiro araucária, espécie de destaque naquele território, além de pratos que variam da comida cabocla tradicional, àqueles de origem alemã, como o *Einsbein* (joelho de porco) e a *cuca*, uma torta produzida com massa de trigo e frutas locais, algo desconhecido na culinária alemã.

Acerca da erva mate, representante do patrimônio agrário material, trata-se de uma planta cujas folhas trituradas são consumidas sorvidas em água (quente ou fria), e seu uso remonta aos indígenas nativos da região. O consumo do chimarrão (nome da bebida elaborada com a erva mate) se difundiu por todo o sul do continente americano, com incidência da planta em uma área de 540 mil hectares, dos quais 450 mil se encontram no Brasil, abrangendo a bacia do Prata. (Gerhardt, 2013).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



A erva mate se identifica secularmente com a microrregião de Canoinhas. Em determinado momento de sua história, o município de Canoinhas ostentou o título de “Capital Mundial da Erva Mate”, tendo seu nome alterado para “Ouro Verde”, durante parte da década de 1930. Além de constituir um bem agrário material, a erva mate possui um componente imaterial, que se vincula ao seu uso e ao seu processo de produção. Desde épocas imemoriais, quando apenas populações indígenas habitavam o território, a erva mate tem sido produzida e consumida sistematicamente. Seu processo de produção possui aspectos singulares, historicamente transmitidos de geração a geração. Estes motivos caracterizam a erva mate como patrimônio agrário, que gera identidade cultural e possui representatividade em todo o território, indicando a necessidade de seu reconhecimento e valorização, algo que poderá ser obtido através do processo de patrimonialização.

Acerca do pixirum, representante de patrimônio agrário imaterial, relaciona-se às práticas historicamente desenvolvidas tendo por base o trabalho familiar ou coletivo não-remunerado. Exemplarmente, pode-se citar uma referência encontrada em processo judicial tramitado no início do século XX, no qual se lê a seguinte descrição: “Todos os trabalhos são executados pelo próprio posseiro e seus vizinhos, que se auxiliam reciprocamente, trabalhando de parceria” (Processo de Terras, 1910: 86). Em decorrência do trabalho agrário coletivo não-remunerado, edificava-se uma noção de unidade entre os membros da comunidade que o praticavam, estimulando a construção e manutenção de sua identidade territorial. Na microrregião de Canoinhas, o mutirão é denominado de pixirum. Essa prática agrária tradicional permite que tarefas árduas e morosas, difíceis de serem realizadas individualmente, possam ser executadas em poucos dias ou horas, como a construção de galpões, cercas, roçadas, limpezas de terrenos, colheitas e abate de animais.

Nas sociedades em que prevalece o auxílio mútuo, a colaboração contínua e a cooperação, as relações de trabalho são regidas por um contrato moral, consubstanciando os resultados positivos da rede de cooperação, pois confiar e usufruir das vantagens de confiar, agrega mais confiança. Confiar, nesse contexto, tem por significado “a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade, baseada em normas partilhadas, têm acerca do comportamento dos outros. Quem sente e sabe que pode confiar, recebe mais colaboração” (D’araújo, 2003:33).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



No caso do pixirum, convocar e ser convocado significa ter legitimidade perante aquela comunidade e o fator primordial consiste no princípio da obrigação mútua, ou seja, aquele vizinho que fora beneficiado pelo trabalho dos membros do grupo, deve retribuir a ajuda, atendendo imediatamente ao chamado quando convocado.

Dentre os elementos fundamentais que caracterizam o pixirum, se encontra a obrigação intrínseca de fornecer a alimentação, tanto como necessidade para a continuidade dos trabalhos por períodos mais longos, como aspecto do comportamento do camponês. Ou seja, em retribuição à ajuda na roça, o beneficiário “só dá o almoço, a cachaça e faz o baile de noite” (Entrevista Bueno, 2012). Enquanto os homens se dedicam ao roçado, à carpida ou à colheita, as mulheres, coordenadas pela esposa do beneficiário, preparam a refeição. Normalmente, carne assada e feijão são os ingredientes principais servidos no almoço (Entrevista Rocha, 2012).

Ao final do longo e extenuante dia de trabalho, é chegada a hora mais aguardada por todos os presentes: o baile de pixirum. Essa celebração festiva, que demarca o encerramento dos trabalhos, congrega os trabalhadores envolvidos nas atividades do dia, suas esposas, outros parentes e vizinhos, e, inclusive, aqueles que não puderam comparecer ao trabalho.

A prática do pixirum não se vincula a um tipo específico de atividade produtiva agrária. Pode ser utilizado em praticamente todos os trabalhos realizados no campo, consistindo em relevante bem patrimonial imaterial existente na microrregião de Canoinhas, um bem de enorme valor sociocultural para a população camponesa, e, portanto, passível de patrimonialização, de acordo com o arcabouço proposto pelo conceito de Patrimônio Agrário.

CONCLUSÃO

Através do reconhecimento e proteção de bens utilizados pela atividade agrária, a categoria conceitual de patrimônio agrário promove a fusão das dimensões cultural e biológica, contribuindo para a proteção ambiental de determinadas zonas patrimoniais. Por conseguinte, o patrimônio agrário é um instrumento de proteção da agricultura tradicional, dos povos tradicionais, das práticas agroecológicas, minorando os efeitos nocivos causados pelas relações e práticas pautadas na lógica do capital, representadas, no meio rural, pelo agronegócio.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Outrora, a região de Castilha-La Mancha era considerada um território inóspito, relegada ao esquecimento, percebida como um lugar de passagem. Nas últimas décadas, através de estratégias pautadas em categorias patrimoniais, inclusive o patrimônio agrário, adquiriu visibilidade e se tornou ponto de referência não apenas para cidadãos espanhóis, mas também para turistas estrangeiros de diferentes nacionalidades. É plausível afirmar que, em grande medida, tal transformação sucedeu-se a partir da elaboração de uma identidade territorial, amparada em elementos da monumental obra de Miguel de Cervantes, *O Engenhoso Cavaleiro Dom Quixote de La Mancha*, obra-prima da literatura universal e patrimônio da Humanidade (Romero, 2005:211).

A aplicação do conceito de patrimônio agrário, além de permitir identificar, reconhecer, valorizar, preservar e difundir certos bens patrimoniais, ou seja, um procedimento prático, que integra tais bens em um conjunto passível de patrimonialização, também admite interpretações sob uma perspectiva alternativa, que acaba por expor não apenas suas potencialidades, mas, também, os limites e as consequências de sua aplicação. O objetivo do patrimônio agrário consiste em valorizar a atividade agrária, o agricultor e a agricultura tradicional, o que gera valorização do território e a promoção e proteção de práticas ambientalmente sustentáveis. Em última instância, pode ser considerado um instrumento de resistência local, que contraria a narrativa e a sujeição de todo e qualquer bem ao movimento global de mercantilização.

A busca por referenciais ao processo de patrimonialização pode se pautar em estratégias desenvolvidas anteriormente em outros territórios, que se fundamentem na identificação e valorização do seu patrimônio agrário como instrumento de desenvolvimento territorial. Exatamente este é o caso da Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha, na Espanha.

O conjunto de bens patrimoniais agrários, pertencentes à microrregião de Canoinhas, permite vislumbrar um processo de busca por sua identificação, reconhecimento, proteção e valorização, o qual, além da importância sociocultural, pode configurar estratégia alternativa de desenvolvimento para o referido território. A viabilização desta estratégia dependerá de um processo constituído pelas seguintes etapas: (i) elaboração de um levantamento completo dos bens agrários presentes na microrregião de Canoinhas, suscetíveis de patrimonialização, sob a perspectiva do patrimônio agrário, contudo, considerando também outras categorias; (ii) adoção



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



de uma legislação patrimonial compartilhada pelos doze municípios que compõem o território sob análise; (iii) mobilização dos atores sociais e políticos: as universidades da região, as associações civis, os poderes públicos municipais, etc.; (iv) promoção de conferências e audiências públicas, a partir das quais a população poderá atuar diretamente sobre o processo de patrimonialização, estimulando a ampliação do debate e o reconhecimento – ainda que informal – do patrimônio territorial, fortalecendo a identidade territorial e fomentando estratégias de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BERNÁRDEZ GÓMESZ, M. J. y GUISSADO DI MONTI, J. C. (2000). “La “Mina Espejo”. Um Proyecto de Musealización y Visitabilidad de las Minas romanas de “Lapis Spetacularis” de Cuenca” em Actuaciones sobre el patrimonio minero-metalúrgico. III Sesión Científica. Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva. Huelva.

BLASQUEZ, J. M. (1975). Ciclos y temas de la historia de España. Madrid: Istmo. Carta de Baeza, 2012.

D'ARAÚJO, M. C. (2003), Capital Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DALLABRIDA, V. R (2015). Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Entrevistas: Gregório Rocha (2012); Cardoso (2012); Bueno, (2012);

GERHARDT, M. (2013). História Ambiental da erva--mate. 2013. 290 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006/2010/2014. *Instituto Nacional de Estadística da Espanha.*

LÓPEZ, J.A.C. (2007). La transición democrática em Castilla-La Mancha (1976-1983). Proceso autonómico y construcción regional. Colección Tesis, Número 5.

PILLET, F. (2011): “El turismo de interior y el patrimonio territorial en Castilla-La Mancha”, Cuadernos de Turismo, nº 27, pp. 725-741. Plan Estratégico de Turismo 2015-2019, Castilla-La Mancha.

PLAZA, J.J., CAÑIZARES, M.C., RUIZ PULPÓN, A.R. (2017): “Patrimonio, vinedo y turismo: recursos específicos para la innovación y el desarrollo territorial de La Mancha.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Processo de Terras do Campo das Moças. Canoinhas, 1910. APESC. Revista Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1858).

ROMERO, M.L.C. (2006) “La explotación de la figura literaria del Quijote como recurso turístico: la ruta de Don Quijote”. In: CAPDEPÓN, F.P.; TABASCO, J. P. El espacio geográfico del Quijote en Castilla-La Mancha. Ediciones de UCLM, Cuenca.

RUIZ PULPÓN, A.R. (2013): “Producción agroalimentaria de calidad y postproductivismo agrario: el caso de los vinos de pago en Castilla-La Mancha”, Anales de Geografía de la Universidad Complutense, Vol.33, nº 2, pp. 137-154.

RUIZ, J.C.; YANEZ, C.M. (2015): (Coordenadores). El Patrimonio Agrario: la construcción cultural del territorio a través de la actividad agraria. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía.

SÁEZ, J. A.O.L., SÁNCHEZ, F.A., COLINO, T.N., GONZÁLEZ, F.M., DÍAZ, S. P, y RUIZ, S.S. (2014): “Paleoambiente y sociedade em la Edad del Bonce de La Mancha: La Motilla del Azuer”. CPAG 24, 391-422.

SANTA CATARINA. (1991): Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento - SEPLAN. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Atlas Escolar de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro; Florianópolis.

SCHÄFFER, W. B.; PROCHNOW (2002): M. A Mata Atlântica e Você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira. Brasília: Apremavi.
SEGRELLES, J.A. (2001): “Problemas ambientales, agricultura y globalización en América Latina”, en Scripta Nova. Revista Electrónica de Ciencias Sociales y Geografía, vol.XVIII, nº 92, 1 de julio de 2001, Universidad de Barcelona. Disponible en <http://www.ub.edu/geocrit/sn-92.htm>.

SEN, A K. (2000) Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVEIRA, M. C. B. (2001) A Espanha romana: conquista, colonização e desagregação. Biblos. Rio Grande, 13: 13-31.

TABASCO, J.P., SANCHEZ-MATEOS, H.S.M., REY, R.U.G. “La ordenación del territorio en Castilla-La Mancha: estado de la cuestión y estudio de casos”. Cuadernos Geograficos, 47 (2010-2), 493-522.

TOMPOROSKI, A. A.; MARCHESAN, J. (2016): Planalto Norte Catarinense: algumas considerações sobre aspectos históricos, características físico-naturais e extrativismo. Desenvolvimento Regional em debate. , v.6, p.51-63.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**AS TECNOLOGIAS DO EU: DO NÍVEL INDIVIDUAL ÀS RESISTÊNCIAS
COLETIVAS DOS CAMPONESES NA CONTEMPORANEIDADE**

THE TECHNOLOGIES OF THE SELF: FROM THE INDIVIDUAL LEVEL TO THE
COLLECTIVE RESISTANCES OF PEASANTS IN CONTEMPORANEITY

Andréia Belusso²²

Edilson Pontarolo²³

Josiane Carine Wedig²⁴

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: A sociedade contemporânea vive numa redoma de biopoderes que resinificaram as formas de coerção e aperfeiçoaram os mecanismos de controle, atuando com figuras representativas de poder. Uma sociedade que, da moralidade de determinadas religiões institucionais contemporâneas, herdou a renúncia dos prazeres e do cuidar de si, agora tem também a autonomia cerceada pela normatização. Os biopoderes atuam adequando os corpos dos indivíduos a um modo de produção capitalista, disciplinando-se assim em relação ao tempo, ao ritmo e ao modo de viver. Mesmo reconhecendo que as estratégias de disciplinarização dos corpos estão instituídas na era dos biopoderes, ainda encontramos resistências sempre presentes. Nesse trabalho buscamos compreender como as tecnologias do eu nos ajudam a analisar o que se passa no nível individual de constituição dos movimentos camponeses que resistem e lutam por representações no espaço social. E perceber esses sujeitos rompendo com os condicionantes da norma e do poder torna-se fundamental para entender como a subjetivação e a luta política podem andar de mãos dadas em prol da transformação dos modos de vida e do sistema de organização e produção da sociedade.

Palavras-chave: Biopoderes. Subjetivação. Identidade camponesa.

²² Graduada em Ciências Biológicas – Licenciatura, UFFS. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, Campus Pato Branco. andrea_belusso@hotmail.com

²³ Doutor em Informática na Educação, UFRGS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, Campus Pato Branco. epontarolo@utfpr.edu.br

²⁴ Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRJ. Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). josianewedig@utfpr.edu.br



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: Contemporary society lives in a network of biopowers that have resorted to forms of coercion and perfected control mechanisms, acting with representative figures of power. A society that, from the morality of certain contemporary institutional religions, has inherited the renunciation of pleasures and caring for oneself, now also has its autonomy restricted by normatization. Biopowers act by adapting the bodies of individuals to a capitalist mode of production, disciplining themselves in relation to time, rhythm and way of life. While recognizing that the disciplinary strategies of bodies are instituted in the era of biopowers, we still find resistances always present. In this work, we seek to understand how the technologies of the Self help us to analyze what is happening at the individual level of constitution of the peasant movements that resist and fight for representations in the social space. Moreover, to perceive these subjects breaking with the conditions of the norm and of the power becomes fundamental to understand how the subjectivation and the political fight can go hand in hand for the transformation of the ways of life and the system of organization and production of the society.

Keywords: Biopowers. Subjectivation. Peasant identity.

INTRODUÇÃO

A tecnologia, assim como a ciência, tem se destacado com primazia no contexto contemporâneo (VIEIRA PINTO, 2005). Areladas a essa afirmação, é importante pensar que a produção tecnológica e científica não apenas supre necessidades ou problemas, mas também cria outras demandas, outras fronteiras, outros sujeitos, outras subjetividades.

Distante de considerarmos apenas os determinismos tecnológicos em seus extremos e cairmos em um idealismo ora positivo desse desenvolvimento, ora negativo e amedrontador dos potenciais negativos das produções tecnológicas, queremos abrir um espaço de diálogo para entender como o desenvolvimento da tecnologia e da ciência impactou ou influenciou e influencia socialmente as produções identitárias camponesas.

Se a ascensão científica e a tecnológica têm sido encaradas enquanto protagonistas de verdades e afirmações sobre o mundo, sobre o modo de ser e de produzir, torna-se pertinente entender como os sujeitos se relacionam consigo mesmos, com suas culturas e modos de vida



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



estabelecendo ao mesmo tempo relações com as verdades e modos de viver que lhes são atribuídos socialmente e historicamente por essa configuração moderna.

Dos Biopoderes às resistências como contraface do poder

Quando destacamos que vivemos em um período de transformações no nível da subjetividade estamos também reiterando as alterações nas condições do que é público, íntimo e privado, e ainda do que se apregoa como natural, “saudável” e “aceitável”. A materialização dessas condições está estritamente ligada ao corpo e ao cuidado desse corpo. Foucault (2004) explica a transformação do cuidado de si em momentos históricos distintos. Na antiguidade, a relação entre corpo e alma era visto como crucial e se cuidava do corpo para nutrir saudavelmente a alma. Já na sociedade contemporânea esse cuidado sofre uma repressão, advinda da moralidade imposta por determinadas religiões institucionais, em que o indivíduo renuncia e reprime todas as questões voltadas para o seu corpo na busca da salvação. Até então essa opressão no voltar-se para si era individualizada e os mecanismos de controle atrelados a ela também. Mas, com a emergência da produção capitalista, essas normas sociais tomam outras dimensões e as constituições das normas são resinificadas para um caráter coletivo. A implantação dessas normatizações estrutura-se por técnicas de poder disseminadas e legitimadas por instituições como a escola, a família, as prisões, os hospitais e os mesmos corpos que, devido à moralidade religiosa, já haviam renunciado ao cuidado de si, agora são disciplinados para a produção, o ritmo e o tempo da modernidade.

Sendo assim, a docilização desses corpos é concretizada por tecnologias de poder que controlam a vida por práticas governamentais e ditam as normas de higiene, sexo, natalidade, beleza, produção e modo de ser e viver. A esse controle sobre os corpos Foucault (1999) deu o nome de biopoderes:

[...] o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e repartição diferencial do lucro, foram, em parte tornados possível pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento de afirmação do capitalismo (FOUCAULT, 1999, p. 133).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Mais uma vez não é permitido ocupar-se de si, o cuidado de si dá lugar à função produtiva. O trabalho é o fundante de uma sociedade que deve cumprir determinadas normas, atingidas pela implementação disciplinar de roteiros sobre as maneiras de pensar e agir. O advento do capitalismo modifica valores, costumes, atitudes, comportamentos e legitima novas lógicas, inclusive no que concerne ao espaço, às relações e ao tempo. Como descreve Thompson (1998, p. 297): “Por meio de tudo isso – pela divisão do trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina do tempo”.

A conexão dessas questões de governamentalidade do ser humano está totalmente imbricada à noção de tecnologia. Isso porque as tecnologias e os discursos científicos são ferramentas importantes no processo de remodelação dos corpos, constituindo-se como instrumentos para a imposição de significados. Assim como representado por Vieira Pinto (2005, p. 266): “A tecnologia torna-se então o principal ingrediente com que o dominador irá compor a consciência “para o outro” das massas subjugadas”.

Destaca-se nesse ponto a importância de perceber como, por meio de tecnologias instituídas por discursos, subjetivações, se produzem tanto a normalidade quanto a patologia e se corporificam e impõem novas relações sociais em múltiplas e complexas interfaces.

A tecnologia refere-se, neste caso, a qualquer agenciamento ou a qualquer conjunto estruturado por uma racionalidade prática e governado por um objetivo mais ou menos consciente. As tecnologias humanas são montagens híbridas de saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, edifícios e espaços, orientados, no nível programático, por certos pressupostos e objetivos sobre os seres humanos. Pode-se considerar a escola, a prisão, o hospício como exemplos de uma dessas espécies de tecnologia, precisamente aquelas que Foucault chamou de “disciplinares” e que funcionam por meio de uma detalhada estruturação do espaço, do tempo e das relações entre os indivíduos; de procedimentos de observação hierárquica e julgamento normalizador; de tentativas para incorporar esses julgamentos aos procedimentos e julgamentos que os indivíduos utilizam a fim de conduzir sua própria conduta (ROSE, 2001, p. 38).

Talvez o maior questionamento nesse ponto seja: como esses dispositivos de poder operam nos sujeitos e tornam inteligíveis essas condutas? Para Foucault (2004) os seres humanos usam técnicas específicas para entender a si próprios, donde destaca dentre estas: as tecnologias de produção, relacionadas ao produzir, transformar e manipular objetos, ligada ao trabalho; as tecnologias de sistemas de signos, relacionadas à utilização de signos, sentidos, símbolos e



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



significações; as tecnologias de poder, relacionadas a determinação de conduta dos indivíduos e a submissão a fins de dominação.

Reiterando, a sociedade moderna vem se transformando numa sociedade disciplinar, mas como sujeitos dotados de autonomia são afetados por esses mecanismos de subjetivação? A resposta, segundo Foucault, é que esses mecanismos agem justamente nessa autonomia do indivíduo ou na sua capacidade de relacionar-se consigo e com os outros. As estratégias normativas agem na tentativa de moldar aquilo que Foucault intitula de "tecnologias do eu":

Tecnologias que permitem aos indivíduos efetuar por seus próprios meios um certo número de operações sobre seus próprios corpos, suas próprias almas, seus próprios pensamentos, sua própria conduta e o fazem de modo que se transformam a si mesmos, modificando-se para alcançar certo grau de perfeição, felicidade, pureza ou poder (FOUCAULT, 2004, p. 323).

Ou seja, as tecnologias do eu são apreendidas para que o indivíduo se relacione consigo mesmo de modo a serem corporificadas de distintas formas, os diários, as confissões, as discussões em grupos e atualmente as milhões de possibilidades abertas pelas redes sociais e outros iniciados pela consagração da rede mundial de computadores. Mas é aí que entra destacadamente a questão do biopoder. Essas técnicas apreendidas como procedimentos propostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la, sempre são praticadas sob a autoridade de algum sistema de verdade (FOUCAULT, 1999), já conceituados nesse texto. O indivíduo passa a viver em constante vigilância de suas próprias técnicas performativas, a fim de torná-las adequadas aos princípios de sua época, que no caso da modernidade, é o “desenvolvimento”, o “progresso” do capitalismo (WINNER, 1985).

É na relação inequívoca entre as tecnologias de poder e as “tecnologias do eu” que o sujeito se constitui, deixando de ser pensado apenas como produto de uma imposição. Com isso, ganha novos sentidos a genealogia do sujeito moderno perpassado pelo espectro da tecnologização, distinta da percepção de uma identidade meramente imposta, onde o sujeito é dócil, objeto e útil e só foge às normas nas experiências de loucura ou crime. Pensar em técnicas do eu parece tornar a ideia de autonomia e expressão mais ativa (FOUCAULT, 2004).

Deve suscitar questionamentos a afirmação de que essas técnicas são fornecidas por esquemas de conduta. Mas pensemos que, pelo simples fato de não serem técnicas



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



exclusivamente de sujeição, mas próprias do indivíduo, há uma certa esperança no fim de uma dominação que parecia, pelas notas de vigiar e punir de Foucault, incontornável. Se cabe ao indivíduo efetuar determinadas operações sobre si, de certa forma pode haver resistência a esses jogos de poder que atuam sobre si.

São movimentos de resistência que confrontam a ordem estabelecida e acenam para uma probabilidade de futuro sem uma total submissão. É claro que os dispositivos de poder atuam de diferentes maneiras para diluir esse “choque de perspectiva” que pode surgir de um sujeito que pensa sobre as tecnologias do eu, ou o modo como agirá a si próprio. Essas resistências são muitas vezes enfraquecidas pela discursividade que o poder as fazem tomar. Lembremos que Foucault afirma que as tecnologias de si levam o sujeito a modificar ou não suas práticas com vistas a alcançar a felicidade. É isso que os poderes, em suas diferentes esferas, fazem com esse indivíduo que demonstra alguma resistência, o fazendo acreditar que encontrou a plenitude, a felicidade ou que para encontrá-la precisa modificar suas práticas e seguir as condutas de uma sociedade que se caracteriza por uma constante ansiedade, vinculada à necessidade de ter mais e de atingir posições superiores de status social (KOVALESKI; OLIVEIRA, 2011). Para isso, os dispositivos de poder diluem todas as consequências de seu modelo de desenvolvimento ou obscurecem esses problemas:

(...) pode produzir a impressão de que a categoria da subjetividade no nosso tempo vacila e perde consistência, mas trata-se, para sermos precisos, não de um cancelamento ou de uma superação, mas de uma disseminação que acrescenta o aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda a identidade pessoal. Não seria provavelmente errado definir a fase extrema da consolidação capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos. Certamente, desde que apareceu o homo sapiens havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo (AGAMBEN, 2009, p. 48).

Mas há os que não sucumbem a esse conjunto de falácias e se recusam ao amortecimento, controle e submissão total de corpos e investem nas exigências de um espaço que seja controlado pelas necessidades da vida e da natureza e não do mercado. Revelam-se com a capacidade de não aceitação para com a excessividade do governar e estabelecem condições para as práticas de si com uma compreensão adequada sobre a era dos biopoderes e das crises socioambientais que estamos vivendo. Aceitam “[...] como verdadeiro o que uma autoridade sustenta ser verdadeiro,



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



mas só se forem considerados, em plena autonomia, como boas, as razões para o aceitar” (FOUCAULT, 1999, p. 3).

Dentre essas resistências, o foco desse trabalho está naqueles que se apoiam na primazia da vida, na relação com a natureza, no respeito aos saberes tradicionais, e não se rendem totalmente às crenças de crescimento infinito, da urbanização inevitável, à manipulação genética da vida e às verdades do conhecimento científico: os camponeses.

As tecnologias do eu nas produções identitárias camponesas

O avanço da ação capitalista no século XIX provocou uma intensa transformação no campo trazendo a lógica de acumulação de capital para esse meio. A produção do campo passa a se assemelhar ao processo industrial e intensifica a criação de propriedades agrícolas que mais parecem empresas que proletarizam e assalariam. Devido a esse processo, a teoria se volta a discutir qual o futuro do campesinato, inclusive sobre as probabilidades de permanência dessa forma de produção. Nesse período, em que as relações capitalistas adentram o campo, a mercantilização começa a fazer parte da agricultura e a capacidade de alguns em acumular dinheiro e pagar outros camponeses, numa relação de proletarianização, abre espaço para a diferenciação entre esses (KAUTSKY, 1968; MALUF; CARNEIRO, 2003).

Marcado por discursos e práticas de modernização o desenvolvimento econômico agrário atingiu não só os recursos naturais desse meio. Suas dimensões sociais também foram amplamente perpassadas por esse processo. Um modelo desenhado sobre a imagem da produção e do “progresso” que obscureceu em seus delineamentos seu caráter excludente, homogeneizador e expropriatório, colocando o campo como lugar de atraso e desvalorizando a cultura dos sujeitos desse meio.

Outrossim, se faz importante relatar que o parasitismo do agronegócio não adentrou o campo sem abrir feridas nas relações de trabalho existentes nesse contexto. O modelo de modernização perpassou as dimensões ambientais, familiares, identitárias e educacionais do



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



universo rural e suas consequências resinificaram e resignificam constantemente a realidade que compõe o campo brasileiro.

O ritmo desse desenvolvimento que explora os recursos naturais numa velocidade que o ambiente não dá conta de recompor e que se estrutura sobre a desvalorização da vida no campo inaugura o que se denomina como “crise”. Originadas dessa crise ou enquanto origem dela, temos diversos processos de resistências para com as violências associadas a esse modelo, entre elas o ressurgimento do campesinato como identidade política. Paiva (1993, p. 323) também descreve essa capacidade das lutas sociais nascerem e se reproduzem no bojo da era dos biopoderes de modo que “[...] ao liquidar resistências (e as políticas sociais estatais), ele (o mercado) também as recria na medida em que propicia um capitalismo mais agressivo e violento que expõe os cidadãos à sua virulência e termina por estimular, redefinir e revigorar a luta social.”

Quando o camponês resiste ao modo capitalista de produção e às suas formas de coerção e de engendramentos de normas e condutas, ele está justamente enfrentando os biopoderes. O camponês ou agricultor familiar não apenas se contrapõe ao caráter abrangente e coletivo desses poderes mas se ressignifica quando, por exemplo, não aceita que o mercado adentre em sua propriedade na totalidade de modo a inibir uma das principais figuras representativas desse poder, a cobrança de impostos. Com a emergência do modo capitalista de produção, as formas de coerção e de exteriorização da norma social se resinificaram e tomaram um caráter abrangente e coletivo.

Outra característica de resistência é quanto a disciplinação do tempo, dos ritmos e da produtividade que essa nova configuração da era tecnológica exige, na condição camponesa o tempo é estabelecido pela relação com a natureza, e o relógio é muito mais natural do que cronológico. O sol, a rotina dos animais, das plantas e os ciclos das tarefas executadas estabelecem as horas do dia e estão estritamente relacionadas à medição do tempo no campo. Thompson (1998) explica essa questão:

“A notação do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. [...] O camponês parece cuidar do que é uma necessidade. [...] na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o “trabalho” e a “vida”. As relações



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



sociais e o trabalho são misturados- o dia de trabalho se prolonga ou se contrai conforme a tarefa- e não há grande senso de conflito entre o trabalho e “passar do dia” (THOMPSON, 1998, p. 271).

Para o ethos camponês, o cuidado de si ainda é muito presente e o bem viver está extremamente ligado ao trabalho para subsistência sem muita penosidade e as relações com a natureza. Essa contraposição ao relógio e às tecnologias que ditam ao corpo quanto tempo e em que momento ele deve produzir é para as “tecnologias do eu camponês” uma antítese à ideia da busca pela plenitude, pela perfeição, ou como esclarece Vieira Pinto (2005) “... a técnica tem de ser por definição humana. Jamais seria possível separá-la do homem e muito menos estabelecer conflito entre ambos” (p. 349).

Não queremos apontar aqui que os camponeses ergueram suas armaduras e não foram atingidos pelas mudanças de costumes que aconteceram com a consolidação do capitalismo, é necessário lembrar que eles foram sim atingidos pela introdução de instrumentos e máquinas capazes de acelerar o movimento dos corpos no trabalho, de acelerar o ciclo dos cultivos e de alterar e disparar todo um modo novo de vivenciar e perceber a realidade. Mas é importante apontar como esses instrumentos também foram usados por esses sujeitos para fortalecer a condição camponesa quando resultam na valorização da alimentação orgânica e do contato com a natureza, no turismo rural ou ainda, como no caso do acesso às mídias tecnológicas, foram capazes de transpor fronteiras e afirmar ainda mais seus pertencimentos identitários. É de certa forma apontar para uma nova identidade e cultura que não destrói a natureza, nem subordina a si e aos outros mas que também não rejeita a tecnologia:

Ver imágenes de mujeres en papeles más libres y más activos por ejemplo, interrumpe casi todas las culturas tradicionales, pero interrumpe en un sentido fundamentalmente positivo. La celebración actual de los estilos de vida y conocimiento indígenas a través de los medios de comunicación de masas, también contiene un mensaje de valor, un apoyo a la autoestima y la identidad étnica para los jóvenes rurales indígenas que se ven confundidos por los "mensajes civilizadores", de las escuelas locales y por las expresiones de racismo que llegan desde los sectores sociales dominantes. De manera que, la exposición a los medios de comunicación global ha jugado en la generación de nuevas diferentes actitudes entre los habitantes rurales, mayores y jóvenes (DURSTON, 1998, p. 29).

É preciso perceber os sujeitos camponeses que resistem às redes de poder e principalmente entender como suas práticas se desenvolvem no conhecimento de si, a partir das



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



aceitações e das resistências. Essa formulação está baseada no que Winner (1985) problematiza como sendo a natureza política dos artefatos:

De acordo com essa perspectiva, a adoção de um certo sistema tecnológico envolve inevitavelmente uma série de condições relacionadas às relações humanas com um tom político característico, por exemplo, centralizado ou descentralizado, de igualdade ou desigualdade, repressiva ou libertadora [...] a forma como as escolhas sobre tecnologias se constituem podem ter consequências importantes para a forma e qualidade das associações humanas (p. 4).

A descrição de que o campesinato, mesmo em suas resistências, cria relações e estabelece vínculos, inevitáveis, com os instrumentos modernos e nesse contexto se reestrutura, reinventa e modifica sem ser eliminado por esse projeto de desenvolvimento, é uma caracterização da política identitária que estes sujeitos abraçam em suas individualidades, próprias das tecnologias do eu, para subtrair coletivamente a mente e o corpo das lógicas instrumentais da era dos biopoderes.

Numa era em que objetos científicos e tecnológicos, sob a égide do capitalismo, agrupam as vidas e as subordinam ao imperativo do mercado, esses sujeitos são exemplos brilhantes de que é possível subtrair o nosso corpo do biopoder e pautar suas escolhas de consumo em valores positivos tanto ambientalmente como socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir os movimentos sociais camponeses no nível individual é firmar o olhar para as práticas dos sujeitos, entendendo como esses desenvolvem o resgate de valores, cultura e costumes do campo, e como soma à construção dos enfrentamentos à ordem dominante outras lutas, de gênero, raça e classe social recriando e aprendendo conhecimentos de si a partir de aceitações e resistências ao modo de produção capitalista imposto.

A ideia das tecnologias do eu propicia estudar o que se passa em nível individual em um contexto de constituição dos “movimentos sociais”, bem como a representação destes no espaço da sociedade. Representações que incorporam noções de como sujeito, indivíduo e identidades, as quais vêm sendo cada vez mais utilizadas no campo da sociologia (ADORNO, 1998 apud KOVALESKI; OLIVEIRA, 2011, p.172).

Não se pretende nesse artigo perder de vista o reconhecimento da coletividade como fator crucial nas ações das lutas camponesas, mas sim atentar para quem são os atores dessa



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



coletividade. Entendendo quais os desdobramentos subjetivos fazem com que indivíduos sintam a necessidade de escapar das redes de poder e buscar práticas que instrumentalizam políticas públicas assim como os movimentos sociais que reivindicam.

Se a resistência, como afirma Foucault, é a contra face do poder, podemos afirmar que a subjetividade dentro dos movimentos camponeses é o oposto da individualidade. Quando o camponês torna-se militante produzindo resistências ele marca seu lugar em um grupo que coletivamente pode operar transformações. Pensar as tecnologias do eu para entender os movimentos camponeses é olhar para cada um dos sujeitos que toma consciência de si e torna esse corpo político para lutar e resistir contra as tecnologias de saber, de poder e de dominação.

Sujeitos que rompem normas e simbologias para enfrentar uma crise econômica, social e ambiental. Que valorizam os saberes da tradição, os usam e os recriam, quando necessário, para sobreviver como camponês e/ou pequeno agricultor e construir um futuro em que a integridade e a autonomia de seus corpos e de seus espaços sejam colocadas em uma prioridade negada pela era dos biopoderes. Uma geração que entende a campesinidade como categoria social e constrói suas próprias lutas e que por meio de reestruturações desse “ser camponês” na contemporaneidade vão construindo espaços de representatividade e rompendo com a condição de subalternidade que lhes foi acometida pela introdução da modernização no espaço agrícola.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

DURSTON, J. **Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual**. Santiago: CEPAL, 1998.

FOUCAULT, M. Entrevista com Michel Foucault, por Sérgio P. Rouanet e J. G. Merquior. In: FOUCAULT, M. et al. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1996. p. 17-42.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. Tecnologias de si. **Verve**, n. 6, p. 321-360, 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



KOVALESKI, D. F.; DE OLIVEIRA, W. F. “Tecnologias do Eu” e cuidado de si: embates e perspectivas no contexto do capitalismo global. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 3, n. 6, p. 171-191, março 2011.

MALUF, R; CARNEIRO, M. J. (orgs). **Para além da produção**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PAIVA, V. O novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. **Educação e Sociedade**. n. 45, Agosto/1993.

ROSE, R. Como se deve fazer a história do eu? **Educação e Realidade**, v. 26, n. 1, p. 33-57, 2001.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA PINTO, A. Em face da era tecnológica. In: **O Conceito de Tecnologia**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WINNER, L. Do artifacts have politics? In: MACKENZIE, D. et al. **The Social Shaping of Technology**. Philadelphia: Open University Press, 1985.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROGRAMA DE
ESTUDANTES - CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO: CARACTERIZAÇÕES
PRELIMINARES**

THE INTERNATIONALIZATION OF UNDERGRADUTE EDUCATION AND THE
“PROGRAMA DE ESTUDANTES - CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO” PROGRAM:
PRELIMINARY FEATURING

Camila Kroetz²⁵

Giovanna Pezarico²⁶

Franciele Clara Peloso²⁷

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: Analisar os movimentos contemporâneos da internacionalização da Educação Superior, pressupõe compreendê-los como inseridos num pano de fundo complexo e implicados pelas relações de interculturalidade. Nesse sentido, este estudo tem como enfoque a internacionalização da Educação Superior no contexto da Cooperação Sul-Sul (CSS), especificamente, no que concerne ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Para tanto, tem por objetivo caracterizar e discutir elementos preliminares do Programa PEC-PG, bem como, compreender aspectos de caráter geopolítico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de tipo descritivo, de análise documental. Os resultados demonstram que há grande procura por áreas de conhecimento que possuem maior ênfase na aplicação de técnicas e tecnologias voltadas ao mercado de trabalho. Além disso, verifica-se que o PEC-PG, historicamente, vinculava-se principalmente com países da América Latina, tendo como principal justificativa a facilidade de acesso e intercâmbio. Contudo, a partir de 2003 houve uma grande aproximação entre Brasil e África, a partir da CSS, por decorrência de aspectos históricos e culturais muito semelhantes. A partir disso, observa-se a presença das ambições e justificativas da internacionalização da Educação Superior na CSS, como fortalecedor de aspectos sociais, políticos, econômicos e de CT&I. O olhar sobre o Programa PEC-PG evidencia que este corrobora diretamente com as premissas da internacionalização da Educação Superior e das relações de interculturalidade quando atua junto ao fortalecimento dos países envolvidos, onde o Brasil é um país de destaque por protagoniza-lo em uma posição central desta cooperação.

Palavras-chave: Educação Superior. Internacionalização. Programa PEC-PG.

²⁵ Mestranda do PPGDR – UTFPR – Email: camila.kroetz@gmail.com

²⁶ Doutora em Tecnologia. Docente do PPGDR/PPGA-UTFPR. Vinculada ao GEU – Grupo de Estudos sobre Universidade. Email: gpezarico@utfpr.edu.br.

²⁷ Doutora em Educação. Docente do PPGDR-UTFPR. Vinculada ao GEU – Grupo de Estudos sobre Universidade. Email: clara@utfpr.edu.br



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: To analyze the contemporary tendencies of internationalization of Undergraduate Education requires to understand them inserted in a complex background and affected by intercultural relations. In this sense, this study focuses on the internationalization of Undergraduate Education in the context of Cooperação Sul-Sul (CSS), specifically, regarding to the Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). For this purpose, the main objective is to characterize and discuss the preliminary elements of the PEC-PG Program, as well as to understand its geopolitical aspects. This work consists of a qualitative-descriptive research, on the analysis of documents. The results show that there is a great demand for the areas of knowledge which have a greater emphasis on the application of techniques and technologies directed applied in the job market. Furthermore, since the beginning the PEC-PG has been mainly linked to Latin American countries, motivated by the easiness of access and interchange. However, since the year of 2003 there have been a close approximation between Brazil and Africa through the CSS, due to historical and cultural similarities. Thence, we can observe the intentions and justifications for the internationalization of Undergraduate Education in CSS, by the reinforce of the social, political and economic aspects as well as the Science, Technology and Innovation features. The analyze of the PEC-PG Program shows that it corroborates straightforward with the premises of the internationalization of Undergraduate Education and the intercultural relations when it works together with the reinforce of the countries involved, where Brazil is in the spotlight of a central position of this cooperation.

Keywords: Undergraduate Education. Internationalization. PEC-PG Program.

INTRODUÇÃO

Analisar movimentos contemporâneos vivenciados no contexto da internacionalização da Educação Superior pressupõe compreendê-los como inseridos num pano de fundo complexo e implicados pelas relações de interculturalidade. É a partir de tal premissa, que o presente artigo tem como intenção contribuir para os diálogos estabelecidos a partir da temática cultura, identidade e educação. O estudo tem como enfoque a internacionalização da Educação Superior no contexto da Cooperação Sul-Sul (CSS), mais especificamente, no que concerne ao Programa Estudante-Convênio Pós-Graduação (PEC-PG). Para tanto, o presente artigo tem como objetivo caracterizar e discutir elementos preliminares do Programa PEC-PG, com o especial intuito de compreender aspectos mais complexos, como por exemplo, as relações de caráter geopolítico.

Entretanto, é salutar evidenciar algumas premissas referentes à problemática de pesquisa, no intuito da compreensão da relação dos componentes que a contextualizam, com especial



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



destaque, a Internacionalização da Educação Superior, a Cooperação Sul-Sul, bem como, o objeto de análise, o Programa PEC-PG.

Nesse sentido, para compreender as intencionalidades e dinâmicas assumidas pelo Programa PEC-PG, importa elucidar questões que perpassam processos históricos da internacionalização da Educação Superior, bem como suas intencionalidades, que estão intimamente ligadas ao processo de globalização. Em termos gerais, a globalização caminharia para um mundo onde as fronteiras se tornariam mínimas no que concernem capitais, informações, tecnologias, etc. Diante de tais fluxos globalizados, tenderiam a se destacar atores amparados em grandes corporações transnacionais que não possuiriam raízes com qualquer Estado-Nação. Dessa forma, para ser uma nação, empresa ou indivíduo “bem-sucedido”, seria necessária também a maior inserção possível no cenário global (LASTRES; ALBAGLI, 1999), e que não estaria desvinculada das formas tradicionais de produção do conhecimento científico. Porém, em muitos espaços, o cenário econômico e social não é favorável para que haja tal interação e fluidez dos fluxos, e a globalização de forma simétrica passa a ser uma ideia que nem sempre é posta em prática devido a barreiras criadas pela hegemonia dos países do Norte sobre os países do Sul e que implicam diretamente nas formas pelas quais os processos de internacionalização da Educação Superior encontram alcances, mas também, limites.

Assim, cabe aqui evidenciar que a internacionalização é o relacionamento entre as nações e este relacionamento que proporciona trocas e compartilhamentos de suas culturas, sistemas, instituições (KNIGHT, 2012). Nesse sentido, destaca-se que a internacionalização surge então como decorrência do processo de globalização, repercutindo também, em oportunidades para a inserção de nações periféricas neste processo (STALLIVIERI, 2004).

Nesta perspectiva, as intencionalidades da internacionalização da Educação Superior ganharam maior evidência e respaldo a partir da criação do acordo de Cooperação Sul-Sul. A CSS, também conhecida como cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD), surge como um instrumento a partir de contribuições acerca de produções, tanto técnicas quanto de conhecimento entre os países considerados subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Dessa forma, a CSS atribui um importante papel na agenda de políticas externas brasileiras, no sentido de ampliar caminhos para que estes se fortaleçam a partir de trocas de saberes e experiências. Isso



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



significa interagir a partir de locais com dinâmicas que conversam por suas semelhanças, afim de desenvolver uma menor dependência dos países desenvolvidos, especialmente por meio de pesquisas que promovam o desenvolvimento. Dentre estas trocas, a internacionalização da Educação Superior ganha espaço privilegiado por meio de alguns programas específicos institucionalizados através de políticas públicas com tal fim.

Diante de tal cenário, verifica-se a origem do Programa PEC-PG, criado em 1981, cujas atividades iniciaram no ano de 1983. O programa tem como objetivo promover o intercâmbio de estudantes advindos de países em desenvolvimento para realizar a Pós-Graduação em universidades brasileiras. Possui como base de apoio a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), responsáveis pelo pagamento de bolsas de mestrado e doutorado, divulgação do Programa no exterior e auxílio financeiro para retorno dos estudantes aos países de origem.

Nesse sentido, o PEC-PG dialoga com a internacionalização da Educação Superior, tendo em vista as intenções acerca das influências socioeconômicas locais e globais, além da forte contribuição e aquisição de conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, de maneira mais específica e incisiva, características do desenvolvimento de pesquisa na Pós-Graduação. Logo, a análise preliminar do Programa PEC-PG faz-se valiosa no auxílio de análises posteriores, na perspectiva de que a cooperação entre países com características sociais e econômicas semelhantes possibilita diálogos construtivos acerca de dinâmicas que regem a sociedade e a economia, permitindo avaliar alcances e limites.

Em termos metodológicos, o estudo possui como abordagem a natureza qualitativa, de caráter descritivo. Para tanto, trata-se de pesquisa documental, que buscou apropriar-se especialmente dos documentos orientadores do Programa PEC-PG, dos seus relatórios de gestão e de informações disponíveis nos sites e documentos institucionais que o conduzem. No que tange a estrutura de apresentação deste artigo, a mesma encontra-se organizada da seguinte forma: em um primeiro momento é realizada uma revisão de literatura referente às principais ancoragens teóricas que sustentam a discussão, seguido de um segundo momento, que se propõe a discutir a internacionalização da Educação Superior como forma de contextualizar o Programa



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



PEC-PG. O terceiro momento, por sua vez, dedica-se a realizar uma abordagem histórica do Programa, bem como, a interpretação de dados referentes ao PEC-PG. Por fim são apresentadas as principais sínteses acerca do estudo.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PARA COMPREENDER O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PEC-PG)

Antes mesmo de uma caracterização da internacionalização do Ensino Superior propriamente dita, é necessário conceituar a internacionalização. Para Knight (2005), a definição de internacionalização aparece de forma divergente conforme a coordenada e ponto de vista em que se encontra. Logo, imprescindível compreender que globalização e internacionalização não são sinônimos, e sim dois conceitos diferentes que estão intimamente ligados e correlacionados. Nesse sentido, Knight (2012) caracteriza a globalização como um fluxo mundial, de culturas, economias, informações, tecnologias e outros, com unanimidade de trânsito nos meios em que estes são produzidos e reproduzidos, enquanto a internacionalização é o relacionamento entre as nações que proporciona essas trocas e compartilhamentos de suas culturas, sistemas, instituições.

Para Wit (2013) internacionalização da Educação Superior é um conceito relativamente jovem, por conta de ter sido identificado mais como um termo do que um conceito denominado “educação internacional”, devido a uma enorme abrangência das atividades universitárias, que se encontravam fragmentadas e enquadradas nas limitações da internacionalização, por decorrência de alguns fatores políticos como a quebra da cortina de ferro, a unificação Europeia e o impulso da globalização decorrente das mudanças políticas e sociais mundiais. A partir daí, houve uma transferência do termo “educação internacional” para o conceito de internacionalização da Educação Superior. Nessa perspectiva, será usado aqui como conceito central o que melhor se encaixa no contexto discutido, conceito este que provém da autora que define internacionalização da Educação Superior como “o processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária” (MOROSINI *apud* KNIGHT, 2017. p. 11).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Durante muito tempo a internacionalização foi vista como pertencente somente aos países desenvolvidos do Norte, onde os países subdesenvolvidos do Sul tinham papel de inferioridade hegemônica, ao passo que sua aplicação possuía um caráter neocolonial. Após o processo de globalização atingir as nações das mais variadas condições socioeconômicas, principalmente após a emergência de alguns países do Sul, uma mudança notável vem ocorrendo na utilização da internacionalização da Educação Superior (WIT, 2013). Essa mudança implica tanto na sua conceitualização quanto nos cenários onde ela atua.

Partindo deste pressuposto, nota-se uma forte relação da internacionalização da Educação Superior com o Estado, que é justificada devido ao fato de que a internacionalização possui caráter de relacionamento entre nações. Isso por que é a partir do Estado que são apontadas as demandas necessárias para o que é identificado como desenvolvimento. Soma-se a este fato, a posição da Universidade como produtora de conhecimento, o que é importante para o processo de desenvolvimento. Em vista de as questões que dizem respeito a educação estarem em uma forte relação com a globalização, sendo que, um dos principais valores da globalização é o próprio conhecimento (MOROSINI, 2017) o Estado encontra-se em uma posição de mediador da internacionalização, pela responsabilidade perante os movimentos de estratégias e ações de seus territórios. Nesse sentido, a internacionalização da Educação Superior torna-se uma via para atender as demandas dos territórios a caminho do desenvolvimento, da forma a ser caracterizada como um conceito complexo que adquiriu uma grande diversidade de termos e reflexões concomitante a história de seu desenvolvimento (MOROSINI, 2017). Soma-se a este fato, a posição da Universidade como produtora de conhecimento, o que é importante para o processo de desenvolvimento sustentável local.

Da mesma maneira, cumpre assinalar os esclarecimentos de Morosini:

A separação entre os campos, que anteriormente se definia por atuações quase que distintas, hoje, com esta característica de Estado, assume uma preponderância da influência do campo profissional na configuração do científico. Ou seja, as determinações do mercado de trabalho sobre a universidade vêm transformando os princípios das mesmas, como apontado em inúmeros trabalhos, não só internacionais, mas nacionais (MOROSINI *apud* SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, 2006, p. 05).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Considerando que a educação é vista como um bem público, assim como o ensino é visto como uma ferramenta que impulsiona o desenvolver de uma economia e uma sociedade global, a pesquisa da Universidade como produtora de conhecimento é de autonomia do pesquisador, pesquisa essa que possui apoio da internacionalização, enquanto o ensino é controlado pelo Estado dificultando a autonomia do mesmo no contexto da internacionalização. Os desafios, possibilidades e articulações da internacionalização da Educação Superior merecem algumas considerações para uma melhor compreensão de como esta influencia e sofre influências das dimensões globais e locais. Dessa forma, as universidades caminham para uma maior visibilidade e competência na resposta de exigências locais, assim como do contexto geopolítico global e do processo de integração (FEIJÓ, 2013).

Com fundamento nessas pontuações, considera-se que para auxiliar uma aproximação e relação entre os países periféricos, alguns acordos e parcerias foram criados, como por exemplo o Acordo de Cooperação Sul-Sul. A CSS surge como um instrumento que visa o desenvolvimento a partir de contribuições acerca de produções, técnicas e conhecimento entre os países do Sul. Nesse sentido, Chediek (2017) lembra que se trata de um complemento e não uma substituição das relações Norte-Sul, não excluindo a importância dessa relação centro-periferia.

A iniciativa de criar acordos internacionais, especialmente entre os países do Sul foi tratada com intensidade pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Criada em setembro de 1987, a partir da integração da estrutura do MRE, a ABC possui como competência planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações relacionadas ao campo de capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações (MRE, 2017). Logo, suas competências se referem aos Acordos de Cooperação Sul-Sul. Inseridos nos Acordos de Cooperação Internacionais e coordenados pela ABC, podemos destacar como programas direcionados à Internacionalização da Educação Superior a Cooperação Técnica Internacional (CTI). Nesse sentido, a CTI surge como um meio de



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Proporcionar mudanças qualitativas no contexto socioeconômico dos países envolvidos, a fim de oferecer desenvolvimento de capacidades de instituições e indivíduos, proporcionando a capacidade de intervenção nos meios que dependem e articulam conhecimentos e tecnologias aplicadas ao desenvolvimento de forma sustentável no viés de trocas de informação articuladas em direção a objetivos comuns previamente determinados (MRE, 2017, p. 09).

No bojo da CTI, encontra-se a Cooperação Técnica Sul-Sul, que dialoga com o compartilhamento de práticas disponíveis entre os países do Sul a fim do fortalecimento das relações dinâmicas cooperantes entre países com quadros semelhantes de desenvolvimento, acompanhando e avaliando os resultados, possuindo assim um caráter de cooperação mútua (MRE, 2014).

Dessa forma, a CSS aparece como um mecanismo de fortalecimento institucional de todos os envolvidos, que no caso são os países periféricos, fortalecimento esse fundamental para que a transferência e a absorção de conhecimento sejam efetivadas. Dentre as áreas que a CSS se concentra, a educação encontra-se como uma área muito importante para a relação de cooperação técnica, o que é essencial para o desenvolvimento. Os projetos existentes nestes acordos, principalmente os relacionados à internacionalização da Educação Superior possuem maior representatividade nas relações entre os países da América Latina e da África (em especial os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP). Ainda, alguns programas direcionados à internacionalização da Educação Superior ganham destaque, representados por Programas para Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG); o Programa Celpe-Bras; o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF); o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF); a Promoção da Educação Superior no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), por exemplo (ABC, 2014).

Nesta perspectiva, a CSS surge como uma medida governamental que possibilita a emergência deste conhecimento único, que surge de uma forma endógena a partir das dinâmicas do Sul. Neste sentido, o Programa PEC-PG, objeto deste estudo, surge como um Programa estratégico de internacionalização da Educação Superior que se encontra no bojo das ações da CSS. Busca-se aqui reunir elementos que se dediquem a compreender os tensionamentos a partir da produção do conhecimento e aplicação para o desenvolvimento dos países envolvidos.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Tendo em vista a problemática do presente estudo, torna-se imprescindível um olhar interdisciplinar, como forma de compreender questionamentos e tensionamentos que permeiam o tema desta pesquisa. Nesse sentido, denota-se o caráter descritivo do referido estudo, com a finalidade de obter maiores informações sobre a temática, possibilitando a formulação de hipóteses e buscando um conhecimento com maior profundidade (GIL, 1999). Além disso, no sentido de estabelecer uma abordagem adequada frente ao objeto de estudo pretendido, especifica-se o Programa PEC-PG no âmbito das relações de cooperação Sul-Sul, considerando a perspectiva da pesquisa descritiva como sendo a mais oportuna em termos de abordagem. Como anuncia Gil (1999), objetiva-se descrever características das relações entre as variáveis de um estudo.

Como dito anteriormente, o objeto de estudo refere-se ao Programa Estudante-Convênio Pós-Graduação. Assim, a pesquisa documental foi predominante na condução do estudo, principalmente a partir de documentos emanados pelo Estado brasileiro, com especial destaque relativo aos órgãos que o efetivam. Dentre eles destaca-se a ABC – Agência Brasileira de Cooperação, o MRE, o CNPq e a CAPES-, como principais fontes de documentos. Entre estes documentos encontram-se manuais de gestão, tanto da CSS quanto do PEC-PG, leis federais referentes a planos de desenvolvimento e educação, bem como, da internacionalização da Educação Superior, sites que elucidam processos e resultados referentes ao objeto de estudo, contendo dados quantitativos e qualitativos do intercâmbio de estudantes inclusos no PEC-PG.

A partir da obtenção dos dados, é importante realizar uma categorização para a análise dos mesmos, a fim de proporcionar uma linha de sistematização, facilitando a tarefa e evitando erros de repetição ou exclusão de dados. As categorias podem surgir antes da obtenção dos dados, durante ou depois. Dessa forma, é possível uma aproximação com os detalhes dos dados, bem como determinar perspectiva de relações entre as categorias (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

No presente estudo, foi realizada uma categorização preliminar no sentido de especificar: número de estudantes participantes, países envolvidos, bem como, instituições vinculadas ao PEC-PG tanto no que tange universidades públicas e privadas. A caracterização preliminar



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



permitirá aprofundar futuramente a perspectiva geopolítica na análise dos dados, evidenciando imbricações do Programa PEC-PG nas estratégias, ações e tensionamentos entre os países envolvidos.

O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PEC-PG): CARACTERIZAÇÕES INICIAIS

Apesar da inconsistência de programas específicos que tratassem da internacionalização da Graduação e da Pós-Graduação em outros momentos históricos, a atratividade de estudantes estrangeiros para o Brasil não é uma ocorrência tão recente. Porém, devido às questões hegemônicas e as oportunidades privilegiadas ofertadas a estudantes dos países que dominavam esta hegemonia, a ocorrência desta internacionalização se restringia a vinda de estudantes provenientes de uma situação favorável, como estudantes de famílias e países de elite interessados em questões particulares do país. Apesar de o Programa PEC-PG proporcionar com maior facilidade esta oportunidade preferencialmente a estudantes de países emergentes, ele foi criado com o intuito de regulamentar o acesso dos estrangeiros no Brasil (AMARAL, 2013).

O PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação surge em 1965, num contexto de intenso fluxo migratório de estudantes tornando necessária uma regulamentação desta atividade, para unificar as condições de intercâmbio estudantil (MRE, 2018). Este é um programa criado pelo governo com o caráter de cooperação entre países em desenvolvimento, sendo que ele abrange estudantes advindos, especialmente, das Américas, da África e da Ásia.

Devido à visibilidade da importância da Pós-Graduação no contexto de desenvolvimento e da internacionalização que ganhou espaço nos Planos Nacionais da Pós-Graduação (PNPG), surge então como uma forma de extensão do programa e especificação da Pós-Graduação o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação. O mesmo foi criado em 1981, mas iniciou suas atividades em 1983 através de uma parceria entre a CAPES, responsável pela seleção e pagamento de doutorado para estudantes advindos dos países participantes do programa e bolsa de mestrado para estudantes do Timor-Leste. O MRE responsabilizou-se pela divulgação do Programa no exterior e pagamento das passagens de retorno ao país de origem dos estudantes.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Ainda, destaca-se a parceria com o CNPq, responsável pelo pagamento de bolsas de mestrado para estudantes de todos os países participantes, com exceção de Timor Leste (CAPES, 2017).

O Programa objetiva possibilitar a realização de Pós-Graduação realizada no Brasil de estudantes oriundos de países em desenvolvimento, buscando alcançar contribuições necessárias para o desenvolvimento de seu país. Da mesma maneira visa ofertar trocas de informações que possibilitam o desenvolvimento do Brasil através da formação de recursos humanos com países com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia. Em termos de abrangência, o programa integra a América-Latina e Caribe (25 países), a África (24 países) e Ásia (7 países) com universidades públicas e privadas conforme mostra a tabela 1 e a tabela 2, se enquadrando, portanto, como um programa aderente à Cooperação Sul-Sul (MRE, 2018).

Tabela 1 - Universidades públicas brasileiras parceiras do PEC-PG por região

(continua)

UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS PARCEIRAS DO PEC-PG POR REGIÃO				
Região Sudeste	Região Nordeste	Região Sul	Região Norte	Região Centro-Oeste
IFTM	INPE	FURG	INPA	UFG
IMPA	UEFS	UDESC	UFAM	UFMS
Instituto de Botânica/SP	UFAL	UEL	UFPA	UFMT
FRIOCRUZ/MG	UFBA	UEM	UFRA	UnB
FIOCRUZ/RJ	UFC	UEPG		
UENF	UFCG	UFFS		
UERJ	UFPB	UFPEl		
UFABC	UFPE	UFPR		
UFF	UFRB	UFRGS		
UFJF	UFRN	UFSC		
UFMG	UFRPE	UFSM		
UFLA	FUFSE	UTFPR		
UFRJ				
UFRRJ				
UFSCar				
UFTM				
UFU				



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



(conclusão)

Região Sudeste	Região Nordeste	Região Sul	Região Norte	Região Centro-Oeste
UFV				
UNESP				
UNICAMP				
UNIFEI				
UNIFESP				
UNIRIO				
USP				

Fonte: MEC, 2018.

Assim como o Programa pressupõe a participação das instituições públicas, é importante destacar o papel das instituições privadas nesse cenário, com participação em todas as regiões do país e que dialogam com movimentos nacionais de expansão da educação superior, não apenas no contexto da Graduação, mas também, da Pós-Graduação.

Tabela 2 - Universidades privadas brasileiras parceiras do PEC-PG por região

UNIVERSIDADES PRIVADAS BRASILEIRAS PARCEIRAS DO PEC-PG POR REGIÃO			
Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Todas as Regiões
FGV/RJ	FURB	UCB	SENAC
PUC/Rio	PUC/RS		
PUC/SP	PUC/PR		
PUC/MG	UNESC		
UMC	UNISINOS		
UNIBAN	UNIVALI		

Fonte: MEC, 2018.

Em se tratando de aspectos atinentes à participação dos estudantes no Programa, alguns requisitos exigidos são especificados pela CAPES e que reforçam as intencionalidades dos processos de cooperação com países em desenvolvimento, estabelecendo um alinhamento importante com a Cooperação Sul-Sul. Dentre tais aspectos, destacam-se os seguintes critérios.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



- a) Ser cidadão de país em desenvolvimento com o qual o Brasil mantenha Acordo ou Memorando de Entendimento na área de Cooperação Cultural, Educacional ou de Ciência e Tecnologia.
- b) Não ser cidadão brasileiro, ainda que binacional, nem possuir genitor ou genitora brasileiro;
- c) Não possuir visto permanente, visto diplomático, visto Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ou visto que autorize o exercício de atividade remunerada no Brasil;
- d) Ter curso de graduação ou mestrado completo em uma das áreas do conhecimento científico;
- e) Ser aceito por Instituição de Ensino Superior brasileira (IES), pública ou privada, em curso de mestrado ou doutorado avaliado pela CAPES com conceito igual ou superior a 03 (três).
- f) Ter Curriculum Vitae cadastrado e/ou atualizado na Plataforma Lattes do CNPq, em Língua Portuguesa.
- g) Ser financeiramente responsável pela passagem de vinda para o Brasil, por sua manutenção até o recebimento da primeira mensalidade da bolsa PEC-PG e pela manutenção de qualquer membro da família que o acompanhe durante toda a estada no Brasil;
- h) Ser portador do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (CELPE-Bras), inclusive para oriundos de países lusófonos.
- i) Ter permanecido em seu país por, pelo menos, dois anos após ter obtido o diploma brasileiro, no caso de ex-estudante graduado pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G (CAPES, 2017).

Para ingressar no programa o estudante deve realizar um processo seletivo constituído por três etapas. Primeiro as agências financiadoras consideram as especificidades exigidas e realizam a pré-seleção das candidaturas. Na segunda etapa, os candidatos pré-selecionados são encaminhados para julgamento do mérito técnico-científico. Estas candidaturas recomendadas por mérito técnico-científico são submetidas à seleção final pelas agências financiadoras para



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



priorização sendo ratificadas pelo Grupo de Supervisão do PEC-PG em reunião específica. A divulgação dos candidatos selecionados acontece nas páginas eletrônicas do CNPq, da Capes e da DCE (MRE, 2018).

Após ingressar no programa, devem ser tomadas algumas providências pelo estudante como confirmar dentro do prazo estabelecido, a Capes ou a CNPq a aceitação ou não da bolsa. Caso haja o aceite, deve ser solicitado Visto Temporário junto à missão diplomática brasileira em seu país. É também de responsabilidade do estudante observar o calendário acadêmico da universidade de destino e se apresentar na data correta para a matrícula e iniciar os estudos do ano letivo (MRE, 2018).

A partir do momento em que o estudante é aprovado e aceito pelo Programa de Pós-Graduação, ele receberá benefícios e tratamentos resultantes do fato de que diferentemente do PEC-G, o Ministério da Educação (MEC) não possui participação ativa, cabendo as responsabilidades inteiramente ao MRE, dando então um caráter de profissional ao estudante, isentando-os de gastos com assistência médica, farmacêutica e odontológica (LIBERATO, 2012). Além disso, os seguintes benefícios são ofertados:

- a) Vagas em IES brasileiras recomendadas pela Capes, sem custos de matrícula;
- b) Bolsa mensal no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros, a saber: R\$1500,00 para mestrado, com duração máxima de 24 meses, e R\$2200,00 para doutorado, com duração máxima de 48 meses; e
- c) Passagem aérea de retorno ao país do estudante estrangeiro (MRE, 2018).

Dentre os objetivos de uma cooperação ente países em desenvolvimento que envolve a internacionalização da Educação Superior está a busca por intercâmbios internacionais de saberes e experiências que impulsionem o desenvolvimento regional. Torna-se importante então averiguar quais as áreas de conhecimento que ganharam maior destaque dentro do Programa. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (2016), entre os anos de 2011 e 2013 através do PEC-PG houve um destaque no ingresso em algumas áreas de conhecimento específicas que dentro deste recorte temporal receberam mais de 20 estudantes, são elas: Agronomia (70), Medicina Veterinária (46), Zootecnia (39), Ciência Política (32), Educação (34),



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Antropologia (31), Sociologia (27), Recursos Florestais e Engenharia Florestal (23), Economia (22), Psicologia (21) e Zoologia (20).

Percebe-se uma grande procura por áreas de conhecimento específicas que possuem maior ênfase na aplicação de técnicas e tecnologias voltadas ao mercado de trabalho, porém a procura por áreas de conhecimento que dão maior ênfase a questões socioeconômicas é mais variada e menos concentrada, ou seja, há uma maior variedade de áreas de conhecimento, mas menor concentração de ingressos em cada uma delas.

Além disso, é importante evidenciar que o PEC-PG possuía historicamente vinculações mais consistentes com países da América Latina, tendo como principal justificativa facilidade de acesso e intercâmbio e pelo menor reconhecimento da CSS. Contudo, a partir do governo Lula (2003 – 2011), houve uma grande aproximação do Brasil e da África, a partir da CSS, isso se deve por decorrência de aspectos históricos e culturais muito semelhantes com os do Brasil. A partir disso, pode-se observar a presença das ambições e justificativas da internacionalização da Educação Superior na CSS, como fortalecedor de aspectos sociais, políticos, econômicos e de CT&I advindo da cooperação entre países em desenvolvimento e de condições semelhantes afim de um fortalecimento interno a partir de um olhar endógeno. Dentre estes aspectos históricos e culturais podemos citar o passado comum inserido em um contexto de colônia de exploração, a língua portuguesa e a forte presença da cultura africana no Brasil (LIBERATO, 2012). Dentre as medidas tomadas, encontram-se a criação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que de uma forma ou de outra abriu as portas para a maior participação dos países africanos, em especial os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tendo em vista a ambição por divulgar e valorizar a cultura e língua do Brasil (MILANI, 2016). Observando a quadro 1, pode-se chegar a algumas reflexões referentes aos movimentos migratórios de cada um dos três continentes a partir do PEC-PG.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quadro 1 - Distribuição de selecionados por país 2005 – 2016

PEC-PG distribuição de selecionados por país 2005 – 2016														
PAÍS/ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	Total por país	%
Angola	2	3	7	5	2	8	10	8	2	3	8	4	62	3%
Argentina	10	11	16	8	16	14	6	5	4	4	3	5	102	4%
Benin	0	0	0	0	1	0	1	2	1	0	1	3	9	0%
Bolívia	5	6	10	7	13	8	8	4	7	6	4	4	82	4%
Cabo Verde	12	22	6	8	7	15	4	14	13	14	7	10	132	6%
Camarões	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	4	0%
Chile	2	8	6	7	6	5	5	11	5	5	12	2	74	3%
China	1	1	0	0	0	0	1	3	2	1	1	1	11	0%
Colômbia	11	43	26	51	79	61	68	66	110	75	43	11	644	28%
Costa do Marfim	3	1	3	0	0	0	0	1	1	0	1	0	10	0%
Costa Rica	3	4	1	1	4	2	3	1	4	2	0	0	25	1%
Cuba	4	1	4	5	5	4	6	5	14	21	28	8	105	5%
Egito	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0%
El Salvador	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	1	0	4	0%
Equador	6	5	13	10	5	9	7	6	7	10	6	1	85	4%
Guatemala	1	3	2	2	0	2	1	1	3	3	0	0	18	1%
Guiné Bissau	6	5	2	3	2	6	2	5	4	0	0	4	39	2%
Haiti	0	0	0	0	0	1	0	4	3	1	0	1	10	0%
Honduras	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	4	0%
Índia	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	1	1	6	0%
Jamaica	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0%
México	6	1	5	5	4	3	8	3	2	5	2	0	44	2%
Moçambique	12	16	12	9	3	8	21	24	52	49	51	22	279	12%
Nicaragua	0	0	1	0	2	0	3	0	1	0	1	2	10	0%
Nigéria	1	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	4	0%
Panamá	0	1	2	1	2	1	0	3	0	1	1	0	12	1%
Paquitão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0%
Paraguai	6	6	10	8	12	4	8	7	4	3	4	0	72	3%
Peru	6	21	25	27	33	20	36	32	34	23	15	8	280	12%
Rep. D. Congo	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	3	0%
R. Dominicana	1	0	1	2	4	1	0	1	1	0	0	0	11	0%
S. T.Príncipe	4	0	0	0	1	1	1	2	2	1	0	0	12	1%
Senegal	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	2	0	6	0%
Tanzânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4	0%
Togo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0%
Suriname	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0%
Timor Leste	6	0	11	14	16	6	6	3	0	6	3	0	71	3%
T. e Tobago	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0%
Uruguai	10	9	5	4	9	6	3	3	6	1	1	1	58	2%
Venezuela	1	2	0	1	2	1	6	5	3	2	1	1	25	1%
Total por ano	120	171	170	183	230	188	215	226	286	239	205	91	2324	100%

Fonte: MRE, 2018.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



No recorte temporal do ano de 2005 a 2016 percebe-se um destaque na participação dos países das Américas no PEC-PG, correspondendo cerca de 75% do total de selecionados para o Programa, obtendo destaque a Colômbia com 28% dos selecionados, Peru correspondendo a 12% e Argentina que corresponde a 4%. Enquanto ao contabilizar os selecionados provenientes da África, há uma porcentagem total em cerca de 20%, obtendo destaque a Moçambique correspondendo a 12%, Cabo Verde correspondendo a 6% e Guiné-Bissau correspondendo a 2%. Tratando-se dos países Asiáticos, há uma representatividade total em cerca de 5%, sendo Timor-Leste país de destaque, correspondendo cerca de 3% dos selecionados.

Nota-se um decréscimo da participação de países Asiáticos no Programa a partir do ano de 2010. Enquanto as participações de países da América Latina tiveram um crescimento na participação do Programa até o ano de 2013, mas de 2014 em diante houve um decréscimo geral da participação destes países. Já os países africanos tiveram um aumento significativo na participação dos selecionados para o Programa até o ano de 2015 e apresentou uma diminuição brusca nesta porcentagem para o ano de 2016. Em sua última edição o Programa recebeu 596 candidaturas e concedidas 226 bolsas, destas 226 bolsas, 105 foram direcionadas ao mestrado e 121 para o doutorado (MRE, 2018).

Através de uma percepção geopolítica que diz respeito aos governos que deram maior visibilidade a CSS, principalmente nos âmbitos da Pós-Graduação, percebe-se que mesmo com a queda de participação africana no Programa a partir do ano de 2016, percebe-se uma resistência principalmente em relação à representatividade destes países, enquanto os países das Américas reduziram sua participação de modo sutil, entretanto, ampliando as relações com países da África.

CONCLUSÃO

Esse estudo objetivou caracterizar e discutir elementos preliminares do Programa PEC-PG. Para tanto, realizou-se uma discussão sobre a internacionalização da Educação Superior, que aborda aspectos históricos passíveis de sustentar a compreensão dos processos e intenções da mesma. A partir de tal premissa foi realizada uma breve caracterização da Cooperação Sul-Sul.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Estas abordagens possibilitaram uma contextualização de forma a compreender aspectos preliminares das dinâmicas presentes no Programa PEC-PG.

Nesta perspectiva, a exploração de dados referentes ao Programa, demonstram alguns resultados preliminares de análise. Onde pode-se perceber que dentro do Programa existe uma maior demanda pelas áreas de conhecimento que estão atreladas a técnicas e tecnologias que visam o mercado de trabalho. Porém, há uma maior variedade em áreas de conhecimento vinculadas as questões sociais, políticas e econômicas, mesmo que o número de ingresso de estudantes nestas áreas seja menor.

Quanto a Cooperação Sul-Sul presente no Programa, percebe-se que historicamente o PEC-PG tinha maior vínculo com os países da América Latina. Justifica-se este fato pela facilidade de acesso e intercâmbio entre estes países, além de que a Cooperação Sul-Sul ainda aparecia de forma tímida globalmente. A partir do ano de 2003, o governo brasileiro deu maior visibilidade a esta cooperação, gerando uma grande aproximação com os países africanos, por decorrência de aspectos históricos e culturais muito semelhantes, além da busca pelo intercâmbio destes, afim de divulga-los e valoriza-los.

Frente ao exposto, destaca-se que dentro de um programa que está diretamente vinculado as premissas e intenções da internacionalização da Educação Superior e das relações de interculturalidade, o Brasil apresenta a intenção de atuar junto ao fortalecimento dos países envolvidos. Porém, nota-se que o Brasil se encontra em uma posição de destaque dentro desta cooperação, não só por protagoniza-lo, mas também por se comportar como centralizador das demandas e ofertas existentes ocorrentes no Programa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. B. **Atravessando o Atlântico: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira.** 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Universidade de Brasília, Brasília.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal, 1994.

BRASIL. Agencia Brasileira de Cooperação. In: **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/SobreABC/Historico>. Acesso em: jun/2017

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 4. ed. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Programa de Estudante-Convênio de Graduação – PEC-G**. 2018 Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>. Acesso em: abr/2018.

CAPES. **Manual do Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: abr/2018.

CHEDIAK, J. A Cooperação Sul-Sul O papel do Brasil na Cooperação Sul-Sul: um estudo analítico e histórico. In: ALMINO, J; LIMA, S. E. M. **30 anos da abc: visões da cooperação técnica internacional brasileira**. Brasília: FUNAG, 2017. p. 41-71.

FEIJÓ, R. N. **A internacionalização da educação superior no Brasil: um estudo de caso de alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011 – 2013**. Brasília: Ipea, 2016.

KNIGHT, J. Cinco verdades a respeito da internacionalização, 2012. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em: jun/2017.

KNIGHT, J. Modèle d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux. In: OCDE. L'enseignement supérieur en Amérique latine: la dimension internationale. Paris: Organization de Coopération et de Développement Économique, 2005. p. 11-45.

LASTRES, H; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIBERATO, E. A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil. **Caderno de Estudos Africanos**. Lisboa. v. 23 p. 109-130, 2012.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



MILANI, C.R. S; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo Saba. Cooperação Sul-Sul em Educação e Relações Brasil-PALOP. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p.13-32, jan. 2016. Semestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792016000100013&lng=en&nrm=iso> Acesso em: jul/2017.

MOROSINI, M C. Estado do conhecimento sobre a internacionalização da Educação Superior. **Educar**. Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

MOROSINI, M C; NASCIMENTO, L M. Internacionalização da educação superior no brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 33. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100109&lng=en&nrm=iso Acesso em: jul/2017

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das Universidades brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

WIT, H. **Repensando o conceito da internacionalização**. Revista Ensino Superior, Campinas, fev. 2013. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito-da-internacionalizacao>>. Acesso em: dez/2017.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**DYNAMICS OF CONSTRUCTION OF SHORT AGRO-ALIMENTARY CHAINS AND
REGIONAL DEVELOPMENT**

Romildo Camargo Martins²⁸

Cláudia Mária Sonáglio²⁹

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: Este artigo objetiva identificar a Dinâmica de Construção das Cadeias Curtas Agroalimentares (CCAAs) com produtores de orgânicos nos municípios de Dourados e Ponta Porã/MS. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, baseada em dados qualitativos coletados em pesquisa de campo realizada com 12 agricultores. O enfoque dado ao desenvolvimento regional associado ao tema deve-se à importância de atores e agentes na construção e fortalecimento dos canais de comercialização enquanto mecanismo de desenvolvimento socioeconômico. Os resultados indicam a ocorrência do envolvimento e dedicação familiar, no entanto sugerem uma necessidade de maior integração com agentes públicos, sinalizando para a necessidade de ampliação das parcerias no intuito de fomentar e fortalecer as atividades voltadas ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cadeias Curtas Agroalimentares. Desenvolvimento Regional.

²⁸ Administrador, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - PPGDRS/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Brasil. E-mail: romldocamargo@gmail.com.

²⁹ Economista, Doutora em Economia, Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – PPGDRS/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Brasil. E-mail: csonaglio@uems.br



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: This paper aims to identify the Dynamics of Construction of Short Chain Agroalimentary (CCAA) with organic producers in the municipalities of Dourados and Ponta Porã / MS. It is a bibliographical and exploratory research, based on qualitative data collected in field research conducted with 12 farmers. The focus on regional development associated with this theme is due to the importance of actors and agents in building and strengthening marketing channels as a mechanism of socioeconomic development. The results indicate the involvement and dedication of the family, but suggest a need for greater integration with public agents, signaling the need to expand partnerships in order to foster and strengthen activities focused on regional development.

Keywords: Family farming. Short chains Agro food. Regional development.

INTRODUÇÃO

A emergente discussão acerca da agricultura familiar como importante mecanismo de desenvolvimento socioeconômico revela a necessidade da ampliação de estudos relativos ao tema, que proporcionem novos olhares ao segmento. Por entender que, assim como toda e qualquer organização, as unidades familiares de produção também se submetem a margem de cenários extremamente competitivos.

Sob esse aspecto, haveria uma inclinação do agricultor familiar para o gerenciamento de suas atividades com percepções às constantes mudanças de mercado, seja atuando na diferenciação de seus produtos, adequando-se a novos métodos e/ou práticas de produção (BUAINAIN, 2006) ou mesmo buscando novas formas de aproximação/inserção aos mercados (por exemplo, na formalização de parcerias) – assim como ocorre nas denominadas “cadeias curtas e rede agroalimentares alternativas”, (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2017).

As cadeias curtas agroalimentares (CCAAs) têm por diferencial a valorização dos mercados “socialmente construídos” (MARSDEN, 1998), os quais prevalecem as inter-relações entre os atores (desde a produção até a comercialização). Nesse modelo, o número de intermediários é mínimo ou mesmo nulo, evidenciando a importância da interação e integração entre agentes e atores.

Este artigo pretende, de forma argumentativa e fundamentada, comungar valores sociais, econômicos, ambientais e culturais, que conduzam à revalorização do espaço rural, os quais



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



possam atuar no processo de descentralização industrial e ampliação da oferta de trabalho local, contribuindo positivamente para pluriatividade das famílias rurais, (MARSDEN, 1998). No sentido de re-espacializar e ressocializar os alimentos, através das cadeias curtas, (SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

Para isso, há necessidade de se repensar os processos de desenvolvimento regional, incorporando ao debate questões como a pluriatividade, as novas funções da agricultura e do espaço rural, os padrões de consumo e a qualidade dos alimentos, (FERRARI, 2011), permitindo a realocação desses sistemas e conseqüente valorização do local, ocasionando o que se denomina por enraizamento, (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

A partir desse entendimento, questiona-se de que forma as CCAAs atuam no processo de desenvolvimento regional. Objetiva-se, desta forma, identificar a dinâmica de construção dos canais de comercialização acessados por produtores de orgânicos estabelecidos nos municípios de Dourados e Ponta Porã/MS.

Como resultado, observa-se um envolvimento familiar positivo entre os agricultores pesquisados, os quais se dedicam exclusivamente à atividade. Porém, a integração com agentes, públicos ou não (agentes extensionistas rurais, cooperativas e associações) incita demandas.

A primeira seção deste trabalho apresenta uma breve reflexão (introdução) acerca do tema, problema e objetivo proposto. Na seção 2, o referencial teórico traz um histórico contextualizado entre o agricultor familiar e o capitalismo onipresente. A segunda parte do referencial apresenta as dinâmicas de construção das CCAAS e suas perspectivas enquanto alternativa ao modelo convencional de produção e consumo de alimentos. Na terceira seção, são apresentados os materiais e métodos que auxiliaram a compor os resultados do estudo. Na quarta seção, os resultados apurados em pesquisa de campo são apresentados e discutidos e, por fim, a quinta seção traz a conclusão do estudo.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



REVISÃO DE LITERATURA

O agricultor familiar e o capitalismo

O sistema de produção no século XXI, caracterizado pelo modo capitalista de produção, que associa a produção à exploração da mão de obra e ao uso intensivo de tecnologia e capital, revela, conforme argumenta Kautsky (1980, p. 10), a existência de um “antagonismo³⁰ da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado” concebendo uma nova fisionomia, que movimenta este século.

É nesse ambiente que o camponês “luta” pela sua sobrevivência, uma vez que “o sistema de produção capitalista se desenvolve geralmente (exceção de certas colônias) em primeiro lugar nas cidades, em primeiro lugar na indústria. O mais comum é que a agricultura lhe escape à influência durante muito tempo”, (KAUTSKY, 1980, p.12). No entanto, a evolução da indústria modifica o caráter da produção rural, afetando a capacidade produtiva, incitando um desequilíbrio concorrencial.

Ressalta-se que a inserção do modelo capitalista de produção no campo é fruto da sujeição da terra ao capital, (seja na compra da terra para exploração ou venda) subjugando inclusive o trabalho nela praticado, (OLIVEIRA, 2001), o que se caracteriza como sendo um dos vetores de luta pela terra e conseqüente ressurgimento do campesinato. Assim, estando inserido em ambientes altamente competitivos, conseqüentes do próprio avanço capitalista sob o campo, surgem a partir da década de 1990 inúmeros estudos com o intuito de distinguir o camponês do agricultor familiar, (FELÍCIO, 2006).

Entretanto, naquilo que se define por realidade agrária contemporânea, a agricultura familiar revela-se trajada de uma ascendência ao dinamismo econômico e tecnológico, embalada não pelo competitivismo, mas impulsionada em razão das crescentes preocupações acerca da segurança na qualidade dos alimentos ofertados e ao incremento à demandas por alimentos saudáveis.

³⁰ Termo que define um comportamento de forte oposição de ideias, sistemas, grupos sociais etc.; incompatibilidade, rivalidade.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares e suas perspectivas

As inquietações que circundam o modelo de produção vigente na agricultura – modelo produtivista – têm incitado inúmeras indagações que remetem às consequências de atuações do modelo padrão, o qual tem produzido efeitos econômicos, sociais e ambientais negativos, (FERRARI, 2011).

Nos anos recentes o modelo produtivista na agricultura tem produzido efeitos econômicos, sociais e ambientais negativos fazendo-se repensar modelos tecnológicos dominantes e trazendo ao centro do debate **novas formas de produção agrícola, novas funções para a agricultura e novas relações entre homem e natureza**. (FERRARI, 2011, p. 83, grifo nosso).

Observa-se uma iminente necessidade de recondução das formas de produção agrícola e relação comercial, que atue na reformulação dos valores associados à agricultura (econômico, social, ambiental).

Sob a perspectiva de recondução, Ferrari (2011) revela que as diversas formas sociais presentes na agricultura remetem a uma multiplicidade de modos de produção, emprego de tecnologias, de organização e divisão social do trabalho, reconfigurando e revalorizando a agricultura “tradicional” como alternativa ao processo de desenvolvimento regional. Sob essa íris, emergem:

[...] novos atores sociais e se ampliam os espaços e as relações entre o mundo rural e urbano. Antigas certezas são postas à prova, costumes e tradições se entrelaçam com a ‘modernidade’, novo saberes e novas identidades profissionais se misturam ao cotidiano e práticas, já naturalizadas no mundo rural, onde a família, terra e trabalho conformam um modo de produzir e viver. (FERRARI, 2011, p. 83).

Conformando um novo modo de produzir e viver, as famílias rurais potencializariam a valorização dos recursos e ativos do território, dando valor às especificidades, a preservação e revalorização dos recursos naturais, promovendo a manutenção da biodiversidade (vegetal, animal e cultural), bem como às tradições e o saber-fazer local, (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Dufumier e Couto (1998, p. 103) apontam para a necessidade em estimular e pensar um modelo agrícola alternativo, “socialmente correto, ecologicamente equilibrado, que não dependa de combustíveis fósseis”, que considere as especificidades das condições de produção agrícola para diferentes climas, permitindo conciliar uma agricultura mais equilibrada com a realidade socioeconômica e cultural de cada país.

Assim, o surgimento de novos circuitos alimentares em economias de agricultura globalizada deve ser percebido como consequência a uma série de mudanças fundamentais ao longo dos diversos elos de toda a cadeia agroalimentar. Englobam a percepção do consumidor, que tem demonstrado suas preocupações com as questões ecológicas, de saúde e bem-estar animal. Tal comportamento tem fomentado um mercado para produtos alimentícios que se identifiquem com as percepções de valores desses consumidores, (RENTING; MARSDEN; BANKS; 2003).

A esse propósito, surgem as Redes Alternativas Alimentares (RAAs) “utilizada aqui como um termo amplo para abranger redes emergentes de produtores, consumidores e outros atores que incorporam alternativas de modo industrial mais padronizado de abastecimento alimentar, (MURDOCH et al., 2000, p. 28, apud RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

As diferentes dinâmicas de apresentação das RAAs nortearam a elaboração de um novo conceito, as Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos ou Agroalimentares (CCAAs), a qual retrata as inter-relações entre os atores diretamente envolvidos na produção, no processamento, na distribuição e no consumo de novos produtos alimentares.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



MATERIAIS E MÉTODOS

A presente seção objetiva especificar o delineamento do estudo, a caracterização da amostra – ou população estudada – os instrumentos de coletas, respectivas formas de tratamento dos dados e mensuração dos resultados.

Conforme argumenta Marconi e Lakatos (2003, p. 81), o método é entendido como “um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido”.

Os métodos aqui relacionados incluem, o aprofundamento na leitura que se iniciou após uma prévia i) pesquisa bibliográfica, que permitiu a seleção autores e obras específicos. Posteriormente, foram realizados estudos para identificar populações com potenciais de participação neste estudo, aqueles que, de forma direta ou indireta, possuem vínculos com o ambiente de pesquisa. Sendo aplicada a técnica da ii) amostragem por julgamento, caracterizada pela intencionalidade do pesquisador deliberadamente escolher certos elementos para pertencer à amostra, ao julgá-los como elementos bem representativos da população (COSTA NETO, 1977).

Trata-se de um estudo de caso, o qual, segundo entendimento de Cervo e Bervian (2002), caracteriza-se por concentrar a pesquisa em um indivíduo, em uma família, em um grupo ou uma comunidade, que represente o universo de pesquisa e que permita o exame dos aspectos relacionados a sua vida, permitindo o aprofundamento da pesquisa e favorecendo uma melhor percepção da realidade estudada (TRIVIÑOS, 1987). Configura-se como exploratório ao propor a possibilidade de maior familiaridade com o problema (GIL, 2002).

A pesquisa de campo envolveu 12 agricultores, os quais foram identificados por códigos, a partir da observação do pesquisador, conforme descrição no Quadro 1.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Quadro 1 - Identificação dos Produtores de Orgânicos, participantes na pesquisa -
municípios de Dourados e Ponta Porã/MS

N. ORDEM	TIPO	MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO
1	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP1
2	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP2
3	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP3
4	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP4
5	Produtora Orgânica	Ponta Porã	OPP5
6	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP6
7	Produtora Orgânica	Ponta Porã	OPP7
8	Produtora Orgânica	Dourados	ODD8
9	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP9
10	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP10
11	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP11
12	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP12

Fonte: Elaborado pelo autor.

As coletas de dados ocorreram no período entre os dias 24 de abril e 15 de maio de 2018, com base na utilização de um iv) roteiro de entrevista, elaborado a partir de duas categorias de análise. Assim, para a Categoria Atores, os seguintes questionamentos: 1) Quantos membros da família se envolvem “na lida” (no plantio, no preparo e na venda)? Como o senhor (a) percebe esse envolvimento, acredita que seja importante? 2) Diariamente, quanto tempo o senhor se dedica à atividade aqui na propriedade? 3) De que forma o senhor (a) avalia o envolvimento (a interação social entre os vizinhos) quanto à troca de experiências, cooperação, motivação, responsabilidades de produção de venda, etc. para a melhoria das atividades de produção? 4) Para a melhoria das formas de se fazer, seja na produção, no preparo ou na venda, existe alguma ação (nas esferas: municipal, estadual ou federal) que poderia ser melhorada ou criada? Quais? Como?

Para a Categoria Dinâmicas de Construção, outras 05 (cinco) questões: 1) Quem teve a ideia de iniciar essas formas de venda que o senhor (a) utiliza? E como o senhor (a) teve acesso a essa forma de venda? 2) Quem coordena as ações dentro das formas de venda que o senhor utiliza? 3) Existe ou existiu algum apoio técnico para o fortalecimento dessas formas de venda? Se sim, quais e de que forma? 4) Haveria alguma forma de venda que poderia ser criada ou



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



modificada? Quais? Como? 5) Há alguma iniciativa pública ou privada que poderia contribuir para a melhoria das formas de venda existentes? Quais? Como?

A opção por perguntas abertas permitiu coletar a expressão dos entrevistados acerca do assunto pesquisado, direcionando ao entendimento do tema investigado (TRIVIÑOS, 1987).

Os resultados apurados nas entrevistas foram transcritos e analisados mediante abordagem qualitativa, a qual, segundo Goldenberg (1997), caracteriza-se por não se preocupar com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Concomitantemente, foram feitas as correlações junto aos pressupostos teóricos e aos métodos que nortearam a base e o levantamento de dados, que por fim foram interpretados e apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O entendimento das dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares, entre outras análises, exige a leitura de uma combinação de fatores que podem contribuir de modo positivo e/ou negativo à sua formação. Por exemplo, a participação familiar e a importância dada aos processos que envolvem as atividades; o tempo de dedicação às atividades; a interação social entre agricultores ativos e as ações públicas e/ou privadas ou sua ausência.

Contudo, para entender melhor o papel e potencial dessas cadeias de alimentos nos processos de desenvolvimento rural é preciso que se examinem **como elas são construídas, formadas e reproduzidas** no tempo e no espaço. Daí a necessidade de uma sociologia do mercado que tenta desemaranhar **os padrões de interação social entre diferentes atores** na cadeia agroalimentar e analisar como estas são construídas. (FERRARI, 2011, p. 22, grifo nosso).

Conforme afirma o autor, uma vez construídas, as cadeias são reproduzidas no tempo e no espaço. No entanto, existe a necessidade de entendimento do padrão de interação social entre os diferentes atores. É nesse sentido que a categoria “atores envolvidos” foi pensada.

No sentido figurado, toda construção de um imóvel deve apresentar uma fundação bem elaborada, com profundidade e robustez necessárias para suportar qualquer tipo de abalo ou ventania. Assim também o deve ser para a construção das Cadeias Curtas Agroalimentares,



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



principalmente porque toda ação, ou falta dela, está condicionada no agricultor e na família, ou seja, é um segmento em que a participação de intermediários é quase inexistente ou mesmo nula.

Sob esse aspecto, o envolvimento familiar é extremamente importante, pois pode significar a continuidade e manutenção das atividades, não tratando apenas da sucessão familiar, mas também no embate ao êxodo rural, na escassez financeira ou na ausência de políticas públicas assertivas para o segmento, o que, muitas vezes, mutila as iniciativas locais, configurando-se como barreiras ao desenvolvimento regional.

A importância do envolvimento familiar é registrada em todas as falas:

É importante, extremamente **importante**. Hoje a **família** toda tá lidando né! Com uma forma ou de outra, nois tamo em quatro da família, minha esposa mais dois filho. [...] Meus filhos são de menor ainda mais cada um tem a sua atividade já, cada um já vem contribui já... **Pra podê segui o processo dipois**. (agricultor OPP2, grifo nosso).

Ali em casa agora tá eu e meu moleque só. Não... sim, incentiva eles ali né! [...] **Ele já vai aprendendo junto comigo**. [...] Uma coisa que a gente não tem muita experiência, mais já vão praticando junto. [...] **Aprende junto**. (agricultor OPP4, grifo nosso).

Era eu e a esposa. Hã... É **importante**, é **importante** né! **Porque daí já vai gerando mais renda** (agricultor OPP6, grifo nosso).

Ahh, acho importante que sim. [...] é **importante porque, é... pra valorizarem, né! O trabalho**, conhece um pouco, né! Desse tipo de trabalho e pela ajuda em si também, né! (agricultor ODD9, grifo nosso).

Notadamente, o envolvimento familiar é importante, pois é através dele que a unidade familiar de produção atenua as necessidades de mão de obra que envolvem distintas atividades no campo, configurando-se como fator principal para a sua efetiva participação nos mercados. Não obstante, a falta de mão de obra implicaria na falta de produção, que pode culminar com a descontinuidade da atividade, inclusive para as gerações futuras. Nesse sentido, Ferrari et al., (2004) argumentam que a sucessão e o êxodo rural estão atrelados não apenas a questões relacionadas ao convívio familiar, a penosidade do trabalho rural e à falta de oportunidade no meio rural, mas também, ou principalmente, quanto às questões financeiras.

Neste cenário, as CCAAs colocam-se como alternativa de combate ao êxodo rural, atuando como mecanismo auxiliar voltado ao desenvolvimento econômico e social da ruralidade



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



brasileira. Isso pode ser observado na fala do agricultor ODD12, que percebe uma abertura de mercado aos produtos originados na agricultura familiar e, ao final, reforça a importância do envolvimento familiar no processo.

[...] é muito importante porque, hoje a agricultura de hoje, o campo de hoje não é o campo de uns anos atrás. O campo de uns anos atrás ele não oferecia, [...] você não tinha muito pra onde ir, mas hoje, não hoje, [...] Ele é bem assistido com a educação, com essas coisas, e tá muito bem no mercado hoje. A agricultura familiar tá muito bem no mercado. A informação, o mercado tá muito aberto, cê não tá tendo problema pra botá no mercado. Então hoje é [...] o envolvimento da família hoje é fundamental nisso aí. (agricultor ODD12).

A percepção assinalada denota o otimismo vivenciado no campo e as relativas possibilidades de desenvolvimento regional, mesmo que tal conotação apresente-se demasiadamente prematura, uma vez que não há dados estatísticos da agricultura familiar³¹ que permitam essa afirmação, assim como ocorre em outros países (MARSDEN, 1998).

Ademais, o volume de tempo dedicado às atividades rurais (seja no plantio, no processamento e na comercialização) também pode ter sentidos diferentes.

O volume de tempo dedicado é intenso para todos os entrevistados, mesmo porque a maioria atua no mercado de legumes e hortaliças, o que exige uma “dedicação cem por cento” conforme discurso do agricultor ODD11. Pode ocorrer “diariamente” (agricultor ODD12), “de segunda a segunda, até feriados” (agricultor OPP1).

Meu marido é das três horas da madrugada, até oito/nove horas da noite sem parar, não temos descanso [...] E eu levanto com ele também pra tirar o leite e depois eu preparo a verdura e vou para feira vender né! Que eu fico, eu tenho um local para vender, uma feira lá na vila, e o meu [...] E eu fico lá até quatro/cinco horas, três horas [...] Não tem horário para mim vim embora né! É [...] E daí eu chego, e daí a gente, daí eu vou ajudar ele a mudar, é... Cata produto, no domingo a gente trabalha também o dia inteiro catando produto. [...] É trabiado, cê não tem feriado, cê não tem folga, cê não tem nada. [...] E planta tem que tá em cima. (agricultor OPP5).

³¹ No Brasil temos o Censo Agropecuário de 2006 e o Censo Agro de 2017, com previsão de divulgação dos resultados para julho/2018.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



A dedicação às atividades reforça o pensamento da importância do envolvimento familiar em cada uma das etapas do processo produtivo, a ausência dessa pode ser o início da desestruturação do mercado socialmente construído.

Sob a perspectiva do envolvimento familiar na agricultura familiar, Cazzela e Roux (1999) advogam para sua importância como mecanismo inserção social e profissional, denotando potencial ferramenta de desenvolvimento rural.

Além disso, as CCAAs dependem também do envolvimento e da interação social entre os atores desse processo. Essa conduta fica evidente na troca de experiências, no estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, entre outros. O que de fato se apresenta como importante comportamento no ganho de mercado. Sob esse, aspecto percebe-se entre os entrevistados a importância dada às trocas de experiências realizadas principalmente através das “visitas de pares”, quando, normalmente, ocorrem “troca de experiências”, (agricultor OPP2 e OPP3) e “troca de ideias”, (agricultor OPP5). É “onde a gente consegue dialogar com outros agricultores que tem outras experiências, então isso é muito rico”, (agricultor ODD10).

As visitas de pares são devidamente valoradas pelos participantes, uma vez que elas têm efeitos motivadores aos membros do núcleo, pois “quando um, tá balanceado, nois puxa pra modo de continuar”, (agricultor OPP6).

As visitas de pares são um condicionante previsto no sistema de Certificação Participativa. No entanto, conforme mencionado pelos agricultores, ela ocorria mensalmente e passou a ocorrer a cada 60 dias, o que tem despertado preocupação por parte dos agricultores, indicando que “agora tá com três meses que a gente não tá sentando por falta de tempo mesmo” (agricultor OPP5), “antes tinha mais agora tá, o negócio tá meio enrolado. [...] não tá tendo quase encontros pra gente, [...] para se conversar”, (agricultor OPP1).

Existe. Sim. [...] É... sempre tem né! nós senta e conversa [...] Nos reunimos sempre. [...] Nós tava fazendo uma por mês né! (...) **Só que daí que nem eu falei pra você, não é todos que eu podia ir né!** (agricultor OPP4, grifo nosso).

Ai eu acho meio fraco né, a gente tem sim de vez em quando, se visita né, é, mais é só quando o “Valtair” diz assim: tem que fazer uma reunião. [...] Ele que motiva né, porque os produtores mesmo não diz assim: “vamo visitá um ao outro”. (agricultor ODD7, grifo nosso).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Assim, observa-se nas falas supracitadas que o envolvimento familiar e a interação entre os membros do núcleo constituem a base para o fortalecimento do segmento, mesmo porque a característica centrada na certificação participativa corrobora para essas interações. Entretanto, manifesta-se um risco associado à ampliação do prazo para a realização das visitas de pares, que foi alterada para bimestral. Entende-se que a troca de experiências está associada ao saber-fazer, as quais coadunam com a valorização dos recursos em determinado território, de modo a considerar as especificidades locais, a biodiversidade, as tradições e culturas, (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016).

Sabe-se também que o desenvolvimento das atividades relacionadas às CCAAs depende de ações desenvolvidas pelo poder público, que pode atuar de modo direto ou não. Ressaltam-se as inúmeras instituições públicas e privadas que podem ajuizar a sua participação nesse processo de construção desses canais, sendo elas, órgãos e secretarias nas esferas federal, estadual e municipal.

Os resultados apurados identificaram solicitações pontuais, como por exemplo, no discurso do agricultor OPP2 ao dizer que poderia ser uma “ajuda na busca do insumo”, ou no apoio com “maquinário adequado”, segundo o agricultor ODD9; outras, porém, atenderiam ao coletivo, como no caso da realização de “curso, palestras” (agricultor OPP1) ou na melhoria das “estradas” solicitada pelo agricultor ODD10.

As demandas são diversas, porém retratam as necessidades mais comuns da agricultura familiar brasileira, infraestrutura, crédito ou subsídio – (neste caso em específico o agricultor ODD12, lamenta a ausência de subsídio no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), alegando que não há nada em específico para a produção orgânica) e profissionalização, as quais podem ser pontuadas por ordem de importância, a partir de um mapeamento interiorizado, conforme citado pelo agricultor ODD11.

Como pôde ser observado, a ruralidade estudada aponta sempre para as mesmas solicitações (acesso ao crédito, assistência técnica e estrutura), mesmo porque aqui, como em todo o Brasil, não existe um apoio distinto a agricultura familiar e quiçá, à produção orgânica. No



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



caso específico de Mato Grosso do Sul há um agravante: o crédito dado à importância da atuação das cooperativas e associações é ainda muito pequeno.

Essa primeira categoria apresentada (atores envolvidos) traz a luz para discussões e reflexões do que ocorre no meio rural da agricultura familiar em análise, os quais denotam o esforço realizado por pequenos produtores, suas conquistas, angústias e ansiedades na tentativa de se fixar em suas atividades de produção e comercialização.

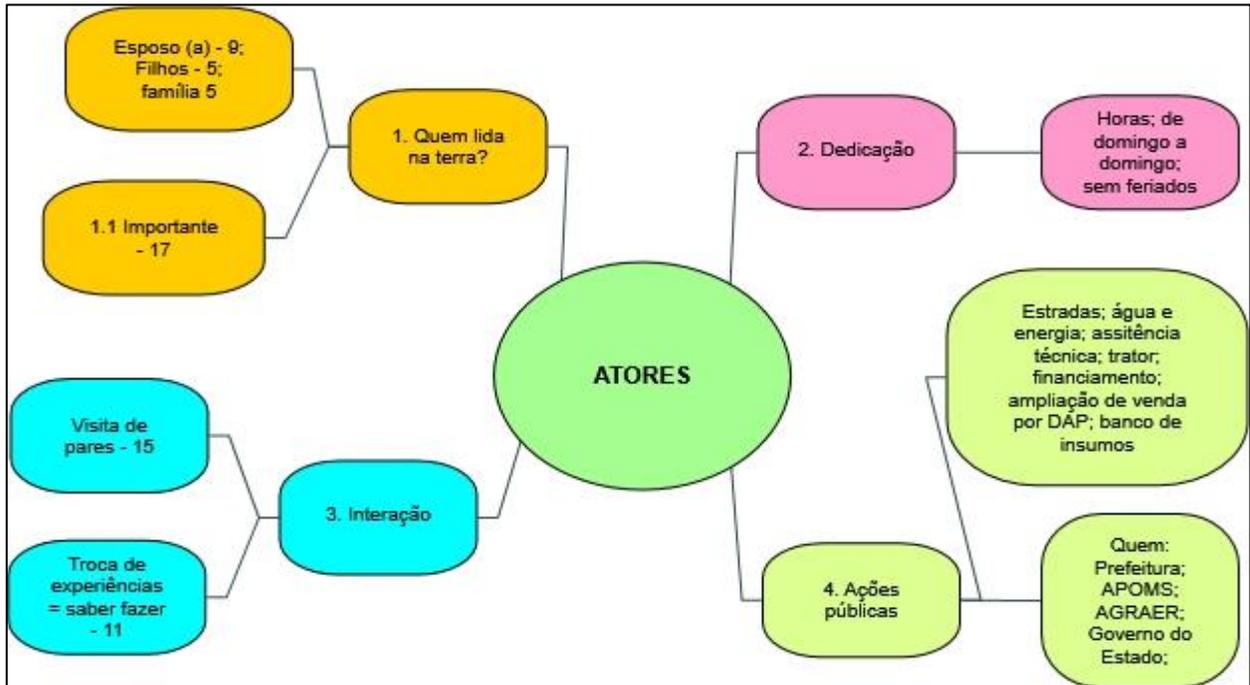
A leitura dos discursos para essa categoria possibilitou a construção de uma figura esquematizada que permite um entendimento visual deste comportamento.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 1 – Esquema com palavras-chave para a categoria Atores



Fonte: Elaborado pelo autor.

De um lado, demonstra a importância do envolvimento familiar e da interação social na constante busca pela motivação, cooperação e troca de experiências. Por outro, suas angústias residem em suas capacidades limitadas na ampliação de suas atuações (produção, comercialização), balizada por restrições financeiras.

Além disso, suas angústias residem na precariedade da máquina pública, que poderia ser mais eficiente e pontual, mas que, no entanto, não tem demonstrado esforço para realizar um mapeamento das reais dificuldades vivenciadas pelos agricultores. O acompanhamento *in loco* resultaria em ações públicas mais assertivas.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Categoria de análise: Dinâmicas de construção

Esta categoria objetiva evidenciar as formas de construção desses canais de comercialização, os quais podem ter origem na iniciativa do próprio agricultor ou através da interação com os consumidores. Sobre essa relação, Triches e Schneider (2015) reforçam o entendimento de que nesse novo modelo agroalimentar, o consumidor deve ser percebido como agente ativo na implementação dessas formas de conexão, remetendo a valorações locais, a qualidade do alimento e à relação entre os meios urbanos e rurais.

Os canais de comercialização evidenciados neste estudo tiveram sua criação a partir de iniciativas recentes. É o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

[...] gente começô aqui no município de Ponta Porã em 2010 [...] Na época só tinha a associação. [...] Foi através da associação, então a gente saiu daqui, foi na Vila Formosa, copiá o modelo que tinha lá, aí de lá a gente venho e “imprantô” o projeto PAA aqui em 2010. [...] Ficamos o dia inteiro lá, passando com os produtor, [...]. (agricultor OPP1).

[...] a feira aqui, do Parque dos Ipês, foi o secretario Edmar há uns três anos, em dois mil e quatorze. Ele na época era Secretario da agricultura.

[...] Aí era uma ideia dele e do antigo prefeito de fazer alguma coisa, sempre nos Parque dos Ipês, aí onde o Edmar deu a ideia que seria bom uma feira pra atender a agricultura familiar [...]. (agricultor ODD8).

Conforme observado, são iniciativas recentes e que ainda buscam sua fixação enquanto canais de comercialização.

A incorporação da Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) nos mercados institucionais nasceu a partir da criação de uma comissão de comercialização, formada por agricultores com experiências. A ideia era “pegar aquela pessoa que tá lá no núcleo,” que “faz o comércio dela”, que “tem a sua experiência de comercialização, e trazer ela pra sentar aqui com outros daqui e vários, e aí agente foi discutindo como é que a gente faria a comercialização”, (agricultor ODD10).

A partir dessa comissão, novas ideias surgiram, como por exemplo, “incentivar as feiras locais, [...] no caso de Dourados, [...] ela foi puxada pela prefeitura, mas a APOMS sempre foi parceira e estava presente [...] posteriormente [...] a questão da venda direta através de cesta [...],” (agricultor ODD10).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



É o caso das vendas diretas através de cestas, realizadas mediante o uso de site, criada pela APOMS, em que os produtos poderão ser visualizados e solicitados pelos consumidores, que receberão na comodidade de suas casas. Na prática, haveria “no site os produtos disponível a venda. A [...] pessoa acessa, [...] de manhã cedo faria o pedido e no máximo seis horas da manhã estaria na casa da pessoa,” (agricultor OPP12).

Entretanto, para todas as formas coletivas de comercialização há registros de sobrecargas de função, principalmente na APOMS, em que há uma carência de pessoas. Percebe-se uma dicotomia, pois as pessoas associadas à entidade são agricultores e também exercem funções dentro da associação, atuando em processos de coleta de produtos, transporte, seleção de produtos, entrega e formalização de contratos.

Isso é retratado nas falas do agricultor OPP1, ao comentar as ajudas recebidas em processos de documentação, como da emissão de romaneios: “[...] o Eduardo também ajudou bastante pro PAA né! Ajudou no acompanhamento, tipo assim, faze romaneio [...] dá uma assessoria nessa parte do Eduardo [...] O Valtair, [...] trabalha até hoje,” (agricultor OPP1).

[...] Não, sim... é... o Valtair que é APOMS né! Que ele “trabaia” pra APOMS né! [...] Ele é o “técno” e... apóia e é o “técno”, e é responsável pela venda, [...] E também ajuda na comercialização, ele também faz a parte dele. [...] E tem a AGRAER também junto, junto com a parceria com nós, com APOMS. [...] Pra dá apoio na produção. (agricultor OPP6).

[...] quem participô foi os técnicos da APOMS, então eles que correram atrás. Eles fizeram simplesmente uma espécie de planejamento, no início, né! cada um ficaria responsável por tais produto, né! Mas aí depois, com essa correria, porque eles que tem que correr atrás e pegar os produtos preparar eles e separar e eles mesmo tem que fazer isso, então eles estão sem tempo de correr as propriedades e dá uma assistência, dá alguma coisa. Hoje tão precisando de gente, né? e a gente não tem condições ainda de bancá esse pessoal, né? De contratar gente, pagar e tal. (agricultor ODD9).

Esse acúmulo de função é motivado pela dificuldade financeira, pois a associação não detém recursos para terceirizar serviços de assistências técnicas. Tal escassez foi a motivação para a suspensão da parceria entre a APOMS e a Central de Comercialização da Agricultura



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Familiar (*CECAF*), que no início “atuou assessorando mesmo, acompanhando, dando todo o suporte técnico, organizacional”, (agricultor ODD10).

Existe também, na associação, uma forma compartilhada para cobrir os custos relacionados à assistência. A APOMS faz a cobrança de valor financeiro simbólico, no intuito de cobrir as despesas relacionadas à assistência técnica. Há uma contribuição de “R\$ 20,00 (vinte reais) pra assistência técnica, né? Pra eles vim pra dá apoio pra nós,” (agricultor OPP5).

Por consequência a essa defasagem de pessoal, o esforço tem sido direcionado ao acompanhamento documental (burocrático, porém indispensável). Essa assessoria contempla o controle documental relativo aos mercados institucionais (Nota Fiscal do Produtor - NFP, Declaração Anual de Produtor Rural – DAP) exigidos nos mercados institucionais e aqueles relacionados à Certificação Orgânica (planilhas, requerimentos, etc.).

Quanto às possibilidades de iniciativas públicas ou privadas, no contexto da melhoria dessas dinâmicas, alguns pontos destacam-se. O primeiro está relacionado à necessidade de ampliação nos formatos de divulgação das chamadas públicas de compra (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), dispondo de “mais informações sobre os produtos que compõem os editais”, (agricultor OPP2).

O segundo e mais conflitante denuncia o uso intensivo e descontrolado do agrotóxico 2,4 D, o qual tem significado prejuízos ambientais e financeiros incalculáveis a produtores de orgânicos, principalmente àqueles estabelecidos no Assentamento Itamarati II.

Sobre essa temática, registra-se:

Então a gente faz as denúncias sempre, que a gente qué que a Câmara Municipal faça lei, porque no plano lá tem leis que não pode aplicar veneno, tem que respeitar. Então [...] o que nós gostaria de fazer leis, [...], que funcionasse as leis, porque as leis não tá funcionando né? Que nem eu fui uma que fiz a denúncia, fui pra cima, registrei o caso, é, fui prejudicada, e até hoje, pelo prejuízo que eu tive dava 15 mil reais do prejuízo, ninguém me indenizô, ninguém fez nada por mim, e eu só fiquei no prejuízo, a lei, na lei não tá valendo, então eu acho assim, que a, esse aí que é o apoio que a gente deveria, o orgânico deveria ter esse apoio, chegou a prejudica nós, [...]. (agricultor OPP5).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



A dificuldade evidenciada revela a apreensão vivenciada em espaços da reforma agrária, denominados coletivos, como é o caso do modelo adotado no Assentamento Itamarati II, que comunga espaços de lotes individuais e áreas coletivas.

Sob essa condição, o produtor de orgânico tem encontrado dificuldades adicionais.

Eles querem o produto, eles exigem de nós, é [...] exige de nós tudo natural, é, fiscalização da federal que a gente tem, é pressão daqui, é pressão dali, é trabalho que nem nós trabalha que nem, nós trabalha muito, e chega na hora a gente tem aquela dificuldade, tem aquele desespero, e a gente não é atendido pela lei. (agricultor OPP5).

Por fim, percebe-se, a partir dos discursos analisados, a debilidade dos canais de comercialização acessados pelo grupo em estudo e também os entraves ao desenvolvimento e fortalecimento do segmento. Notadamente, um dos obstáculos está na carência de pessoal de apoio, principalmente no atendimento às exigências documentais exigidas nos canais institucionais.

Por outro lado, os próprios valores embutidos na produção orgânica exigem uma dinâmica de produção diferenciada, mesmo porque o rigor para esta atividade é maior e permanente. Resta aos agricultores a busca pelo conhecimento na tentativa desenvolver suas competências individuais, encerrando essa dependência.

Para esta categoria, houve a seguinte esquematização de palavras-chave.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA

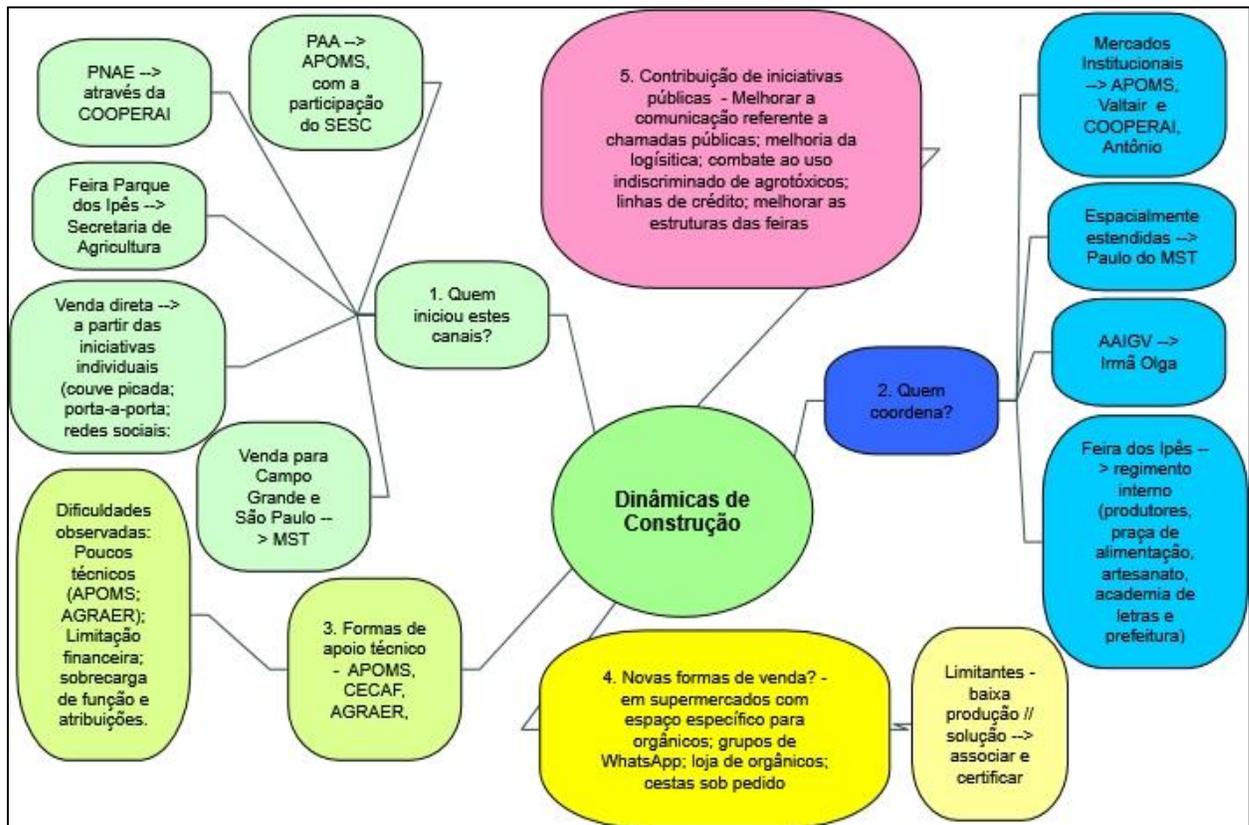


Figura 2 - Esquema com palavras-chave para a categoria Dinâmicas de Construção
Fonte: Elaborado pelo autor.

Para as modalidades de vendas institucionais há uma demanda maior de organização. Nos casos apresentados, as vendas para o PAA e PNAE, encontram-se minimamente estruturadas, o suficiente para atendimento à demanda contratada. No entanto, em havendo a ampliação do volume contratado, os agentes e atores envolvidos deverão otimizar suas formas de organização.

A principal demanda para estes casos está em: i) fortalecer os atores através de cursos, palestras e assistência a campo; ii) ampliar o número de pessoas atuantes nas associações, cooperativas e de agentes públicos, e; iii) firmar novas parcerias.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



CONCLUSÃO

As cadeias curtas agroalimentares têm atuado na reconexão entre produtores e consumidores, desempenhando importante mecanismo de ressocialização e re-especialização do alimento, seja aproximando produtor e consumidor através de canais de comercialização, a exemplo das feiras livres e outras formas de venda direta, ou proporcionando noções de confiança, respeito e autenticidade.

Assim, sob esse entendimento, esta pesquisa buscou ampliar o leque de discussão acerca do papel do pequeno agricultor, seja familiar (conforme critérios da lei 11.326/2006) ou não, na produção de alimentos, de modo a analisar as dinâmicas de construção dessas cadeias como alternativa ao desenvolvimento regional.

Sabe-se que as modalidades de venda direta sempre existiram e que detêm capacidades de promoção social e econômica por vezes adormecidas. Dessa forma, a partir desse entendimento, a condução do presente estudo atuou na identificação de populações passíveis de observação e análise, atuantes em canais de comercialização, aqui denominadas Cadeias Curtas Agroalimentares.

Acredita-se que proposta de analisar as dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares como alternativa ao desenvolvimento regional tenha sido alcançada, mesmo porque ela foi desenvolvida com o grupo de produtores orgânicos que denotam perspicácias em suas atividades, atuando com dedicação e efetividade em canais de comercialização acessados, como por exemplo: vendas institucionais, feiras livres, *delivery*, porta-a-porta, *e-commerce*, etc. os quais denotam cooperação, sejam por intermédio de associações (APOMS e AAIGV - Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas) ou em parcerias com as prefeituras.

Esses canais têm atuado como ferramentas de desenvolvimento econômico e social aos agricultores, pois o ganho financeiro relacionado às atividades condicionam melhorias em sua qualidade de vida. Além disso, uma vez atuando em espaços rurais, periféricos e urbanos – em



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



um processo minimamente dual – esses canais têm incitado um iminente potencial de desenvolvimento regional.

No entanto, a ampliação de tais canais com vistas à possibilidade de mecanismo de desenvolvimento regional depende não apenas do fortalecimento das parcerias existentes, mas essencialmente da ampliação das modalidades de parcerias, seja através do associativismo, cooperativismo, das pesquisas e/ou iniciativas extensão. Nesse rol de possibilidades, adentrariam distintas instituições com potencial de contribuição, como por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), além das distintas Instituições de Ensino Superior (IES), como a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para o debate.** Brasília: IICA, 1 ed. 2006. 136p.

CAZELLA, A. A.; ROUX, B. **Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 13, p. 46 - 69, out. 1999.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística.** São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

DALLABRIDA, V. R.; BENEDETTI, E. L. **Do produtivismo, ao neoprodutivismo, para o pós-produtivismo: perspectivas teóricas na interpretação das mudanças no espaço rural e elucidação de práticas inovadoras.** Redes (St. Cruz Sul, *Online*), v. 21, nº 3, p. 117 - 136, set./dez. 2016.

DUFUMIER, M.; COUTO, V. A. **Neoprodutivismo.** Caderno RH, Salvador, n. 28, p. 81 - 112, 1998.

FELÍCIO, M. J. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão.** Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/6662/6010>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

FERRARI, D.L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. Negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4º Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Coleção: Proposta Universitária. Tradução de C.IPEROIG. Proposta Editorial: São Paulo, 1980.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ª Ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARSDEN, T. **New Rural Territories: regulating the differentiated rural spaces.** In: Journal Rural Studies. Vol. 14, nº1, p. 107-117, 1998.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

RENTING, H., MARSDEN, T.K., BANKS, J. **Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development.** Environment and Planning A vol. 35, pages 393 - 411, 2003.

SCARABELOT, M. SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC.** Volume 15 – Número 20– Jan/Jun 2012 - pp. 101-130.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina.** Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 17, núm. 1, enero - marzo, 2015, pp. 56-71 Universidade Federal de Lavras: Minas Gerais, Brasil.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. **Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural.** Cuadernos de Desarrollo Rural, v. 75, p. 55-75, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**PARA UMA ARQUEOLOGIA DAS IDEIAS DE DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO:
ALGUNS APONTAMENTOS EM TORNO DA RECEPÇÃO E CIRCULAÇÃO DO
EVOLUCIONISMO NO BRASIL OITOCENTISTA**

FOR AN ARCHEOLOGY OF IDEAS OF DEVELOPMENT AND EVOLUTION: SOME
POINTS ABOUT THE RECEPTION AND CIRCULATION OF EVOLUTIONISM IN
OITOCENTIST BRAZIL

Aruanã Antonio dos Passos³²

Carolina Rodrigues da Silva³³

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: O trabalho procura analisar uma das fontes de recepção e circulação das ideias evolucionistas através da leitura realizada pela chamada Escola do Recife, um movimento intelectual que reuniu um grupo de filósofos, juristas, escritores, poetas e jornalistas em torno das figuras de Tobias Barreto (1839-1889) e Sílvio Romero (1851-1914). Para tanto, procuramos mapear e discutir a recepção das ideias evolucionistas que fundamentaram uma concepção de desenvolvimento e progresso das civilizações por parte dos principais expoentes do movimento. Trata-se, portanto, de um dos principais movimentos intelectuais do Brasil Oitocentista que foi responsável por uma renovação nos estudos jurídicos, literários e filosóficos e que acabou por se materializar numa crítica da cultura nacional e na formulação de um projeto para a Nação num contexto de crítica da escravidão, da monarquia e do fortalecimento dos ideais republicanos. Encontramos assim, na sua ação e reflexão, uma verdadeira arqueologia das leituras e interpretações das ideias de evolução, progresso e desenvolvimento, naquele contexto, recém-chegadas ao país.

Palavras-chave: Desenvolvimento e evolução. Brasil Império. Circulação de ideias.

³² Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco. Contato: aruanaa@utfpr.edu.br.

³³ Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Pedagogia pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco. Bolsista CAPES. carolinarrsd@gmail.com



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: The work tries to analyze one of the sources of reception and circulation of the evolutionist ideas through the reading realized by the called School of Recife, an intellectual movement that reunited a group of philosophers, jurists, writers, poets and journalists around the figures of Tobias Barreto (1839-1889) and Silvio Romero (1851-1914). Pata so much, we try to map and discuss the reception of the evolutionist ideas that founded a conception of development and progress of the civilizations by the main exponents of the movement. It is, therefore, one of the main intellectual movements of nineteenth-century Brazil that was responsible for a renewal in legal, literary and philosophical studies, and which eventually materialized in a critique of the national culture and in the formulation of a project for the Nation in a context of criticism of slavery, of the monarchy and of the strengthening of republican ideals. In this way, we find, in its action and reflection, a true archeology of the readings and interpretations of the ideas of evolution, progress and development, in that context, newcomers to the country.

Keywords: Development and evolution. Brazil Empire. Circulation of ideas.

INTRODUÇÃO

No fim do século XIX, data a que somos chegados, o espetáculo que se oferece a todo o observador reflectido é dos mais notáveis. Todas as pessoas instruidas concordam em reconhecer que, sob bastantes pontos de vista, este seculo excedeu infinitamente os que o precederam e que resolveu problemas que, na sua aurora, pareciam insolúveis.

Ernesto Haeckel, *Os enygmata do universo*, p. 1.

A recepção e sucesso das ideias evolucionistas (não apenas as ideias de Darwin), principalmente a partir da segunda metade do século XIX no Brasil Império, podem ser analisados sob vários aspectos. Podemos enfatizar o mecanismo pelo qual essa recepção preenchia uma lacuna à crítica à filosofia. Após a morte de Hegel, a filosofia, para muitos, teria se tornado obsoleta, não contribuindo mais para a resolução dos problemas contemporâneos. O debate sobre a anunciação da “morte da metafísica”, realizado por Silvio Romero em sua defesa de tese na Faculdade de Direito, é uma prova de que esses intelectuais estavam a par do impasse. Leôncio Bausbaum, em sua *História sincera da República*, reduz o horizonte intelectual a tintas cinzentas. Na sua descrição:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



No Brasil, liquidado o positivismo, nada mais restou como Filosofia. E os livre-pensadores do fim do século passado, que, colocando-se contra a Igreja, passavam a simpatizar com o positivismo, ou ingressavam na maçonaria ou ainda se deleitavam com as verrinas iconoclastas de Tobias Barreto, haviam desaparecido (BASBAUM, 1976, p. 197).

As “verrinhas iconoclastas” de Tobias Barreto teriam perdido sua força porque não se articulavam mais aos problemas e paradoxos políticos e culturais. A República se esforçara por construir consensos dentro de um quadro geral de reordenamento das instituições e do exercício de suas funções. A burocracia estatal, as reformas educacionais e urbanas, o reordenamento jurídico relegara os combates de Tobias a um passado recente, mas concluso pelo novo regime. Ainda assim, até as “ideias novas” agora teriam adquirido à luz republicana – como sentenciava Basbaum ao se referir as ideias de Heackel – um, “(...) fundo reacionário da doutrina” (BASBAUM, 1976, p. 198).

Numa escala evolutiva (construída pelo próprio pensamento europeu), a Europa afirmara uma posição superior no contexto geral dos povos. A emergência da modernidade e as ideias de civilização e progresso estavam articuladas a um amplo processo histórico que colocava em perspectiva as ideias de história e evolução. E sob essa perspectiva o pensamento moderno articulará novas relações entre natureza, cultura e homem. Segundo Francisco Falcon: “Isso é particularmente visível na completa transformação que se opera nas maneiras de situar as relações entre o homem e a natureza, bem como na luta empreendida pela Igreja contra os avanços do espírito matemático-natural” (FALCON, 1982, p. 7). Dessa forma, as forças conservadoras da moral religiosa se confrontavam com as teorias científicas mais recentes gerando debates e polêmicas, nas quais Tobias não se furtou a enfrentar. Assim, podemos considerar um esforço de racionalização em todos os campos onde seu pensamento agiu. Seja no direito, na filosofia, na crítica. Esse esforço de racionalização, também pode ser incluído no movimento amplo de secularização que marca a modernidade. Ainda segundo Falcon:

No âmbito específico das teorias e práticas políticas e econômicas, essa passagem da transcendência à imanência assumiu, de certo modo, uma conotação facilmente identificável: a *secularização*. É a emancipação de cada um dos campos particulares do conhecimento da tutela da teologia e da metafísica tradicional (FALCON, 1982, p. 8).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Se a Europa mantinha sua posição superior na escala geral de evolução dos povos, podemos considerar que a ciência oitocentista continha em si uma força de retração que a despeito das descobertas não prescindia de uma ideologização. Essa força de retração exercia pressão através do campo político e sob muitos aspectos legitimou os projetos de dominação imperialistas da Europa sobre territórios diversos na África e Ásia. Assim, o evolucionismo muito cedo transitou entre uma teoria científica e uma ideologia política. Segundo Pierre Boule: “A maioria dos *philosophes*, de forma mais tradicional, considerava a humanidade como resultado de evolução. Mas como demonstrou o darwinismo social do século XIX, essa posição não evitava um conceito de superioridade europeia, até mesmo racial” (BOULLE, In: KRANTZ, 1990, p. 196).

Típico pensamento de época, qual seja, contextualização e tipificação de um pensador na linhagem histórica de evolução das ideias, a ideia mesma de evolução transpassa o universo teórico para o metodológico definindo no social as suas significações. Num momento embrionário de consolidação das ciências sociais e humanas, de fronteiras disciplinares pouco definidas, o que unifica diversos saberes em construção é a sua reivindicação junto à ciência. Nesse contexto, como bem aponta Francisco Paz:

O discurso da ciência e do progresso estrutura os demais discursos e reinventa tradições. A história, ao anunciar a nova verdade universal, tão somente esquece que a verdade suprema é sempre antiempírica e que, naquele momento, mesclara-se com a genealogia das nações e da civilização de que é portadora (PAZ, 1996, 153).

No julgamento de Antero de Quental, em marcante trabalho sobre as correntes filosóficas do século XIX, encontramos a determinação de um modo de observação e análise de um pensamento. Nas suas palavras: “As ideias de um grande pensador, cujo largo âmbito ele raríssimas vezes mede bem, não são o que ele quis ou pretendeu que elas fossem, mas sim aquilo que de facto representam na evolução do pensamento geral a que se ligam” (QUENTAL, 1991, p. 66). Se recorrermos a prescrição de Quental, podemos realizar esse enquadramento de Tobias diante várias questões latentes na urgência de seu tempo. É o caso de sua posição em relação ao antissemitismo. Tobias se colocara contra o antissemitismo que nascia na Alemanha nos finais do



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



oitocentos. Em artigo elaborado entre 1871 e 1873 já se colocava contra os críticos do judaísmo. O texto, um exercício de exegese bíblica, se encerra com a seguinte assertiva:

É certo por conseguinte que os semitas não se caracterizam só pela posse de um alto senso religioso, revelando em tudo mais pobreza e esterilidade, como sôe parecer a alguns ethnologos. O exemplar da raça, os judeus, tem direito a maior apreço, baseado em um estudo menos superficial de sua psychologia. Elles se acham actualmente na vanguarda do progresso intellectual, entre os grandes combatentes e os grandes demolidores do edificio de velhos erros. Visivelmente, elles tem ainda um nobre destino a cumprir. (...). E é uma verdade (BARRETO, 1926c, p. 78).

A mesma postura se conservará ao comentar a atuação de Heinrich von Treitschke (1834-1896), então professor de filosofia na Universidade de Berlim e redator dos *Annaes prussianos*. Tobias questiona as razões do movimento antijudaico em outro artigo de 1880:

O que não compreendo é que elle pretenda, como acaba de fazel-o, por força do mesmo principio, condemnar ao odio e á execração da maior parte uma pequena parte da população allemã. Quero falar da actual questão judia, que tão pouco sympathicos vae tornando no estrangeiro os nomes de seus agitadores na Allemanha. Qualquer que seja a divisa, por que se assignalem taes combatentes, ainda mesmo a santa divisa do amor da patria, não justifica o anachronico e disparatado de semelhante lucha (BARRETO, 1926a, p. 353).

O sergipano compreendeu as manifestações de Treitschke e acusações de manipulação e enfraquecimento da opinião pública através do controle da imprensa como anacrônicas aos valores modernos “da tolerância das crenças e da harmonia das raças”, nas suas palavras. Desacreditando a posição de Treitschke, Tobias defendia a opinião de que a imputação causal aos judeus que se realizava então, na Alemanha não possuía mais significação no contexto de evolução dos povos. Logo, concluímos que a adesão de Tobias a determinado sistema de pensamento ou ideia não era em absoluto dogmática. Ao contrário, cada debate e “adesão” a ideias que acompanhamos visualizamos um crivo de criticidade a examinar a forma e plasticidade dos raciocínios. Mas, nosso intuito não é o de simplesmente relativizar a adesão a ideias por parte de Tobias, ou esvaziar as classificações que o taxam com este ou aquele rótulo ideológico, mas afirmar que essas adesões não se deram ao vento das apropriações assistemáticas e fortuitas, mas sofreram crítica e reflexão por parte do sergipano. Retrospectivamente o historiador tem



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



condições de realizar esses julgamentos classificatórios, mas jamais pode deixar de fitar o devir de um pensamento, ou seja, a sua constituição no tempo.

Monismo, evolucionismo e darwinismo social eram perpassados pela ideia geral de evolução e com ela as ideias de luta pela vida e de força. Sendo assim, ainda se constituíam consensos amplos sobre as teorias elaboradas na Europa. O deslizamento das descobertas da história natural para a análise das sociedades foi um dos movimentos realizados por esses intelectuais. Assim, se por um lado esses intelectuais passaram a admitir uma distinção entre natureza e cultura, as civilizações e o homem ainda mantinham uma relação com o mundo natural. Seu trabalho, então, consistia na adequação dessas ideias às especificidades dos povos e das dinâmicas sociais. Esse esforço é efetivado por, dentre outros, Beviláqua ao explicar as ideias de Spencer – vale lembrar que era crítico de Darwin – nos seguintes termos: “A nação, que não tem em si a seiva necessaria para crear as originalidades, está exposta á uma lucta mais tenaz, porque tem de disputar com outras, n'um duello de morte, todos os seus elementos de vida” (BEVILAQUA, 1883, p. 56). Nesse fragmento, fica evidente a transposição de uma noção científica para o campo social, recurso frequente realizado por Tobias e Romero.

Dessa maneira, no campo da análise das sociedades emerge desse mecanismo teórico de apropriação de um saber e sua transposição para outros, uma visão de história e de progresso das civilizações. Esse mecanismo articulava um senso de tempo e evolução dos povos, mas que poderia admitir a intervenção humana, no caso específico do pensamento de Tobias Barreto, através da cultura e seus implementos (destaque para a educação, o direito e a razão filosófica). É sob esse olhar que se edifica a conexão entre essas experiências reflexivas do final do século XIX e seu papel na construção de nossa modernidade. Ao analisar essas experiências e suas ramificações no futuro, Francisco Foot Hardman localiza a forte presença do positivismo, evolucionismo e materialismo naturalista e sua importância na formação do nosso modernismo. Ao comentar a obra de Fausto Cardoso, Hardman afirma que:

É o caso sugestivo da obra filosófica de Fausto Cardoso, *Concepção monista do universo* (1895) – cuja filiação à chamada Escola do Recife é notória, tendo sido, sintomaticamente, prefaciada por Graça Aranha, que antecipa, ali, muito de certo vitalismo messiânico presente em seus escritos futuros –, livro precursor, entre nós, de



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



uma concepção moderna sobre a linguagem humana vista como código objetivado e passível de se decifrar pela lógica científica (HARDMAN, 1992, p. 300).

A *Concepção monista de universo*, se apropria de outra noção implícita ao evolucionismo: a de desenvolvimento no tempo. A historicidade se torna categoria fundamental para esse pensamento. Por isso, podemos entender a afirmação de Francisco Paz, para o qual “o passado é a base duradoura da sociedade e reveladora de seu futuro” (PAZ, 1996, 153). Daí surgirem visões escatológicas e teleológicas da história. A ideia de evolução interferiu no senso temporal de forma decisiva. Analisar o passado tornara-se condição *sine qua non* para o entendimento do presente e as projeções de futuro, logo, construções de propostas políticas. A força do saber científico no discurso intelectual oitocentista guarda em si essas projeções que serviam, ao mesmo tempo, como unidades de sedimentação teórica: ao passo que legitimavam uma posição e lhe davam autoridade, elas também instituíam um lugar de novidade. Assim:

A singularidade do oitocentos (...) não está na novidade das respostas, mas sim no significado e no triunfo do *devir*. Isto é, no desenvolvimento de um modo de pensar que envolve tudo o que é perene e que projeta tudo para o novo. Concepção explosiva e fragmentária do universo, o devir oitocentista sujeita as verdades presentes às transformações da revolução tecnológica e da revolução científica. O espírito imanente do ser é invadido pelo espírito científico. Ao firmar o motor da ciência, o homem estabelece o novo sentido da vida. Da história (PAZ, 1996, p.162).

No limiar do século XX, o ideário oitocentista parecia reforçar e concretizar muitas das suas projeções. O devir produzira a guerra de raças, como a chamou Michel Foucault (Cf: Aula de 21 de Janeiro de 1979, In: FOUCAULT, 2005b), e que explodira num conflito mundial entre os grandes impérios do Ocidente. Se, como a epígrafe de Haeckel (que para alguns, chegou a influenciar, até mesmo, certos ramos da psicanálise³⁴), a esta seção afirma, o século XIX resolveu problemas até então considerados “insolúveis”, é bem verdade, que ele também edificou outros tão ou mais complexos que os que se propôs a resolver. Daí então, fazer todo sentido histórico a

³⁴ Nas palavras de Demétrio Magnoli: “(...) segunda a qual a evolução embrionária dos organismos mais complexos reflete o conjunto da árvore da vida – ‘a ontogênese recapitula a filogênese’, numa expressão sintética da época. A teoria experimentou enorme sucesso e saltou o muro da Biologia para invadir os domínios da Psicanálise ganhando adesão de Sigmund Freud”. In: MAGNOLI, 2009, p. 28.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



consideração de Hardman de que no limiar dos conflitos mundiais as utopias dos modernistas contrastavam com a barbárie em pleno vigor:

Por isso, quando os antigos modernistas chegaram, projetando cidades e esperanças, as guerras tinham, havia muito, começado. Numa era de barbáries tecnológicas crescentes, suas utopias emergiram como fogos-fátuos, como reminiscências de verdades, como prelúdios de alucinações reais (HARDMAN, 1992, p. 304).

Da biologia à sociologia: raça e evolucionismo.

Os nomes de Darwin e Haeckel, – bem o sei, – não soam de modo agradável aos ouvidos felizes, que encontraram a serenidade nas alturas, que acham por tanto Haeckel e Darwin dignos de lastima, principalmente porque nunca leram. Mas isto não é uma razão plausível, para que eu deixe de prosseguir na minha viagem (sic.).

Tobias Barreto, *Questões vigentes*, p. 116.

A relação entre raça, evolução das sociedades e história é uma das chaves de ordenamento dos discursos baseados nas ideias evolucionistas de Ernest Haeckel e da sociologia de Spencer. Assim, Romero se expressa em termos de invariável certeza científica: “A distinção e desigualdade das raças humanas é um facto primordial e irreduzível, que a todas as cegueiras e todos os sophismas dos interessados não têm fôrça de apagar”, e prossegue: “Esta desigualdade originária, brotada do laboratorio immenso da natureza, é bem diferente da outra diversidade, oriunda da historia, a distinção das classes sociaes” (ROMERO, 1894, p. XXII). Spencer está na base dessa relação inerente entre o paralelismo organização biológica-natural e ordenação social.

Nas considerações de Ana Beatriz Demarchi Barel, a respeito da miscigenação racial e seu lugar no fim do XIX: “estamos diante de um dos muitos momentos em que o intelectual brasileiro vai se deparar com o descompasso das teorias elaboradas nos ditos países de centro ou geradores de cultura e a leitura dessas mesmas teorias por aqueles de periferia cultural, nosso



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



caso”³⁵. Mas, a observação de Spencer dirigida ao contexto europeu bem vale a elite. Nas suas palavras “la mayor parte de los que se reputan ahora como liberales, son conservadores de una nueva especie” (SPENCER, s/d, p. 9). Ainda com Spencer: “a evolução faz surgir, quer no organismo social quer no organismo vivo, não apenas diferenças, mas diferenças entre as quais existe uma relação definida, diferenças de tal natureza que cada uma delas torna as outras possíveis” (SPENCER, In: CRUZ, 2013, p. 195).

As sociedades, tal como os organismos vivos, começam sob a forma de embriões, têm origem em massas que são extremamente pequenas em comparação com aquelas que alguns deles chegam por vezes a atingir. Que as maiores sociedades surgiram a partir de pequenas tribos errantes semelhantes às que formam actualmente as raças inferiores, é uma conclusão incontestável (SPENCER, In: CRUZ, 2013, p. 207).

Para Spencer, os agrupamentos biológicos e sociais mantêm integração ao passo que crescem em massa produzindo uma coesão “resultante da aproximação dos pares”. No mesmo lastro, Haeckel realizará toda uma leitura da evolução dos povos pelas lentes da evolução biológica, perspectiva que, em Romero, fará da filosofia um saber que só teria algum sentido e função a partir de uma analítica que levasse em consideração o mundo biológico e da interação entre os seres, ou seja, uma filosofia com base científica sem espaço para a simples “fantasia” (RABELLO, 1967, p. 104). Especialmente característico desse ordenamento entre mundo social e natural é realizado por Haeckel. Acompanhemos a demonstração do seu raciocínio:

Ordem moral do mundo – Na philosophia da historia, nas considerações geraes que desenvolvem os historiadores sobre os destinos dos povos e sobre a marcha tortuosa da evolução dos Estados, admite-se ainda hoje a existencia d'uma “ordem moral do mundo”. Os historiadores procuram, nas alternativas variadas da historia dos povos, um alvo conductor, uma intenção ideal que tivesse eleito tal ou qual raça, tal ou qual Estado para lhe procurar uma felicidade especial e a supremacia sobre os outros. Essa concepção teleologica da historia encontrou-se n'estes ultimos tempos em

³⁵ Ao analisar a posição de Romero, Demarchi pondera: “A saída de Silvio é de uma fineza intelectual admirável. Uma vez que para ele o fator raça era o determinante de um caráter genuinamente nacional, o que nos diferenciava seria a presença do mestiço ‘agente transformador por excelência... que por sua vez já é uma transformação’. O mestiço seria também ‘autor’, pois o resultado dessa transformação é a criação de algo novo”. In: BAREL, 2002, p. 278.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



oposição tanto mais radical com a nossa philosophia monista, qanto esta appareceu com mais certeza como a única legitima no inteiro dominio da natureza inorganica. Quando se trata da astronomia e da geologia, da physica e da chimica, ninguém já hoje falla d'uma ordem moral do mundo, como não falla d'um Deus pessoal cuja “mão dispoz todas as coisas com sabedoria e talento”. Mas succede o mesmo no dominio da biologia, da composição e da historia da natureza organizada, exeptuando ainda o homem. Darwin não só nos demonstrou, na sua theoria da seleção, como as disposições conformes a um fim, na vida e na estrutura do corpo dos animaes e das plantas, foram produzidas mechanicamente, sem fim preconcebido, mas ensinou-nos além d'isso a reconhecer na *lucta pela vida*, a possante força natural que de ha milhares d'annos, rege e regula, sem interrupção, todo o processo evolutivo do mundo organico. Poder-se-hia dizer: “A lucta pela vida” e a “sobrevivencia do mais apto” ou o “triumpho do melhor”, mas não se pode senão considerando-se sempre o mais forte como o melhor (no sentido moral) e de resto toda a historia do mundo organico nos mostra, em todos os tempos, ao lado do progresso para o mais perfeito, que predomina, alguns regressos para estados inferiores. A “tedencia para um fim”, na opinião do próprio Baer³⁶, não mais offerece o menor character moral.

Seguir-se-hia talvez differentemente na historia dos povos, n'essa historia que o homem, victima como é do delirio anthropistico das grandezas, se compraz em chamar “a historia universal”? Poder-se-ha ahi descobrir, em toda a parte e em todos os tempos, um principio moral supremo ou um sabio regente do unvierso que dirige os destinos dos povos? No estado adiantado a que hoje chegaram a historia natural e a historia dos povos, a resposta imparcial só pode ser uma: – *Não*. Os destinos dos diversos ramos da especie humana que, em tantas raças e nações, luctam desde milhares de annos para conservar a sua existencia e proseguir no seu desenvolvimento – estão submetidos ás mesmas “grandes e eternas leis de bronze”, que a historia de todo mundo organico que, de ha milhões d'annos, povoa a terra. (...)

Pode-se agora considerar este processo evolutivo progressivo como a expressão d'uma tendencia consciente para um fim ou d'uma moral do mundo? Absolutamente que não. Porque a theoria da seleção ensina-nos, como a diferenciação organiza, que o *progresso* organico é uma *consequencia* necessaria da lucta pela vida. Milhares d'especies, boas, famosas, dignas d'admiração, tanto no reino animal como no vegetal, desapareceram no decurso d'esses quarenta e oito milhões d'annos, por

³⁶ Karl Ernest von Baer (1792-1876): médico, naturalista, geógrafo e antropólogo. Autor da obra “*De ovi mammalium et hominis genesi*”, publicada em 1827.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



que lhes foi preciso darem lugar a outras mais fortes e estes vencedores, na luta pela vida, nem sempre foram as formas mais nobres ou as mais perfeitas no sentido moral.

Succede exactamente o mesmo com a *historia dos povos*. A maravilhosa cultura da antiguidade classica desapareceu porque o Christianismo veio fornecer ao espirito humano que se debatia, um possante e novo vôo, pela crença n'um Deus d'amor e pela esperança d'uma vida melhor no além. O papismo bem depressa se tornou a caricatura imprudente do christianismo puro e cacou inexoravelmente aos pés os thesouros de sciencia que a philosophia grega tinha reunido já; mas conquistou a supremacia universal pela ignorancia das *massas* cegamente crentes. Foi a Reforma que despedaçou as algemas em que o espirito estava captivo e que ajudou a razão a revindicar os seus direitos. Mas n'este novo periodo da historia da civilização, como no precedente, a grande luta pela vida ondeia eternamente, sem a menor ordem moral (HAECKEL, p. 308-311, grifo nosso).

Uma série de elementos de ordem discursiva estruturam a explicação de Haeckel para a evolução das sociedades. A longa citação revela uma estrutura discursiva e imagética presente no evolucionismo de Tobias, daí sua importância. Sabemos, com ajuda dos trabalhos de Michel Foucault, que a ordenação dos discursos funciona através de uma série de procedimentos de exclusão (FOUCAULT, 2005a, p. 9 e ss.), e, “(...) quando elaboramos um discurso, inclusive o discurso histórico, vemos que toda a sociedade o controla a partir de múltiplos procedimentos de exclusão” (PAZ, 1996, p. 147). Esses procedimentos são determinados pela própria sociedade que coloca em funcionamento esses mecanismos. Os discursos então, se organizam sob procedimentos que colocam em estruturação “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras definidas, de técnicas e de instrumentos” (FOUCAULT, 2005a, p. 30). No caso de Haeckel, popularizador das ideias evolucionistas e correspondente internacional da Academia Brasileira de Letras, a luta pela vida é o eixo de ligação entre a evolução dos seres vivos e da vida das civilizações, já que: “de um modo generico, o progresso tem por base a diferenciação; é igualmente um resultado immediato da selecção natural pela luta pela existencia” (HAECKEL, 1930, p. 205). Essa luta transbordava o mundo natural:



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



A luta para viver favorece necessariamente a divergencia geral, o desvio mutuo das fôrmas organicas, a tendencia perpetua para a formação de novas especies. Não se deve este resultado a uma propriedade mythica, a uma força misteriosa do organismo, mas á acção combinada da hereditariedade e da adaptação na luta pela vida. Pela extinção das fôrmas intermediarias de cada especie, pronuncia-se o desvio cada vez mais e engendra as fôrmas extremas, que constituirão as novas especies (HAECKEL, 1930, p. 200).

Tobias Barreto reverberou essa ciência evolucionista de maneira incisiva até, pelo menos, sua redescoberta do pensamento de Kant³⁷. A raça era um fato recentemente confirmado pela ciência oitocentista. Instrumento de dominação política dos imperialismos europeus que exploraram África e Ásia, a ideia de raça sustentada pela ciência extrapolou os limites do universo natural e ascendeu com a explicação da evolução dos povos. Juntamente os fatores espaciais e geográficos a raça sustentava a escritura da jovem sociologia e suas explicações para a assimetria da diversidade das culturas num mundo em crescente redimensionamento e aceleração proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico – transportes e comunicações – provas inequívocas da realidade do progresso. Nas palavras de Tobias Barreto:

O progresso não é o ruído das paixões humanas, das paixões mesquinhas que refervem, que se agitam pelo espirito da desordem. Elle é menos uma marcha, que uma ascensão; a vibração de todas as sympathias, o azulamento de todos os céos, a transfiguração de todos os martyres; é o vôo da civilização, o vôo da ave lugubre carregando o Prometheu do Caucaso aos Alpes, dos Alpes aos Andes, dos Andes ao céu, o redemoinhar dos povos em torno das idéas, o redemoinhar das idéas em torno de Deus (BARRETO, 1926, p. 193-194).

No entanto, como bem define Michel Foucault, o evolucionismo se efetivou numa espécie de máscara que articulou poder político ao discurso da ciência.

No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato (...) tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. (FOUCAULT, 2005b, p. 307).

³⁷ Antonio Cândido contextualiza a presença da *História da Criação* de Haeckel no Brasil Oitocentista: “Um livro como História da Criação, de Haeckel, expondo teorias de Kant, Lamarck, Goethe, Lyell, Darwin, Wallace, devia constituir verdadeiro tesouro para os nossos bacharéis. Estribado nele, podia-se discutir, num país de pouca cultura, como o Brasil, cosmogonias, geologia, biologia; os mais curiosos – e é o caso de Sílvio – usavam-no talvez como fio de Ariadne para chegar a estudos mais detalhados”. In: CÂNDIDO, 1988, p. 31.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Tratava-se, nesse século, do progresso e da aceleração das percepções do tempo e de reedificação também de nossas sincronias e diacronias com o passado. Assim, raça, história e evolução se articulavam nas estruturas discursivas produzindo uma ressignificação do passado das sociedades e a reboque projeções de futuro variantes e condicionantes a essas categorias e suas especificidades. O dilema nacional se centrava na possibilidade de queimar estágios de média e longa duração já vividos por outras raças em estágio de evolução mais avançados que o nosso. Dessa maneira: “as transformações da sensibilidade histórica, ao longo do oitocentos, revelam as diferentes fases da consciência e do sentido da história – ora ciência, ora arte, ora discurso. E reafirmam o constante desejo de decifrar as ironias do destino humano” (PAZ, 1996, p. 194). A novidade era a negação de uma transcendência à natureza responsável pelo ordenamento da evolução. Nas palavras de Haeckel: “Se um exame crítico e imparcial das coisas não nos permite reconhecer uma 'ordem moral' na marcha da história dos povos, não podemos imaginar que uma 'sabia providência' regule o destino dos indivíduos” (HAECKEL, 1930, p. 311).

Por isso o movimento falava sobre o papel da raça na história³⁸. O mesmo passado que legitimava a superioridade de uma raça sobre outra era capaz de desmontar esse tipo de arranjo discursivo. No entanto, os que aceitavam a superioridade da raça branca também acreditavam na possibilidade de reversão do quadro negativo de nossa raça mestiça, parda e negra. Segundo Skidmore: “A maioria previa um processo 'evolucionista' em que o elemento branco aos poucos triunfaria. Também estavam dispostos a acelerar essa 'evolução' promovendo a imigração européia (...)” (SKIDMORE, 2012, p. 62). Essa maioria incluía Sílvio Romero que “dizia-se um darwinista social, e embora nutrisse reservas quanto a algumas ideias de Spencer, julgava-se o

³⁸ Em texto publicado postumamente por Artur Orlando na Revista do Norte de 15 de julho de 1891, e intitulado *Ideias introdutórias ao Estudo da História*, Tobias vai negar a história universal e a história da humanidade defendendo uma concepção de história diversa. Nas suas palavras: “Daqui resulta que o verdadeiro nome da ciência, que nos ocupa, é o de história da civilização, ou história das nações, ou simplesmente história, podendo-se adicionar a esta palavra o epíteto de geral, como fazem alguns autores, no intuito de distinguir a história das nações da história desta ou daquela nação em particular”. Conclui então em termos evolucionistas: “Fique portanto assentado que a história geral ocupa o meio-termo entre a história da humanidade, que não existe, e a história do homem, que faz parte da história natural”. In: BARRETO, 2012, p. 217-218.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



melhor guia para a compreensão histórica” (SKIDMORE, 2012, p. 73). Ora, se se pensava com Spencer e a sociedade era vista como um organismo, era a ciência europeia que daria através de suas mais elevadas teorias científicas (discursos autorreferenciais em grande medida) tanto o instrumental teórico para que se pudesse compreender a superioridade da raça branca, quanto das possibilidades de aceleração de nossa evolução. Dessa forma, “Sílvia Romero tinha uma convicção inabalável: os brasileiros precisavam dominar as doutrinas científicas então correntes e aplicá-las a seu país” (SKIDMORE, 2012, p. 73). E aí que o processo de miscigenação generalizado nos trópicos era um enorme empecilho a essa tarefa civilizatória, já que, “a ciência europeia inclinava-se a condenar a mistura de sangue humano como fonte de fraqueza e possível esterilidade. Ele [Sílvia Romero] achava que isso provavelmente era tolice, mas não dispunha, ainda, de uma base científica para expressar essa opinião” (SKIDMORE, 2012, p. 78). Esses postulados são aceitos por nossa intelectualidade até as primeiras décadas do século XX. Como destaca Lúcia Lippi Oliveira:

A intelectualidade cientificista brasileira no início deste século assume tais pressupostos [desigualdade das raças, superioridade do branco e o mal da miscigenação]. Sílvia Romero, Euclides da Cunha e Graça Aranha (em Canaã), para citar figuras expressivas, estão preocupados com a nacionalidade, querem soerguer o Brasil, mas ficam limitados pelos impasses advindos das teorias da época, que eles aceitam e postulam (OLIVEIRA, 1990, p. 191).

Até a década de 1930 temos uma forte presença da ideia de raça como função explicativa de nosso ordenamento social. O exemplo de peso nessa presença, certamente, é a figura de Gilberto Freyre, que insistia na Europa como modelo étnico.

A conservação de uma forma social – para fixar-se o fenômeno em moderna linguagem sociológica – que permitisse desenvolver-se daquelas substâncias transplantadas da Europa para a América tropical – raça e civilização européias – um novo tipo de raça e um novo tipo de civilização. Precisamente aquele novo tipo de raça e civilização que estudos de Antropologia iniciados no fim da época considerada neste ensaio – os de Roquette-Pinto – iriam identificar, ao se estenderem da Antropologia Física para a Social, como caracterizado por predominâncias européias, sem ser de modo algum tipo exclusiva ou estaticamente europeu de raça ou de civilização; muito menos, subeuropeu (FREYRE, 1990, p. 36).

Já no caso da escravidão, Gilberto Freyre generalizara as imagens edificadas e os sentidos atribuídos do espaço e tempo passado a tal ponto que acabara por negligenciar a



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



“dinâmica do processo histórico” e ignorando, dessa maneira, “a historicidade da escravidão”, ao estender a condição escrava do Nordeste açucareiro ao Brasil todo (QUEIRÓZ, In: FREITAS, 1998, p. 107). Isso, em parte, pode ser pensado se levarmos em conta o fato de que haveria uma distância entre sistema produtivo e a vida ideológica, tal qual enunciou Roberto Schwarz (SCHWARZ, 1973, p. 153).

No final do oitocentos a materialização desse modelo que reverbera na República se dá na recepção do monismo na Escola do Recife. Termo forjado no século XVIII por Christian Wolff, o monismo proclama a unidade de tudo que existe em uma única substância. No século XIX, Spencer será um dos grandes defensores e divulgadores do monismo, ao lado de Haeckel. Em defesa do monismo escreveu:

O monismo, que será a religião do futuro, não é, como as religiões ecclesiasticas, o antagonista das sciencias naturaes e da razão; está de accordo com ellas. As primeiras são synonymas de superstição e illusão; o monismo tem como base a verdade e a sciencia. A razão humana sujeita á superstição, a guerra declarada á natureza são factos que não tornam nem melhor nem mais feliz, como o provam aos espiritos imparciaes as historias das religiões. A floração da edade media, o triumpho do cristianismo correspondem brutalidade e de profunda immoralidade. Cinco séculos antes de Christo, a philosophia, com Thales e Anaximandro, Heraclito, Empedocles e Democrito, já fundamentara a theoria transformista, mas a diffusão dos dogmas catholicos e as fogueiras da inquisição fizeram da rainha das sciencias o cego instrumento da theologia. Foi o vôo poderoso das sciencias naturaes que no ultimo seculo reconduziu para o caminho da verdade a philosophia, transviada e rebaixada; dá-lhe hoje uma base solida o transformismo monistico (HAECKEL, 1930, p. 566).

E, assim conclui:

A nossa epocha, que teve a gloria de fundamentar scientificamente o mais brilhante resultado do saber humano, a doutrina genealogica, será celebrada pelos seculos vindouros, como havendo inaugurado, pelo progresso da humanidade livre exame sobre o dominio auctoritario, pela nobre e poderosa influencia da philosophia monistica (HAECKEL, 1930, p. 566).

Portanto, a sua adesão ao monismo de Haeckel é ponto de articulação da sua reflexão sobre a cultura. Em torno da antítese natureza/cultura ele se posicionará a partir do monismo considerando sua perspectiva filosófica materialista:

Não faço mysterio da minha fé philosophica: – eu sou materialista, no bom sentido da palavra. Não me insurjo nem mesmo contra a tentativa de fazer-se da chamada sciencia da alma um compartimento da meteórologia. “O homem é o que elle come” – disse o



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



auctor de *Kraft und Stoff*³⁹; e não hesito glosar: – o homem é todo feito á imagem e semelhança, não de Deus, porém da natureza, isto é, do céu que elle contempla, do ar que respira, da terra em que pisa, do leito em que dorme, e até das flores que colhe, se não até dos labios que beija. Isto não é poesia, como de tal costuma-se acoirar tudo aquillo que não sabe ao pão quotidiano das idéas e palavras corriqueiras; – isto não é poesia, é pura realidade (BARRETO, 1926b, p. 70).

Na urdidura de sua filosofia emerge o aparente paradoxo de sua condição racial. A crença de que escapamos ao preconceito de cor, como exemplifica Skidmore através de Joaquim Nabuco, que escrevia n' *O Abolicionista*, seu grande panfleto político, não passara então, de olhar enviesado sobre as relações sociais no regime escravocrata: “A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou, entre as duas raças, o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos” (NABUCO, Apud: SKIDMORE, 2012, p. 62). É inegável que Nabuco vislumbrava os capítulos posteriores à abolição e os desafios inerentes à nova ordem social, com atenção especial para o lugar de brancos e negros nesse ordenamento: “Ocorre que dentro de uma sociedade escravocrata que reconhecia o mestiço e possibilitava a sua mobilidade por intermédio de credenciais intelectuais, não era inexpressivo o número dos que enveredavam pela via intelectual como forma de negociar certas formas de reconhecimento e mobilidade” (BARBOSA, 2014, p. 4).

A antropometria e a criminologia do início do século instrumentalizariam, cada qual a seu modo e de maneira incisiva, o saber científico com o controle das populações. Como vaticinou Romero, “a crítica-ciência, pois, não nasceu no Rio com a retórica do Cônego Pinheiro” (ROMERO, 1980, p. 1189). Dessa maneira: “Para classificar as raças humanas tomam-se por base a natureza dos cabellos, a coloração da pelle, a fórmula do cranio. Debaxo d'este ponto de vista ha dois typos cranianos oppostos, cabeças compridas e cabeças curtas” (HAECKEL, 1930, p. 520-1). Consequentemente, a raça de maior “progresso intellectual”, segundo Haeckel é a indo-europeia. E arremata: “É preciso dar hoje a preeminencia aos inglezes e allemães, que activamente trabalham para esclarecer e edificar a theoria genealogica e assim abrir uma nova éra ao progresso intellectual” (HAECKEL, 1930, p. 538). No que se refere à etnologia do Oitocentos

³⁹ Obra de autoria do filósofo materialista e médico alemão Friedrich Karl Christian Ludwig Büchner (1824-1899).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



e o posicionamento no debate sobre as raças, Tobias era enfático na crítica às limitações de alguns modelos que hierarquizavam raças. Nas suas palavras:

Quanto ao ponto relativo às raças, isso é apenas o efeito de outra mania do nosso tempo, a mania ethnologica. Eu quizera que Lilienfeld viesse ao Brasil para vêr-se atrapalhado com a applicação de *sua theoria* ao que se observa entre nós. As chamadas *raças inferiores* nem sempre *ficam atraz*. O filhinho do negro, ou do mulato, muitas vezes leva de vencida o seu coevo purissimo sangue aryano (BARRETO, 1892, p. XII).

Do mesmo modo, exemplo da apropriação das ideias evolucionistas e a leitura feita por esses intelectuais à luz da realidade nacional é o julgamento de Romero sobre a obra do poeta Cruz e Souza. Romero caracterizava o gênio do poeta do simbolismo: “Elle [o poeta Cruz e Souza (1861-1898)] é o caso único de um negro, um negro puro, verdadeiramente superior no desenvolvimento da cultura brasileira. Mestiços notaveis temos tido muitos; negros não, só elle” (ROMERO, 1905, p. 197). Como aponta Roberto Ventura ao analisar o lugar da mestiçagem: “os modelos, como o de 'estilo tropical' ou de 'poesia mestiça', são representativos dos padrões específicos de estilo historiográfico, formados na América Latina a partir do sincretismo de teorias e conceitos europeus deslocados de suas funções de origem e através de uma escrita do tipo sincrético, cuja principal expressão é o ensaísmo cultural” (VENTURA, 1987, p. 34).

Muito se disse sobre um “deslocamento de Romero da evolução social para os determinismos”. Considerado por parte da crítica da historiografia com autor racista, como o define Carelli⁴⁰, a questão da cultura é um dos grandes temas, tanto em Romero quanto em Tobias, e reverbera na posteridade que se filia ou contrapõe à Escola do Recife. Também é ponto pacífico nessa mesma historiografia o fato de que a aproximação com o pensamento alemão foi a chave para a formulação do culturalismo por parte de Tobias Barreto e seus herdeiros intelectuais. No caso de Romero, a sua recepção da sociologia norte-americana o ajudou a ampliar os horizontes de sua teoria da miscigenação das raças.

O que se revela no jogo entre raça, evolução e história – e evolução das sociedades no tempo – é o jogo dos saberes que ordenam a realidade com o intuito declarado de intervir

⁴⁰ “Racista, Sívio Romero inaugurara os estudos culturalistas realçando o valor do papel dos negros e da mestiçagem brasileira das raças e das idéias” (CARELLI, 1994, p. 151).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



politicamente no presente em nome de uma ou muitas projeções de futuro. No caso que nos propomos a analisar, podemos corroborar a análise de Francisco Paz, para o qual, “a construção dos sentidos, como podemos ver, dá-se no interior de um campo de tensões entre diferentes idéias, idées-forces que impulsionam os desejos e impelem os indivíduos, as coletividades. Assim, é no campo da história das idéias que localiza(m)-se a(s) idéia(s) de história” (PAZ, 1996, p. 161).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ivan Fontes. Tobias Barreto: mestiçagem e sociologia no Brasil do século XIX. Uppsala: Moderna språk, Vol. 108, n. 1, 2014.

BAREL, Ana Beatriz Demarchi. Um romantismo a oeste: modelo francês, identidade nacional. São Paul: Annablume, 2002.

BARRETO, Tobias. Estudos alemães. Organização: Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: J. E. Solomon; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

_____. **Estudos Alemães**. (Obras Completas, Vol. VIII). Aracaju: Edição do Estado do Sergipe, 1926a.

_____. Estudos de direito (publicação posthuma dirigida por Sylvio Romero). Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1892.

_____. Menores e Loucos e Fundamentos do Direito de Punir. (Obras Completas V). Aracaju: Edição do Estado do Sergipe, 1926b.

_____. **Philosophia e Crítica**. (Obras Completas III). Aracaju: Edição do Estado do Sergipe, 1926c.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República de 1889 a 1930**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BEVILAQUA, Clovis. **Philosophia Positiva no Brazil**. Recife: Typographia Industrial, 1883.

BOULLE, Pierre H. Em defesa da escravidão: oposição à abolição no século XVIII e as origens da ideologia racista na França. In: KRANTZ, Frederick (org.). **A Outra História**: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.]



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



CÂNDIDO, Antonio. O método crítico de Sílvio Romero. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARELLI, Mario. Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: Papirus, 1994.

FALCON, Francisco José Calazans. A Época Pombalina (Política econômica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Editora Ática, 1982.

FOUCAULT Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
_____. A ordem do discurso. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005a.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

HAECKEL, Ernesto. Historia da Creação dos Sêres Organizados Segundo as Leis Naturais. Trad. Eduardo Pimenta. Porto: Livraria Chardron, 1930.

_____. **Os enygmias do Universo**. Trad. Jayme Filinto. Porto: Livraria Chardron, 1909.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: NOVAES, Adauto. **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Apud: SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História**: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

QUEIRÓZ, Suely Robles de. A Escravidão Negra em Debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



QUENTAL, Antero de. **Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX.** (Edição fac-símile manuscrito). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

RABELLO, Sylvio. **Itinerário de Sílvio Romero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ROMERO, Sílvio. **Doutrina contra Doutrina.** O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil. Rio de Janeiro: Editor J. B. Nunes, 1894.

_____. História da Literatura Brasileira. Contribuições e Estudos Gerais para o Exato Conhecimento da Literatura Brasileira. (4º Volume). 7.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1980.

_____. Evolução do lyrismo brasileiro. Recife: F. B. Edelbrock Editor, 1905.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. Estudos Cebrap, n. 3, jan. 1973.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPENCER, Herbert. A sociedade é um organismo. In: CRUZ, M. Braga da. **Teorias Sociológicas: os fundamentos e os clássicos.** 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

_____. **El individuo contra el Estado.** Valencia: F. Sempere y C.^a, Editores, s/d.

VENTURA, Roberto. “Estilo tropical”: a natureza como pátria. Remate de Males, Campinas, (7): 1987.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



EDUCAÇÃO AMOROSA: POSSIBILIDADES E DELIMITAÇÕES

LOVING EDUCATION: POSSIBILITIES AND DELIMITATIONS

Amarildo Jorge da Silva⁴¹

José Carlos Rolim de Moura⁴²

Sandra Regina da Silva Pinela⁴³

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: O artigo expõe uma reflexão sobre o ato de educar no processo de conversão do conhecimento implicado em conhecimento explicado. Entende-se o processo educativo como um ato amoroso. O pressuposto é que a Educação Amorosa em sua gênese tem o potencial e a imanência de corroborar no processo de conversão de saberes tácitos individuais em expertises coletivas na educação de um novo homo em processo permanente de transformação e aprendizado. A construção filosófica, teórica e metodológica do texto se deu na perspectiva sistêmica, na biologia do amor e em alguns excertos da teoria da complexidade. A questão inquietadora é: **quais as implicações da educação amorosa no processo de conversão do conhecimento tácito individual em conhecimento coletivo explícito?** O objetivo é compreender e refletir sobre as implicações do ato de educar no processo de conversão de conhecimento implicado em conhecimento explicado. Um olhar mais atento mostra um sistema educativo no ocidente, principalmente no Brasil, fragmentado, performático e alienante do sujeito em sua essência. Observa-se que qualquer que seja o ambiente (empresarial, organizacional e ou institucional) pode ser convertido em um ambiente educativo e de aprendizado permanente (comunidade de prática). O aparato educativo é um espaço de construção do sujeito com o outro, da reelaboração de conteúdos e da sua responsabilidade no meio ecológico em que se insere.

Palavras-chave: Amorosidade; Complexidade; Paradigma.

⁴¹ Professor Associado do CCSA da UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu – PR. Pesquisador do GEOS. Cel. 45 99976.0016. E-mail: rizomapoiesi@gmail.com

⁴² Professor da CESUFOZ Foz do Iguaçu – PR. Cel. 45 99912-9049. E-mail: josecromoura@gmail.com

⁴³ Professora Adjunta da UTFPR – Toledo – PR. Cel. 45 99970-9270. E-mail: sandrarspinela@gmail.com



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: The article exposes a reflection on the act of educating in the process of conversion of knowledge implied in explained knowledge. The educational process is understood as a loving act. The assumption is that Love Education in its genesis has the potential and the immanence to corroborate in the process of conversion of individual tacit knowledge in collective experiments in the education of a new homo in a permanent process of transformation and learning. The philosophical, theoretical and methodological construction of the text took place in the systemic perspective, in the biology of love, in some excerpts from the theory of complexity. The question is, what are the implications of loving education in the process of converting individual tacit knowledge into explicit collective knowledge? The goal is to understand and reflect on the implications of the act of educating in the process of knowledge conversion implied in explained knowledge. A closer look shows an educational system in the West, mainly in Brazil, fragmented, performative and alienating the subject in its essence. It is observed that whatever the environment (business, organizational and / or institutional) can be converted into an educational environment and permanent learning (community of practice). The educational apparatus is a space of construction of the subject with the other, the reelaboration of contents and of its responsibility in the ecological environment in which it is inserted.

Key-words: Amorosity; Complexity; Paradigm.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o ato de educar é a capacidade por excelência de transformar saberes de todas as formas em resultados econômico, social, emocional, espiritual, tanto em termos pessoais quanto sociais. Observa-se que a práxis educativa é um trabalho que deve ser feito com dedicação e amorosidade. Nesse sentido pode-se afirmar que em sua gênese a **Educação Amorosa** tem o potencial e a imanência de constituir um novo cidadão e, por consequência criar uma comunidade planetária com consciência cósmica (MORIN, 2002b). Esse novo ser humano deve viver e conviver em processo permanente de transformação e de aprendizado. A construção filosófica, teórica e metodológica do texto se deu na perspectiva sistêmica; em alguns excertos da biologia do amor e da teoria da complexidade; e, na produção e gestão do conhecimento. A questão inquietadora é: **quais as implicações da educação amorosa no processo de conversão do conhecimento tácito individual em conhecimento coletivo explícito?**

Nesta pesquisa o objetivo básico é compreender e refletir sobre as implicações do ato de educar no processo de conversão de conhecimento implicado em conhecimento explicado



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



(BOHN, 2009). Para compreender esta conversão utiliza-se como estratégia de pesquisa o Modelo de Socialização, Externalização, Combinação e Internalização – SECI, de conversão do conhecimento (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, 2000, 2008). Utilizam-se também os resultados preliminares da pesquisa exploratória de DaSilva e Paz (2016) sobre o processo de conversão do conhecimento tácito em explícito do corpo técnico da Universidade Estadual do Oeste do Estado do Paraná – UNIOESTE. Entende-se neste artigo que o ato de educar é um ato amoroso.

O objetivo complementar é evidenciar a potencialidade da Educação Amorosa no processo de conversão de expertise individual em expertise coletiva. Um olhar mais atento mostra um sistema educativo no ocidente, principalmente no Brasil, fragmentado, performático e alienante do sujeito em sua essência. Por outro lado, infere-se que qualquer que seja o ambiente (virtual, social, empresarial, organizacional e institucional) pode ser convertido em um ambiente educativo e de aprendizado permanente (comunidade de prática).

Neste artigo indica-se um modo de romper com o paradigma cartesiano do sistema educativo redentor (formador de pessoas para o mundo do emprego em um mundo voltado para o trabalho) para um sistema educativo mais complexo, completo, inquietante e transformador.

Essa nova forma de educação permanente deve levar em conta saberes filosóficos, teológicos, mitológicos, científicos (mundo reificado), artísticos, culturais e empíricos (mundo consensual). Toma-se como fundamento a ideia de que em um mundo de amorosidade de cidadãos e cidadãs autônomos e conscientes dessa autonomia são chamados a SER plenamente e, ao mesmo tempo, a compartilhar seu SER com o outro em sua totalidade (FREIRE, 2000). Sabe-se que o amor é complexo e, além disso, também é unidade na diversidade.

A observação da prática educativa formalizada (Ensino Médio e Superior) e na práxis experiencial cotidiana (Escola da Vida) ensina-nos que educar é um ato amoroso e complexo, porque traz subjacente na sua gênese a concepção de que “**educar é o processo no qual se ensina o ser humano a pensar por sua conta e risco**” (FREIRE, 1997, 2000, grifo nosso). Isto é, educar permite ao homo ser livre e viver todo o seu potencial, sem dependência, mas independente e interdependente.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Em síntese homo autônomo e criativo (FREIRE, 2001). Aduz-se que educar, além de ser um processo amoroso, é também um processo interdisciplinar, sistêmico e holográfico (ARRUDA, 2009; FREIRE, 1992, 2001; MATURANA, 1997, 1998). Educar é complexo, uma vez que exige do homo que educa e do homo que é educado respeito, ética, convivialidade, autoridade, confiança e, sobretudo humildade para que ambos possam aprender e se darem conta de que podem elevar-se e viver o extraordinário que a autonomia e a independência possibilitam (ARRUDA, 2009; FREIRE, 1997, 2000; RAMOS, 1983; MORIN, 2000; MATURANA, 1995).

Sabe-se que no processo de produção do conhecimento científico e técnico (explicado), a fragmentação tanto da ciência, como da técnica tem imposto inúmeras dificuldades na transformação de expertises individuais em expertises coletivas, bem como na construção de princípios e valores capazes de educar seres humanos autônomos e conscientes dessa autonomia (FREIRE, 1997).

A motivação para a criação deste ensaio surgiu em decorrência da percepção destes pesquisadores sobre a potencialidade da **Educação Amorosa** no processo de conversão de conhecimento tácito individual em conhecimento explícito coletivo. Indica-se no ensaio resultados exploratório de DaSilva e Paz (2016) da pesquisa que realizaram na UNIOESTE sobre a transformação e socialização de conhecimento tácito em conhecimento estratégico. Aduz-se que esse processo de conversão do conhecimento tácito em coletivo agrega valor na governança das organizações convertendo expertises técnicas e individuais em conhecimento estratégico.

A justificativa do estudo ancora-se na percepção destes estudiosos quanto à importância que o conhecimento tem na sociedade hodierna. Como dizia Francis Bacon e Michel Foucault “**conhecimento é poder**”, e “**poder é conhecimento**”.

Tem-se como pressuposto de pesquisa a visão paradigmática do pensamento sistêmico ancorado na Teoria de Santiago, na Teoria da Complexidade, na Educação Amorosa e na Gestão do Conhecimento.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo ancora sua estrutura em um estudo qualitativo sistêmico de natureza exploratório construído a partir da reflexão dos pesquisadores sobre o ato de educar e a importância da transformação de conhecimento tácito em conhecimento explícito. Salienta-se que o processo em tela utilizado no ensaio permite transformar dados e informações em conhecimento estratégico para as organizações e instituições.

A produção e a elaboração do artigo se deram por meio das técnicas de coleta de dados de pesquisa bibliográfica e documental. A reflexão indicada no texto é fruto da práxis docente dos pesquisadores e de suas experiências cotidianas.

Para sua concepção utilizou-se também da técnica do modelo de SECI proposto por Nonaka e Takeuchi, visando compreender a conversão do conhecimento tácito em explícito, do corpo técnico da UNIOESTE, seguindo tanto a dimensão epistemológica quanto a ontológica da criação de conhecimento na empresa, bem como para entender a visão paradoxal que ambas as dimensões proporcionam.

O Modelo de Nonaka e Takeuchi

Nonaka e Takeuchi (1997) expressam que o conhecimento é criado a partir da interação entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito e esta interação permite postulá-los em quatro modos diferentes de conversão do conhecimento:

- a) de conhecimento tácito em conhecimento tácito (socialização): a socialização é o conjunto de atividades que permitem o compartilhamento de experiências que repassam habilidades técnicas de pessoa para pessoa, gerando e transferindo conhecimento, porém sem forma definida, apenas de acordo com a convivência apresentada entre os envolvidos;
- b) de conhecimento tácito em conhecimento explícito (externalização): é o processo que cria e registra o conhecimento tácito, isto é, o conhecimento que advém de opiniões individuais, analogias, estudos, conceitos, metáforas, etc.;
- c) de conhecimento explícito em conhecimento explícito (combinação): é a sistematização de conceitos em um sistema de conhecimento, seja ele instrumento



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA

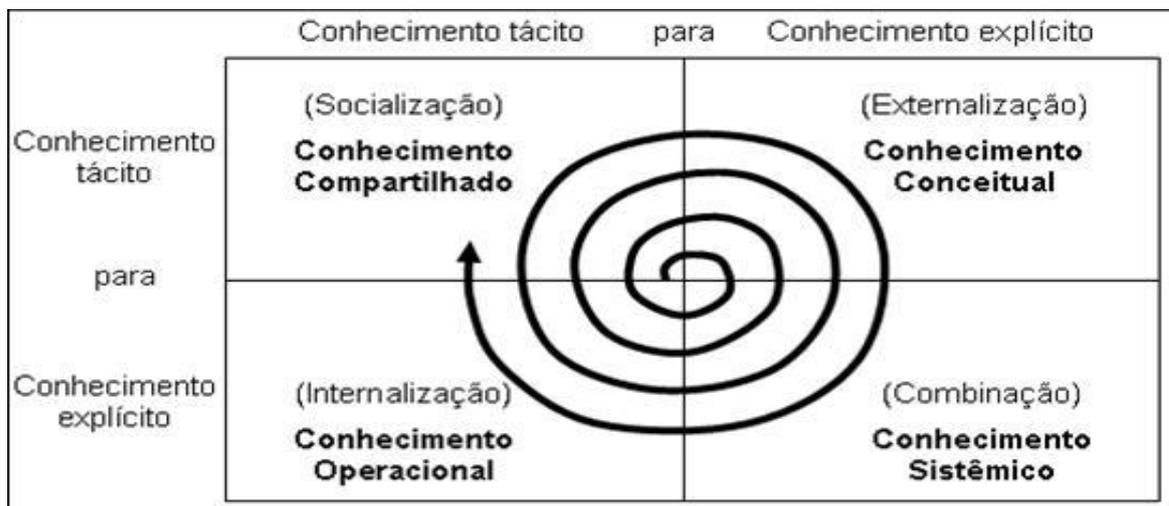


da tecnologia da informação ou não. Consiste em organizar o conhecimento explícito disponível e disponibilizá-lo em instrumentos que facilitem a busca e o acesso;

- d) de conhecimento explícito em conhecimento tácito (internalização): refere-se ao processo de aprendizagem, à incorporação do conhecimento que está presente diariamente nas rotinas profissionais. A criação do *knowhow* pelos indivíduos, a partir da vivência, é considerada um ativo muito valioso para a organização.

Nonaka e Takeuchi (1997) complementam que a interação deve ser constante, isto é, os processos de transferência e de explicitação de conhecimento e de aprendizado devem ser repetidos da forma como é representado na espiral do conhecimento (Figura 01).

Figura 01- Espiral do conhecimento



Fonte: Nonaka e Takeuchi (1997)

Salienta-se que a reflexão e a compreensão a partir dos dados secundários foram indicadas a luz da técnica de análise de conteúdo e da perspectiva paradigmática da fenomenologia hermenêutica, ambas ancoradas no pensamento sistêmico (MORGAN; SMIRCICH, 1980; VAN MANEN, 1990). Na próxima seção aborda-se a importância da educação amorosa para educar o homem da sociedade digital e fluida do século XXI.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



O AMOR, A EDUCAÇÃO AMOROSA E O ATO DE EDUCAR

Nesta seção apontam-se as bases filosóficas sobre o processo pedagógico da educação amorosa para o Século XXI.

Sobre o amor

Gibran (2011) argumenta que o amor não possui nem é possuído. Porque o amor basta-se a si próprio. Pérez (2015a, 2015b, 2016) expressa com propriedade que o amor em sentido amplo têm vários significados. Ele salienta que a condição humana tem como alimento mais importante o amor. Quando falta o amor começa-se a ter anemia espiritual. Pérez (2016) elenca cinco formas de como o amor se apresenta e pode ser utilizado na vida cotidiana.

A primeira forma de amor se dá na condição de cumprimento de deveres. Pode-se citar como exemplo a relação entre chefe e subordinado em uma organização. Cumprir adequadamente uma ordem é um grau de amor laboral. Este tipo de amor busca mútuos benefícios.

A segunda forma de amor se dá na condição de compromisso (*Filos* – amizade). A relação de amizade caracteriza esta forma de amor. Amor que se elege na caminhada da vida. Esta forma de amor visa o bem mútuo. Amigos elegidos são companheiros de jornada. A terceira forma de amor (*Storge*) refere-se ao amor incondicional. Trata-se do amor de entrega incondicional. A relação de pais e filhos caracteriza esta modalidade de amor. Gibran (2011) explica que os filhos vêm de nós. Não nos pertence. Tem vida própria. E se, nós os educarmos serão nossos melhores amigos.

A quarta forma de amor é o chamado amor a si próprio (*Eros*). Esta forma de amor refere-se ao equilíbrio entre a natureza masculina e feminina. Para Pérez (2016), a pessoa egoísta vive para si mesma. A pessoa que se ama desenvolve a si própria. Labor titânico que corrobora o adágio filosófico “conheça-te a ti mesmo”. A pessoa que não se aceita não sabe amar.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



A quinta forma de amor é o amor sagrado e espiritual (*Agápe*). Esta forma de amor encontra-se subjacente nas bases da maioria das tradições religiosas e em algumas bases filosóficas.

Pode-se afirmar que estas cinco formas de amor podem ser utilizadas na prática da educação amorosa. Ensina-se o que se sabe, mas contagia-se pelo que se vive. O amor é um ser que habita dentro de nós, que se encontra ao abrir-se, que nos comove ao encontrá-lo e nos plenifica ao compartilhá-lo (PÉREZ, 2016).

Sobre a educação amorosa e o ato de educar

Pode-se afirmar que educar é um processo sistêmico e interdisciplinar porque se espera que os agentes desse processo compreendam o simples e o complexo de todas as formas do conhecer (cognição). Isto é, as partes e a totalidade (MORIN, 2003). Educar amorosamente significa tratar o outro com legitimidade (FREIRE, 2000; MATURANA, 1995). O mundo hodierno que é ancorado na fragmentação e na coisificação trata o *homo* como coisa e objeto (pedagogia necrófila). No mundo concreto e humanizado, entenda-se, totalidade que inclui (mundo potencial), o pensamento é de que o outro (tu e nós) devem ser tratados como legítimo outro (pedagogia altruísta). Acredita-se que nesse mundo, sua acessibilidade se dá por meio da Educação Amorosa. Ressalta-se que essa educação se pauta na possibilidade do ser humano compreender o contexto, o conteúdo, o processo e o significado da relação do ensinado e do aprendido (DASILVA, 2004).

Educação amorosa é compromisso de educadores comprometidos com o processo educativo que liberta e não que aprisiona. Educação bancária é para professores, tecnólogos e instrucionistas. Educação amorosa é para líderes que tem visão de futuro, que enxergam além da própria técnica de ensino. É para gente que ama o processo educativo e que ama o processo de educar para transformar gente dependente em gente independente e interdependente que compreenda o processo de comunicação dialógica e dialética de suas relações.

Arruda (2009, p. 132-134) argumenta que “educar a intuição [ecologia profunda] é um dos desafios centrais da educação da práxis”. Ele argumenta que “na esfera das relações interpessoais, o sentimento, mais que a razão, é o atributo mais bem posicionado para analisar



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



[e compreender] a validade de uma intuição”. Ainda sobre o ato de educar, para o autor em tela, “quando a vontade é inspirada pelo egoísmo, individual ou coletivo, ela tende a decisões voltadas para a competição, a adversidade e a guerra. A vontade solidária nos permite superar os instintos que fazem parte da nossa natureza animal, e fazer-nos um caminho de consciência e intencionalidade. Através dela é possível nos educarmos, quebrarmos as gaiolas em que amarras instintivas, atávicas ou culturais nos aprisionam e irmos sempre mais além de nós mesmos” (ARRUDA, 2009, p. 136). Arruda (2009) acrescenta que o mundo animal é um mundo emocional, e o ser humano é o animal emocional por excelência. Sobre o emocionar Maturana (1997, p. 193-195) expressa que os seres humanos criam sistemas sociais. Literalmente aponta que:

Um ser humano não é um indivíduo senão no contexto de sistemas sociais onde ele se integra, e sem seres humanos individuais não haveria fenômenos sociais humanos. Nós, seres humanos, somos seres sociais: vivemos nosso ser cotidiano em contínua imbricação com o ser de outros. Ao mesmo tempo nós, seres humanos, somos indivíduos: vivemos nosso ser cotidiano como um contínuo devir de experiências individuais intransferíveis.

A partir dos ensinamentos de Freire (2001), Capra (2002), Vygotsky (2000), Maturana (1997), pode-se inferir e afirmar que qualquer que seja a forma de aprendizagem num sistema social (comunidade humana e de prática) o indivíduo caracteriza-se como o ponto de partida e o elo dinamizador do processo de aprendizado e de melhoria continua.

O desafio básico da Educação que leva em conta a Práxis é educar o sentimento e a emoção. Maturana (1997, p. 170-171) ao expor sobre a relação **razão-sentimento** e **emoção** define com propriedade que emoção é a disposição corporal que especifica “a cada instante o domínio de ações em que se encontra um animal (humano ou não), e o emocionar, como o fluir de uma emoção a outra, é o fluir de um domínio de ações a outro”. Educação Amorosa tem conotação filosófica, teórica e empírica. A síntese da Filosofia da Práxis, conforme Antônio Gramsci é “o desenvolvimento dialético das contradições entre o ser humano e a matéria”.

Educação da práxis, segundo Arruda (2009), é a maneira mais precisa e completa de referir-se a educação que emancipa e liberta o ser humano. A angústia e a insatisfação permanente de ir sempre mais além do já conhecido é a razão precípua e entusiástica que move este texto reflexivo sobre Educação Amorosa.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Morin (2002b) expressa com propriedade que o amor é complexo. Nesse sentido a epistemologia sistêmica, permeia a construção teórica, filosófica e metodológica desta discussão sobre a educação amorosa e o processo de conversão do conhecimento. A noção freireana de vocação ontológica e histórica de **ser mais** do ser humano e a convicção de que todo o saber já acumulado é insignificante em relação aos saberes desconhecidos do mundo e de si próprio, haja vista que ambos estão em contínuo processo de mutação, serviram de âncoras para o desenvolvimento e produção deste ensaio. Ressalta-se que a relação dialógica e dialética de diversas formas de saberes tem implicações profundas neste escrito.

Entende-se que a educação que forma a racionalidade plena do ser humano é a educação amorosa. Acredita-se ainda que a Educação em sentido tanto *latu* quanto *strictu* é o melhor caminho para o crescimento individual, bem como para o crescimento comunitário. A educação amorosa tem o potencial para corroborar com o processo de conversão de conhecimento implícito em conhecimento explícito em qualquer comunidade de prática.

Reafirma-se que o objetivo crucial do ensaio é evidenciar a potencialidade da Educação Amorosa no processo de conversão do conhecimento tácito para explícito. Teilhard de Chardin refletindo sobre a educação expressa que a função específica dela é muito mais uma vocação sublime do que uma tarefa funcional. O filósofo aduz que esta vocação da educação de contribuir, consolidar e desenvolver consciências individuais têm o tributo crucial de formar a personalidade coletiva da humanidade. Naturalmente essa imanência faz parte do patrimônio positivo de oportunidades que a era digital e globalizada oferece à espécie humana (LEVI, 2001; CASTELLS, 1999).

Sabe-se que na deriva natural somos seres evolutivos, portanto, somos **seres educativos**, por excelência seres de linguagem. Maturana (1997) expõe que o humano somente existe na linguagem, e que o ser humano se torna um indivíduo no contexto de sistemas sociais. Sobre valores e crenças que permeiam estes sistemas, a abordagem autopoiética de Maturana (1997, p. 42-43, grifo do autor) pode facilitar o entendimento dessas questões.

Maturana (1997, p. 43) explica que “o ponto é que se é indivíduo na medida em que se é social, e o social surge na medida em que seus componentes são indivíduos”. A teoria da



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



auto-organização tem como pressuposto fundamental de que a vida renova a si própria. Quando isto deixa de ocorrer, conforme Maturana (1998), o ser vivo morre.

INFERÊNCIAS REFLEXIVAS

Os resultados do estudo empírico de DaSilva e Paz (2016) realizado na UNIOESTE indicam o potencial do Modelo SECI no processo de transformação de conhecimentos tácitos individuais e explícitos organizacionais em conhecimento estratégico para a organização. Fora constatado que a transformação de expertises individuais e institucionais em conhecimento estratégico tem contribuído para a instituição de ensino ser mais eficaz no seu processo de gestão, bem como na contribuição social e educativa que faz parte de sua missão e de seus objetivos na condição de Instituição Pública de Ensino Superior.

Foi constatado que o processo original de transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito na UNIOESTE ocorrera por meio da socialização (tácito para tácito) na formação de equipes de pesquisa e de extensão pelo corpo técnico. Identificou-se que durante o processo de pesquisa e extensão que durou um ano, os agentes universitários utilizaram-se da externalização (tácito para explícito) para converter expertises individuais em expertises coletivas. Essa prática permitiu aos agentes executar e consolidar os projetos de pesquisa e os projetos de extensão.

A combinação foi observada nos relatórios de pesquisa e de extensão que foram publicados na página da UNIOESTE e, posteriormente informações relevantes destes relatórios foram consolidadas nos documentos oficiais da Universidade. Considerando o fato de que a prática de espiral do conhecimento do corpo administrativo tem apenas um ano de existência não foi possível constatar o processo de internalização.

Inferese-se que a Educação Amorosa pode auxiliar a UNIOESTE no seu processo de Gestão do Conhecimento, haja vista ser uma instituição que trabalha essencialmente com a produção e a disseminação de conhecimentos filosóficos, poéticos, científicos e técnicos.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa realizada foi a busca da compreensão e reflexão sobre as implicações do ato de educar no processo de conversão de conhecimento tácito em conhecimento explícito. Ainda, foi exposta uma reflexão sobre o ato de educar no processo de conversão do conhecimento individual implicado em conhecimento coletivo explicado. A questão inquietadora da pesquisa é: **quais as implicações da educação amorosa no processo de conversão do conhecimento tácito individual em conhecimento coletivo explícito?**

Reafirma-se que a epistemologia da Educação Amorosa corrobora tanto no processo de aprendizagem individual quanto coletiva.

O exposto anteriormente evoca uma nova realidade social que está sendo construída, exigindo, uma nova escola que não está mais restrita a um determinado período da vida, já antecipadamente estabelecido, senão que caminha, vida afora, agregando sempre pessoas que desejam conhecer melhor e cada vez mais questões pertinentes à sua própria existência. Evidente que tudo isso é um risco, necessário, ante o fracasso dos sistemas educacionais atuais, incapazes da geração de seres humanos mais plenos. No mundo hodierno globalizado e digitalizado (CAPRA, 2002; IANNI, 2002a, 2002b; LÉVY, 2001) a funcionar em rede (CASTELLS, 1999) com acessibilidade incomensurável é momento mais do que apropriado para desenvolver no sistema educacional a importância de religação do ser humano principalmente com formas de saberes que transcendam a lógica da fragmentação (MORIN, 2003).

O desafio de levar a educação amorosa para os sistemas educacionais visando construir uma sociedade justa, ética, transparente e humanizada (GALBRAITH, 1996) é trabalhar o equilíbrio fundamental entre saberes filosóficos, teológicos, mitológicos, científicos, artísticos, culturais e empíricos (MORIN, 2002a, 2002b).

Arruda (2009, p. 55) expõe na sua construção de uma nova sociedade a hipótese de que se deve ter uma “concepção clara e bem fundada de quem é o *homo* que queremos educar e qual trabalho queremos promover para fomentar o desenvolvimento humano e social da espécie, poderemos construir um projeto educativo positivo e emancipador”. Finaliza-se o artigo retomando a ideia original de Francis Bacon de que **conhecimento é poder** e a ideia de



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Michel Foucault de que **poder é conhecimento**. Infere-se que as equipes de trabalho na organização são os **criadores** de conhecimento e a organização, por meio de sua governança, incluindo a gestão do conhecimento, é o **amplificador** do conhecimento. A gerência de nível intermediário funciona como **sintetizador** do conhecimento que é produzido e disseminado na empresa.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. (2009). **Educação para uma economia do amor**: educação da práxis e economia solidária. Prefácio de Gaudêncio Frigotto. Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- BOHM, D. (2009) **A totalidade e a ordem implicada**. Tradução Mauro de Campos Silva. Revisão Técnica: Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix.
- CAPRA, F. (2002). **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix.
- CASTELLS, M. (1999). **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- DASILVA, A. J. (2004). **A História de Vida do Gerente e o Processo da Estratégia: O Caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE**. 291f. 2004. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.
- DASILVA, A. J.; PAZ, B. (2016). **Conhecimento Tácito**: o caso da Unioeste na criação do Plano de Desenvolvimento do Agente Universitário (PDA). **Revista Informe Gepec**, Toledo, v. 20, n. 2, p. 172-184, jul./dez.
- FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2000). **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP.
- _____. (2001). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Ed. UNESP.
- GIBRAN, K. (2011). **O profeta**. Lisboa: Coisas de Ler.
- IANNI, O. (2002a). **A era do globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2002b). **Teorias da globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LÉVY, P. (2001). **A conexão planetária**: o mercado, o ciberespaço consciência. São Paulo: Editora 34.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



MATURANA, H. (1998). **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

_____. (1997). Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. In: MATURANA, R. Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. (1980). **The case for qualitative research**. *Academy of Management Review*, v. 5, n. 4, 1980, p. 491-500.

MORIN, E. (2002a). **O método 4: as ideias, habitat, vida, costumes, organização**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina.

MORIN, E. (2002b). **Amor, poesia, sabedoria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MORIN, E. (2003). **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.

NONAKA, I. (2000). A empresa criadora de conhecimento. In: **Harvard Business Review**. Gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 82-107.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. (1997). **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus.

PÉREZ, R. (2016). **El Arte de Liderar y Liderarse**. Publicado em 2 de jul de 2016. <https://www.youtube.com/watch?v=Dj-aZrbapvs> (30 de novembro de 2016).

_____. (2015). **Evolucionando hacia la mejor version de ti mismo**. Publicado em 20 de mar de 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=4u4NfEiC5gY> (05 de dezembro de 2016).

_____. (2015). **El liderazgo espiritual**. Publicado em 22 de jul de 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=1O-VGSi-mVo> (10 de janeiro de 2017).

VAN MANEN, M. (1990). **Researching lived experience: human science for an action sensitive pedagogy**. New York: State of New York Press.

VYGOTSKY, L. S. (2000). **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**ESTADO DEL ARTE Y NORMATIVO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR
INTERCULTURAL EN COLOMBIA**

STATE OF ART AND NORMS OF INTERCULTURAL HIGHER EDUCATION IN
COLOMBIA

Adrian Camilo Cabrera Solarte⁴⁴

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: O objetivo do artigo é descrever e analisar de forma sucinta as políticas de ensino superior para grupos étnicos realizados pelo Ministério da Educação Nacional (MEN) na Colômbia, onde a metodologia adotada é predominantemente qualitativa, de caráter descritiva, onde foi usado algumas técnicas de pesquisas como: descrição, compilação, classificação e análise em fontes escritas primárias e secundárias, concluindo que no país, desde meados da década nos noventa, a educação étnica é a política estatal que visa proteger esta diversidade cultural e promover o multiculturalismo, mas os seus desenvolvimentos têm sido muito limitados e em muitos casos, a política geral ignora o caráter multicultural e multilíngue da população. Tendo em conta que a Colômbia é um dos países da América Latina com significativa diversidade étnica e cultural, tanto em contextos rurais como urbanos. No entanto, apesar da presença histórica, os grupos étnicos só foram reconhecidos como grupos diversos e culturalmente significativos na Constituição Política de 1991. Que, em teoria, cria um novo quadro jurídico que proíbe a discriminação e estabelece medidas políticas e jurídicas com objetivo de superar a exclusão que os grupos têm sofrido durante séculos.

Palavras-chaves: Colômbia. Interculturalidade. Educação superior.

⁴⁴ Estudiante de maestría en Políticas Públicas y Desarrollo en la Universidad Federal de Integración Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguazu, Paraná, Brasil. Contacto: adrian.camilo1992@gmail.com



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Abstract: The objective of the article is to descriptive and analyze very succinctly the policies of higher education for ethnic groups carried out by Ministry of National Education (MEN) in Colombia, where a methodology adopted is predominantly qualitative, of a descriptive nature, where some research techniques will be used, such as: description, compilation, classification and analysis in primary and secondary written sources, concluding ha in the country, since the nineties the ethnics education is the state policy aimed at protecting this cultural diversity and enhancing the multiculturalism, but its developments have been very limited and in many cases the implementation of the general policy , ignoring this multicultural and multilingual character of the population. Considering that Colombia is one of the Latin American countries with significant ethnic and cultural diversity, both in rural and urban contexts. However, despite the historical presence, ethnic groups were only recognized as diverse and culturally significant groups in the Political Constitution of 1991. Which, in theory, creates a new legal framework that prohibits discrimination and establishes political and legal measures to overcome the exclusion that groups have suffered for centuries.

Keywords: Colombia. Interculturality. Higher education.

Una aproximación al contexto de educación superior para grupos étnicos en Colombia

Colombia es uno de los países de Latinoamérica con significativa diversidad étnica y cultural, tanto en contextos rurales como urbanos. Sin embargo, a pesar de la presencia histórica, los grupos étnicos –indígenas, afrocolombianos, raizales y rom– sólo fueron reconocidas como grupos diversos y culturalmente significativos en la Constitución Política de 1991. La cual, en teoría, crea un nuevo marco jurídico que prohíbe la discriminación y establece medidas políticas y jurídicas con el objetivo de superar la exclusión que han sufrido los grupos por siglos.

Este reconocimiento constitucional es un asunto reciente, pero sus luchas por una educación pertinente y que reconozca la diversidad cultural del país no son nuevas, en donde el derecho a la educación ha adquirido un lugar fundamental en las demandas de los grupos étnicos a través de las luchas emprendidas desde la década de los sesenta por una educación propia⁴⁵ y que hoy es visible en la creación de instituciones interculturales llevadas por

⁴⁵ De acuerdo con Jiménez (2001, p. 136), cuando hablamos de educación propia referimos a aquella que constituye la base fundamental de los conocimientos, saberes y valores que nos



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



movimientos sociales, como es el ejemplo de la Universidad Autónoma Intercultural Indígena (UAIIN) del Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC), a través de su Programa de Educación Bilingüe Intercultural (PEBI), donde la universidad retoma la plataforma de lucha del CRIC y desde allí se apuesta a la defensa y reivindicación de la organización de los pueblos del suroccidente colombiano (GALEANO, 2015; HUANCA, 2017).

De acuerdo con Castillo y Rojas (2005) la emergencia de la educación para grupos étnicos, surge a mediados de los años ochenta, como resultado de las luchas políticas de la década del setenta, lo que se refiere particularmente al proyecto de educación llevado por organizaciones sociales como el CRIC y su PEBI, con el apoyo de las Autoridades Indígenas del Sur Occidente Colombiano (AISO) y la Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC), fundamentalmente Espacios donde la educación es un tema que remarca una especial importancia para las comunidades y grupos indígenas, ya que les permite retomar sus raíces, ser protagonistas de su propia enseñanza y buscar, a través de sus costumbres y tradiciones construir un marco educativo diferenciado y propio (TATTAY, 2011, pp. 10-15; CRIC, 2004; CASTILLO, 2008, pp. 15-16).

Datos del último censo realizado en el país por el Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) de 2005, en Colombia existen en la actualidad 1.378.884 habitantes que se autorreconocen como indígenas o pertenecientes a estos pueblos o descendientes de los mismos, repartidos en 82 pueblos indígenas ubicados en 281 municipios de 30 de los 32 departamentos del país. Sus resguardos ocupan el 32% del territorio nacional, especialmente en las zonas de la Amazonia y Orinoquia. Las mayores concentraciones de población se encuentran en los departamentos de La Guajira, Cauca y Nariño (DANE, 2005).

Por otro lado, existe una amplia normatividad de carácter nacional e internacional que obliga al Estado a garantizar una educación que responda a las necesidades y características de las poblaciones étnicas (MOLINA; TABAREZ, 2008, p. 9). Estos desarrollos normativos se han centrado principalmente a la educación básica y media, dejando por fuera el tema de Educación Superior (BOLAÑOS; TATTAY, 2012, pp. 46-47). Es decir, Colombia no ha desarrollado una ley de Educación Superior Intercultural, por lo que, la educación superior

han formando y educado de la interiorización del ser indígena. Esto incluye el pensamiento y sentimiento colectivo, y los principios de dignidad del pueblo al cual pertenecemos.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



requiere ser transversalizada con políticas y estrategias de interculturalidad que posibiliten el fortalecimiento de las identidades culturales como condición indispensable para la construcción e identificación de la unidad en la diversidad y la búsqueda de mecanismos para la equidad social, de manera que sean fortalecidos los espacios de convivencia entre los diversos pueblos y grupos sociales (ARBELÁEZ; VÉLEZ, 2008, pp. 6-11).

En este sentido, las Instituciones Interculturales de Educación Superior –IIES–, apuestan por desarrollar currículos interculturales organizados bajo la cosmovisión indígena, para ser desarrollados en lenguas indígenas, orientados por indígenas y destinados fundamentalmente a los pueblos indígenas. Por ello, en la universidad intercultural se incluye, con criterio de equidad, los saberes y prácticas ancestrales de los pueblos originarios, como mecanismo que posibilite la práctica de la interculturalidad y, con ella, la convivencia armónica entre las diferentes culturas (MEDINA, 2013, p. 66).

Por último, como lo argumenta Mato (2012, p. 19), “Interculturalizar toda la Educación Superior” es un asunto que debería interesar no solo a los pueblos étnicos, sino a todos los sectores de las respectivas sociedades nacionales. Porque es condición necesaria para mejorar la calidad de la Educación Superior de los diferentes países, y sus posibilidades de aprovechar mejor las potencialidades de la diversidad de sus poblaciones nacionales y de construir sociedades más equitativas, que sean social y ambientalmente sostenible.

Teniendo en cuenta lo anterior, el objetivo de este artículo es describir y analizar muy sucintamente las políticas de educación superior para grupos étnicos llevadas por el ministerio de educación y su viceministerio de educación superior.

El texto se encuentra organizado en dos secciones, además de la introducción y unas consideraciones finales. En la primera nos adentramos en un estado del arte de la educación superior indígena en Colombia, donde retomamos las principales escritas referencias al tema. En el segundo apartado hacemos hincapié al normativo de la educación indígena en Colombia y Ley de Educación Superior.

Ahora, la metodología adoptada es predominantemente cualitativa, de carácter descriptivo, donde se emplearán algunas técnicas de investigación como: descripción, recopilación, clasificación y análisis en fuentes escritas primarias y secundarias, fuentes orales –entrevistas exploratorias– y fuentes audiovisuales (SAMPIERI, 2006).



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Por último, la contemporaneidad de nuestro objeto de investigación nos permite triangular la información, para reunir datos desde distintas perspectivas y ángulos con el objetivo de corroborar o no los hallazgos, esto con el fin de realizar un cruzamiento de datos más profundo del objeto y objetivo del estudio.

Marco de antecedente de la educación superior indígena en colombia

Con el fin de adentrarnos en el tema de investigación, retomamos uno de los primeros documentos producido por la IESAL-UNESCO con el apoyo de la ONIC, CRIC, bajo el título de “Diagnóstico sobre la Educación Superior Indígena en Colombia”, el cual permite establecer algunas condiciones con relación a la visión de la educación superior indígena en Colombia, con elementos esenciales como son la disposición que deben tener las instituciones educativas para adelantar procesos de inclusión de población indígena, llevando a cabo programas de enseñanzas pertinentes para la población indígena, la disposición de una adecuada infraestructura y de materiales de estudio, el acceso de la población indígena sin discriminación en condiciones de igualdad.

El documento hace un llamado de atención a las instituciones de educación superior, las cuales no han estructurado currículos académicos que atiendan las necesidades de los estudiantes pertinentes a las comunidades indígenas. Lo cual permite inferir que a pesar que se han realizado algunos avances, en cuanto a la implementación de políticas educativas para grupos étnicos, falta mucho camino por recorrer en cuanto a la coherencia entre las políticas estatales y el discurso implementados en las instituciones educativas (UNESCO, 2004).

Un documento elaborado por el Ministerio de Educación Nacional (Dirección de Poblaciones y Proyectos Intersectoriales, Subdirección de Poblaciones), titulado “Estado del Arte de la Etnoeducación en Colombia con Énfasis en Política Pública”, elaborado por Patricia Enciso Patiño (2004), hace un recorrido respecto a las políticas públicas educativas para grupos indígenas, afrocolombianos, raizales y rom, que desde su reconocimiento en la Constitución Política de 1991 reconoce la diversidad étnica y cultural del país y garantiza su protección (Art. 7); traduciendo este reconocimiento en un conjunto de derechos específicos que favorecen a las comunidades indígenas, entre ellos el derecho a la autodeterminación de



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



los pueblos, el derecho a la protección de las culturas, al uso y oficialidad de las lenguas, a la enseñanza bilingüe, a una educación con respeto de la identidad. De este modo, marca una diferencia en la lectura de los derechos de los pueblos indígenas reconociendo a los grupos étnicos de los derechos de los pueblos indígenas reconociendo a los grupos étnicos como sujetos de derecho colectivo y no como personas individuales (ENCISO, 2004).

El documento finaliza haciendo un balance de la promulgación de la Constitución del 91, la cual se refleja en una amplia difusión de los derechos de pueblos indígenas, afrodescendientes y gitanos, en donde se llevaron a cabo ajustes en las políticas públicas que ahora incluyen los grupos étnicos, así como también la aparición de nuevos pueblos indígenas y su legalización, la participación de representantes de los grupos étnicos en las instancias estatales, conformación de redes nacionales e internacionales interétnicas, al tiempo que llama la atención a que los lineamientos no siempre serán congruentes con los grupos étnicos, pues estas políticas educacionales se encuentran incluidas dentro del contexto de la globalización y la competitividad de mercados amplios, los cuales contienen a las comunidades con una menor representación y se acoge a los lineamientos y directrices internacionales, dejando de lado las necesidades particulares de los grupos minoritarios.

Continuando, el siguiente documento es el libro “Educación Superior Indígena en Colombia. Una apuesta de futuro y esperanza” llevado a cabo por un equipo de investigadores encabezado por Avelina Panchon Aquite, realizado en el 2005 (PANCHON et al., 2005), el cual es el primer estudio de educación superior indígena en Colombia que destaca la necesidad y la viabilidad de un proceso de desarrollo y transformación de la universidad a partir de un diálogo pluriétnico y multicultural.

A lo largo del documento se puede apreciar una constante en un proceso de exclusión, marginación y ausencia de políticas de educación superior indígena por parte del Estado, pese que a la Constitución de 1991 consagró, dentro de sus principios fundamentales el reconocimiento de la diversidad étnica y cultural. Sin embargo, ni el MEN, ni las instituciones de educación superior se han interesado en hacer realidad estos principios.

Esto generó que las mismas comunidades indígenas tomaran la voluntad y la iniciativa de orientar e implementar procesos educativos propios. En este sentido, y en marco de la etnoeducación, han buscado la concertación con el Estado para la construcción de políticas



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



educativas que contemplen su particular cosmogonía. Lo anterior teniendo en cuenta que al Estado le corresponde trazar e implementar políticas educativas coherentes con el tratamiento de esta problemática. Colocando en la mesa de discusión una de las inconsistencias más reconocidas en el sistema educativo colombiano la cual es la separación radical entre los niveles de básica y media y el nivel superior. En donde persiste una visión parcializada y desintegradora de la realidad que se refleja en el divorcio entre la educación media y la universitaria.

Por último y, en síntesis, las actuales estructuras organizativas y administrativas de las instituciones de educación superior, el enfoque de los programas académicos, etc., no son adecuadas para atender a las poblaciones rurales e indígenas con particularidades sociales y culturales diferenciadas (PANCHON et al., 2005, pp. 145-149).

El siguiente documento que permite enriquecer el contexto en el cual se enmarca el presente proyecto de investigación se titula “Indígenas y Afrodescendientes en la Universidad Colombiana, Nuevos sujetos, Viejas estructuras” de José Antonio Caicedo y Elizabeth Castillo (2008). El texto hace referencia al reconocimiento de los grupos étnicos en Colombia, lo cual ha significado un logro importante del país. No obstante, desde el diseño y la implementación de las políticas educativas, este reconocimiento ha llevado a ser más evidente la discriminación y la desigualdad en el sistema educativo.

Los autores hacen referencia al papel de las universidades en cuanto a su tarea de educar desde la racionalidad occidental, civilizar e ilustrar a los ciudadanos, la universidad, desde lo que expone el texto, reproduce la colonialidad del saber con un modelo de conocimiento que prepara a los estudiantes para la competencia global capitalista y de mercado, que cuando un estudiante indígena ingresa a la universidad, se encuentra que esta no representa realmente la diversidad cultural. Teniendo presente que la acceso a la educación superior para individuos pertenecientes a grupos étnicos se ve dificultada por razones económicas, situaciones de marginalización, desconocimiento de las políticas de ingreso y currículos que no tienen en cuenta las necesidades de dichos grupos, de esta manea los estudiantes de origen étnico en algunas universidades pasan por el anonimato y el silenciamiento, lo que infiere que tanto las universidades públicas y privadas en Colombia plantean estudios e investigaciones sobre diversidad, pero al interior de las mismas, su implementación de dicha diversidad no sé hace



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



visible, dejando ver la incongruencia entre los discursos y la práctica en cuanto a la ejecución de las acciones afirmativas para grupos étnicos.

A continuación, se hace referencia a la primera experiencia se presenta en la Universidad del Cauca, dicha experiencia se titula “¿Etnoeducación o educación intercultural? Estudio de caso sobre la licenciatura en Etnoeducación de la Universidad del Cauca”. Este programa de Etnoeducación se ofrece para la formación de docentes que trabajan con grupos étnicos (indígenas y afrodescendientes), el cual es creado en 1995, y que responde a las necesidades del contexto social de la población del departamento del Cauca, mediante una propuesta pedagógica intercultural y multicultural de esta región, basada en rescatar su historia, sus tradiciones, su idioma propio, su vida religiosa y sexual, así como también su condición de género; es desde allí como se generan las bases para el ejercicio de la interculturalidad, a partir del reconocimiento de la diversidad y con ella la multicultural.

Los resultados que se presentan en esta experiencia, hacen referencia a los alcances que hasta el momento ha tenido esta universidad en cuanto a la recepción de los estudiantes del Choco y Caquetá y de cómo el programa ha establecido diferentes elementos para garantizar la participación de los grupos étnicos, implementando en todos los programas, y también para los grupos afrodescendientes que permita además la implementación de grupos especiales para la región de Naya al occidente del departamento.

Otro de los elementos ofrecidos por la Universidad del Cauca, para la participación de los grupos étnicos, son las políticas de acceso y permanencia, representados en el sistema de becas, el cual funciona en dos modalidades; la beca otorgada por el rendimiento académico en los tres primeros puestos y la otra es una beca que ofrece a los estudiantes que se matriculan mediante convenios de descentralización, lo cual permite disminuir, los gastos de desplazamiento de los estudiantes.

Por último, para Rojas (2008) dentro de los resultados de esta experiencia se han presentado dificultades, como son la cobertura en sectores rurales, donde habitan la mayoría de la población indígena y afrodescendiente. Otro obstáculo encontrado es el ámbito cultural universitario, cuya fundamentación está centrada en la implementación de un conocimiento científico y disciplinar que entorpece los espacios de dialogo de los diferentes saberes y la construcción en común. Sin embargo, y en términos generales, la Universidad de Cauca ha



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



alcanzado importantes logros en cuanto a la implementación de sus programas para los grupos étnicos, gracias al alto compromiso institucional de responder con pertinencia a las necesidades que demanda la comunidad (ROJAS, 2008).

Como ultima contribución, retomamos a Milena Margoth Mazabel Cuasquer, quien presenta en su artículo la “Política y Experiencias de Educación Superior para Indígenas y Afrodescendiente en Colombia”. La autora se adentra en la Educación Superior indígena y afrodescendiente en Colombia, la cual constituye una de las demandas de derechos derivados del reconocimiento de la diversidad étnica y cultural del país, reconocidos en la Constitución Política de 1991, que, en teoría, instituyó un nuevo marco jurídico que prohíbe la discriminación y establece medidas políticas y jurídicas para superar la exclusión social que han sufrido indígenas y afrodescendientes durante siglos. Donde el derecho a la educación ha adquirido un lugar fundamental en las demandas de indígenas y afrodescendientes. A pesar de lo anterior, Colombia no ha desarrollado una ley sobre Educación Superior Intercultural. Sin embargo, la Constitución consagra principios y derechos fundamentales para un desarrollo legislativo que responda a las necesidades y exigencias de indígenas y afrocolombianos.

Por último, la autora coloca en acotación que la población afrodescendiente reclama la adopción y creación de universidades étnicas públicas a la Universidad del Pacífico, Universidad Tecnológica del Chocó y el Instituto Manuel Zapata Olivella, por ser instituciones con mayor presencia de comunidad negra. Así como también la población indígena demanda el reconocimiento de la UAIIN y su proyecto educativo Sistema de Educación Intercultural Propio (SEIP) como un modelo de educación diferente al convencional que fortalece su identidad, al tiempo que avanza en un modelo de educación intercultural (CUASQUER, 2012).

Marco normativo para la Educación Superior Indígena en Colombia

Las políticas de Educación Superior respecto a los grupos étnicos en Colombia se pueden dividir en dos partes: las políticas antes de la Constitución Política de 1991 y las políticas que nacen después de la promulgación de dicha Constitución.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Para Muñoz (2015) la Constitución de 1991 se caracteriza por ser más democrática, participativa y pluralista (artículo 1º), que reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación (artículo 7º), lo cual se traduce en el reconocimiento de unos derechos específicos que favorecen a las comunidades étnicas, entre ellos el derecho a la autodeterminación de los pueblos, el derecho a la protección de las culturas, al uso y oficialidad de las lenguas, a la enseñanza bilingüe, a una educación con respecto a la identidad (ENCISO, 2004, citado en TATTAY, 2011, p. 26), haciendo una diferencia en la lectura de los derechos de los grupos étnicos como sujetos de derecho colectivo y no como personas individuales. Teniendo en cuenta que las demandas educativas de las poblaciones étnicas tienen una larga historia, así como un amplio marco normativo nacional e internacional. En Colombia puede decirse que los proyectos educativos promovidos por las poblaciones indígenas y afrodescendientes llevaron a un cambio significativo en el paradigma educativo oficial; la multitud de proyectos de educación indígena, educación bilingüe, educación propia y educación antirracista, tienen un vínculo estrecho con proyectos políticos que cuestionan las lógicas hegemónicas y construyen formas alternativas de participación en la sociedad nacional. De esta manera, la movilización de las organizaciones sociales jugó un papel importante en la institucionalización de la etnoeducación como política estatal (ROJAS; CASTILLO, 2005, p. 86; TATTAY, 2011, p. 41).

Ahora, para Cuasquer (2012) y Pancho (et al., 2005), existe una amplia normatividad de carácter nacional e internacional que obliga al Estado a garantizar una educación que responde a las necesidades y características de las poblaciones étnicas, solo que estos desarrollos normativos se han centrado en los niveles de educación básica y media, dejando por fuera a la Educación Superior. Es decir, en Colombia no se ha desarrollado una ley sobre Educación Superior Intercultural. Sin embargo, la Constitución consagra principios y derechos fundamentales para un desarrollo legislativo que responda a las necesidades y exigencias de las comunidades étnicas, aunque para las particularidades de las comunidades indígenas, esta ley no ha sido reglamentada.

Con relación a lo anterior, en 1991 se ratificó el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), mediante la Ley 21, el cual señala en sus artículos 21 y 26 que los miembros de los pueblos interesados deberán disponer de medios de formación



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



profesional en todos los niveles y en pie de igualdad con los demás ciudadanos. Además, que debe promoverse su participación en la formación profesional de aplicación general (artículo 22), y aclara que, cuando los programas de formación profesional de aplicación general existentes no respondan a las necesidades especiales de los pueblos interesados, los gobiernos deberán asegurar, con la participación de dichos pueblos, que se pongan a su disposición programas y medios especiales de formación. Es decir, que se debe realizar la consulta previa para asuntos de educación respecto de organización y funcionamiento de programas de profesionalización de la población afrodescendiente e indígena, con el fin de que la educación responda a las necesidades particulares, historia, conocimientos, técnicas, sistemas de valores y todas sus demás aspiraciones sociales, económicas y culturales. Establece también que los gobiernos deberán reconocer el derecho a crear sus propias instituciones y medios de educación (artículo 27) (CUASQUER, p. 252, 2012).

Asimismo, en 1994 es aprobada la Ley General de Educación o Ley 115, que reglamenta el sistema educativo en Colombia, y señala que la educación es un proceso de formación permanente, personal, cultural y social fundamentada en una concepción integral de la persona humana, de su dignidad, de sus derechos y de sus deberes (artículo 1º). La Ley reglamenta en sus artículos 55 al 63 la educación para los grupos étnicos, con el objetivo de afianzar los procesos de identidad, conocimiento, socialización, protección y uso adecuado de la naturaleza, sistemas y prácticas comunitarias de organización, uso de las lenguas, formación docente e investigación en todos los ámbitos de la cultura (artículo 56). (TATTAY, 2011, pp. 28-29; CUASQUER, p. 253, 2012).

Por último, en 1995 el Decreto 804 estableció la Etnoeducación como un derecho en la población de los grupos étnicos. En su capítulo segundo, el decreto establece una serie de disposiciones respecto de los maestros etnoeducadores (artículos 5º al 13). Uno de ellos, el artículo 7º, establece que los proyectos educativos de las instituciones de Educación Superior que ofrezcan programas de pregrado en educación o de las escuelas normales superiores que contemplen la formación de personas provenientes de los grupos étnicos para que presten el servicio en sus respectivas comunidades, deberán ofrecer, además de la formación requerida para todo docente, un componente de formación específica en etnoeducación.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



De la Ley Educación Superior al Sistema de Educación Indígena Propio (SEIP)

Existe un marco normativo especial para la educación superior que se desprende de la Constitución Política de 1991 y que se desarrolla a través de la Ley 30 de 1992, conocida como la Ley de Educación Superior. Sin embargo, para las particularidades de las comunidades indígenas, esta ley aún no ha sido reglamentada.

En 1992 es expedida la Ley 30, por la cual se organiza el servicio de la educación superior. Según la ley, las universidades son autónomas, por lo que tienen derecho a darse y modificar sus propias normas (artículo 28). La ley considera instituciones de nivel superior las técnicas profesionales, las universitarias o escuelas tecnológicas y las universidades. En el artículo 2º establece que la Educación Superior es un servicio público cultural, inherente a la finalidad social del Estado que reconoce las particularidades de las expresiones del país a través de libertad de pensamiento y del pluralismo ideológico (artículo 4º).

Para Pancho (et al., 2005, pp. 64-65), la ley consagra principios constitucionales en que se reconoce la diversidad cultural, pero no contempla la atención a las demandas y necesidades específicas de grupos étnicos. Para Rodríguez (2011, p. 71), indica que la ley 30 no reglamenta particularidades para las comunidades indígenas, mientras que para la educación básica y media existen decretos reglamentarios que permiten la realización de procesos desde criterios y enfoque coherentes con las realidades culturales.

Un informe llevado por la Universidad Nacional en 2007, titulado Acceso, permanencia y graduación de la población diversa en la educación superior, señala que la Ley 30 propone algunas estrategias que favorecen a la población diversa en el acceso a la Educación Superior, pero al mismo tiempo es discriminatoria y limitante al plantear que la población estudiantil interesadas en continuar el proceso de formación deberá demostrar poseer las capacidades académicas en igualdad a todos los aspirantes, sin tomar en cuenta la diferencia cultural. Asimismo, indica que los indígenas y afrodescendientes no tienen participación en ninguna de las instancias decisorias y consultivas establecidas por la ley, como son los Consejos Superiores Universitarios (CESU), Junta Directiva del Instituto Colombiano para la Evaluación (ICFES), Junta Directiva del Instituto Colombiano de Crédito Educativo y



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Estudios Técnicos en el Exterior (ICETEX), entre otros (UN, 2007, citado en CUASQUER, 2011, p. 254).

Lo cual se refleja actualmente en la situación coyuntural frente a lo reglamentado por la Ley 30 y las demandas de los grupos étnicos, lo cual no es solo afecta a estos últimos, sino afectando a toda la población en general, teniendo en cuenta que la actual formación universitaria no responde, ni cualitativa ni cuantitativamente, a las necesidades de la sociedad colombiana.

Más recientemente, mediante el Decreto 2406 del 2007 se logra la creación de una instancia de concertación ante el Ministerio de Educación Nacional (MEN) y el movimiento indígena colombiano, denominada la Comisión Nacional de Trabajo y Concertación de la Política Educativa para los Pueblos Indígenas (CONTCEPI), cuyo objetivo es la formulación, seguimiento y evaluación de la política pública de educación para los pueblos indígenas con miras hacia una consolidación de Sistema de Educación Indígena Propio (SEIP) (RODRÍGUEZ, 2011, p. 138; MUÑOZ, 2015), el cual se enmarca en una educación para los pueblos indígenas con la idea de educación propia como necesidad derivada de la lucha por recuperar el territorio, mantener su lengua y cultura, sus formas ancestrales y el ejercicio de la autoridad propia en cumplimiento de la ley de origen o derecho mayor propio de cada pueblo para fortalecer la autonomía, la autoestima y la identidad cultural (SEIP, 2013, pp. 9-18).

Con relación al SEIP, este comienza a tomar fuerza a mediados de la década de los noventa como una alternativa viable para responder a los planes de vida de cada comunidad indígena, dejando de lado el término la política de etnoeducación, la cual ven como una concepción convencional de educación. Considerando que la política etnoeducativa no tiene en cuenta las situaciones e intereses de los grupos étnicos – intereses particulares–. Por tal motivo, toman el termino educación propia, la cual es entendida como:

[...] a aquella que constituye la base fundamental de los conocimientos, saberes y valores que han formado y educado la interiorización del ser indígena. Esto incluye el pensamiento y sentimiento colectivo, y los principios de dignidad del pueblo al cual pertenecemos Jiménez (2001, p. 136 citado en Rojas y Castillo, 2005, p. 84).

Así, para Bolaños y Tattay (2012) la concepción de educación propia marca una diferencia con otras concepciones de educación indígena reconociendo desde sus orígenes la necesidad de elementos de otras culturas en los procesos formativos indígenas y



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



fundamentalmente reconociendo la “interculturalidad” como parte de la identidad esencial indígena. La denominación de “propio” en un sentido intercultural subraya que la apropiación de otras maneras y saberes no le pertenece al otro, que su orientación interna y ajuste hacen que estos elementos formen parte de la identidad indígena actual. En este sentido, la educación es propia no solamente porque toca lo de adentro. En otras palabras, esto significa que los pueblos y comunidades indígenas tiene el control sobre los contenidos y enfoques de su proyecto educativo articulado a un perfil específico de sociedad.

Ahora, como resultado del trabajo de los pueblos indígenas a través de la CONTCEPI, en el año 2009 el gobierno nacional reconoce la integralidad del SEIP como la política educativa construida por y para los pueblos indígenas de Colombia, la cual se integra por los componentes político, organizativo, administrativo y pedagógico, y comprende fundamentos, principios, criterios y orientaciones para todos los niveles de educación. (CONTCEPI, 2012).

Para ello el MEN expidió el Decreto transitorio 2500 de 2010, que indica las disposiciones contenidas en la presente norma, reconocen la interculturalidad y los derechos que tienen a una educación pertinente los pueblos indígenas, cuyos componentes fortalezcan su cultura, su lengua, su cosmogonía (CUASQUER, 2012, p. 257).

Como se percibe, lo que está en negociación entre las organizaciones sociales y el Estado es la administración de un sistema educativo propio que permite el control financiero y curricular de los proyectos educativos indígenas. En donde continua el desafío del movimiento indígena para que el gobierno colombiano reconozca su derecho a la libre determinación como derecho esencial que recoge de modo articulado y global sus demandas, entre ellas la autonomía de asumir la administración de su propia educación en todos los niveles (básica, media y superior).

En la actualidad, los pueblos indígenas continúan en negociaciones para la implementación del SEIP, cuyas dificultades se basan en la voluntad y cultura política del Gobierno, teniéndose en cuenta que, tras dos décadas de la Constitución Política de 1991, en aspectos educativos para grupos étnicos se han logrado avances significativos, sin embargo, queda un largo camino, como lo argumenta Vitonás (2010, p. 66), para quien el logro del Decreto 2500 del 2010 está en el plano de las garantías ya que hasta la fecha las autoridades públicas aducían no poder entregar la educación a autoridades indígenas, pero ahora está



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



norma indica que se debe garantizar el derecho a una educación propia (derecho humano colectivo), a un trato en igualdad de condiciones, se les reconoce a las autoridades indígenas la capacidad de orientación política y organizativa, la capacidad de formular propuestas pedagógica y la capacidad administrativa.

Consideraciones finales

En Colombia la consagración en la Constitución de 1991 de los derechos al territorio, la identidad, la cultura y sobre todo la autonomía, dio un mayor impulso para que los grupos étnicos colocarán en mesa de debate un cambio en la Educación Superior convencional. Lo cual hoy en día es visible en la creación de instituciones interculturales como por ejemplo la UAIIN del CRIC, la cual es este caso específico fue creada por la autoridad indígena de manera unilateral y sin acuerdo con las autoridades nacionales del sistema de Educación Superior. Jurídicamente, estas propuestas tienen validez en el ámbito de los territorios indígenas, pero no están reconocidas en todo el territorio nacional. Es decir, son creadas como hechos sociales, culturales y sobre todo políticos para presionar el cambio de política del Gobierno Nacional. Esta disputa se da en un contexto de vacío jurídico, dado que los derechos constitucionales de los indígenas y afrodescendientes no se han reglamentado hasta el momento. Estas instituciones tienen desarrollos diferenciados y contextos culturales y sociales muy distintos y hacen parte de los programas de educación de las autoridades regionales indígenas; muchos de ellos se fortalecen mediante alianzas con académicos nacionales e internacionales.

REFERENCIAS

ARBELÁEZ, Juliana; VÉLEZ, Paulina. **La Etnoeducación en Colombia. Una mirada indígena**. Medellín (Colombia): Universidad EAFIT, Escuela de Derecho, 2008. Disponible en:
<https://repository.eafit.edu.co/bitstream/handle/10784/433/Juliana_ArbelaezJimenez_2008?sequence=1>. Acceso: 16/09/2016.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



ARTUNDUAGA, Alberto. “La etnoeducación: una dimensión de trabajo para la educación en comunidades indígenas de Colombia”, In: **Revista Iberoamericana de Educación**, Nº 13, Educación Bilingüe Intercultural, enero-abril, 1997. Disponible en: <http://rieoei.org/oeivirt/rie13.htm>. Acceso: 09/04/2018.

BOLAÑOS, Graciela; TATTAY, Libia; PANCHO, Avelina. Universidad Autónoma, Indígena e Intercultural: Un espacio para el posicionamiento de epistemologías diversas. In: MATO, Daniel (coord.). **Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior. Experiencias en América Latina**. Caracas: UNESCO-IESAL, 2008, pp. 211-212. Disponible: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001838/183804s.pdf>. Acceso: 26/05/2018.

BOLAÑOS, Graciela; TATTAY, Libia. La educación propia: una realidad de resistencia educativa y cultura de los pueblos. Bogotá (Colombia): **Revista Educación y Ciudad**. Saberes y conocimientos: un debate necesario en la escuela, Nº 22. Primer semestre. Enero-Junio, pp. 45-56, 2012. Disponible en: <http://www.idep.edu.co/revistas/index.php/educacion-y-ciudad/article/view/86>. Acceso: 11/04/2018.

CASTILLO, Elizabeth; ROJAS, Alex. **Educar a los otros. Estado, políticas educativas y diferencia cultural en Colombia**. Popayán (Colombia). Editorial Universidad del Cauca, 2005. Disponible en: http://www.revistatabularasa.org/documentos/educar_otros.pdf. Acceso: 22/02/2018.

CASTILLO, Elizabeth. Etnoeducación y políticas educativas en Colombia: la fragmentación de los derechos. Medellín (Colombia): Universidad de Antioquia. **Revista Educación y Pedagogía**, Vol. XX, núm. 52, Septiembre – Diciembre, 2008. Disponible en: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/issue/view/591>. Acceso: 12/05/2018.

CAICEDO, José Antonio; CASTILLO, Elizabeth. Indígenas y afrodescendientes en la universidad colombiana: nuevos sujetos, viejas estructuras. Viña del Mar: **Cuadernos interculturales**, vol. 6, n. 10, primer semestre, pp. 62-90, 2008. Disponible en: <http://www.redalyc.org/pdf/552/55261005.pdf>. Acceso: 21/02/2018.

CARDOZO, Isabel Cristina; TORRES, Ángela Yohana. **Sentidos y prácticas frente a la relación Familia - Escuela en comunidades indígenas etnias: “Nasa” Cajibío – Cauca y “Pijao” de Coyaima – Tolima. Manizales (Colombia)**: Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Alianza CINDE – Universidad de Manizales, 2014. Disponible en: <http://ridum.umanizales.edu.co:8080/xmlui/bitstream/handle/6789/1907/tesis%20maestria%2022%20de%20agosto%202014%20UMZ16.pdf?sequence=1>. Acceso: 15/10/2017.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



CONSEJO REGIONAL INDIGENA DEL CAUCA (CRIC). **Qué pasaría si la escuela, 30 años de construcción de una educación propia**. Programa de Educación Bilingüe e Intercultural (PEBI): Popayán (Cauca). Consejo Regional Indígena del Cauca, 2004.

COMISIÓN NACIONAL DE TRABAJO Y CONCERTACIÓN DE EDUCACIÓN PARA PUEBLOS INDÍGENAS (CONTCEPI). **Perfil del Sistema Educativo Indígena Propio (SEIP)**. Bogotá: Contcepi, 2012.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL ESTADÍSTICA (DANE). **La visibilización estadística de los grupos étnicos colombianos**. Bogotá (Colombia): Republica de Colombia, Documento DANE, 2005. Disponible:

<https://www.dane.gov.co/files/censo2005/etnia/sys/visibilidad_estadistica_etnicos.pdf>. Acceso: 05/07/2018.

CUASQUER, Milena. Políticas y Experiencias de Educación Superior para Indígenas y Afrodescendientes en Colombia. In: MATO, Daniel (coord.). **Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina. Normas, Política y Prácticas**. Caracas: UNESCO-IESALC, 2012, pp. 245-282. Disponible:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001856/185698s.pdf>>. Acceso: 15/03/2018.

ENCISO, Patricia. **Estado del Arte de la Etnoeducación en Colombia con énfasis en Política Pública**. Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 2004. Disponible en:

<<http://www.colombiaaprende.edu.co/html/mediateca/1607/article-84462.html>>. Acceso: 20/03/2018.

GALEANO, Myriam. **Políticas Públicas de Educación Indígena Construidas por el Consejo Regional Indígena del Cauca – CRIC – 1974-2012: su incidencia en las políticas públicas de educación indígena**. Bogotá D.C (Colombia): Universidad Nacional de Colombia (Sede Bogotá). Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Digiprint Editores, 2015.

HUANCA, Ramiro. Conocimientos y pluriversidad de mundos en universidades indígenas: Amawtay Wasi (Ecuador) y UAIIN-CRIC (Colombia). Bogotá (Colombia): Estudios Artísticos: **Revista de Investigación Creadora**, 3(3), pp. 137-149, 2017. Disponible:

<<https://revistas.udistrital.edu.co/ojs/index.php/estart/article/view/12533/13125>>. Acceso: 12/06/2018.

JIMENEZ, Rosalba. **“Los Retos y Desafíos en un Currículo Propio de los Pueblos Indígenas de Colombia dentro del contexto de Etnoeducación”**. Ponencia presentada en la Primera Feria Hemisférica de Educación Indígena Guatemala, 25-27 Julio, 2001. Disponible en: <<http://www.beps.net/publications/ParteI.pdf>>. Acceso: 12/03/2018.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



LOMABANA, Pedro. **Educación Superior Indígena en Colombia**. Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 2010. Disponible: <<https://www.mineduacion.gov.co/cvn/1665/w3-article-215581.html>>. Acceso: 13/02/2018.

MATO, Daniel. Las iniciativas en los movimientos indígenas en Educación Superior, un aporte para la profundización de la democracia. Santiago de Chile: **Nueva Sociedad**, n. 227, mayo-junio, 2010, pp. 102-119. Disponible en: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3699_1.pdf>. Acceso: 14/03/2018.

_____. Universidades indígenas de América Latina: logros, problemas y desafíos. Sevilla: **Revista Andaluza de Antropología**, n. 1: antropologías del sur, pp. 63-85, 2011. Disponible en: <<http://asana-andalucia.org/revista/uploads/raa/n1/dmato.pdf>>. Acceso: 21/02/2018.

MEDINA, Roberto. Educación superior intercultural: en busca de la universidad intercultural. Bogotá: **Revista Nodos y Nudos**, vol. 4, No. 34 ene-jun, 2013, pp. 61- 76. Disponible: <<http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/NYN/article/view/2284>>. Acceso: 19/05/2018.

MUÑOZ, Manuel R. **Educación Superior Intercultural en Colombia: Obstáculos y oportunidades para los estudiantes étnicos**. Barcelona: Universidad de Barcelona, Facultad de Pedagogía, Programa de Doctorado en Educación y Valores, 2015. Disponible en: <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/98600/1/MRM_TESIS.pdf>. Acceso: 01/04/2018.

MOLINA, Víctor A.; TABAREZ, José F. Educación propia. Resistencia al modelo homogeneización de los pueblos indígenas en Colombia. **Revista Latinoamericana POLIS**, n° 38, Pueblos indígenas y descolonización, 2014. Disponible en: <<https://polis.revues.org/10080>>. Acceso: 30/06/2018.

MIRAÑA, Carlos. **Educación, Etnoeducación y neoliberalismo el punto de vista de los “nativos” (neoliberales)**. Bogotá (Colombia): Universidad Nacional de Colombia. Programa RED, 2003. Disponible: <<http://firgoa.usc.es/drupal/files/etnoeducacion.pdf>>. Acceso: 17/05/2018.

PADILLA, Guillermo. Colombia: **Violencia, interculturalidad y democracia. In: Participación política indígena y políticas públicas para pueblos indígenas en América Latina**. La Paz (Bolivia). Garza Azul Impresiones & Editores, 2011. Disponible en: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_30218-1522-4-30.pdf?120217160954>. Acceso: 07/06/2018.

PANCHO, Avelina *et al.* **Educación Superior Indígena en Colombia. Una apuesta de futuro y esperanza**. Cali: UNESCO-IESALC, 2005.

RODRIGUEZ, Sonia M. **La Política Educativa (Etnoeducación) para Pueblos Indígenas en Colombia a partir de la Constitución de 1991**. Bogotá (Colombia): Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Antropología, 2011.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Disponível em:

<<http://www.bdigital.unal.edu.co/5328/1/soniamercedesrodriguezreinel.2011.parte1.pdf>>.
Acesso: 22/05/2017.

ROJAS, Axel. ¿Etnoeducación o educación intercultural? Estudio de caso sobre la licenciatura en Etnoeducación de la Universidad del Cauca. In: MATO, Daniel (Coord.). **Diversidad Cultural e Intercultural en Educación Superior. Experiencias en América Latina**. Caracas: UNESCO-IESALC, 2008, pp. 233-242. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001838/183804s.pdf>>. Acesso: 20/03/2018.

SANDOVAL, Alexandra. **Políticas Públicas para Grupos Étnicos en Educación Superior: el caso de la Universidad Nacional de Colombia y la Universidad Autónoma Indígena Intercultural**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2013. Disponível em:
<<http://repository.pedagogica.edu.co/handle/20.500.12209/999>>. Acesso: 25/02/2018.

SAMPIERI, Roberto. **Metodología de la investigación**. 4ta. Ed. Ciudad de México (México): McGraw Hill, 2006. Disponível em:
<https://competenciashg.files.wordpress.com/2012/10/sampieri-et-al-metodologia-de-la-investigacion-4ta-edicion-sampieri-2006_ocr.pdf>. Acesso: 11/05/2018.

SEIP. **Perfil del Sistema Educativo Indígena Propio**. Bogotá (Colombia): Comisión Nacional de Trabajo y Concertación de la Educación para los Pueblos Indígenas (CONTCEPI), 2013. Disponível em: <<http://www.opiac.org.co/documentos/documentosde-interes.html?download=29:sistema-educativo-indigena-propio-seip>>. Acesso: 15/04/2018.

TATTAY, Libia. **La “Educación Propia” en Territorios Indígenas Caucaños: Escenarios de Hegemonía y Resistencia**. Quito (Ecuador): Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) – Sede Ecuador, 2011. Disponível em:
<<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6800>>. Acesso: 09/11/2017.

UNESCO. **Diagnóstico sobre la Educación Superior Indígena en Colombia**. Bogotá: Digital Observatory for Higher Education in Latin American and the Caribbean, UNESCO-IESALC, ONIC, CRIC, 2004. Disponível em: Acesso: 23/03/2018.

VITONÁS, A. El PEBI, 39 de años de construcción de una educación propia en Colombia. Tegucigalpa (Guatemala): **Revista Guatemalteca de Educación**, pp. 31-69, 2010. Disponível em: <<https://wikiguate.com.gt/el-pebi-39-anos-de-construccion-de-una-educacion-propia-en-colombia/>>. Acesso: 07/04/2018.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



**O PAPEL DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ NA CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA LOCAL**

**THE ROLE OF SCHOOLS OF THE MUNICIPALITY OF PONTA PORÃ IN THE
CONSTRUCTION OF THE LOCAL IDENTITY**

Vivian Letícia Agüero Godoy⁴⁶

Carlos Otávio Zamberlan⁴⁷

SESSÃO TEMÁTICA: ST3 - Cultura, identidade e educação

Resumo: A importância da construção identitária local, vai além de simplesmente compreender o contexto voltado à valorização da cultura, mas também, de forma a aguçar a racionalização dos cidadãos, a fim de impulsionar o interesse dos mesmos a contribuírem com o desenvolvimento local. Portanto, o papel das escolas se torna fundamental para esse cenário, partindo da perspectiva que o termo “identidade” é completamente teórico. Assim sendo, esta proposta de artigo tem por objetivo identificar a contribuição das escolas do Município de Ponta Porã/MS na construção identitária local de crianças e jovens. Para a mensuração do proposto, foram entrevistados por meio de questionário aberto e semi estruturado, um diretor, sete coordenadores, e um professor, de nove escolas do município de Ponta Porã (mais próximas a linha de fronteira) sendo quatro particulares, três estaduais, e duas municipais. Os resultados deste levantamento demonstraram que oito das nove escolas executam timidamente as ações que promovem a valorização identitária local, e apenas uma escola particular, utiliza a identidade local como técnica de ensino, a fim de fomentar o conhecimento dos alunos referente à sua história, cultura e identidades. Os tímidos projetos referente a valorização identitária, histórica e cultural se dá pelo fato de possuírem outras problemáticas que dificultam um melhor desempenho, como a falta de políticas educacionais específicas para regiões de fronteiras, pois, a maior parcela dos estudantes, moram no país vizinho, não dominando a língua portuguesa, o que dificulta a relação entre professor e aluno.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Papel das Escolas. Construção Identitária.

Abstract: The importance of local identity construction goes beyond simply understanding the context focused on the valorization of culture, but also, in order to stimulate citizens'

⁴⁶Bacharel em Administração, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – PPGDRS/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Brasil. E-mail: vivian.godoy20@gmail.com.

⁴⁷Doutor em Economia, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – PPGDRS/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Brasil. E-mail: carlos.otavio@uems.br.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



rationalization, in order to boost their interest in contributing to local development. Therefore, the role of schools becomes fundamental to this scenario, starting from the perspective that the term "identity" is completely theoretical. Therefore, this article proposes to identify the contribution of the schools of the Municipality of Ponta Porã / MS in the local identity construction of children and young people. For the measurement of the proposal, a director, seven coordinators, and one teacher from nine schools in the municipality of Ponta Porã (closest to the boundary line) were interviewed by means of an open and semi structured questionnaire: four individuals, three states, and two municipal. The results of this survey demonstrated that eight of the nine schools timidly perform actions that promote local identity valorization, and only one private school, uses local identity as a teaching technique in order to foster students' knowledge of their history, culture and identities. The timid projects of valorization of identity, historical and cultural are due to the fact that they have other problems that hinder a better performance, such as the lack of specific educational policies for border regions, since most of the students live in the neighboring country, not dominating the Portuguese language, which hinders the relationship between teacher and student.

Keywords: Local Development. Role of schools. Identity construction.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local consiste em um conjunto de relações voltados a potencializar as particularidades de espaços territoriais, seja em âmbito político, econômico e social. Sua dinâmica envolve relações, relações de ação e poder que contribuem ou não para a diminuição das desigualdades, e criação de políticas inclusivas (CASTELLS, 1999).

As particularidades da dinâmica territorial não limita-se exclusivamente as vantagens e desvantagens naturais de uma região em específico, mas também, volta-se a relações entre sociedade-sociedade e sociedade-natureza. Segundo Acemoglu e Robinson (2012) tais particularidades de relações originam-se pelos antecedentes históricos do mesmo, que posteriormente “fortalece” os ciclos viciosos ou virtuosos.

Tais ciclos geram por sua vez, as identidades locais. Assim como a cultura, que permanecem por gerações, adaptando-se ao longo das mudanças naturais do ser humano até o momento onde são ofuscadas ou esquecidas pela homogeneização cultural, ocasionado pelo processo de globalização. A identidade também passa por tais processos, segundo Sen (2015) com o processo de globalização, a identidade passa a ser vista no plural, pois, o cidadão adere a múltiplas identidades de acordo com o que lhe interessa.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Portanto, com relação ao processo homogeneizador da identidade em âmbito global para o local, são necessárias medidas que preservem a identidade territorial, a fim de manter as particularidades que o difere das demais regiões. A preservação do mesmo para o Desenvolvimento local é extremamente importante, pelo fato de estar relacionado a potencialidades culturais e históricas, que tornam-se (caso bem trabalhadas) em atrativos turísticos, ou econômicos de sobrevivência da população local.

Por assim ser, uma das alternativas a preservação e valorização das identidades territorial, envolve as escolas. As escolas possuem grande influência na construção identitária local, quando bem trabalhadas, abrange os alunos, como seus familiares. O papel das escolas em disseminar a identidade territorial local, por sua vez, permite a sociedade envolvida não apenas conhecer sua origem, mas também, contribuir com a racionalidade reflexiva-crítica e substantiva da população, a fim de proporcionar conhecimentos concretos, assim, os mesmos possuem argumentos suficientes para identificar limitações e propor melhorias.

Por assim ser, indagou-se a seguinte pergunta condutora: diante da importância do papel das escolas no fomento a valorização identitária territorial, como as escolas do município de Ponta Porã/MS que faz fronteira seca com o Paraguai, trabalham a construção identitária local?

Diante disso, utilizou-se como meio para a obtenção dos resultados, entrevista semiestruturada, com 1(um) diretor, 7 (sete) coordenadores, e 1 (um) professor, a fim de identificar quais as ações desenvolvidas pela escola perante a construção identitária local, e como são ministradas. As entrevistas ocorreram em 9 (nove) escolas do município de Ponta Porã, sendo 4 (quatro) particulares, 3 (três) estaduais e 2 (duas) municipais.

A presente proposta de artigo estrutura-se em cinco seções, sendo o primeiro referente à introdução, segundo, voltado à revisão teórica, terceiro, a metodologia, quarto, análise e discussão dos resultados, e por fim, a quinta seção, voltado à conclusão.

Justifica-se perante este trabalho, a importância do estudo voltado ao contexto educação em regiões fronteiriças, pelo fato de apresentarem realidades completamente diferentes das escolas tradicionais, tanto na história, quanto na cultura, que conseqüentemente há dificuldades na transmissão de conhecimentos, pois, são identidades e culturas extremamente fortes que se mesclam e geram novos hábitos e costumes, que transforma a



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



localidade em algo incomparável, e ao mesmo tempo, complexa, tendo em vista o desafio na construção identitária local.

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local abrange inúmeros fatores que contribuem para o fortalecimento e crescimento da liberdade social, econômico e político, que interligam-se de forma a compor um todo. Para Sen (2010) existem duas liberdades, a constitutiva e a instrumental. Ambas de total importância para os meios do desenvolvimento.

A primeira liberdade consiste no papel constitutivo, relacionado a sociedade, educação, saúde, democracia, entre outros fatores substantivos. A segunda liberdade consiste na instrumental, voltada a meios legislativos, administrativos, econômicos, em alguns casos, a liberdade instrumental acaba por deixar de lado preocupações sociais, por considerar “menos importantes” para o desenvolvimento.

Tais liberdades devem ser observadas de forma conjunta, porém, infelizmente, ao nos depararmos com o termo “desenvolvimento local” pensamos limitadamente ao contexto econômico, deixando de lado as potencialidades existentes na história local, assim como as particularidades identitárias que envolvem a dinâmica territorial do desenvolvimento.

Portanto, de acordo com as liberdades existentes no âmbito da dinâmica territorial⁴⁸, Castells (1999, p.178) conceitua desenvolvimento local da seguinte forma:

[...] processo de territorialização que contempla a dimensão da territorialização, capaz de estimular as potencialidades e contribuir para a superação dos desafios locais/agentes regionais, que privilegie a dimensão da inclusividade, capaz de eliminar privações ou não-liberdades, capaz de promover os atores/agentes regionais à condição de sujeitos, que envolva os territorializados, os que estão em processo de desterritorialização e os já desterritorializados, potencializando sua capacidade de auto-organização, implementando uma dinâmica territorial do desenvolvimento mais autônoma, não privatista, menos desigual e segundo a lógica da sociedade.

As dimensões da territorialização e sua dinâmica, configura-se pelos processos históricos próprios de cada território, faz com que o mesmo se torne diferente, único aos

⁴⁸ Para Castells (1999, p.178) “o território é, então, o espaço territorializado, apropriado. É lugar de relações, relações sociedade-natureza e homens-homens, em função disso, espaço de ação e de poder”.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



demais países, seja pela sua história, cultura, crenças, tradições, entre outros, que constrói a identidade. De acordo com Sen (2015, p. 50) “há poucas dúvidas de que a comunidade ou a cultura à qual uma pessoa pertence tem uma grande influência sobre o modo como ela entende uma situação ou considera uma situação”.

“[...] todo el conjunto de expresiones particulares de un periodo o de un grupo humano que de alguna forma u otra se encarga de otorgarle un sentido a la existencia de vida personal que hace parte de un grupo, y la forma como se define la cultura de tal o cual grupo va a depender de la perspectiva con la que se miren los distintos elementos distintivos de cada uno” (kaluf, 2005:15).

Para França (2002, p. 7) “a construção de uma identidade passa, inapelavelmente, pelo terreno das imagens, galeria de retratos e marcas através das quais aparecemos na cena social”. Para as novas gerações, tendo em vista as adaptações ocorrentes à realidade social, em alguns casos, acabam extinguindo culturas próprias, pela falta de incentivo a preservação dos mesmos.

A identidade passa por crescentes modificações, de acordo com o desenvolvimento local, devido ao processo global no local. Este movimento, faz com que os países menos desenvolvidos busquem como meio de sobrevivência, criar vantagens comparativas a fim de não estagnar-se. Como no caso de Ponta Porã, que foi originado por meio do fluxo do comércio de erva mate, e atualmente, a identidade ervateira permaneceu apenas no nome.

A importância da valorização, assim como o conhecimento das identidades locais, promovem mais além do autoconhecimento, promove atitudes capazes de impulsionar o que estava estagnado por meios próprios, que tornam-se atrativos internacionalmente. Portanto, para isso, é preciso trabalhar a identidade local de forma constante e criativa, e o local propício a esta ação, correspondem as escolas.

O papel das escolas perante a construção identitária local

Após a apresentação da construção identitária local, devemos concordar com o nível de importância das escolas para o contexto, pois, a identidade local não é algo tangível, devido que, a sua existência é puramente teórica, pelo fato de ser algo que evolui com o município, microrregião, estado, país, e assim sucessivamente. Para compreender o todo,



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



devemos ter estruturas básicas sólidas, ou seja, devemos conhecer nossa história, cultura, crenças, hábitos, para assim, compreender o todo.

A identidade é uma espécie de foco virtual ao qual nos é indispensável referir para explicar certo número de coisas, mas sem que tenha jamais uma existência real, (...) sua existência é puramente teórica: é a existência de um limite ao qual não corresponde, na realidade, nenhuma experiência (Levy Strauss apud Penna, 1992, p. 14).

O papel das escolas está direcionado não apenas a alfabetização dos alunos, mas também, passar conhecimentos de forma holística, sempre valorizando a identidade local e cultural, para a construção identitária das crianças e jovens, que por sua vez, passaram aos seus familiares, e assim sucessivamente. Para Dowbor (2006, p.4) “só as pessoas que vivem na localidade, que conhecem efetivamente, é que sabem realmente quais são as necessidades mais prementes, os principais recursos subutilizados e assim por diante. Se elas não tomarem iniciativas, dificilmente alguém o fará por elas”.

A educação não pode se limitar a construir para cada aluno um tipo de estoque de conhecimentos. As pessoas que convivem num território tem de passar a conhecer os problemas comuns, as alternativas, os potenciais. A escola passa assim a ser uma articuladora entre as necessidades do desenvolvimento local, e os conhecimentos correspondentes (DOWBOR), 2006^a, p. 5).

Portanto, quando nos referimos a construção identitária e cultura, não apenas estamos direcionando ao simples fato de conhecer a origem local, mas como forma de induzir, construir, reforçar a racionalidade crítica das crianças e jovens, a buscarem alternativas que melhorem as condições vivenciadas em sua localidade, de forma que haja valorização e respeito pelas suas origens, e assim, buscar contribuir com o desenvolvimento local.

A articulação entre educação e desenvolvimento, que enfatiza o papel da escola no mundo contemporâneo, pode ser feita a partir da centralidade do conhecimento na sociedade atual. A compreensão das implicações decorrentes da emergência dessa centralidade é fundamental ao entendimento das novas necessidades que se colocam para as entidades escolares (NETO & ALVES, 2008, p. 11).

Em síntese, as escolas possuem grandes influências para a construção identitária local, pelo fato de ser o canal direto para os cidadãos que ali habitam, é preciso que, os educadores, estejam altamente qualificados a exercerem sua função de transmitir o conhecimento, pois, os mesmos são a fonte confiável de construção racional crítica das crianças e jovens, assim sendo, os interesses pessoais dos professores acaba por influenciar aos dos alunos. Portanto,



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



referente à construção dos conhecimentos referente às particularidades locais, e adoção de políticas educacionais que promovam ações de melhoria ao desenvolvimento, passam a serem objetos empíricos e pedagógicos da transformação local.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O primeiro método utilizado para a elaboração dessa pesquisa corresponde à abordagem documental. A escolha da abordagem documental deu-se pelo motivo das fontes bibliográficas em sua maioria, serem publicações online. De acordo com Gil (2002, p. 46) “[...] enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo por material impresso localizadas nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas”.

Esta proposta de artigo teve por natureza a abordagem descritiva, por descrever as particularidades de um limitado assunto, seja ele social, político, cultural e econômico. Neste caso, esta abordagem se torna um complemento no processo de coleta de dados, pois, a mesma possui ferramentas específicas voltadas ao questionário e observações sistêmicas.

Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2007, p. 42).

Outro ponto importante, sobre esta abordagem, corresponde à mesma possibilitar relações entre as variáveis em estudo. Portanto, esta abordagem se torna importante devido que a mesmo oferece um detalhamento da relação das escolas de Ponta Porã/MS na construção identitária do poder histórico local.

Esta pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa, devido ao perfil interpretativo do contexto apresentado no capítulo de revisão teórica, assim como os resultados obtidos por meio das entrevistas nas escolas de Ponta Porã/MS. Com essa abordagem, o pesquisador possui uma maior liberdade de especulações, tendo como base, a descrição do fenômeno em estudo (Gressler, 2003). A importância desta abordagem para a pesquisa se dá pelo fato de



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



possibilitar ao pesquisador uma maior autonomia em agregar valor aos resultados obtidos, dessa forma, contribui-se substantivamente ao caso em estudo.

Por fim, a última abordagem utilizada, refere-se ao estudo de caso, caracterizado por Severino (2007 p. 121) como um “[...] estudo de um caso particular [...]”, ou seja, um fenômeno em específico, como o tema em pesquisa, que busca identificar o grau de contribuição das escolas para a construção identitária do poder histórico local.

Em outras palavras, o estudo de caso, é uma abordagem específica de uma coleta e análise de dados. Independentemente do mesmo ser específico de um fenômeno, engloba muitas coisas, pois, de forma holística, todas as variáveis presentes em um determinado enfoque é utilizado estrategicamente por esta abordagem (YIN, 2001).

Desenvolvimento dos questionários

O desenvolvimento do questionário foi dividido em duas seções: a primeira com quatro perguntas, sendo três abertas, e uma fechada, referente ao perfil do entrevistador. A segunda seção apresenta três perguntas abertas voltadas ao modo como as escolas trabalham a construção identitária do poder histórico local, assim como sua importância e possíveis melhorias na visão do entrevistado.

O questionário semiestruturado foi utilizado com finalidade de suporte no momento da entrevista, a fim de obter-se o máximo de informações possíveis sobre os métodos e técnicas adotadas pelas escolas, a fim de mensurar a influência do mesmo na construção identitária local.

Aplicação dos questionários

Após o desenvolvimento dos questionários, aplicou-se por meio de entrevista com os coordenadores do ensino fundamental e médio em 6 (seis) escolas de Ponta Porã, de forma comparativa, sendo duas particulares, três estaduais, e uma municipais. Dentre os entrevistados, cinco são do sexo feminino, e um do sexo masculino, sendo quatro coordenadoras, um coordenador, e uma diretora. As entrevistas foram divididas em três



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



períodos, aleatórios do mês de Novembro de 2017, devido à disponibilidade dos coordenadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistas foram aplicadas de forma a englobar escolas públicas e privadas de forma comparativa em localidades específicas. O primeiro grupo entrevistado abrange o bairro da Granja de Ponta Porã, sendo a primeira escola: municipal, a segunda estadual e a terceira particular. Por questões de privacidade, optou-se a não expor os nomes dos entrevistados e das respectivas escolas.

- ✓ **Escola 1:** Entrevistou-se a coordenadora do ensino fundamental (1º ao 5º ano/série), que trabalha no cargo de coordenação a dezenove anos, possui graduação em pedagogia, Pós-Graduação em Gestão Escolar, Ensino Infantil e Planejamento Educacional.

A primeira pergunta, referente às ações desenvolvidas pela escola a fim de fortalecer a identidade histórica local, a mesma respondeu, que a escola trabalha com projetos voltados ao tema, porém, são poucas as ações fora das escolas, às maiorias dos projetos fazem parte da grade curricular, e são desenvolvidas com formas de oralidade, leitura, música, culinária, pesquisas na internet, visitas técnicas ao Museu da Erva Mate e Cerro Corá. Referente às visitas técnicas, as séries escolhidas, são respectivamente o 3º e 4º ano, do ensino fundamental, que são as séries que estão aprendendo sobre a história do município.

A maior dificuldade enfrentada por esta escola consiste no idioma, pois, 90% de seus alunos são brasiguaios⁴⁹. Desta forma, a escola, tem projetos voltados à valorização do idioma brasileiro quanto paraguaio, a fim de se valorizar ambos os países. Tal dificuldade afeta a transferência do conhecimento, pois, não há compreensão entre professor e estudante, tendo em vista que, os professores não possuem especializações específicas para esta realidade, principalmente, porque não são obrigados a ter domínio do idioma castelhano e guarani (línguas oficiais do Paraguai).

⁴⁹ Cidadãos paraguaios, que por lei são brasileiros.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Referente à segunda pergunta, voltada à visão da mesma perante a importância de fortalecer a identidade cultural das crianças, obteve-se a resposta, que o conhecimento da origem do município de Ponta Porã, é fundamental para que o aluno compreenda a história como um todo, principalmente na questão de valorização local, a mesma respondeu que, os alunos em sua maioria não conhecem ao menos o nome do bairro onde mora, e com este conhecimento, os alunos podem vir a sanar esta dificuldade, pelo fato, de que, ao estudarem o município, os mesmos aprendem as localizações, nome dos bairros, ruas, pontos turísticos, como Museu da Erva Mate, o Marco, Parque dos Ervais, e assim sucessivamente.

Para a última pergunta da entrevista, envolveu-se o tema das possíveis ações que a escola poderia desenvolver para fortalecer ainda mais o poder histórico local, tendo em vista suas limitações, a mesma respondeu que, o que pode ser feito na prática, é resgatar por meio da história costumes típicos que estão sendo esquecidos, e ademais, a mesma argumentou, que essa questão se torna difícil, pelo motivo de não ter projetos educacionais próprios para as escolas de fronteiras, o que limita o desenvolvimento da construção identitária, pois, esta escola, tem por enfoque maior, ensinar o idioma ao aluno, para então alfabetizar.

- ✓ **Escola 2:** Entrevistou-se a coordenadora do ensino médio, que trabalha no cargo a aproximadamente 4 (quatro) anos, possui graduação em Ciências, com especialização em Biologia.

Referente à primeira pergunta, a mesma afirmou que não há projetos específicos para a valorização histórica local, essa temática é estudada no 1º a 5º ano/serie, porém, são conteúdos didáticos, exigidos pela ementa escolar. O interessante desta escola em específico, é que, sua metodologia é voltada a projetos anuais referente à cultura, histórias, culinária, meios midiáticos, músicas, entre outros, em escala global, e a decisão do que dever ser estudado ao longo do ano, partem dos próprios alunos.

Referente à segunda pergunta, a mesma responde que, a ideologia da escola, consiste em ampliar o conhecimento do aluno a partir dos assuntos que a maioria definirem importantes, isso não significa que, não seja importante o conhecimento do poder histórico local, pois é de extrema importância compreender quem foram os fundadores do município, a cultura, vestimenta, alimentação. A mesma afirma que os jovens de hoje possuem pouco



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



conhecimento sobre seu município, e com os estudos voltados a história local, terão acesso a essas informações.

Perante a terceira pergunta, a entrevistada reforça o trabalho da escola no desenvolvimento dos projetos, que primeiramente, é realizado um mapa conceitual, onde os professores direcionam temas atuais ou históricos, de acordo com a matéria em específico, onde os alunos buscam informações, por meio da internet, entrevistas, ou visitas técnicas, onde os mesmos identificam, vivenciam o tema em estudo, fortalecendo o perfil pesquisador dos alunos.

Esta metodologia adotada pela escola, o aluno aprende o que é do seu interesse, todo ano desenvolve-se uma nova temática. O projeto funciona da seguinte forma: ao selecionarem os temas desejados, os mesmos montam um painel, onde a escola como um todo se encontram e votam pelo tema que considerarem mais interessante. Este ano (2017), o tema escolhido foi diversidade cultural, onde um dos temas consistiu nos 40 anos de Mato Grosso do Sul, foi realizado uma visita técnica no museu do Marco em Campo Grande, Fundação Manoel de Barros, As morada de Baís, Antonio João, ou seja, toda essa bagagem de conhecimento, partiu do interesse dos alunos.

- ✓ **Escola 3:** entrevistou-se a diretora, que trabalha no cargo a 24 anos, é graduada em Matemática, e pós-graduada em matemática. Este entrevista teve uma duração rápida, devido à disponibilidade da diretora, assim sendo, as respostas dadas pela mesma, foram claras e objetivas.

Referente à primeira pergunta, a mesma respondeu que a escola promove visitas técnicas no Museu da Erva Mate, principalmente, os alunos do 4º ano do ensino fundamental, os alunos do 1º ao 3º ano, estudam o contexto histórico em sala de aula, embasados nos temas presentes na ementa curricular.

Perante a segunda pergunta, a mesma respondeu que a importância do conhecimento sobre o poder histórico local, consiste em aprender sobre a origem do município, e conseqüentemente, aprenderem quem são, seus hábitos, costumes, vocabulários, culinária, entre outros.

Na última pergunta, a mesa afirma que, para criar ações práticas, é preciso capacitar os professores, coordenadores, e diretora, para assim, transmitir de forma completa, o poder histórico local as crianças e jovens.

As seguintes escolas entrevistadas correspondem à parte central do município, sendo as duas primeiras escolas estaduais, seguida de duas escola de âmbito particular.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



- ✓ **Escola 4:** Entrevistou-se o coordenador do ensino médio, que esta no cargo de coordenação a 12 (doze) anos, é formado em ciências biológicas, e pós-graduado em Biologia da conservação.

Referente à primeira pergunta, o mesmo respondeu que não há projetos específicos para a valorização histórica local, porém, a escola busca trabalhar as questões regionais, envolvidos no contexto de cada disciplina. O mesmo afirma que, independentemente da escola não promover ações práticas voltadas ao poder histórico fronteiriço/local, os mesmos desenvolvem visitas técnicas no Museu da Erva Mate e Biblioteca Municipal.

Perante a segunda questão, o entrevistado afirma a importância em conhecer a história do município, principalmente pelo fato, do momento em que se é fortalecido a história e cultura local, os alunos passam a respeitar e valorizar mais o município onde vivem, principalmente perante a conservação de conceitos que estão perdendo força ao longo das gerações.

Referente a última questão, a escola sempre procura envolver os valores sociais, éticos, morais da região no ambiente de estudo, e o mesmo afirma que a principal dificuldade vivenciada pela escola, é integrar as famílias, no processo de resgate aos valores culturais locais, o que torna um verdadeiro desafio, pois, os alunos apresentam uma visão retorcida da fronteira, onde o poder histórico e cultural é ofuscado pela criminalidade.

- ✓ **Escola 5:** Entrevistou-se a coordenadora do ensino médio, que executa o cargo de coordenação há 27 (vinte e sete) anos, é graduada e pós-graduada em pedagogia. Esta entrevista, ocorreu de forma rápida, por motivos de disponibilidade.

Referente à primeira pergunta a mesmo respondeu que a escola possuía sim, projetos de fortalecimento do poder histórico local, porém, não disponibilizou as informações sobre a estrutura de desenvolvimento e aplicação dos projetos. Entretanto, a mesma comentou que, durante o ano, vão sendo realizados estudos sobre Mato Grosso do Sul, específicos de conteúdo da ementa escolar.

Perante a segunda pergunta, sobre a visão da mesma sobre a importância do conhecimento histórico local para as crianças e jovens, obteve-se a resposta, que a maior importância deste conhecimento, é voltada a valorização da região onde os mesmos habitam.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Na última pergunta, a coordenadora, respondeu que a maior limitação enfrentada pela escola, referente ao desenvolvimento de ações práticas sobre o fortalecimento do histórico local, consiste no acesso a transportes.

- ✓ **Escola 6:** Entrevistou-se a coordenadora da escola como um todo, a mesma trabalha neste cargo, a aproximadamente 39 anos, e é a única, dentre os entrevistados, que possui pós-doutorado em educação.

Referente à primeira pergunta, a coordenadora, respondeu que a escola só trabalha com projetos, e exatamente a questão cultural, são realizadas visitas técnicas não apenas no município como também em outras localidades. O 5º ano, o projeto é voltado exatamente para a cultura local, onde são feitas visitas técnicas ao museu da Erva Mate, Cerro Cora, e outras localidades do município, a fim de aguçar a visão das crianças.

A escola tem inúmeros projetos, sendo um deles, chamado de: Túnel do Tempo, viajando pelas histórias, que tem por objetivo valorizar a cultura local. Outro projeto, chama-se: 40 anos de Mato Grosso do Sul, onde envolve todas as manifestações artísticas e culturais, inclusive viagens, passeios até ao Pantanal. Como podemos ver algumas imagens, dos resultados deste projeto.

Figura 1 – 40 anos de Mato Grosso do Sul.



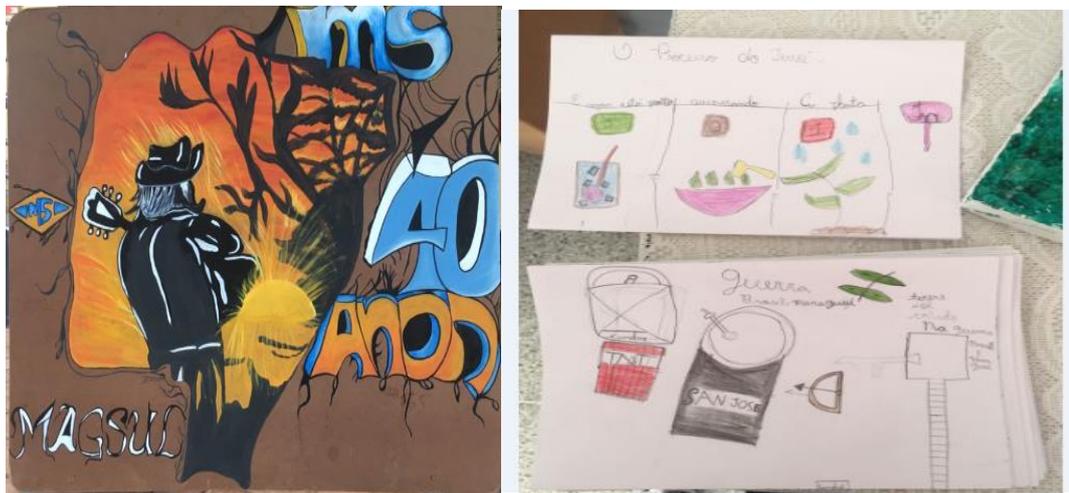
Fonte: Fotografia tirado pela autora – exposição na escola 6 (2017)



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Figura 2 – 40 anos de Mato Grosso do Sul



Fonte: Fotografia tirado pela autora – exposição na escola 6 (2017)

Referente à segunda pergunta, a mesma responde que, a escola tem por objetivo maior, a valorização do poder histórico e cultural local, pois, há outro projeto chamado “só ama quem conhece Ponta Porã minha cidade”, específico dos anos iniciais, onde não é utilizado apostilas, pois, as crianças são alfabetizadas por meio dos pontos históricos e turísticos das escolas, como por exemplo, no processo de alfabetização, as crianças montam seu próprio abecedário, onde as mesmas visitam pontos da cidade que comecem com a letra estudada, assim, a criança é alfabetizada e ao mesmo tempo, conhecedora de seu município.

Referente a última pergunta, a mesma, respondeu que para potencializar mais o aprendizado das crianças referente a história e cultura local, é criado projetos práticos de culinária, das receitas típicas da região, sempre valorizando a cultura local.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados obtidos por meio das entrevistas, realizados nas escolas do município de Ponta Porã, observou-se que, a complexidade enfrentada pelas escolas fronteiriças, que possuem um importante e fundamental papel na construção identitária do poder histórico local, necessita de uma nova ação escolar completamente diferente da convencional, de forma a amoldar a realidade local na educação.

As escolas em sua maioria realizam atividades voltadas à valorização histórica local, promovem visitas técnicas, incentivam os alunos a direcionar seus estudos ao contexto do



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



município, porém, as escolas, principalmente as públicas, enfrentam outros tipos de dificuldades, o que impacta na construção identitária local.

Partindo desta perspectiva, cabem as autoridades locais, investirem em novas políticas de educação, a fim de desenvolver novas pesquisas referentes ao método mais propício de alfabetização e valorização cultural e histórico local, pois, o país vizinho, possui uma cultura e história extremamente influente no município de Ponta Porã, pois Ponta Porã e Pedro Juan Caballero complementam a história uma perante a outra, o que os tornam extremamente complexos.

Portanto, o objetivo das escolas, que é passar conhecimento a população local, acaba sendo prejudicado, devido ao fato da dificuldade em alfabetizar uma criança que não domina completamente o idioma da língua portuguesa, assim como o professor, que se vê limitado a trabalhar com crianças que não falam o mesmo idioma. Esta realidade foi exposta por uma entrevistada, pois, a mesma afirma que 90% dos alunos da escola 1, são brasiguaios⁵⁰.

Assim sendo, essa dificuldade identificada por meio desta pesquisa, correlaciona à possível falha na construção e valorização identitária do poder histórico local, em razão da incompatibilidade na grade educacional, ministrados pelos professores, perante a realidade local, tendo em vista, que, as políticas de estudos são padronizadas, o que afetam no desenvolvimento educacional. Entretanto, as escolas buscam por meio de seus recursos, trabalhar a questão cultural de acordo com sua capacidade, tendo em vista que cada escola, possui suas dificuldades.

⁵⁰ Cidadãos ou cidadãs que nasceram e habitam no Paraguai, porém possui documentação brasileira.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural Economia Aplicada**. Volume 4, nº 2, p. 379-397. abril/junho. 2000.

ACEMOGLU, Daron. ROBINSON, James. **Porque as nações fracassam**. 8º Tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, André Luiz Piva de Carvalho. **Construção identitária: projeção simbólica**. UFBA. IV ENECULT. Bahia, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERULO, Karen A. **Identity Construction**. Annu. Rev. Sociol. FU BERLIN, 1997.

Disponível em:

<http://userpage.fu-berlin.de/~gerhards/lehrangebot_ss06/identitaet_cerulo_1997.pdf>.

Acessado em: 01 Dez. 2017.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R.. **Inovação, território e desenvolvimento**. In: CARVALHO, J. R.; HERMANS, Klaus (orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

DOWBOR, L. **Educação e desenvolvimento local**. 2006a. Disponível em: . Acessado em fevereiro de 2008.

DOWBOR, L. **O desenvolvimento local e a racionalidade econômica**. 2006b. Disponível em: <http://dowbor.org/06deslocalcurto4p.doc>. Acessado em fevereiro de 2008.

FISCHER, Tânia. **Poder local: um tema em análise**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 4, 1992, p. 105-113.

FRANÇA, Vera Regina Veiga (org.). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREITAS, Ernani Cesar de.; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia Do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas Da Pesquisa e Do Trabalho Acadêmico**. 2º Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à Pesquisa: Projetos e Relatórios**. Ed. Loyola. São Paulo, Brasil: 2003.



V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
II SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE
ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
GOVERNANÇA



Kaluf, Cecilia. (2005). **Diversidad cultural, materiales para la formación docente y el trabajo de aula.** Santiago de Chile: Oficina regional de educación de la UNESCO para América latina y el Caribe.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PASCOAL, M. **Qualidade de vida e educação.** Revista de Educação PUC – Campinas. Campinas, n. 17, p. 37-45, novembro 2004.

PEÑA, Alexandra; SATIZABAL, Fabián Armando Hurtado; QUILINDO, Víctor Hugo. **Procesos de construcción identitaria desde la Diversidad cultural em contextos escolares.** Universidad de Manizales. Popayán, 2014.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo Erundina”.** São Paulo: Cortez, 1992.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Identidade e Violência.** 1º ed. – São Paulo: Iluminuras, Itau cultural, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPARKNOTES. **Identity and Reality.** 2017. Disponível em: <
<http://www.sparknotes.com/sociology/identity-and-reality/section1.rhtml>>. Acessado em: 01
Dez. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 2º Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.